



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS**

ANA CRISTINA MENEGOTTO SPANNENBERG

A CONSTRUÇÃO DO LEITOR NO JORNAL IMPRESSO

**Estratégias de construção da recepção dos gêneros artigo opinativo e reportagem nos jornais
*Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo***

Salvador

2004

ANA CRISTINA MENEGOTTO SPANNENBERG

A CONSTRUÇÃO DO LEITOR NO JORNAL IMPRESSO

Estratégias de construção da recepção dos gêneros artigo opinativo e reportagem nos jornais

Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof. Dr. Itania Maria Mota Gomes.

SALVADOR

2004

Spannenberg, Ana Cristina Menegotto.

A construção do leitor no jornal impresso: Estratégias de construção da recepção dos gêneros artigo opinativo e reportagem nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* / Ana Cristina Menegotto Spannenberg. – Salvador : A. C. M. Spannenberg, 2004.

XXX fl.

Orientadora: Professora Itania Maria Mota Gomes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação, 2004.

1. XXXX

TERMO DE APROVAÇÃO

DEDIATÓRIA

*Aos meus pais, Osmar e Rose,
pelo amor incondicional,
compreensão
e paciência.*

AGRADECIMENTOS

*A Maurício,
pelo amor, paciência, consolo e
por ser o principal resultado dessa conquista.*

*Aos amigos e familiares distantes,
pelo incentivo e pelo carinho.*

*A todos os colegas,
de modo especial, à Lílian e Luciana,
pelas constantes leituras, re-leituras e sugestões
acadêmicas e pessoais.*

*À Itania
e aos colegas do Grupo de Pesquisa em Telejornalismo,
pela ajuda e pela amizade.*

TEXTO FUTURO

*O que vão descobrir em nossos textos,
não sabemos.
Temos intenções, pretensões inúmeras,
mas o que vão descobrir em nossos textos,
não sabemos.*

*Desamparado o texto,
desamparado o autor,
se entreolham, em vão.*

*Órfão,
o texto aguarda alheia paternidade.*

*Órfão,
o autor considera
entre o texto e o leitor
- a desletrada solidão.*

Affonso Romano de Sant'Anna

(Intervalo amoroso e outros poemas escolhidos)

RESUMO

A intenção desta dissertação de mestrado é identificar as estratégias de construção da relação texto/leitor, usando como pressuposto teórico a idéia de que todo texto prevê sua recepção, construindo em si a imagem do seu leitor presumido, apresentada por diversas correntes teóricas, decorrentes de diferentes perspectivas (cf. CHARTIER, 1996; ECO, 1986; HARTLEY, 1982; ISER, 1996, 1999; JAUSS, 1994; MORLEY, 1999; VERON, 1985), e relacionar tais estratégias com as coerções de cada gênero jornalístico. Para a realização da pesquisa foram coletadas e analisadas 20 edições dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* entre os meses de junho a dezembro de 2002, das quais foram selecionadas 28 reportagens e 31 artigos opinativos. Para isso, foram utilizadas as definições que José Marques de Melo (1994) e Luiz Beltrão (1976, 1980) fazem desses dois gêneros. Entre os resultados encontrados, destacamos a utilização das estratégias de dramatização da notícia, humanização do relato e didatização da informação, para os textos do gênero reportagem, e de composição gráfica e organização textual opinativa, para os artigos. Além dessas estratégias, foi possível também perceber a forma como os textos procuram estabelecer o percurso de leitura do receptor. Entre as reportagens isso ocorre através de duas possibilidades de leitura – a leitura integral e a leitura de atenção parcial – e nos artigos, através do posicionamento do leitor – como aprendiz, interlocutor e confidente. Esses resultados pretendem retomar a discussão da recepção como um processo, cujas marcas do leitor previsto pela produção podem ser percebidas no produto, o que torna fundamental uma análise que leve em consideração também essa presença do receptor como estratégia construída.

Palavras-chave: jornalismo, gêneros, recepção

ABSTRACT

The purpose of this mastership thesis is to identify the strategies employed in the construction of text/reader relationship taking as theoretical presupposition the notion that every text previews its reception by the internal construction of its presumed reader, as presented by many theoretical orientations from different perspectives (cf. CHARTIER, 1996; ECO, 1986; HARTLEY, 1982; ISER, 1996, 1999; JAUSS, 1994; MORLEY, 1999; VERÓN, 1985). The main purpose is to relate these strategies to the coertions in each journalistic genre. To reach this goal, we have collected and analized 20 editions of de diaries Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo, between june and December/2002, from wich we have selected 28 reports and 31 opinative articles. In the selective process we employed José Marques de Melo (1994) e Luiz Beltrão (1976, 1980) genre's definitions. Among the results, we underline the strategy of news dramatization, the humanization of the narrative and the exploration of the pedagogical potential of information, in the report genre, e the graphic composition and opinative textual organization, in the articles. Besides these strategies, we realized also the way the texts try to establish the reader's path of reading. Among the reports, this occurs through two possibilities of reading – the total one and the partial attention reading – and in the articles, through the reader's positioning – as an apprentice, interlocutor and confident. These results intend to return to the question of reception as a process in wich is possible to identify, in the product, the presumed reader. This becomes essential to an analize in wich the reader's presence as a constructed strategy is been observed.

Keywords: journalism, genres, reception

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 01: ZONAS DE VISUALIZAÇÃO DA PÁGINA.....	175
--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS

FSP: Folha de São Paulo

OESP: O Estado de São Paulo

GLB: O Globo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O LEITOR NO TEXTO	19
1.1 O PROCESSO DA LEITURA	20
1.2 OS ESTUDOS CULTURAIS.....	22
1.3 SEIS ABORDAGENS TEÓRICAS.....	25
1.3.1 Leitor-modelo	25
1.3.2 O contrato de leitura	32
1.3.3 Estética da recepção	40
1.3.4 Leitor implícito.....	48
1.3.5 Modos de endereçamento	54
1.3.6 Protocolos de leitura	59
1.4 PERSPECTIVAS E DEFINIÇÕES.....	66
2. O JORNALISMO E A PROBLEMÁTICA DOS GÊNEROS	71
2.1 GÊNEROS DO DISCURSO	72
2.2 GÊNEROS JORNALÍSTICOS	78
2.2.1 Resgate histórico	81
2.2.2 Classificação dos gêneros jornalísticos	86
2.2.3 Classificações brasileiras.....	91
2.2.3.1 Contribuições de Luiz Beltrão.....	92
2.2.3.2 Contribuições de José Marques de Melo	99
2.3 OPÇÃO DE ANÁLISE	105
2.3.1 A reportagem	107
2.3.2 O artigo opinativo.....	114
3. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE	121
3.1 OBJETO EMPÍRICO	122
3.1.1 Folha de São Paulo (FSP)	122
3.1.1.1 Informações Atuais.....	123
3.1.1.2 O artigo e a reportagem no Manual da FSP	124
3.1.2 O Estado de São Paulo (OESP)	128
3.1.2.1 Informações Atuais.....	130
3.1.2.2 O artigo e a reportagem no Manual de OESP	131
3.1.3 O Globo	133
3.1.3.1 Informações Atuais.....	134
3.1.3.2 O artigo e a reportagem no Manual de O Globo.....	135

3.2 OPERADORES DE ANÁLISE	137
3.2.1 Operadores de Ordem Textual	138
3.2.1.1 Operador de Pessoa	138
3.2.1.1.1 Discurso direto	141
3.2.1.1.2 Discurso indireto	144
3.2.1.1.3 Discurso indireto livre.....	147
3.2.1.2 Operador de tempo	148
3.2.1.2.1 Marcos Temporais	149
3.2.1.2.2 Deslocamento de tempo	150
3.2.1.3 Operador de Espaço	151
3.2.1.3.1 “Aqui” e “lá”	153
3.2.1.4 Operadores de Orientação	155
3.2.1.4.1 Função referencial	157
3.2.1.4.2 Função emotiva	158
3.2.1.4.3 Função conativa	159
3.2.1.4.4 Função fática	160
3.2.1.4.5 Função poética	161
3.2.1.4.6 Função metalingüística.....	161
3.2.1.5 Operadores de Autoria e Estilo	162
3.2.1.5.1 Apropriação penal.....	166
3.2.1.5.2 Diferentes contextos de exercício	167
3.2.1.5.3 Autoria construída.....	167
3.2.1.5.4 Separação do autor-empírico.....	168
3.2.2 Operadores de Ordem Visual	170
3.2.2.1 Operador de Composição Gráfica	172
3.2.2.1.1 Matéria X contexto	174
3.2.2.1.2 Relação dos elementos	176
4. REPORTAGENS E ARTIGOS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	184
4.1 REPORTAGENS.....	185
4.1.1 Classificação por temática	187
4.1.1.1 Reportagens policiais	188
4.1.1.2 Reportagens esportivas.....	193
4.1.1.3 Outras temáticas	196
4.1.2 Duas possibilidades de leitura	199
4.2 ARTIGOS	207
4.2.1 Composição gráfica	207
4.2.2 Organização textual	210
4.2.3 Posicionamento do leitor.....	215
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
4.3.1 Estratégias construídas	221

4.3.2 Utilização dos operadores.....	224
5. CONCLUSÃO.....	226
6. APÊNDICES.....	239
7. ANEXOS.....	269
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	310

INTRODUÇÃO

Como os jornais procuram atrair o seu leitor para a leitura do texto jornalístico? Que elementos, textuais e gráficos, atraem o leitor a ponto de fazer com que ele dedique minutos do seu tempo e sua atenção? A prática jornalística em veículos impressos, unida à nossa pesquisa de conclusão da graduação, conduziu-nos a estes questionamentos, que foram as bases para o início de nossa investigação. Para respondê-los, algumas outras respostas anteriores precisaram ser encontradas.

Em primeiro lugar, qual a função específica do jornal impresso diante do conjunto de meios de comunicação que se configuram atualmente? Impulsionados pelo avanço tecnológico, os veículos eletrônicos assumem um papel preponderante no oferecimento de informação instantânea, acelerando a distribuição da notícia. Essa característica, entretanto, reduz a possibilidade de uma informação mais aprofundada, que forneça ao leitor não apenas a notícia do fato, mas seus desdobramentos, suas causas e conseqüências. Esse papel tem sido assumido, prioritariamente, pela mídia impressa (cf. LAGE, 1993, p. 46; MEDINA, 1988, p. 17).

Considerando, portanto, o aprofundamento da notícia como o diferencial dos meios impressos, abre-se nosso segundo questionamento: que elemento presente no jornal oferece essa informação ampliada? Para respondê-lo, optamos por recorrer à teoria dos gêneros jornalísticos. Os gêneros jornalísticos, tal como os diferentes gêneros do discurso que perpassam as mais diversas atividades humanas, são uma construção que decorre de uma determinada organização sócio-cultural. Eles oferecem ao leitor não apenas uma sistematização facilitadora da leitura (cf. MAINGUENEAU, 2001), mas criam com ele uma espécie de pacto, funcionando como uma instância mediadora entre o texto e o leitor.

Recorremos às contribuições dos dois principais teóricos sobre gêneros no jornalismo brasileiro – Luiz Beltrão e José Marques de Melo – para fazer nossa opção pelos gêneros reportagem e artigo opinativo, em nosso entender aqueles que melhor representam esse diferencial do jornal impresso. A primeira, por ser um relato ampliado da notícia que oferece um detalhamento, um maior aprofundamento do fato, através da contextualização (oferecer causas e conseqüências), da humanização do relato (inserir personagens) e da utilização da linguagem narrativa. O artigo, por ser um dos gêneros opinativos de maior ocorrência nos jornais analisados e ser considerado uma característica exclusiva dos veículos impressos. Nele, um determinado autor explica, opina, argumenta sobre um fato da atualidade, oferecendo ao leitor elementos para posicionar-se diante dos acontecimentos.

Com tais definições, optamos por tomar como objeto empírico três dos jornais brasileiros de maior circulação, a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Coletamos a amostra a ser analisada através da técnica da semana construída, reunindo um total de 20 edições entre os meses de junho a dezembro de 2002. Faltava, contudo, a sustentação teórico-metodológica que nos permitiria responder aos questionamentos originais.

Voltamos nosso olhar, então, para o momento da interação entre o texto e o leitor – a leitura. O pensamento que norteia todo o presente trabalho é a visão da leitura como uma relação que se estabelece entre duas partes – autor e leitor – através do texto (cf. KLEIMAN, 1989, p.65). São elementos inseridos nessa relação que permitem definirmos quais os fatores que influenciam a decisão da leitura. Vale destacar que a leitura não é aqui considerada como uma ação de mera absorção, mas como uma atividade criativa, uma inter-ação, na qual o leitor estabelece uma relação com os elementos oferecidos pelo texto e confere a eles um sentido renovado (cf. GOULEMOT, 1996, p.108).

Julgamos que, ao observar o texto, podemos encontrar nele vestígios da presença dos outros dois elementos dessa relação: o autor que, mais que um sujeito empírico, é uma estratégia

textual; e o leitor, que pode ser encontrado como conjunto de saberes necessários para o preenchimento das lacunas deixadas no texto. Assim, analisando os textos mediáticos, podemos encontrar os modos como ele se dirige ao leitor, ou seja, que imagem de leitor é criada na instância da produção e quais as formas utilizadas para estabelecer uma interação entre texto e leitor.

Encontradas tais repostas, foi possível traçar o objetivo geral de nossa pesquisa: identificar as estratégias utilizadas pelos jornais impressos para construir a recepção no texto das reportagens e artigos opinativos. Ainda persistia o problema sobre o instrumental a ser utilizado nessa análise. Necessitávamos de operadores que respondessem tanto às características de nosso objeto quanto ao problema que pretendíamos resolver. Estabelecemos, assim, a partir do exposto acima, dois grupos de operadores: Operadores de Ordem Textual e Operadores de Ordem Visual.

No primeiro grupo, encontram-se sub-operadores, como Operador de Pessoa, que analisa a presença de outros discursos no texto, além da voz do narrador; Operador de Tempo, que observa os deslocamentos temporais feitos no decorrer da narrativa; Operador de Espaço, que situa os espaços geográfico, social e cognitivo em que autor e leitor são posicionados pelo texto; Operador de Orientação, que verifica, a partir das funções de linguagem, qual a inclinação do texto; e Operador de Autoria e Estilo, que verifica as marcas de uma autoria construída pelo texto. Quanto aos Operadores Visuais, analisamos a composição gráfica da página impressa, tanto na relação da matéria com seu contexto quanto no que se refere a seus elementos internos.

Mesmo cientes de que esses operadores não correspondem à totalidade de operações possíveis na produção de textos jornalísticos, julgamos que são suficientes para nos oferecerem pistas importantes sobre as estratégias traçadas pelos jornais na criação e manutenção de sua relação com os leitores. A partir de sua aplicação à amostra analisada, chegamos a algumas estratégias de construção da recepção, nas quais podemos perceber uma intencionalidade que remete a um tipo de leitura solicitado, e identificar os recursos utilizados para sua concretização.

O trabalho está dividido em quatro capítulos que refazem esse percurso, próprio de nossa pesquisa. No primeiro capítulo, são apresentadas as noções do processo de leitura e da percepção do leitor no texto. Essa presença é vista a partir de seis diferentes perspectivas teóricas (leitor-modelo, contrato de leitura, estética da recepção, leitor implícito, modos de endereçamento e protocolos de leitura), que são apresentadas de forma sucinta.

O segundo capítulo concentra-se na discussão da problemática dos gêneros, apresentando noções amplas sobre gêneros do discurso e sua aplicação ao jornalismo, com um breve histórico dos gêneros jornalísticos e uma revisão das principais teorias que se detiveram em explicá-los. Ainda nesse capítulo, são abordadas as duas principais contribuições à discussão do gênero jornalístico no Brasil, a saber, a de Luiz Beltrão e a de José Marques de Melo. Para finalizar, traçamos um perfil dos gêneros reportagem e artigo opinativo.

Uma descrição dos três jornais objetos de nossa verificação empírica é feita no terceiro capítulo, que apresenta brevemente sua história, situação atual e a forma como seus respectivos manuais de redação tocam nas questões que envolvem nosso problema de pesquisa. Também nesse capítulo, são descritos os operadores utilizados para a análise, procurando trazer, além da teoria, alguns exemplos que facilitem sua compreensão.

Por fim, o quarto capítulo traz as análises dos textos que compõem a amostra, procurando identificar quais as estratégias utilizadas para a construção da recepção e que tipos de leitura elas prevêem. Nesse capítulo os operadores propostos são também retomados e seus ganhos teóricos e limitações, analisados.

1. O LEITOR NO TEXTO

[...] o processo de escrever, enquanto correlativo dialético, inclui o processo da leitura, e estes dois atos dependem um do outro e demandam duas pessoas diferentemente ativas. O esforço unido de autor e leitor produz o objeto concreto e imaginário que é a obra do espírito. (SARTRE apud ISER, 1999, p.11)

A leitura é o momento de concretização da relação entre autor e leitor e possui o texto como seu elemento concreto. É a partir dessa perspectiva que pretendemos apresentar, neste capítulo, algumas das abordagens que nortearão teoricamente o presente trabalho. Por todas elas perpassa a idéia da leitura como relacional, evocando o texto como elemento de ligação e afirmando a posição do receptor como sujeito ativo na constituição de sentidos proposta pelo autor, além de destacar a presença do leitor no texto na forma de uma estratégia textual.

Para tanto, iniciaremos com uma breve reflexão sobre o que é a leitura e que exigências ela faz aos participantes do seu processo. Em segundo lugar, apresentaremos sucintamente a perspectiva dos estudos culturais, que se destaca por situar o pólo da recepção como agente do processo da comunicação, substituindo a figura do receptor passivo vislumbrada por outras abordagens. Após, traçaremos um quadro com seis abordagens do processo de leitura que consideramos as mais significativas dentro de suas respectivas tradições. Concluindo, faremos uma breve análise comparativa de tais abordagens, apresentando os ganhos teóricos que cada uma traz para nossa pesquisa.

1.1 O PROCESSO DA LEITURA

“Uma interação a distância entre leitor e autor via texto” (1989, p.65). Assim é definida a leitura por Ângela Kleiman. Jean Marie Goulemot vai além e afirma que a leitura é uma atividade produtora de sentidos, independentemente de sua natureza (cf. 1996, p.107).

Ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas seqüências. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural como algumas vezes se pretendeu [...] Ler é, portanto, constituir e não reconstituir um sentido. A leitura é uma revelação pontual de uma *polissemia* do texto literário [grifo no original] (ibidem, p.108).

Para a realização do processo de leitura, são necessários alguns “conhecimentos prévios” (KLEIMAN, 1989) ou “competências” (MAINGUENEAU, 2001)¹. Esses conhecimentos são de três ordens: conhecimento lingüístico, conhecimento textual e conhecimento do mundo. O primeiro tipo de conhecimento diz respeito ao domínio da linguagem do texto, fundamental para a sua compreensão semântica e sintática, do qual decorre o “processamento” do texto, primeiro passo para a leitura (cf. KLEIMAN, p.14-16). O conhecimento textual está ligado à capacidade do leitor em reconhecer diferentes tipos de texto, pois

[...] o conhecimento das estruturas textuais e de tipos de discurso determinará, em grande medida, suas expectativas em relação aos textos, expectativas estas que exercem um papel considerável na compreensão (ibidem, p.20).

Por fim, o conhecimento do mundo diz respeito a todo conjunto de conhecimentos acumulados pelo leitor, adquiridos tanto formal quanto informalmente (cf. ibidem).

A ativação do conhecimento prévio é, então, essencial à compreensão, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer as *inferências* necessárias para relacionar diferentes partes discretas do texto num todo coerente. (ibidem, p.25)

A realização de inferências pelo leitor é fundamental, explica a autora, pois é o resultado delas que permanece da leitura.

¹ Kleiman e Maingueneau aproximam-se bastante nas suas descrições, embora utilizem definições diferentes. O que Kleiman (1989, p.16-21) chama de “conhecimento textual” está muito próximo do que Maingueneau (2001, p.41-42) denomina “competência genérica”. Assim como o “conhecimento de mundo” também pode ser comparado à “competência enciclopédica”. Os autores concordam apenas na denominação da competência lingüística.

Há evidências experimentais que mostram com clareza que o que lembramos mais tarde, após a leitura, são as inferências que fizemos durante a leitura; não lembramos o que o texto dizia literalmente (ibidem).

Portanto, seguindo esse raciocínio, não é o texto em si que produz sentido, mas ele se configura apenas como o estopim para tal processo, que depende decisivamente da atividade do leitor.

A atividade do leitor, entretanto, não pode ser entendida como tendo um caráter estritamente subjetivo, o que permitiria qualquer leitura. Ao contrário, ela estaria mais ligada a um determinado momento histórico e a uma determinada cultura. Nesse sentido, Jesús Martín Barbero apresenta a leitura como uma “mediação”, que procura “ir das estruturas dos textos às estruturas da sociedade ou vice-versa” (2001, p.191). Com tal visão, ele aproxima a leitura da cultura, tal como algumas abordagens que serão apresentadas mais adiante, e considera-a uma dialética, uma leitura viva, “[...] daquela que as pessoas fazem a partir de sua vida e dos movimentos sociais em que a vida se vê enredada” (ibidem). Esta leitura é decorrência da incorporação do “mundo do leitor” ao texto e pode ser percebida por alguns traços, apresentados através de dispositivos de composição gráfica (ibidem, p.192), de fragmentação da leitura (ibidem), de sedução (ibidem, p.193-194) e de reconhecimento (ibidem, p.195-197).

1.2 OS ESTUDOS CULTURAIS

A ênfase na atividade do receptor encontra importante contribuição nos estudos culturais, propostos pelo *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS). O centro, fundado em 1964, na Universidade de Birmingham, Inglaterra, reunia pesquisadores que desenvolviam estudos sobre a cultura, procurando compreendê-la como fator determinante nas novas relações sociais que se estabeleciam naquele momento histórico. Os meios de comunicação recebem um tratamento de destaque nesse contexto pois, segundo Itania Gomes, “entender a cultura, o modo como ela se organiza nas sociedades contemporâneas, implica entender como se dão os processos comunicativos” (GOMES, 2000, p. 101).

Porém, antes mesmo da criação do CCCS, a nova corrente de

investigação já havia se estabelecido. Conforme Gomes, a publicação dos livros *The Uses of Literacy*, de Richard Hoggart, em 1957, *Culture and Society:1780-1950*, de Raymond Williams, em 1958 e *The Making of the English Working Class*, de Edward Palmer Thompson, em 1963, inauguram os Estudos Culturais. Uma das suas principais características era a busca da interdisciplinaridade, utilizando, para isso, contribuições da sociologia, história, filosofia e da crítica literária.

Entre as principais contribuições dos Estudos Culturais para uma mudança na concepção do processo da comunicação de massa, destacam-se quatro elementos identificados por Stuart Hall (HALL, 1980). Primeiro, os *mass media* passam a ser entendidos como difusores das representações ideológicas dominantes; porém – e neste ponto aparece o segundo elemento – a influência não é direta, mas quase sempre sutil e imperceptível. O terceiro elemento de ruptura é a negação de que os textos mediáticos possuam um sentido transparente e, por fim, a percepção de uma audiência ativa e variada, o que permite decodificações diferentes da mesma mensagem de acordo com as vivências sociais de cada grupo.

Ao perceber a audiência não como passiva, mas como um conjunto de sujeitos que, a partir de suas referências, constroem o sentido das mensagens mediáticas, surge a necessidade de estudar como ocorre o processo de recepção.

Estudos de recepção aparece, então, como um termo guarda-chuva que abriga desde a consideração inicial dos processos de decodificação das mensagens até a ênfase nos usos dos meios e no consumo cultural; acolhe desde a investigação de campo sobre o modo como os receptores produzem sentido a partir dos textos mediáticos até a etnografia da audiência, que procura examinar certos encontros entre media e receptores a partir de sua inserção no espaço doméstico e nas práticas da vida cotidiana. (GOMES, 2000, p. 178)

Apesar da preocupação com os processos de construção de sentidos na

cultura e, dentro dela, da comunicação, fazer parte do CCCS desde seu início, os estudos de recepção somente assumem um lugar de destaque em 1980, com a publicação de *The "Nationwide" Audience*, de David Morley. Esta obra marca a primeira investigação empírica de recepção nos Estudos Culturais. Nela, Morley compara os conteúdos do texto do programa televisivo *Nationwide* e a decodificação da mensagem feita pelos receptores.

A pesquisa analisa duas diferentes forças que agem sobre o receptor no processo de produção de sentido: uma, presente no texto, composta por suas estruturas internas na intenção de conduzir o leitor a fazer uma certa leitura; outra, toda a bagagem cultural que o receptor traz, a partir de suas vivências. Mesmo considerando as diferenças entre os suportes, acreditamos ser possível aproximar tais considerações do processo de leitura do veículo impresso.

Hall (1980) pensa esse processo como um circuito que é constituído por quatro momentos distintos, porém dependentes - produção, circulação, distribuição, consumo. Por ele circulam formas discursivas que transmitem significados e mensagens. Dois momentos são determinantes na construção do sentido da mensagem: a codificação e a decodificação (cf. *ibidem*, p.129). No primeiro, o produtor estaria enviando uma mensagem ao receptor através do texto. O segundo momento é o da decodificação, em que o leitor fará sua apreensão do texto e, conseqüentemente, produzirá um sentido a partir dele. Nessa concepção, o leitor assume um duplo papel, de "fonte" e "receptor" da mensagem enviada (cf. *ibidem*, p.130).

Essa condição do leitor ativo remete à concepção dos Estudos Culturais, pois estes consideram que não é apenas a bagagem da história pessoal, mas também os fatores da cultura (classe social, faixa etária, gênero, etc.) que podem

influenciar os sentidos que um leitor confere ao texto. “Ler será, portanto, fazer emergir a biblioteca vivida, quer dizer, a memória de leituras anteriores e de dados culturais”. (GOULEMOT, 1996, p.113)

1.3 SEIS ABORDAGENS TEÓRICAS

A presença do leitor no texto passou a ser uma preocupação a partir da década de 60 do século passado, embora a visão da obra como um conjunto de estratégias que pretendem causar um determinado efeito sobre seu espectador possa ser encontrada já em Aristóteles, na *Arte Poética*. Tentando fazer uma “arqueologia” dessa presença, que chama de “fantasma do leitor”, Umberto Eco (2000) afirma que Wayne Booth foi o primeiro a mencionar essa relação, em seu *The Rhetoric of Fiction*, de 1961².

No presente trabalho optamos por apresentar seis abordagens de diferentes perspectivas teóricas, escolhidas por serem as fontes mais atuais e sistemáticas dessa visão do processo da leitura: da semiótica da interpretação, será apresentada a noção do leitor-modelo; da sociosemiótica, o contrato de leitura; a teoria da estética da recepção; da teoria dos efeitos, o leitor-implícito; dos estudos culturais, os modos de endereçamento; e da teoria desconstrutivista, os protocolos de leitura.

1.3.1. Leitor-modelo

[...] todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça uma parte de seu trabalho. Que problema seria se um texto tivesse de dizer tudo que o receptor deve compreender – não terminaria nunca. (ECO, 1994, p.09)

Ao perceber o texto como “uma máquina preguiçosa” (ECO, 1986, p.11), Umberto Eco postula a atividade cooperativa do leitor na interpretação e confere a ele um papel importante no que chama de “instância gerativa” e “instância

² Não é nossa intenção apresentar a listagem detalhada de todas as abordagens que já mencionaram a relação entre autor, texto e leitor. Tal listagem foi apresentada, embora de forma bastante sucinta, por Umberto Eco e pode ser consultada em *Os limites da interpretação* (ECO, 2000, p. 2-6).

interpretativa” (ECO, 1986; 2000)³. “O texto está, pois, entremeado de espaços brancos, de interstícios a serem preenchidos, e quem o emitiu previa que esses espaços e interstícios seriam preenchidos e os deixou em branco [...]” (ECO, 1986, p.37).

Ao deixar espaços em branco, o texto aponta para uma série de conhecimentos que são necessários ao seu preenchimento. A esse conjunto de conhecimentos, Eco denomina enciclopédia.

Para atualizar as estruturas discursivas, o leitor confronta a manifestação linear com o sistema de códigos e subcódigos fornecidos pela língua em que o texto foi escrito e pela competência enciclopédica a que por tradição cultural aquela própria língua remete (ibidem, p.60).

Utilizando o conceito de “semiose ilimitada”⁴, tal como desenvolvido por Charles Peirce, Eco define que a enciclopédia também é ilimitada, o que deixa ao texto a possibilidade de diversas interpretações.

³ Eco considera como instância gerativa aquela “que prevê as regras de produção de um objeto textual indagável independentemente dos efeitos que provoca” e como instância interpretativa a articulação entre a “interpretação como pesquisa da *intentio auctoris*, interpretação como pesquisa da *intentio operis* e interpretação como imposição da *intentio lectoris*” (ECO, 2000, p.6). O autor enfatiza a importância do debate entre essas duas instâncias ou dois enfoques possíveis de interpretação de um texto, que não será mais detalhado neste trabalho por fugir das intenções da pesquisa.

⁴ Para a compreensão da semiose ilimitada, é preciso rever a descrição da relação triádica do signo desenvolvida por Peirce, que dá origem ao conceito de interpretante: “Um signo, ou *representâmen*, é alguma coisa que está para alguém em lugar de alguma coisa em qualquer relação ou capacidade. Isso se endereça a alguém, ou seja, cria na mente daquela pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. O signo que é criado eu o chamo de *interpretante* do primeiro signo. Este signo está para alguma coisa, o próprio *objeto*. Ele está para aquele objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a uma espécie de idéia, que então chamei de *ground* da representação” (PEIRCE 2.228 apud ECO, 1986, p.14). Júlio Pinto explica que semiose pode ser compreendida como “a produção de sentido, processo infinito pelo qual, através de sua relação com o *objeto* (v.), o *signo* (v.) produz um interpretante que, por sua vez, é um signo que produz um interpretante e assim por diante” [grifos no original] (1995, p.49). Interpretante seria, assim, algo como uma imagem mental formada a partir de um signo ou *representâmen* com o qual a pessoa teria contato e por algo que já existe em forma de tipo ou *ground*, na sua enciclopédia. O interpretante criado na mente dessa pessoa, como afirma Peirce, é um novo signo que se relaciona também com o objeto ou referente inicial. Tal signo novamente dá origem a outro em um processo que o autor considera como ilimitado, produzindo sempre novos signos e interpretantes. No *Tratado Geral de Semiótica*, Eco afirma que “para estabelecer o significado de um significante é necessário nomear o primeiro significante por meio de um outro significante, que a seu turno conta com outro significante que pode se interpretado por outro significante, e assim sucessivamente” (ECO, 1980, p.58). Semiose

Enfatiza, entretanto, que a enciclopédia não é infinita, e seu limite é o “universo do discurso” (cf. *ibidem*, p.23-24). Para explicar, Eco convoca o conceito de “mundos possíveis”, proposto por ele com a intenção de

reduzir os repertórios enciclopédicos nos âmbitos de precisos universos do discurso e por meio de modelos que reduzam exatamente a formato manejável o número de propriedades em jogo e suas combinações (ECO, 1986, p.24).

Isso significa que, dentro das ilimitadas possibilidades que um termo apresenta, é o universo do discurso que deverá informar quais deverão ser atualizadas e quais ficarão suspensas ou, como o autor chama, “narcotizadas”. Diante dessa atividade, o autor reafirma que é a “cooperação do leitor que deve decidir onde ampliar e onde bloquear o processo de interpretabilidade ilimitada” (*ibidem*, p.70).

O texto, portanto, “representa uma cadeia de artifícios de expressão que devem ser atualizados pelo destinatário” (*ibidem*, p.35). Porém, longe de se deixar moldar pelo leitor, o texto, conforme Eco, produz aquele que seria o conjunto de competências ideais para realizar sua atualização desejada:

Um texto é um artifício que tende a produzir seu próprio leitor-modelo. O leitor-empírico é aquele que faz a conjectura sobre o tipo de leitor-modelo postulado pelo texto. O que significa que o leitor empírico é aquele que tenta conjecturas não sobre as intenções do autor empírico, mas sobre as do autor-modelo. O autor-modelo é aquele que, como estratégia textual, tende a produzir um certo leitor-modelo. (*idem*, 2000, p.15)

A definição acima apresenta, ainda que de forma resumida, o esquema proposto por Eco para a construção da relação entre os elementos que compõem o

é justamente esse processo pelo qual um representâmen cria na mente de uma pessoa uma imagem – interpretante – que remete a um determinado objeto – referente. Tal processo é ilimitado porque o interpretante será sempre um novo signo que remeterá a um outro signo e, assim, ilimitadamente. O

processo de leitura, a saber: os conceitos de leitor-modelo, leitor empírico, autor-modelo e autor empírico. Segundo o autor, “o leitor-modelo constitui um conjunto de *condições de êxito*, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no seu conteúdo potencial” [grifo no original] (idem, 1986, p.45). Como esse conjunto é hipotético, forjado pelo autor e pela obra, nunca deverá existir realmente, na realidade, o texto deverá estabelecer uma relação com uma pessoa concreta, chamada de leitor empírico. Da mesma forma, o autor-modelo não existe de forma concreta, mas sim como uma estratégia textual, reconhecido por marcas de estilo, por assumir um papel actancial ou por suas intervenções como sujeito da enunciação (cf. ibidem, p.44-45). O autor empírico é o sujeito concreto que cria tais estratégias.

Em *Os limites da interpretação*, o autor amplia um pouco a definição de leitor-modelo proposta em *Lector in fabula* e afirma que ele pode ser de dois tipos: o leitor semântico (ou ingênuo) e o leitor crítico (cf. idem, 2000, p.12-13). Essa diferenciação decorre de dois tipos de interpretação possíveis em um texto, a semântica ou semiósica e a crítica ou semiótica. Conforme Eco,

a interpretação semântica ou semiósica é o resultado do processo pelo qual o destinatário, diante da manifestação linear do texto, preenche-a de significado. A interpretação crítica ou semiótica é, ao contrário, aquela por meio da qual procuramos explicar por quais razões estruturais pode o texto produzir aquelas (ou outras, alternativas) interpretações semânticas. (ibidem, p.12)

A interpretação semiótica ou crítica seria, então, aquela que busca descobrir as estratégias do texto, enquanto a semiósica ou semântica, numa posição

autor afirma que “a condição basilar da semiose é exatamente esta condição de regresso infinito” (ibidem, p.23).

mais passiva, aquela que apenas cumpre o que o texto “manda” para atualizar seus significados.

Sonia Salomão, analisando Eco, explica que “um texto pode ser interpretado seja semanticamente, seja criticamente [...]” (SALOMÃO, 1993, p.100).

Essa escolha permitirá

[...] distinguir entre *interpretação* e *uso de um texto*. Quando se respeita o *mundo possível* de um texto e o *léxico* de uma época, estamos no âmbito de uma pesquisa textual. Quando buscamos no texto, por exemplo, indícios para uma leitura biográfica do autor, estamos fazendo *uso do texto* [grifos no original] (ibidem).

A diferenciação entre interpretação e uso já havia sido proposta no *Lector in fabula*, mas o autor retoma sua proposta em *Os limites da interpretação*, deixando claro que

[...] um texto, uma vez separado de seu emissor (bem como da intenção do emissor) e das circunstâncias concretas de sua emissão (e conseqüentemente de seu referente implícito), flutua (por assim dizer) no vazio de um espaço potencialmente infinito de interpretações possíveis. Conseqüentemente, texto algum pode ser interpretado segundo a utopia de um sentido autorizado fixo, original e definitivo. (ECO, 2000, p.XIV)

Adiante no texto, porém, completa:

dizer que um texto é potencialmente sem fim não significa que *todo* ato de interpretação possa ter um final feliz. [...] Isso significa que o texto interpretado impõe restrições a seus intérpretes. Os limites da interpretação coincidem com os direitos do texto (o que não quer dizer que coincidam com os direitos do seu autor) (ibidem, p.XXII).

De tal forma, Eco abre a discussão para as três possíveis “intenções” de um texto: a *intentio operis*, a *intentio auctoris* e a *intentio lectoris* e faz críticas à sociologia da recepção, que privilegia a posição do leitor; à estética da recepção,

que localiza sua preocupação na obra, porém percebe alterações das suas intenções com o passar do tempo; e às teorias desconstrutivistas modernas, que “deslocam ostensivamente a tônica para a iniciativa do destinatário e a irreduzível ambigüidade do texto, de tal forma que o texto se torna puro estímulo para a deriva interpretativa” (ibidem, p.9).

A sua teoria do leitor-modelo é posicionada, neste quadro, dentro da semiótica da interpretação, que “comumente busca, no texto, a figura do leitor *constituendo*, assim buscando, também ela, na *intentio operis*, o critério para avaliar as manifestações da *intentio lectoris*” (ibidem, p.9). Segundo Eco, a *intentio operis* é a interpretação de determinada idéia que ocorre quando ela é confirmada em outro ponto do mesmo texto, ou pelo menos quando ela não é refutada (cf. ibidem, p.14). Nesse processo, o papel do leitor seria o de “fazer uma conjectura sobre a *intentio operis*, conjectura essa que deve ser aprovada pelo complexo do texto como um todo orgânico” (ibidem, p.15).

Tanto as propostas apresentadas mais recentemente, quanto as definições de leitor e autor-modelo propostas no *Lector in fabula*, enfatizando que “a cooperação textual é fenômeno que se realiza [...] entre duas estratégias discursivas e não entre dois sujeitos individuais” (ECO, 1986, p. 46), reduzem a atividade do leitor a somente realizar as tarefas previstas ou “cair nas armadilhas” já preparadas pela obra. Eco reconhece que sua postura dá margem a essa percepção e argumenta que

defender a interpretação do texto contra o uso dele não significa que os textos não possam ser usados. Mas o livre uso deles nada tem a ver com sua interpretação, visto que interpretação e uso sempre pressupõem uma referência ao texto-fonte [...] (idem, 2000, p.18).

Apesar disso, é inegável que em tal perspectiva a atividade do leitor se reduz, passando a ser ele apenas um perseguidor cognitivo de pistas igualmente cognitivas.

O instrumento principal na aplicação da teoria do leitor-modelo é a noção de “mundos possíveis”. Eco explica que “[...] um mundo consiste em um conjunto de *individuos* dotados de *propriedades*” [grifos no original] (ECO, 1986, p.109). Tais propriedades podem ser ações, personagens e todo tipo de proposição imaginada ou imaginável pelo leitor. Os mundos possíveis são construídos a partir de algumas referências do “mundo real” que podem ser reconhecidas pelo leitor, deixando em aberto somente aquilo que é claramente indicado. Na fábula de Chapeuzinho Vermelho, por exemplo, é necessário que o leitor saiba o que é uma floresta, uma criança e um lobo, porém, é preciso admitir que, no mundo possível da história, os lobos falam.

O mundo real, que serve como referência para o leitor compreender os mundos possíveis, é entendido por Eco como “construto cultural” (cf. *ibidem*, p.112). De tal forma, “um mundo possível constitui parte do sistema conceitual de algum sujeito e depende de esquemas conceituais” (*ibidem*, p.113). Assim, é possível, a partir dessa noção, prever a enciclopédia necessária ao leitor-modelo para que consiga fazer as inferências exigidas pela obra.

Na sua proposta de aplicação da teoria do leitor-modelo, apresentada nos capítulos finais de *Lector in fabula*, o autor questiona justamente as possíveis inferências feitas pelo leitor na atualização dos textos. A análise de Eco é feita pelo preenchimento das lacunas deixadas no texto e pelo estabelecimento de suposições sobre as decisões interpretativas que devem ser tomadas pelo leitor. Com tais indicações, ele consegue “refazer” o percurso do leitor, dividindo o texto em pequenos fragmentos e levantando quais as hipóteses elaboradas a partir das pistas fornecidas em cada seqüência. O olhar mais detido sobre tais “armadilhas textuais” permite perceber a figura do autor-modelo, aquele que prepara tais caminhos, jogando com as expectativas criadas por cada gênero do discurso e prevendo possíveis frustrações e êxitos do leitor. O leitor-modelo é aquele que poderá cair nessas armadilhas.

1.3.2. O contrato de leitura

[...] trata-se, para nós, de descobrir os meios de retrair o processo por trás do sentido produzido; de reconstituir a produção através das marcas contidas nos ‘estados’ que são os textos. (VERÓN, 1980, p.205)

A ênfase inicial de Eliseo Verón está centrada na produção de sentidos de um texto feita através de sua relação com outros elementos que compõem o “circuito da linguagem” (cf. *ibidem*, p.190).

Uma abordagem que se proponha a aplicar, aos fenômenos de sentido, o modelo de um sistema produtivo, deve postular relações sistemáticas entre conjuntos significantes dados (atestados), por um lado, e os aspectos fundamentais de todo sistema produtivo, de outro: produção, circulação, consumo (*ibidem*).

Tal aproximação com o sistema produtivo pode ser percebida até mesmo pela metáfora empregada na proposta de Verón – “contrato de leitura” – e dará também o tom de sua preocupação, voltada essencialmente para o consumo do conteúdo mediático.

Assim, cada texto seria composto pelo conjunto de operações que interferem significativamente na sua produção e deixam nele marcas que permitem sua reconstrução. Segundo o autor,

descrever o trabalho social de investimento de sentido em matérias significantes consiste em analisar *operações discursivas*. Essas operações são reconstruídas (ou postuladas) a partir de *marcas* presentes na [sic] matérias significantes [grifos no original] (*ibidem*, p.193).

Estas operações são apresentadas pelo autor na forma de dois conceitos: a “gramática da produção” e as “gramáticas de reconhecimento” (cf. *ibidem*, p.192-194)⁵. Para analisar um texto, portanto, seria necessário reconstruir o processo de produção a partir do “produto” final (cf. VERÓN,

⁵ Em *Dictionnaire des idées non reçues*, publicado em 1979, o autor afirma considerar uma gramática da produção e diversas gramáticas de reconhecimento (p.126). Entretanto, no livro **A produção de sentido**, publicado em 1980, o autor não menciona mais tal diferença, trata de “gramáticas” no plural os dois casos.

1979, p.127) com o objetivo de encontrar nele sua gramática de produção e suas gramáticas de reconhecimento. Estas não se concentram exclusivamente na estrutura interna do texto, mas são resultado de uma condição histórica (cf. idem, 1980, p.194).

Uma gramática de produção define um *campo de efeitos de sentido* possíveis, mas a questão de saber qual, concretamente, a gramática de reconhecimento que é aplicada a um texto num momento dado não pode jamais ser decidida à luz tão só das regras de produção: tem de ser decidida em função da história dos textos. (VERÓN, 1980, p.194)

Tal análise, segundo o autor, deve ser feita em dois momentos: o primeiro, descritivo e o segundo, explicativo. No primeiro momento, o analista é convocado a descrever as operações discursivas presentes no texto a partir das informações contidas em sua superfície significativa, responsáveis pelos sentidos produzidos. O segundo momento seria mais voltado para o reconhecimento, procurando respostas sobre porque tais operações foram postas em ação e que efeitos elas buscam causar nos receptores (cf. ibidem, p.206).

É a partir da relação do texto com o seu receptor que Verón propõe o seu modelo de “contrato de leitura” para analisar os textos mediáticos. A noção de “contrato de leitura” dos *media* foi apresentada por Verón em um artigo de 1983⁶ e baseia-se, principalmente, na “teoria da enunciação”, postulando que, diante da homogeneização dos conteúdos e formatos dos suportes impressos, o que diferencia um veículo dos seus concorrentes são justamente as “modalidades do dizer” (cf. idem, 1985). Desta forma,

um mesmo conteúdo [...] pode ser representado por estruturas enunciativas bem diferentes: em cada uma dessas estruturas enunciativas, aquele que fala (o enunciador) constrói um ‘lugar’ para

⁶ O autor apresentou pela primeira vez a noção de “contrato de leitura” no texto *Quand lire, c’est faire: l’enonciation dans le discours de la presse écrit*. In: **Sémiotique II**, Paris, Instituto de Pesquisas e de estudos Publicitários, 1984, p.33-56.

ele mesmo, 'posiciona' o destinatário de uma certa maneira, e estabelece, assim, uma relação entre essas duas categorias (ibidem, p.209)⁷.

Como já dito, o autor utiliza a metáfora do “contrato” para descrever tal relação, afirmando que ela sempre se estabelece entre duas partes, no caso dos jornais impressos, entre o “discurso do suporte” e os seus leitores, sendo, portanto, um “contrato de leitura”. “No caso das comunicações de massa, evidentemente, é o meio que *propõe* o contrato” [grifo no original] (idem, 1985, p.206)⁸. E acrescenta que “a noção de ‘contrato’ ressalta sobre as condições de construção do laço que une no tempo uma mídia a seus consumidores. [...] O objetivo deste contrato [...] é construir e preservar o *habitus* de consumo” (idem, 1991, p.168)⁹.

A questão principal que deve ser respondida pelo analista do contrato de leitura é “como o texto garante a fidelização do seu leitor ao longo do tempo?” Esta fidelização pode ser alcançada através da capacidade do veículo de

propor um contrato que se articule corretamente aos ‘objetivos’, às motivações, aos interesses, aos conteúdos do imaginário do ponto visado; de fazer evoluir seu contrato de leitura de modo a ‘seguir’ a evolução sócio-cultural do leitorado preservando todo o vínculo; de modificar seu contrato de leitura se a situação concorrencial o exige, fazendo-o de uma maneira coerente (idem, 1985, p.206)¹⁰.

⁷ No original: “[...] qu’un même contenu [...] peut être pris en charge par des structures énonciatives très différentes: dans chacune de ces structures énonciatives, celui que parle (l’énonciateur) se construit une ‘place’ pour lui-même, ‘positionne’ d’une certaine manière le destinataire, et établit ainsi une relation entre ces deux places.” (Tradução Giovandro Marcus Ferreira e Augusto Drumond Moraes).

⁸ No original: “ Dans le cas des communication de masse, bien entendu, c’est le media qui *propose* le contrat”. (Tradução Ferreira e Moraes).

⁹ No original: “La notion de ‘contrat’ met l’accent sur les conditions de construction du lien qui unit *dans le temps* un media à ses ‘consommateurs’. [...] L’objectif de ce contrat [...] est de construire et préserver l’*habitus* de consommation” (Tradução Ferreira e Moraes).

¹⁰ No original: de proposer un contrat qui s’articule correctement aux attentes, aux motivations, aux intérêts, aux contenus de l’imaginaire de la cible visée; de faire évoluer son contrat de lecture de façon à ‘suivre’ l’évolution sócio-culturelle du lectorat tout em préservant le lien; de modifier son contrat de lecture si la situation concurrentielle l’exige, en le faisant d’une manière cohérente.” (Tradução Ferreira e Moraes).

Para aplicar o modelo do contrato de leitura na análise de um material mediático, Verón considera necessário, primeiramente, distinguir entre nível de enunciado e nível de enunciação. O primeiro, de forma bastante simplificada, pode ser descrito como o conteúdo, que pode ser o mesmo em diversos suportes. A enunciação é a instância na qual se estabelece o contrato, que significa as formas de dizer ou transmitir o conteúdo. O autor ressalta, entretanto, que a enunciação não é algo à parte, que ela somente deve ser percebida separadamente para facilitar a análise (cf. VERÓN, 1985, p.210).

O segundo passo é a observação, de forma comparativa, de diferentes suportes, para que possamos entender as diversas formas pelas quais o veículo tenta se relacionar com seu leitor. Essas interações, conforme Verón, podem ser percebidas em alguns elementos como a capa, a relação entre o texto e as imagens, os modos de classificação e distribuição do conteúdo, os “dispositivos de chamada”, como títulos e subtítulos, o percurso proposto ao leitor e a própria diagramação (cf. *ibidem*, p. 211). É possível, através deste modelo, identificar alguns itens, como as posições assumidas pelo enunciador e pelo leitor, bem como a hierarquia dos papéis enunciativos.

O autor propõe uma análise de títulos de revistas femininas francesas, editadas mensalmente, como exemplos de aplicação do seu modelo, centrando-se em operadores lingüísticos, como as escolhas verbais e dos pronomes possessivos utilizados, bem como as funções de linguagem adotadas. Na análise citada, por exemplo, Verón destaca uma tentativa de criar “cumplicidade” com o leitor pela interpelação, feita através do uso do imperativo (cf. *ibidem*, p.214). Ou ainda o posicionamento do enunciador com uma postura pedagógica, que se afasta do leitor e estabelece uma relação nós-você (cf. *ibidem*, p.213).

Para realizar a análise é preciso, ainda, cumprir três exigências. A primeira exigência é a “regularidade das propriedades descritas”, ou seja, identificar no material aquelas características estáveis e não as de uso eventual. Isso exige do pesquisador a análise de um período longo, que o autor determina em “não menos que dois anos” (cf. *ibidem*). A segunda exigência envolve o princípio metodológico

do modelo, que é o trabalho sobre as diferenças entre veículos, portanto, a análise deverá ser sempre comparativa (cf. idem, 1985; 1997). “Trata-se sempre de referenciar as semelhanças e diferenças regulares entre os suportes estudados, a fim de cercar a especificidade de cada um.” (idem, 1985, p.211)¹¹ Por fim, a “sistematicidade das propriedades exibidas por cada suporte”, que consiste na descrição dos elementos encontrados a partir das exigências anteriores e que “[...] deve permitir determinar a configuração do conjunto dessas propriedades, a fim de resgatar o contrato de leitura e de identificar seus pontos fracos, suas ‘zonas’ de ambigüidades, suas incoerências eventuais” (ibidem)¹².

A inserção do contrato de leitura em uma perspectiva histórica – que pode ser percebida tanto na descrição quanto nas exigências da análise do contrato de leitura – posiciona o modelo dentro da corrente teórica denominada sóciosemiótica (ou, como Verón chama, a teoria dos discursos sociais) que, além do estudo interno do texto proposto pela semiótica tradicional, propõe uma análise mais ampla, que se estenda ainda para o contexto no qual ele está inserido. O autor defende esse tipo de análise por considerar que “é impossível conceber qualquer fenômeno de sentido à margem do trabalho significativo de uma cultura, seja ela qual for, e, por conseguinte, fora de uma sociedade determinada” (idem, 1980, p.173). E acrescenta que

a descrição de um conjunto de propriedades discursivas só é pertinente se está formulada à luz de hipóteses (explícitas ou implícitas) sobre as condições de produção e de consumo dos

¹¹ No original: “Il s’agit toujours de repérer les ressemblances et les différences régulières entre les supports étudiés, afin de cerner la spécificité de chacun.” (Tradução Ferreira e Moraes).

¹² No original: “[...] doit permettre de déterminer la configuration d’ensemble de ces propriétés, afin de dégager le contrat de lecture et d’identifier ses points forts et ses points faibles, ses ‘zones’ d’ambigüité, ses incohérences éventuelles.” (Tradução Ferreira e Moraes).

discursos (do contrário não saberíamos, inclusive, o *que* descrever) [grifo no original] (idem, 1997, p.522)¹³.

Conforme Verón, a sociosemiótica ainda se move dentro de um espaço bastante restrito. Por um lado, está limitada pela sociologia que, embora ofereça objetos interessantes para a investigação, não possui ferramentas que permitam a análise da produção de sentido. Pelo outro, a limitação é imposta pela “pragmática”, entendida como “lingüística ampliada” (cf. *ibidem*, p.523). Ao tentar explicar por que o movimento de análise proposto por ele é diferente do realizado pela pragmática, Verón afirma que a sociosemiótica

[...] parte dos discursos sociais (discurso político, publicitário, informativo, literário, conversações produzidas em contextos cotidianos ou institucionais determinados, etc.); e trata de compreender suas propriedades e seus modos de funcionamento no seio de uma sociedade dada, considerando que seu estatuto de objetos sociais *sobredetermina seus outros níveis de sentido*. Se, para tomar impulso teórico, a pragmática parte de uma significação literal que ela vai superar, para a sociosemiótica as ‘significações literais’ são o resultado (o resíduo, poder-se-ia dizer) de um enorme dispositivo social: a ‘significação’ literal é esse sentido que permanece quando os demais aspectos do funcionamento do discurso são neutralizados. [grifos no original] (*ibidem*, p.524)¹⁴

Posicionando-se neste quadro teórico determinado, Verón critica as correntes que consideram apenas a estrutura do texto, afirmando que

não há *uma* leitura ‘universal’ do discursivo que nos permitiria descobrir de uma só vez estruturas comuns a todo objeto discursivo,

¹³ No original: “la description d’un ensemble de propriétés discursives n’est pertinente que si elle est faite À la lumière d’hypothèses (explicites ou implicites) sur les conditions de production et de consommation des discours (autrement, nous ne saurions même pas *quoi* décrire). (Tradução nossa)

¹⁴ No original: “[...] part des discours sociaux (discours politique, publicité, information, littérature, conversations dan des contextes quotidiens ou institutionnels déterminés, etc.), elle essaie de comprendre leurs propriétés el leurs modes de fonctionnement au sein d’une société donnée, et elle considère que leur statut d’objets sociaux *surdétermine les autres niveaux du sens*. Si, pour prendre son élan théorique, la pragmatique part d’une signification littérale qu’elle va dépasser, pour la sociosémiotique les ‘signification littérales’ son le résultat (le résidu, pour-rait-on dire) d’un énorme dispositif social: la ‘signification littérale’ est ce sens qui reste lorsqu’on a réussi à neutraliser tous les autres aspects du fonctionnement du discours” (Tradução nossa).

independentemente de critérios específicos de produção de textos específicos (idem, 1980, p.82).

Critica, pelo mesmo motivo, as teorias da recepção, que considera não estarem voltadas ao receptor por se deixarem restringir por um academicismo que volta sua atenção apenas para a interrogação

[...] sobre o espaço reservado na obra por ela mesma, ao leitor. Receptor virtual, portanto, entidade do discurso inscrita nas dobras da obra e traduzindo, sobretudo, a ou as figuras do leitor fazendo parte do imaginário do autor (idem, 1991, p.166)¹⁵.

Inserindo-se na tradição marxista, Verón resgata a importância de perceber o processo como um todo e não apenas um de seus elementos constituintes: “[...] se souber olhar bem, todo produto traz os traços do sistema produtivo que o engendrou”, pois “a natureza de um produto só é inteligível em relação às regras sociais de seu engendramento” (idem, 1980, p.199). Entretanto, deixa claro que não basta olhar para a produção de forma isolada, é preciso perceber as formas como o texto é recebido pelo seu leitor, mesmo levando em consideração que

qualquer que seja o nível de produção de sentido em que nos coloquemos, qualquer que seja o lapso de tempo histórico que recortemos, gramáticas de produção e gramáticas de reconhecimento não coincidem jamais exatamente (ibidem, p.201).

Giovandro Ferreira explica que “a relação entre a produção e o reconhecimento de um conjunto discursivo será sempre marcada por uma diferença. Essa diferença constitui o essencial dos discursos sociais” (FERREIRA, 1999a,

¹⁵ No original: “[...] sur la place réservée, dans l’oeuvre elle-même, au lecteur. Récepteur virtuel, donc, entité de discours inscrite dans les plis de l’oeuvre, et traduisant surtout la, ou les, figures du lecteur faisant partie de l’imaginaire de l’auteur.” (Tradução Ferreira e Moraes).

p.84). Verón explica esse desnível através do conceito de “circulação”, que forma uma rede entre todos os discursos sociais.

Na rede infinita da semiose, toda gramática de produção pode ser encarada como resultado de condições de reconhecimento determinadas, e uma gramática de reconhecimento só pode ser atestada sob a forma de um determinado processo de produção textual: eis a forma da rede da produção textual na História (VERÓN, 1980, p.194).

1.3.3 Estética da Recepção

Em 1967, Hans Robert Jauss profere, na Universidade de Constança, uma aula inaugural intitulada originalmente “O que é e com que fim se estuda história da literatura?”. Seu objetivo era resgatar os estudos da literatura dentro de um ponto de vista histórico, algo que vinha sendo deixado de lado a partir da primazia do estruturalismo vigente. Vinte anos depois, em agosto de 1987, em uma entrevista ao jornal alemão *Frankfurter Allgemeine*, Jauss declarou-se surpreso com a repercussão de sua proposta que, transformada em livro, alcançou 40 mil leitores em 17 traduções (cf. JAUSS, 1994, p. 71-78).

A grande novidade que causou esse alvoroço foi o resgate do leitor para a análise da obra. Segundo o autor, nenhum texto é escrito apenas para a interpretação de especialistas, ao contrário, ele sempre é dirigido a um leitor. Esse leitor vai ser diferente a partir do contexto sócio-histórico em que está inserido e, portanto, sua interpretação deve também variar. A proposta do autor é

[...] aclarar o processo atual em que se concretizam o efeito e o significado do texto para o leitor contemporâneo e [...] reconstruir o processo histórico pelo qual o texto é sempre recebido e interpretado diferentemente, por leitores de tempos diversos (JAUSS, 2002, p.70).

O objetivo desse movimento, para ele, deve ser “comparar o efeito atual de uma obra de arte com o desenvolvimento histórico de sua experiência” (ibidem).

É preciso enfatizar a distinção que Jauss faz entre “efeito” e “recepção”. Para ele, efeito é o “momento condicionado pelo texto” e a recepção, “o momento condicionado pelo destinatário”

(ibidem, p. 73). O encontro desses dois horizontes, a obra de um lado e o leitor pertencente a um contexto sócio-histórico de outro, produz o que o autor chama de um “momento de nova significação” (ibidem). Esse encontro é sempre renovado acrescentando à obra novas significações, porém não é subjetivo, como o autor deixará claro em uma de suas teses, que será apresentada adiante.

Ao contrário de Eco, que considera de modo negativo a alteração do sentido original da obra, Jauss avalia essa perspectiva de mudança histórica como enriquecedora. Para ele,

[...] o diálogo entre autor, leitor e novo autor refaz a distância temporal no vai-e-vem de pergunta e resposta, entre resposta original, pergunta atual e nova solução, concretizando-se o sentido sempre doutro modo e, por isso, sempre mais rico (ibidem, p.79).

E em outro momento afirma que

[...] o autor não pode subordinar a recepção ao propósito com que compusera a obra: a obra realizada desdobra, na *aisthesis* e na interpretação sucessivas, uma multiplicidade de significados que, de muito, ultrapassa o horizonte de sua origem (ibidem, p.102)¹⁶.

Tendo como objeto de estudo a história da literatura, Jauss considera que “a obra literária é condicionada primordialmente pela relação dialógica entre literatura e leitor” (JAUSS, 1994, p.23). Tal relação possui implicações estéticas, pois sua apreciação é influenciada por um valor estético que deriva da comparação com outras obras já lidas; e implicações históricas, pois permite que a recepção seja enriquecida pelas diversas interpretações feitas em épocas diferentes (cf. ibidem). Com isso, o autor retoma sua idéia inicial e apresenta sua proposta:

Se, pois, se contempla a literatura na dimensão de sua recepção e de seu efeito, então a oposição entre seu aspecto estético e seu aspecto histórico vê-se constantemente mediada, e reatado o fio que liga o fenômeno passado à experiência presente da poesia [...] (ibidem).

¹⁶ O autor retoma da tradição estética três categorias, que considera principais para a análise da fruição estética: a *poiesis*, que se concentra no prazer do autor ante sua obra, a *aisthesis*, que “designa o prazer estético da percepção reconhecedora e do reconhecimento perceptivo”, localizado, portanto, no leitor/receptor; e a *katharsis*, que é o prazer causado pelo texto “capaz de conduzir o ouvinte e o espectador tanto à transformação de suas convicções quanto à liberação de sua psique” (cf. JAUSS, 1994, p.100-101).

A teoria da estética da recepção proposta por Jauss é dividida em sete teses, que encerram em si também o aparato metodológico a ser utilizado na análise. A primeira das teses afirma, em resumo, que a obra literária só pode ser compreendida na recepção e essa recepção varia de acordo com o momento histórico em que ocorre. Conforme o autor, “a obra literária não é um objeto que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto. [...] Ela é, antes, como uma partitura voltada para a ressonância sempre renovada da leitura” (ibidem, p.25). Com tal premissa o autor coloca sobre o leitor a primazia na interpretação da obra, enfatizando que ela apenas se efetiva pela leitura. “A literatura como acontecimento cumpre-se primordialmente no horizonte de expectativa dos leitores, críticos e autores, seus contemporâneos e pósteros, ao experienciar a obra.” (ibidem, p.26)

Na sua segunda tese Jauss procura fugir do que chama de “psicologismo”. A preocupação do autor é não permitir que a análise da recepção prevista na obra limite-se ao gosto subjetivo do leitor, mas que busque, antes, a “disposição específica do público”, “que antecede tanto a reação psíquica quanto a compreensão subjetiva do leitor” (ibidem, p.28). O autor chama de “horizonte de expectativa” o conjunto de informações, “avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas” (ibidem) que prepara a recepção. Entre essas marcas, dá especial destaque para três fatores que devem ser observados: as “normas conhecidas ou da poética imanente ao gênero”; a “relação implícita com obras conhecidas do contexto histórico-literário”; e a “oposição entre ficção e realidade, entre a função poética e a função prática da linguagem” (ibidem, p.29).

A distância estética é o conceito apresentado por Jauss na terceira tese da teoria proposta. Segundo ele, a distância estética é “a distância entre o horizonte de expectativa da obra, entre o já conhecido da experiência estética anterior e a ‘mudança de horizonte’ exigida pela acolhida à nova obra” (ibidem, p. 31). É essa distância que vai dar a dimensão do caráter artístico da obra, pois segundo o autor, quanto mais uma obra fizer com que o leitor saia do seu “comodismo”, do seu “horizonte de expectativas” e exija reformulações da sua sensibilidade estética, maior será seu valor.

É somente tendo em vista essa mudança de horizonte que a análise do efeito literário adentra a dimensão de uma história da literatura escrita pelo leitor, e as curvas estatísticas dos *best sellers* proporcionam conhecimento histórico (ibidem, p.33).

A quarta tese de Jauss apresenta uma breve noção do método proposto pela estética da recepção. O resgate do horizonte de expectativa deve permitir que se descubram as questões às quais a obra procurou responder e isso dará pistas sobre o leitor presumido pelo autor, o conjunto de saberes necessários para compreensão do texto. Ele explica:

Quando não se conhece o autor de uma obra, quando sua intenção não se encontra atestada e sua relação com suas fontes e modelos só pode ser investigada indiretamente, a questão filológica acerca de como, 'verdadeiramente', se deve entender o texto [...] encontra resposta sobretudo destacando-o do pano de fundo daquelas obras que ele, explícita ou implicitamente, pressupunha serem de conhecimento do público seu contemporâneo. (ibidem, p.36)

Para analisar o processo histórico da literatura, Jauss considera ser necessário observá-la diacronicamente, sincronicamente e na relação entre literatura e processo histórico (cf. ibidem, p.40). São esses três aspectos os temas das três últimas teses do autor.

A quinta tese enfatiza a importância de inserir a obra literária em um contexto histórico ou no que o autor chama de "série literária". Ao analisar a obra de forma diacrônica será possível perceber a mediação entre a nova e a velha forma da obra literária, que carrega em si as respostas às perguntas talvez não respondidas pelos leitores iniciais. O autor explica porque isso ocorre e justifica a necessidade de se analisar uma obra ao longo de um período temporal.

[...] o caráter artístico de uma obra [...] não tem de ser sempre e necessariamente perceptível de imediato, já no horizonte primeiro de sua publicação, que dirá então esgotado na oposição pura e simples entre a forma velha e a nova. A distância que separa a percepção atual, primeira, do significado virtual – ou, em outras palavras: a resistência que a obra nova opõe à expectativa de seu público inicial pode ser tão grande que um longo processo de recepção faz-se necessário para que se alcance aquilo que, no horizonte inicial, revelou-se inesperado e inacessível. (ibidem, p.44)

Na sexta tese Jauss enfatiza ainda a necessidade de uma análise sincrônica da obra literária, que deve permitir

[...] classificar a multiplicidade heterogênea de obras contemporâneas segundo estruturas equivalentes, opostas e hierárquicas e, assim, revelar um amplo sistema de relações na literatura de um determinado momento histórico (ibidem, p. 46).

Esse corte sincrônico, para Jauss, permite a visualização do passado e do futuro, que são inseparáveis na estrutura de uma obra literária.

O autor deixa clara a importância e a complementaridade desses dois olhares sobre a obra, que irão revelar a “historicidade da literatura” (cf. *ibidem*, p. 48). Explica que deve

ser igualmente possível tornar apreensível o horizonte literário de determinado momento histórico sob a forma daquele sistema sincrônico com referência ao qual a literatura que emergiu simultaneamente pôde ser diacronicamente recebida segundo relações de não-simultaneidade, e a obra percebida como atual ou inatual, como em consonância com a moda, como ultrapassada ou perene, como avançada ou atrasada em relação a seu tempo. (*ibidem*, p.48)

Por fim, a última tese de Jauss na apresentação da estética da recepção diz respeito à aproximação entre literatura e sociedade. Essa questão, bastante polêmica na área da literatura, é mais evidente na área do jornalismo, o que pode facilitar a utilização da metodologia. Para o autor,

a tarefa da história da literatura somente se cumpre quando a produção literária é não apenas apresentada sincrônica e diacronicamente na sucessão de seus sistemas, mas vista também como *história particular* em sua relação própria com a *história geral* [grifos no original] (*ibidem*, p. 50).

Nesse sentido, a literatura assumiria, conforme Jauss, uma “função social” ao perpassar a vida cotidiana do leitor, auxiliar na formação de uma visão de mundo e na alteração de seu comportamento (cf. *ibidem*). Assim, uma obra deve ser encarada não apenas no tocante à estética, mas também como influente na ética, produzindo um “desafio à reflexão moral” do leitor (cf. *ibidem*, p.53).

Jauss cita o exemplo de Flaubert e a nova linguagem que utiliza no seu romance *Madame Bovary* – o discurso indireto livre – que não deixa claro se as afirmações decorrem do autor/narrador ou da personagem. Essa ambigüidade levou o autor aos tribunais por sua obra ser considerada como incentivo ao adultério. Conforme Jauss,

uma obra literária pode, pois, mediante uma forma estética inabitual, romper as expectativas de seus leitores e, ao mesmo tempo, colocá-

los diante de uma questão cuja solução a moral sancionada pela religião ou pelo estado ficou lhes devendo (ibidem, p. 56).

Por isso a importância de analisar, entre os outros aspectos já mencionados, também a “contribuição específica da literatura para a vida social precisamente onde a literatura não se esgota na função de uma arte da *representação*” [grifo no original] (ibidem, p. 57).

O abismo entre literatura e história, entre o conhecimento estético e o histórico, faz-se superável quando a história da literatura não se limita simplesmente a, mais uma vez, descrever o processo da história geral conforme esse processo se delinea em suas obras, mas quando, no curso da ‘evolução literária’, ela revela aquela função verdadeiramente *constitutiva da sociedade* que coube à literatura, concorrendo com as outras artes e forças sociais, na emancipação do homem de seus laços naturais, religiosos e sociais. (ibidem)

Mesmo sendo a proposta de Jauss destinada à análise de obras literárias, ela abre possibilidades para aplicação também aos meios de comunicação. Conforme Magda Cunha (2003), isso ocorre porque comunicação e literatura fazem parte de um mesmo horizonte de expectativas, a cultura. A autora considera que, da mesma forma que Jauss propõe a análise de diferentes leituras que uma obra permite ao longo do tempo,

para os meios de comunicação, esta atualização pode ser verificada nas diferentes leituras a partir das apropriações que fazem do código vigente para sua modificação tecnológica e de conteúdo, adaptando-se às condições da audiência (ibidem).

A partir dessa perspectiva, a autora propõe-se a estudar a evolução do rádio no século XX e início do século XXI. Para tanto, analisa os diferentes horizontes de expectativa suscitados ao longo da história do veículo e os efeitos causados nos seus receptores. A autora propõe realizar a análise a partir do tripé gênero, forma e temática, apontado por Jauss na segunda de suas teses.

Entretanto, essa pesquisa é feita apenas a partir do produto rádio e de fontes históricas existentes. Assim como Jauss, as diversas aplicações de sua teoria, não se preocupam em buscar o receptor empírico, mas somente a presença de um receptor ideal no texto.

1.3.4. Leitor-implícito

A “relação dialética entre texto, leitor e sua interação” (ISER, 1996, p.16) é o enfoque da “teoria dos efeitos” para análise de textos literários. A proposta de Wolfgang Iser, segue a nova tendência iniciada por Jauss e apresentada pela primeira vez na Escola de Constança, em 1970. Também como Jauss, sua intenção era distinguir-se das análises estruturalistas, propondo uma visão do texto “como um potencial de efeitos que se atualiza no processo de leitura” (ibidem, p.15). O foco de atenção do analista, nesta perspectiva, é deslocado do texto como uma estrutura completa e fechada, passando a ser percebido de forma relacional, levando em conta tanto a figura do leitor quanto o processo da leitura.

Iser afirma que sua proposta deve ser vista como uma “teoria do efeito” e a diferencia da chamada “teoria da recepção”.

Uma teoria da recepção [...] sempre se atém a leitores historicamente definíveis, cujas reações evidenciam algo sobre literatura. Uma teoria do efeito está ancorada no texto – uma teoria da recepção está ancorada nos juízos históricos dos leitores. (ibidem, p.16).

A observação do efeito, portanto, “depende da participação do leitor e sua leitura” (ibidem, p.34).

Esta relação dialética permite que se distingam três diferentes elementos na leitura como relação: a obra, o leitor e a leitura ou interação. O autor, entretanto, enfatiza que analisá-los de forma isolada pode ser um risco. “Isolar os pólos significaria a redução da obra à técnica de representação do texto ou à psicologia do leitor; desse modo, se elimina justamente o processo que se pretende analisar.” (ibidem, p.51)

Ao descrever o que entende por obra, Iser considera que a estrutura do texto possui um aspecto duplo, ela é verbal e afetiva ao mesmo tempo (cf. *ibidem*). “O aspecto verbal dirige a reação e impede sua arbitrariedade; o aspecto afetivo é o cumprimento do que é preestruturado verbalmente pelo texto.” (*ibidem*). O autor considera que a análise da interação entre esses dois aspectos poderia oferecer como resultado a estrutura de efeitos dos textos e da reação do leitor. Segundo ele,

[...] a descrição da interação entre texto e leitor deve referir-se em primeiro lugar aos processos constitutivos pelos quais os textos são experimentados na leitura. Tal experiência sempre antecede a significação atribuída às obras, pois esta se funda naquelas. Compreender essa experiência significa ter a consciência dos atos que originam nossos juízos sobre a arte e que se atualizam em sua experiência. (*ibidem*, p.52)

Neste ponto concentra-se uma das principais críticas sofridas pela teoria do efeito estético, a de que ela “sacrifica o texto à arbitrariedade subjetiva da compreensão, pois o analisa à luz da sua atualização e ignora, desse modo, sua identidade” (*ibidem*, p.56). Tal postura pode ser vista, por exemplo, em Umberto Eco, como já dito anteriormente, que critica a visão da obra como variável, a partir das mudanças de contexto. Respondendo à crítica, Iser explica que a teoria não nega a função “orientadora” do texto na sua apreensão pelo leitor, porém não admite que essa atividade do leitor seja totalmente “controlada” pelo texto (cf. *ibidem*, p.57).

Para descrever o leitor, segundo elemento da relação, o autor utiliza uma citação de Northrop Frye, para quem “[...] livros são como um piquenique ao qual o autor traz as palavras e o leitor, o significado” (FRYE apud ISER, 1996, p.63)¹⁷. Levando em conta essa atividade do leitor de trazer o significado para as palavras do autor, Iser sugere o conceito de “leitor-implícito”, “uma estrutura do texto que antecipa a presença do receptor”. Para ele,

[...] o leitor implícito não tem existência real; pois ele materializa o conjunto das preorientações que um texto ficcional oferece, como condições de recepção, a seus leitores possíveis. Em conseqüência, o leitor implícito não se funda em um substrato empírico, mas sim na estrutura do texto. Se daí inferimos que os textos só adquirem sua realidade ao serem lidos, isso significa que as condições de atualização do texto se inscrevem na própria construção do texto, que permitem construir o sentido do texto na consciência receptiva do leitor. (*ibidem*, p.73)

¹⁷ No original: “[...] books are like a picnic to which the author brings the words and the reader the meaning” (Tradução nossa).

Nesta estrutura, o papel do leitor está ligado a uma posição histórica e cultural na qual ele deve estar inserido e a um conjunto de vivências que ele deve possuir para atualizar o texto. A função do leitor-implícito seria, portanto, a de proporcionar “o quadro de referências para a diversidade de atualizações históricas e individuais do texto, a fim de que se possa analisar sua peculiaridade” (ibidem, p.78).

A figura do leitor como uma “estrutura” ainda é subdividida por Iser em duas partes: a estrutura do texto e a estrutura do ato. A estrutura do texto é composta pelos modos de constituição da obra, pelas estruturas de mundo nela representadas e por todos os elementos que, de alguma forma, exercem uma espécie de coerção sobre o leitor. “A tal ponto uma certa estrutura textual é estabelecida para o leitor que ele é obrigado a assumir um ponto de vista que permita produzir a integração das perspectivas textuais.” (ibidem, p.74) A estrutura do ato, por sua vez, está ligada à atividade do leitor, que é exercida pela imaginação, preenchendo os lugares vazios deixados na obra. “O sentido do texto é apenas imaginável, pois ele não é dado explicitamente; em consequência, apenas na consciência imaginativa do receptor se atualizará.” (ibidem, p. 75)

A partir dessas estruturas, Iser afirma que o leitor-implícito poderia ser equivalente a um processo no qual o leitor projeta sua imaginação no texto, completando sua estrutura (cf. ibidem, p.79). E vai além, apontando as duas estruturas como os elementos centrais da “situação comunicativa”:

A estrutura do texto e a estrutura do ato constituem portanto os dois pólos da situação comunicativa; esta se cumpre à medida que o texto se faz presente no leitor como correlato da consciência. Tal transferência do texto para a consciência do leitor é freqüentemente vista como algo produzido somente pelo texto. Não há dúvida de que o texto inicia sua própria transferência, mas esta só será bem sucedida se o texto conseguir ativar certas disposições de consciência [...] Se o texto se completa quando o seu sentido é constituído pelo leitor, ele indica o que deve ser produzido; em consequência, ele próprio não pode ser o resultado. (idem, 1999, p.9)

A partir daí chega-se ao terceiro elemento da relação, que é a interação entre o texto e o leitor, ou seja, a leitura. Embora reconhecendo a dificuldade de falar sobre a leitura – “seria mais fácil

captar os agentes dessa relação do que aquilo que acontece entre eles” (ibidem, p.97) –, Iser afirma que ela é essencial para a análise proposta, já que é o momento de interação entre texto e leitor.

O autor opta pela metáfora do jogo para descrevê-la. A opção é feita porque, assim como em um jogo, o texto distribui certos “papéis” aos seus participantes e prevê uma “performance” (cf. idem, 2002, p.116). Além disso, a metáfora do jogo resgata uma dimensão essencial no processo da leitura, o prazer de ler, que em Eco fica esquecida, pois a atividade do leitor torna-se demasiadamente centrada na dimensão cognitiva. Iser esclarece:

O autor e o leitor participam portanto de um jogo de fantasia; jogo que sequer se iniciaria se o texto pretendesse ser algo mais do que uma regra do jogo. É que a leitura só se torna um prazer no momento em que nossa produtividade entra em jogo, ou seja, quando os textos nos oferecem a possibilidade de exercer nossas capacidades. (idem, 1999, p.10)

Para a compreensão da leitura como jogo, um dos conceitos mais importantes propostos por Iser é o de “lugares vazios”, definidos como “lacunas que marcam enclaves no texto e demandam serem preenchidos pelo leitor” (ibidem, p.107). Ao comentar esse conceito, Luiz Costa Lima explica:

Os lugares vazios, em suma, apresentam a estrutura do texto literário como uma articulação com furos, que exige do leitor mais do que a capacidade de decodificação. A decodificação diz respeito ao domínio da língua. O vazio exige do leitor uma participação ativa (LIMA, 2002, p.26).

Os lugares vazios seriam, então, o espaço deixado pela obra para que o leitor se movimente utilizando sua imaginação e, de acordo com suas escolhas, confira o sentido do texto (cf. ISER, 2002, p.128). Porém, como já dito, a atividade imaginativa do leitor é posta em confronto com a estrutura do texto. O que permite a Iser concluir que “os lugares vazios funcionam como instruções de sentido, porque regulam as conexões e influências recíprocas dos segmentos pela oscilação do ponto de vista” (ibidem, p.170).

É interessante observar que a exigência de reformulação do texto pela atividade do leitor, entretanto, não é considerada por Iser para os textos não-ficcionais. Segundo o autor, “o texto não-ficcional tampouco reivindica essa exigência por regular grande parte das conexões com o fito de

convencer o receptor a aceitar uma determinada intenção a respeito de um fato previamente dado” (ISER, 2002, p.130).

Para preencher as lacunas do texto, o leitor utiliza o “repertório”. É preciso enfatizar, contudo, que, para Iser, o repertório não é uma característica do leitor, mas uma estrutura do texto. O repertório

incorpora uma determinada realidade não-textual ao texto e oferece ao leitor determinados conhecimentos ou invoca conhecimentos sedimentados. Em consequência, o repertório selecionado liga a formação de representações do leitor à resposta que o texto dá em relação a um problema histórico ou social (ibidem, p.172).

Assim, tanto os três elementos centrais da relação que Iser e a “teoria dos efeitos” se propõem a analisar quanto seus componentes, estão carregados da idéia central da leitura como uma relação. A manifestação concreta desta relação é o texto, que, portanto, deve ser compreendido como “o processo integral, que abrange desde a reação do autor ao mundo até sua experiência pelo leitor” (idem, 1996, p.13).

A teoria do leitor-implícito é dirigida especificamente para obras literárias, como já dito anteriormente, porém, são encontradas poucas aplicações dela nestas ou em outras áreas afins. A base teórica proposta por Iser é utilizada como pressuposto em diversas análises da área dos estudos literários, porém, metodologicamente, não existe essa aproximação.

1.3.5. Modos de endereçamento

John Hartley (1982, p.87) explica que a construção do texto vai sempre depender de quem o está ouvindo/lendo e cita como exemplo uma relação interpessoal: uma determinada pessoa iria contar de formas diferentes a sua experiência de assistir a um *show* de *rock* se estivesse falando com um amigo próximo ou com uma figura de autoridade, como o pai ou o chefe. Assim, o texto vai variar de acordo com o seu endereçamento, ou seja, com o receptor para quem ele

se destina. Esta diferença, segundo o autor, pode ser percebida esquematicamente como uma relação triangular, em que uma das partes é o evento em si, a outra é o sujeito falante e a outra, o ouvinte. Na definição de David Morley,

O conceito de 'modos de endereçamento' designa as formas e práticas específicas de comunicação de um programa, o qual constitui o que poderia ser referido na crítica literária como seu 'tom' ou 'estilo'. Nos termos de Voloshinov, essas são as 'formas ocasionais de proferir'; aquelas formas que são consideradas apropriadas circunstancialmente. Essa 'conveniência' é principalmente definida em relação às concepções que o programa tem da sua audiência. O modo de endereçamento estabelece a forma de relação que o programa propõe para e com a sua audiência. (1999, p.262)¹⁸

Vistos desta forma, os modos de endereçamento podem fazer parte de todo tipo de discurso, desde uma conversa informal até o discurso mediático, isto porque, conforme Hartley, "[...] essa orientação é um elemento constituinte inevitável em toda linguagem" (HARTLEY, 1982 p.88)¹⁹. E mais, eles variam de acordo com os gêneros do discurso, pois, entre os conhecimentos ou as competências que se presumem em um determinado leitor, está a competência genérica.

O modo de endereçamento é claro na conversação face a face; inclui os traços lingüísticos, paralingüísticos e contextuais de uma locução ou diálogo que orienta cada falante para o outro, levando em conta sua intimidade relativa, o status de cada um, etc., e o gênero de situação em que se desenvolve o diálogo. (O'SULLIVAN e HARTLEY e outros, 1997, p.228)²⁰

¹⁸ No original: "The concept of 'mode of address' designates the specific communicative forms and practices of a programme which constitute what would be referred to in literary criticism as its 'tone' or 'style'. In Voloshinov's terms these are the 'occasional forms of the utterance', those forms which are deemed situationally appropriate. This 'appropriateness' is principally defined in relation to the programme's conception of its audience. The mode of address establishes the form of the relation which the programme proposes to/with its audience." (Tradução nossa).

¹⁹ No original: "[...] this orientation is an unavoidable constituent element of all language" (Tradução nossa).

²⁰ Estamos utilizando uma tradução espanhola do livro de O'Sullivan e Hartley, **Key Concepts in Communication & Cultural Studies**. Todas as traduções das citações foram feitas por nós, de modo livre.

Hartley lembra, entretanto, que, ao tratar de meios de comunicação, essa relação torna-se problemática, já que, na maioria das vezes, não se conhece quem é o receptor. Para resolver esse problema e conseguir estabelecer uma relação com um destinatário desconhecido, “os textos mediáticos inventam uma imagem fictícia das características de sua audiência preferencial e logo se dirigem a esse personagem de ficção” (O’SULLIVAN e HARTLEY e outros, 1997, p.228). Assim, o modo de endereçamento está estreitamente ligado à forma como o emissor da mensagem percebe seu receptor, aquilo que pensa dele, suas preferências e conhecimentos já adquiridos.

Tal perspectiva enfatiza a importância que os modos de endereçamento assumem na instância comunicativa, já que são eles que conferem o “tom” do jornal ou da transmissão televisiva, que distinguem os concorrentes e produzem muito do “apelo” para leitores e espectadores (cf. HARTLEY, 1982, p.88). O’Sullivan e Hartley resumem essa idéia quando afirmam que,

para as organizações mediáticas, o modo de endereçamento é uma questão de alta política. Isso se deve ao fato de que não apenas traduz a percepção que têm de sua audiência, mas também a percepção que têm de si mesmas (O’SULLIVAN e HARTLEY e outros, 1997, p.228).

Algumas chaves são propostas para tentar identificar essa construção, feita através de elementos que, apresentados de tal forma, atingem uma ou outra parte de um público mais amplo. O’Sullivan e Hartley, tendo como foco de interesse o telejornal, sugerem a observação de algumas marcas que consideram como “minúcias semióticas” como a seleção dos títulos, a música, a decoração do estúdio, divisão dos assuntos e o apresentador. Chamam bastante atenção para este último elemento, que consideram como importante por desempenhar um papel de

“mediador”. De acordo com os autores, “[...] a audiência depende dessas minúcias semióticas, pois através delas o público sente-se incluído ou excluído do modo de endereçamento do programa” (O’SULLIVAN e HARTLEY e outros, 1997, p.228).

Usando o cinema como objeto de estudo, Elizabeth Ellsworth segue essa linha de pensamento quando afirma que o modo de endereçamento de um filme tenta responder à indagação sobre quem é seu público (cf. ELLSWORTH, 2001, p.11). A autora explica que esse conceito está baseado em um argumento que posiciona o público em um determinado “lugar social” e, a partir dele, surge a identificação, isto é,

[...] para que um filme funcione para um determinado público, para que ele chegue a fazer sentido para uma espectadora, ou para que ele a faça rir, para que a faça torcer por um personagem, para que um filme a faça suspender sua descrença [na “realidade” do filme], chorar, gritar, sentir-se feliz ao final - a espectadora deve entrar em uma relação particular com a história e o sistema de imagem do filme (ibidem, p.14).

Ellsworth afasta-se de O’Sullivan e Hartley quando afirma que os modos de endereçamento não estão apenas no texto, mas na relação entre ele e seus leitores. Nesta perspectiva, “o evento do endereçamento ocorre, [sic] num espaço que é social, psíquico, ou ambos, entre o texto do filme e os usos que o espectador faz dele” (ibidem, p.13). A partir daí, os modos de endereçamento podem ser vistos não apenas como marcas que são deixadas de forma estática, mas como “um aspecto mais fluido dos contextos nos quais os espectadores *usam* os filmes” [grifo no original] (ibidem, p.37). A autora enfatiza que

O modo de endereçamento do filme, lembremos, é invisível, não-localizável – é uma relação e não uma coisa. É um produto da contínua interação entre uma série de aspectos dos usos particulares de forma, de estilo e estrutura narrativa feitos por um

determinado filme. (ibidem, p.46)

A possibilidade apontada por Ellsworth considera a existência, num mesmo produto, de endereçamentos diferenciados e, ainda, de leituras negociadas que criam novos usos, diferentes daqueles desejados por seus emissores. Isso porque, sem ficar apenas preso ao texto, o endereçamento de um filme vai variar de acordo com seu receptor.

A maneira como vivemos a experiência do modo de endereçamento de um filme depende da distância entre, de um lado, quem o filme pensa que somos e, de outro, quem *nós* pensamos que somos, isto é, depende do quanto o filme 'erra' seu alvo. (ibidem, p.20)

Levando em conta este erro, a autora conclui explicando que “são impossíveis ajustes perfeitos entre texto e leitura, modos de endereçamento e interpretações do espectador” (ibidem, p.62).

Daniel Chandler (2003) considera três fatores principais na construção dos modos de endereçamento de um texto: contexto textual, através dos gêneros e da estrutura sintagmática; contexto social, fatores sócio-econômicos, o receptor e o produtor; e restrições tecnológicas, decorrentes do próprio suporte empregado. As aplicações do conceito de modos de endereçamento nos autores consultados passam, ainda que de formas diferentes, por esses três fatores.

Pelo fato de se voltar quase que exclusivamente para suportes audiovisuais, as restrições tecnológicas têm grande relevância nas análises apresentadas por Hartley (1988), determinando as categorias propostas para a análise. Ao observar, por exemplo, o telejornal *Nine O'Clock News*, da BBC, o autor propõe duas categorias principais: os elementos narrativos e as narrativas da notícia. Na primeira incluem-se os elementos de apresentação (repórter, apresentador e comentarista), os modos de apresentação (cabeça de matéria, gráficos, legenda, imagens do jornalista) e as vozes (institucionais e acessadas, podendo o segundo tipo ser de populares ou autoridades). A segunda categoria analisa de forma mais aprofundada o conteúdo da notícia e que tipo de posição ela estabelece para o leitor e o emissor. Percebe-se que, entre os elementos analisados na primeira

categoria, a transposição para o suporte impresso não poderia ser 'automática', mas cuidadosamente analisada.

Com o olhar voltado para outro objeto empírico – o filme cinematográfico – Ellsworth propõe algumas categorias para análise, como sensibilidade estética, graus de atenção, estratégias interpretativas, objetos e desejos, experiências prévias de leitura e hábitos da audiência televisiva, preferências e preconceitos e posicionamento social dos sujeitos quanto a fatores como raça, gêneros, idade, status social, nível de escolaridade e ideologia (2001). Diferentemente da aplicação feita por Hartley, a autora não procura apenas explicações na estrutura interna do texto, mas busca contextualizar os fatos apresentados, abrindo a possibilidade de buscar, quando necessário, respostas extratextuais para entender os modos de endereçamento.

Para finalizar, é preciso chamar a atenção para que, mesmo que grande parte das análises que utilizam o modo de endereçamento como instrumento para analisar produtos mediáticos sejam feitas sobre audiovisuais, seu emprego em meios impressos é possível, como afirma Hartley (cf.1982, p.95). Stuart Hall explica que o mesmo processo de construção de uma imagem da audiência é utilizado “poderosamente” pelos jornais:

A linguagem empregada irá ser desta maneira a própria versão do jornal sobre a linguagem do público a quem ele é principalmente endereçado: sua versão da retórica, imagens e estoque de conhecimento comum básico que supõe que sua audiência compartilha e que, assim, forma a base da reciprocidade de produtor/leitor. (HALL apud HARTLEY, 1982, p.96)

1.3.6. Protocolos de leitura

A expressão “protocolos de leitura” foi utilizada pela primeira vez por Jacques Derrida ao referir-se a uma espécie de “trilho de segurança” que existe em todo texto, mostrando ao leitor o caminho que deverá ser seguido por ele. O autor explica que “este trilho de segurança indispensável apenas *protege* e nunca *franqueia* a leitura” [grifo no original] (DERRIDA apud SCHOLÉS, 1989, p.91).

Roger Chartier, de forma mais pontual, define os protocolos de leitura como

[...] senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido. (CHARTIER, 1996, p.95)

É preciso destacar que, embora em um primeiro momento tal definição pareça tratar os protocolos de leitura como um instrumento coercitivo e pensar o texto como algo fechado, que possui apenas uma leitura correta, não é assim que o autor os compreende. Em outro momento ele argumenta:

Isso significa que uma história das leituras pode contentar-se com esses balizamentos nos textos e objetos impressos, com essas identificações escriturais ou tipográficas de leituras desejadas ou supostas? Evidentemente não, uma vez que cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado aos textos de que se apropria. (ibidem, p.20)

Esse acréscimo na definição aproxima-se mais da idéia original de protocolos proposta por Derrida, algo que conduz a leitura mas não a cerceia. Com isso, Chartier postula uma existência pacífica entre protocolos de leitura e a ação criativa do leitor. Ele explica que a leitura não pode ser reduzida aos dois extremos, ou totalmente conduzida pelo texto, ou feita com total liberdade do leitor. Ao contrário, ela “deve ser empreendida cruzando-se, de um lado, os protocolos de leitura adequados aos diferentes grupos de leitores e, de outro lado, os traços e representações de suas práticas” (ibidem, p.89). Mais adiante chega a afirmar que o texto “trás [sic] em suas páginas e em suas linhas os vestígios da leitura que seu editor supõe existir nele e os limites de sua possível recepção” (ibidem, p.95).

Robert Scholes (1989), quando se propõe a analisar os protocolos de leitura, também considera a participação do leitor na (re)constituição do texto. Para ele,

a leitura, conquanto possa considerar-se um tipo de acção, não constitui a sua totalidade, mas sim parte dela, permanecendo incompleta a não ser que (e até que) seja absorvida e transformada nos pensamentos e nos actos do leitor. (SCHOLES, 1989, p.14).

Isso porque, na visão do autor, “o mundo inteiro é um texto” (ibidem, p.18) que está em constante interação com o leitor, embora este esteja sempre fora do texto.

Ler significa em parte isso mesmo, ou seja, situar-se no exterior. O preço do ingresso é o labor da própria criação. Ler corretamente exige que principiemos por redigir-nos a nós mesmos. Para ler um texto teremos de acrescentar-lhe algo. (ibidem, p.21)

Ler seria, para o autor, algo que remete sempre ao passado, enquanto escrever, ao futuro – porque partiria do princípio que o mundo e o texto são incompletos e tentaria preencher-lhes as lacunas. Scholes explica que

a leitura tem duas faces e orienta-se para duas direcções distintas, uma das quais visa a fonte e contexto original dos sinais que se decifram, baseando-se a outra na situação textual da pessoa que procede à leitura (ibidem, p.23).

Seguindo esse raciocínio, a leitura é considerada por ele como um processo bifacetado. Depende, por um lado, do texto, buscando nele as informações que permitem sua compreensão (contexto, sinais, etc) e, por outro, do leitor, de sua situação no processo de leitura, seus conhecimentos, seu momento histórico. Para melhor compreender tal idéia, o autor propõe a utilização de uma metáfora bidimensional, em que figurariam dois tipos de leitura: 1) leitura centrípeta, aquela que busca a intenção original do texto, localizada no seu centro; 2) leitura centrífuga, que percebe o texto como algo constantemente em expansão, que busca sempre significados mais amplos (cf. ibidem, p.23-24).

A leitura centrípeta, que busca sentidos e faz interpretações a partir do próprio texto, é aquela que permitirá perceber a existência de protocolos. Scholes argumenta que os protocolos são necessários, pois funcionam como uma espécie de “ajuste” que facilitaria a leitura. Explica que o leitor e o escritor são pessoas diferentes, assim como também um texto é escrito em um momento e lido em outro. Ao ler um texto, o leitor descobre-se nele, mas também descobre o “outro” que o construiu e essa troca não pode ser ignorada.

Como leitores, não podemos ignorar as intenções dos escritores sem incorrer num ato de violência textual que ameaça a nossa própria existência como seres textuais. Mas também não nos é possível preencher por inteiro a lacuna comunicativa e, em muitos casos, temos de reconhecer que tal lacuna é de fato bastante ampla. (ibidem, p.66)

Para ajustar as diferenças entre autor e leitor, entre tempos diferentes, são necessários “protocolos de leitura”. A análise dos limites entre o rigor (leitura centrípeta) e a exorbitância (leitura centrífuga), poderia levar a algo mais próximo de uma leitura “correta”, embora Scholes refute a idéia de que exista apenas uma. Mesmo sem definir “protocolos” específicos que possam nortear tal leitura, o autor afirma sua necessidade, mas somente na qualidade de “guias” ou “trilhos” para o leitor encontrar o que define como “melhores leituras” de um texto.

A definição de um leitor seria, então, algo essencial para a constituição desses protocolos de leitura, embora esse não seja visto como uma pessoa real, mas como um conjunto de conhecimentos necessários para sua compreensão. Segundo Chartier,

[...] todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão, o protocolo da leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo que esboça seu leitor ideal. Deste último, autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição; são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão [...] (CHARTIER, 1996, p.20)

Os protocolos de leitura, de acordo com essa perspectiva, são apresentados através de dispositivos textuais e dispositivos gráficos. O primeiro grupo reúne um conjunto de elementos

puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja (ibidem, p.96).

Já o segundo é produzido pelas próprias formas tipográficas, através da manipulação de elementos como “a disposição e divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração” que “podem sugerir leituras diferentes de um mesmo texto” (ibidem).

O segundo tipo de dispositivo é bastante enfatizado por Chartier, diferindo das outras abordagens que se preocupam com a análise de textos literários (como o leitor-modelo ou o leitor implícito). Ele justifica que isso ocorre porque “a organização tipográfica traduz, claramente, uma intenção editorial e porque pode revelar a marca, no próprio objeto, das maneiras populares de ler” (ibidem, p.97).

Cita, como exemplo, a Biblioteca Azul, que surge no final do século XVI e publica versões “adaptadas” de livros famosos ou não, mas que possam ser lidos pelo grande público. Para essa adaptação são utilizados recursos como supressões, subdivisões dos capítulos, marcações, redução e modernização da linguagem, cortes de adjetivos e advérbios. Conforme o autor, “a leitura implícita postulada através de um tal trabalho é uma leitura capaz de apreender somente enunciados simples, lineares, cerrados” (ibidem, p.102).

Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância ou até mais, do que os ‘sinais’ textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto. Permitem um comércio perpétuo entre textos móveis e leitores que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de expectativa do público e

propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores. (ibidem, p.98)

Pensar a leitura como conduzida por determinados protocolos não deveria ser compreendido como uma forma de restrição. Ao contrário, significa compreender a íntima relação entre a leitura e os hábitos culturais e históricos, isto é, significa perceber que

os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto, mas também, pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objeto explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos do seu tempo. (ibidem, p.78)

Diferentemente das outras abordagens, os protocolos de leitura não possuem regras fixas ou categorias analíticas claramente definidas em sua proposta. Robert Scholes propõe que sigamos três passos na leitura: 1) observação minuciosa do texto; 2) situar o texto, entendê-lo e procurar compará-lo a outros; 3) apropriar-se dele através de pensamentos, palavras e obras (cf. 1989, p.21).

O autor propõe a análise de diversos objetos a partir do conceito de protocolos de leitura – um quadro, uma fotografia, a vida de autores de literatura, publicidade e vídeos – entretanto, nenhuma dessas análises é feita seguindo qualquer tipo de metodologia. Em todos os casos, o autor procura analisar a obra internamente, descrevendo detalhadamente suas características, a relação entre texto e imagens, mas olha também para o exterior, procurando informações contextuais que a determinem e expliquem.

A mesma estruturação é utilizada por Roger Chartier na apresentação de uma rápida análise dos protocolos de leitura percebidos nos livros da Biblioteca Azul.

Inicialmente, o autor parte de conjecturas em torno de quem deve ser o leitor imaginado pelo editor dos livros, devido ao seu baixo custo monetário, fazendo, assim, uma análise da sua “política editorial” (cf. CHARTIER, 1996, p.100), que busca explicações no contexto no qual a coleção se insere. No segundo momento, parte para uma análise interna, mais detida sobre a estrutura do texto, que é fragmentado em mais parágrafos que o original, para tornar a leitura mais fácil e no qual as expressões antigas são modernizadas. Além disso, a narrativa também é reduzida e simplificada, cortando episódios ou descrições muito detalhadas. Tais observações permitem ao autor deduzir que o leitor dessa coleção é, no mínimo, pouco exigente, sem familiaridade com livros e sem prática de uma leitura erudita, características que, novamente, remetem a situações externas à obra e são buscadas para explicá-la.

1.4 PERSPECTIVAS E DEFINIÇÕES

Pelo apresentado, é possível chegar a conclusões e perceber ganhos teóricos em cada abordagem, que podem ser utilizados para pensar o nosso problema de pesquisa, bem como as limitações que delas decorrem. Em primeiro lugar, a idéia, que perpassa todas as abordagens, da imagem do leitor presente no momento da produção do texto. Depois, o fato de que todas as perspectivas consideram fundamental a análise do texto para que se possa compreender a sua relação com o leitor e, a partir daí, fazer uma análise do processo da recepção. Embora em alguns casos fique claro que não existe a intenção de ir até o receptor concreto para fazer sua análise (leitor-implícito) e outras, mesmo propondo tal atitude, não a concretizam (apenas os estudos culturais), consideramos que elas são um passo importante para uma ida ao receptor, se entendemos a recepção como um

processo que não está isolado no sujeito empírico, mas que se configura também na produção e no produto, influenciando-se mutuamente.

As seis abordagens apresentadas trazem contribuições e limitações à nossa análise. Eco, por exemplo, admite que o modelo de análise proposto por ele possa também ser aplicado a textos não ficcionais, ao que ele chama, utilizando um conceito de Van Dijk, de narrativa natural, que se opõe a uma narrativa artificial. (cf. *ibidem*, p.53).

Naturalmente, a narrativa artificial não respeita muitas das condições pragmáticas a que está submetida a narrativa natural (por exemplo, o autor não se empenha em dizer a verdade nem em provar as próprias asserções), mas esta diferença é bastante irrelevante para as finalidades do nosso propósito, porque o tema leva em consideração também estas decisões interpretativas. [...] Por isso, o modelo proposto concerne a textos narrativos em geral, sejam eles naturais ou artificiais. (*ibidem*, p.53-54)

Consideramos, porém, que, pela preocupação de Eco, voltada quase que exclusivamente para a categoria de mundo possível, seu modelo não nos fornece o instrumental mais adequado para aplicação em textos jornalísticos. Mesmo percebendo em alguns deles, como é o caso do texto do gênero reportagem, uma estrutura predominantemente narrativa, não vislumbramos a possibilidade de uma transposição tranqüila do modelo de análise, por não entender que a criação das estruturas de mundo seja a estratégia textual mais relevante para nosso objetivo.

A estética da recepção também oferece uma perspectiva interessante, afastando-se de Eco e observando a obra como aberta às diferentes interpretações sujeitas à influência do contexto sócio-histórico no qual se insere o leitor. A sua principal contribuição ao trabalho está na percepção da relação entre leitor e texto que pode ser vislumbrada a partir de três perspectivas, o gênero, a forma e a temática. A presente pesquisa, entretanto, foge da metodologia proposta por Jauss

por não observar diacronicamente a amostra, mas trabalhar apenas com um corte sincrônico. A teoria do leitor-implícito, mesmo carregando semelhantes contribuições à uma nova percepção do processo receptivo, esbarra em dificuldades aplicativas na análise.

O conceito de protocolos de leitura, dentre as seis abordagens, é a que parece mais diáfana e de difícil aplicação. Não existe, nos autores consultados, uma preocupação clara em definir uma metodologia ou estabelecer categorias que instrumentalizem a análise. Os únicos movimentos percebidos como padrões são aqueles descritos por Scholes como leitura bidimensional (1989, p.23-24), que vão – não necessariamente nessa ordem – em busca das estruturas internas do texto, descrevendo-as para poder analisá-las e, depois, partem ao seu contexto, buscando elementos que possam oferecer mais chaves de interpretação. É nessa busca externa que se encontra sua principal contribuição.

Os modos de endereçamento e o contrato de leitura são as perspectivas que mais se aproximam do nosso objeto empírico de pesquisa. O contrato de leitura oferece uma interessante perspectiva, a partir de sua motivação central de verificar qual o laço que prende o leitor ao texto, o que se aproxima muito de nossa inquietação inicial. Encontramos dificuldades, contudo, na sua utilização levando em consideração as exigências do autor para a aplicação do modelo, especialmente no que se refere ao período de pesquisa necessário para captar as “regularidades das propriedades descritas” e ainda à observação integral do jornal. A natureza e o tempo exigido na realização de nossa pesquisa não é suficiente para que possamos realizar uma análise diacrônica, tal como a proposta por Verón. Além disso, nossa preocupação volta-se especialmente para a problemática dos gêneros e nem sempre exige uma análise comparativa dos seus suportes.

A noção de modos de endereçamento também responde a alguns dos problemas apresentados já que permite perceber como o veículo analisado enxerga seu receptor e, a partir disso, quais as estratégias que utiliza para atraí-lo. A liberdade que o conceito oferece, especialmente pela possibilidade de sair do texto e buscar informações extratextuais (cf. ELLSWORTH, 2001) que forneçam pistas para sua melhor compreensão, também é interessante para nosso objetivo. Entretanto, tal como o contrato de leitura, os modos de endereçamento prevêm a aplicação a um produto fechado, o que não é o caso de nossa pesquisa, que faz um recorte genérico em três diferentes suportes. Além disso, consideramos ainda precário o instrumental fornecido para análise de modos de endereçamento, especialmente no que se refere ao meio impresso, visto que suas aplicações têm sido feitas quase que exclusivamente em suportes audiovisuais.

No presente estudo procuramos fazer uma análise textual, preocupada com o funcionamento interno do discurso. Levamos em conta, essencialmente, a inserção do leitor enquanto estratégia, que ocorre na instância da produção e pode ser percebida por marcas deixadas no produto, visão essa que é o pano de fundo de todos os conceitos apresentados no presente capítulo. Por esse motivo, tal revisão teórica fez-se necessária, para apresentar as diferentes perspectivas a partir das quais o leitor é visto no texto e levado em consideração desde a produção.

Consideramos que a mencionada relação entre texto e leitor estabelece-se em grande medida através dos gêneros do discurso. Como veremos no próximo capítulo, nos gêneros jornalísticos, assim como em qualquer gênero do discurso, podemos considerar uma espécie de pacto estabelecido com o leitor, através do qual algumas propriedades ficam explícitas e, outras, implícitas. Tais propriedades são regulares mesmo em matérias de suportes diferentes, o que nos permite tratá-

las como uma forma de contrato genérico.

Essa perspectiva de análise, que julgamos como parte central de nossa proposta, de certo modo limita-nos na opção por alguma das abordagens mencionadas. Por esse motivo não consideramos que a opção por uma ou outra abordagem possa enriquecer nossa pesquisa. Ao contrário, preferimos seguir o pensamento comum que perpassa todas e trabalhar de forma combinada, podendo recorrer a contribuições das seis perspectivas, quando necessárias, sem que isso signifique uma perda teórica. Isso porque, de qualquer modo, não utilizamos na análise de modo isolado uma ou outra metodologia, nem a nomenclatura específica de um ou outro conceito. Nosso interesse é, realmente, a visão de que o texto pode trazer em si elementos que nos permitem ver o leitor como uma estratégia que capture sua atenção e o conduza à leitura.

2. O JORNALISMO E A PROBLEMÁTICA DOS GÊNEROS

Dentre as estratégias utilizadas para o estabelecimento de uma relação entre texto e leitor está a opção por um determinado gênero do discurso. Como já visto anteriormente, o conhecimento ou competência genérica é fundamental na recepção de determinada mensagem. Daniel Chandler (1997) argumenta que os gêneros são espécies de códigos compartilhados entre produtores e receptores que criam esse vínculo entre as duas instâncias. O autor vai mais longe, afirmando que os

gêneros podem ser vistos como constituindo um tipo de contrato tácito entre autores e leitores” e mais, que eles “[...] não são simplesmente características textuais, mas são estruturas de mediação entre textos, produtores e intérpretes²¹.

Neste capítulo procuraremos definir brevemente o que entendemos por gênero, tomando suas definições clássicas da teoria literária e descrevendo suas possíveis aproximações e aplicações ao jornalismo. É importante ressaltar que o jornalismo é considerado como um gênero do discurso, inserido dentro das diversas possibilidades discursivas e composto por diferentes gêneros textuais. Apresentaremos ainda, em linhas gerais, um breve histórico dos gêneros jornalísticos e um panorama das tendências seguidas pela teoria que os estuda. Na sequência, serão expostas, de forma sucinta, as duas principais contribuições teóricas para classificação dos gêneros jornalísticos no Brasil, a de Luiz Beltrão e a de José Marques de Melo. Por fim, faremos uma explanação sobre os dois gêneros que serão objeto da nossa verificação empírica, a reportagem e o artigo de opinião.

2.1 GÊNEROS DO DISCURSO

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é

²¹ No original: “Genres can be seen as constituting a kind of tacit contract between authors and readers” e “[...] are not simply features of texts, but are mediating frameworks between texts, makers and interpreters”. (Tradução nossa).

de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 1992, p.279)

É a partir dessa definição de Bakhtin que iniciamos a discussão sobre os gêneros. Dela podemos depreender que todo o tipo de texto já faz parte de um gênero do discurso e, conforme Maingueneau, é o seu uso nas diferentes instâncias da sociedade que determina suas variações (cf. MAINGUENEAU, 2001, p.59). A coerção que o tipo de gênero exerce sobre um determinado texto é tão importante na sua construção e recepção que Tzvetan Todorov chega a afirmar que eles “funcionam como ‘horizontes de expectativa’ para os leitores, como ‘modelos de escritura’ para os autores” (1980, p.49).

Para Todorov,

numa sociedade, institucionaliza-se a recorrência de certas propriedades discursivas, e os textos individuais são produzidos e percebidos em relação à norma que esta codificação constitui. Um gênero, literário ou não, nada mais é do que essa codificação de propriedades discursivas (TODOROV, 1980, p.48).

Estas moldariam, então, tanto a esfera da produção da mensagem quanto a sua recepção.

Numa abordagem semelhante, Maingueneau afirma que a utilização dos gêneros é necessária por uma questão de “economia cognitiva”, pois eles fazem parte de uma competência genérica que permite ao ouvinte/leitor identificar o texto e situá-lo:

graças ao nosso conhecimento dos gêneros do discurso, não precisamos prestar atenção constante a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem à nossa volta [...] podemos nos concentrar apenas em um número pequeno de elementos (MAINGUENEAU, 2001, p.64).

Portanto, o conhecimento do gênero é apontado pelo autor como uma competência necessária à comunicação, figurando ao lado das competências lingüística (domínio da língua) e enciclopédica (conhecimentos adquiridos pessoal e socialmente). Ela é necessária tanto para uma conversa informal quanto para a redação de uma dissertação acadêmica: “cada enunciado possui um certo estatuto genérico, e é baseando-se nesse estatuto que com ele lidamos” (ibidem, p.44).

Para que um texto encontre êxito na escolha do gênero a ser utilizado, Maingueneau aponta cinco condições que devem ser levadas em consideração: “uma finalidade reconhecida”, “o estatuto de parceiros legítimos”, “o lugar e o momento legítimos”, “um suporte material” e “uma organização textual” (ibidem, p.66-68). As cinco condições aproximam-se muito, e algumas devem ser especialmente destacadas aqui pela sua preocupação com a instância da recepção. As definições de qual o objetivo e de quem é o destinatário da mensagem, por exemplo, são preocupações que também se encontram em Bakhtin: “é sob uma maior ou menor influência do destinatário e da sua presumida resposta que o locutor seleciona *todos* os recursos lingüísticos de que necessita” [grifo no original] (BAKHTIN, 1992, p.326). Tal escolha “depende do modo que o locutor percebe e

compreende seu destinatário, e do modo que ele presume uma compreensão responsiva ativa” (ibidem, p.324).

O lugar e o momento legítimos referem-se a situações mais contextuais, extradiscursivas, que são fundamentais para dar legitimidade ao discurso e que convocam um conhecimento genérico do leitor. O autor cita, como exemplo, as seguintes situações, que considera como “lugares normalmente ilegítimos” em relação aos respectivos gêneros: “suponhamos que um padre reze uma missa numa praça pública ou que um professor dê uma aula em um bar” (MAINGUENEAU, 2001, p.66). Porém, o autor chama atenção para o fato de que “as noções de ‘momento’ ou de ‘lugar’ de enunciação exigidas por um gênero de discurso não são evidentes” (ibidem, p.67) e também são determinadas pela finalidade do discurso.

Sobre o suporte material, Todorov e Maingueneau concordam. O primeiro afirma que “o material impõe suas coerções às obras” (TODOROV, 1980, p.30), e o segundo completa: “uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso” (MAINGUENEAU, 2001, p.68). Portanto, para ambos, o texto é formado pelo todo e é inseparável do seu suporte.

A “organização textual” à qual Maingueneau se refere pode ser aproximada à idéia de estrutura textual que Chandler apresenta quando afirma que o “gênero provê uma importante estrutura de referência que ajuda os leitores a identificar, selecionar e interpretar os textos” (1997)²². A partir dessa perspectiva, o autor percebe os gêneros como um “tipo de molde mental” (*mental template*), através do qual são apresentados os fatos cotidianos. Segundo Maingueneau,

dominar um gênero do discurso é ter uma consciência mais ou menos clara dos modos de encadeamento de seus constituintes em

²² No original: “Genere provides an important frame of reference which helps readers to identify, select and interpret texts”. (Tradução nossa)

diferentes níveis: de frase a frase, mas também em suas partes maiores (ibidem).

Ele cita como exemplos de modos de organização a dissertação, o provérbio, mas também as conversas em famílias, as saudações e despedidas.

A partir dessas condições, que poderíamos chamar “coerções”, determinantes para o êxito na utilização de um gênero do discurso, percebemos que ele está intimamente relacionado com o contexto no qual se insere, o que nos permite uma aproximação com a perspectiva proposta pelos pesquisadores dos *Cultural Studies*. Como afirmou Raymond Williams em *Marxismo e literatura*, é preciso levar em consideração, ao se tratar de gêneros, “a existência de relações sociais e históricas claras entre determinadas formas literárias e as sociedades e períodos nos quais foram originadas ou praticadas”, tanto quanto “a existência de continuidades indubitáveis nas formas literárias através e além de sociedades e períodos com os quais têm essas relações” (WILLIAMS, 1979, p.182). Jesús-Martín Barbero também reforça essa idéia quando diz que

o gênero é um estratagema da comunicação, completamente enraizado nas diferentes culturas, por isso, geralmente, não podemos entender o sentido dos gêneros senão em termos de sua relação com as transformações culturais na história e com os movimentos sociais (BARBERO, 1995, p.65).

Essa aproximação com diversos “universos culturais” (BARBERO, 1995, p.64) é a principal contribuição apontada por Daniel Chandler para explicar a preferência por uma análise genérica dos textos da comunicação. Conforme o autor, a “análise de gênero situa os textos dentro de contextos textuais e sociais, sublinhando a natureza social da produção e leitura dos textos” e “tanto quanto

localizar textos dentro de contextos culturais específicos, a análise de gênero serve para situá-los em uma perspectiva histórica” (1997)²³.

Porém, é ainda essa ligação muito próxima com a sociedade onde estão inseridas que levanta diversas críticas às análises genéricas, visto que essas não possuem uma classificação rígida e estão em constante processo de transformação. Os gêneros, entendidos como “fenômeno histórico” (cf. CHANDLER, 1997; GOMES, 2002; PARRATT, 2003), mudam rapidamente e, por isso, “[...] a tipologia clássica resulta insuficiente para ‘acomodar’ a enorme quantidade de variantes que estão aparecendo continuamente fruto de sua própria transformação” (PARRATT, 2003)²⁴.

Essa estreita ligação entre gênero e o contexto sócio-histórico em que se encontra explica os diferentes gêneros que nascem ao longo dos anos, tais como a epopéia, as tragédias, os romances ou, em se tratando de meios de comunicação, as revistas semanais, os *talk-shows* e os *fait divers*.

As tipologias dos gêneros de discurso se contrapõem, desse modo, às tipologias comunicacionais por seu caráter historicamente variável [...] Poderíamos, assim, caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível e que a tornam possível. (MAINGUENEAU, 2001, p.61).

E Todorov complementa: “como qualquer instituição, os gêneros evidenciam os aspectos constitutivos da sociedade a que pertencem” (1980, p.50).

São justamente essas “continuidades”, no entender de Williams (1979), ou “formas estáveis”, como afirma Bakhtin (1992), que perduram apesar das transformações da sociedade, adaptando-se a elas, que nos permitem falar de gêneros. Apesar das críticas, é possível defender a legitimidade desse estudo

²³ No original: “Genre analysis situates texts within textual and social contexts, underlining the social nature of the production and reading of texts” e “As well as locating texts within specific cultural contexts, genre analysis also serves to situate them in a historical perspective”. (Tradução nossa)

ênfatizando que, embora os gêneros sejam “um sistema em contínua transformação” e estejam sempre intimamente ligados com a sociedade (cf. TODOROV, 1980, p.46), é somente “pelo viés da institucionalização, [que] os gêneros se comunicam com a sociedade em que ocorrem” (ibidem, p.49).

Por fim, embora a maioria dos autores citados esteja trabalhando com uma esfera específica da atividade humana, a literatura, todos são unânimes em esclarecer que os gêneros são encontrados em todas as outras esferas. Todorov, ao concluir, é explícito nesse sentido quando afirma: “não existe abismo entre a literatura e o que não é literatura, [...] os gêneros literários têm por origem, simplesmente, o discurso humano” (TODOROV, 1980, p.58).

2.2. GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Ao tratarmos de gêneros jornalísticos é preciso deixar claro que existem diversas classificações e não há um consenso estabelecido sobre o assunto. O jornalismo como um todo é entendido por alguns teóricos como *um* gênero dentro dos gêneros discursivos existentes em uma sociedade. Beth Brait explica que existe um gênero específico ao qual convencionou-se chamar de “jornalístico”. Numa definição superficial, como ela própria informa, a autora o descreve:

aquele institucionalmente definido pela finalidade de ‘retratar a realidade’, ou seja, o gênero cuja função é concretizar ‘a idéia segundo a qual a atividade do discurso jornalístico consistiria em representar a *realidade* como se a linguagem fosse constituída de substitutivos destacáveis do real ao qual nos referimos falando’ (BRAIT, 1998, p.18).

²⁴ No original: “[...] la tipología clásica resulta insuficiente para ‘acomodar’ la enorme cantidad de variantes que están apareciendo continuamente fruto de su propia transformación” (Tradução nossa).

Não podemos, contudo, deixar de perceber que a prática cotidiana do jornalismo foi produzindo uma série de diferenciações dentro dos textos e delimitando outros gêneros ou sub-gêneros. Sonia Fernández Parratt explica que, “tradicionalmente, o informador devia ter claro se iria informar ou opinar antes de começar a escrever, o que levou a estabelecer a divisão dos textos jornalísticos em informativos e de opinião e, conseqüentemente, a falar em gêneros jornalísticos” (2003)²⁵.

De acordo com Mar de Fontcuberta, a classificação do jornalismo em gêneros foi decorrente do próprio desenvolvimento de um estilo e forma jornalística que fosse distinto de expressões literárias²⁶. A autora explica essa classificação pela “necessidade que tiveram historicamente determinados escritores de adequar as formas de expressão literária de sua época ao principal objetivo de toda atividade profissional jornalística: transmitir notícias com economia de tempo e espaço” (FONTCUBERTA, 1993, p.94)²⁷.

A organização de uma teoria classificadora dos gêneros jornalísticos tornou-se uma preocupação na década de 50 do século passado. Segundo Parratt (2003), um dos primeiros pesquisadores a propor o conceito de gênero jornalístico foi o francês Jacques Kayser. Nesse primeiro momento, a preocupação não era “filológica ou literária”, mas sim a de criar uma “[...] técnica de trabalho para a análise

²⁵ No original: “Tradicionalmente, el informador debía tener claro si iba a informar u opinar antes de comenzar a escribir, lo cual llevó a establecer la división de los textos periodísticos en informativos y de opinión y, consecuentemente, a hablar de géneros periodísticos” (Tradução nossa).

²⁶ É importante notar que alguns autores percebem ainda hoje relações estreitas entre jornalismo e literatura. É o caso de Roland Barthes em *Estrutura da Notícia*, quando afirma: “é verdade que o *fait divers* é literatura, mesmo se essa literatura é considerada má” (BARTHES, 1970, p.67) ou de José Marques de Melo, quando esclarece que o gênero opinativo crônica, embora claramente jornalístico, também é aceito por alguns autores como literário, o que configura a discussão como uma “questão aberta” (MARQUES DE MELO, 1994, p.159). Sobre a questão, ver também a **Revista Continente Sul Sur**, Porto Alegre : Instituto Estadual do Livro, nº 02, novembro de 1996, que tem essa edição totalmente dedicada à discussão da relação jornalismo e literatura, em 23 artigos.

²⁷ No original: “necesidad que tuvieron históricamente determinados escritores de adecuar las formas de expresión literária de su época al principal objetivo de toda actividad profesional periodística: transmitir noticias con economía de tiempo y de espacio.” (Tradução nossa)

sociológica de caráter quantitativo das mensagens que apareciam na imprensa” (cf. *ibidem*)²⁸. Logo, a teoria dos gêneros tornou-se um instrumento para organizar pedagogicamente os estudos de jornalismo, explica a autora.

Uma das preocupações iniciais no estudo dos gêneros jornalísticos era estabelecer uma clara distinção entre eles e os gêneros literários. Alguns autores, como Lorenzo Gomis, consideram que a classificação em gêneros é mais necessária ao jornalismo que à literatura e que, por tal motivo, ela deve ser mais rígida, como explica Parratt. Isso ocorre porque

[...] enquanto a literatura imita ações da realidade construindo ficções semelhantes e criando personagens, a função principal do jornalismo é fazer entender fatos reais, explicando o que acontece realmente a personagens conhecidos e o que pode acontecer aos leitores como consequência dos fatos que estão sendo comunicados (*ibidem*)²⁹.

O estudo dos gêneros jornalísticos faz-se necessário, conforme José Marques de Melo, porque são eles o

ponto de partida seguro para descrever as peculiaridades da mensagem (forma / conteúdo / temática) e permitir avanços na análise das relações socioculturais (emissor / receptor) e político-econômicas (instituição jornalística / Estado / corporações mercantis / movimentos sociais) que permeiam a totalidade do jornalismo (MARQUES DE MELO, 1994, p.37).

Avançando mais, podemos dizer que eles são importantes fatores de coerção e definição da recepção do leitor. Segundo Klaus Bruhn Jensen, o estudo do gênero é importante porque “seus modos de endereçamento, somados à sua forma e

²⁸ No original: “[...] técnica de trabajo para el análisis sociológico de carácter cuantitativo de los mensajes que aparecían en la prensa.” (Tradução nossa)

²⁹ No original: “[...] mientras que la literatura imita acciones de la realidad construyendo ficciones semejantes y creando personajes, la función principal del periodismo es hacer saber y hacer entender

conteúdo, antecipam usos particulares dos *media* em contextos sociais” (JENSEN, 2002, p.168)³⁰.

Aqui, podemos retomar a idéia de Todorov, segundo a qual os gêneros moldam as “expectativas” do leitor, para afirmar que eles são fundamentais na definição das regras da relação entre texto e leitor, criando uma espécie de “contrato”. Para Maingueneau, “todo gênero de discurso exige daqueles que dele participam que aceitem um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir” (MAINGUENEAU, 2001, p.69), fundando um “contrato implícito”, inerente a todo ato comunicativo. E o autor exemplifica dizendo que “um jornalista assume o contrato implicado pelo gênero de discurso do qual participa” (ibidem).

2.2.1 Resgate histórico

Para traçar um percurso histórico dos gêneros jornalísticos é preciso levar em consideração as suas grandes categorias – informativa, opinativa e interpretativa – que foram cumprindo determinados papéis ao longo da história do jornalismo. Conforme Parratt, “a aparição dos diferentes gêneros se vincula normalmente à evolução histórica, estabelecendo-se uma correspondência entre os gêneros básicos do jornalismo e as diferentes etapas na história da humanidade” (PARRATT, 2003)³¹.

A primeira fase na história dos gêneros jornalísticos pode ser denominada “jornalismo ideológico”. A partir da invenção da tipografia, em 1438, por Gutemberg, a imprensa assume uma postura marcadamente opinativa. Antes mesmo do surgimento dos primeiros jornais, a necessidade de informação da população era suprida pelas folhas volantes e avulsos impressos, de acordo com Marques de Melo, “formas embrionárias” do jornalismo que embora carreguem em si atributos

hechos reales, explicando lo que pasa realmente a personajes conocidos y lo que les puede pasar a los lectores como consecuencia de los hechos que se están comunicando.” (Tradução nossa)

³⁰ No original: “...their mode of address, in addition to their form and content, anticipates particular uses of media in social contexts”. (Tradução nossa)

determinados no conceito de jornalismo – “são publicações que informam sobre fatos da atualidade e se difundem através da imprensa” (MARQUES DE MELO, 1994, p. 18) –, não possuem periodicidade fixa. De natureza opinativa, essas folhas faziam a propaganda de temas polêmicos como a Reforma, na Alemanha e em outros países que se desligaram da Igreja Católica (cf. BELTRÃO, 1980, p.33).

Os primeiros jornais surgiram na Alemanha, no ano de 1609, o *Aviso*, em Wolfenbüttel, e o *Relation*, em Estrasburgo. Logo começam a surgir outros jornais: na Holanda, em 1618; na França, em 1620; na Inglaterra, em 1620; e na Itália, 1635 (cf. KUNCZIK, 1997, p.23). Ao relatar esse trajeto da imprensa, Marques de Melo ressalta a natureza “ eminentemente política ” do jornalismo no seu primeiro momento, destacando dois tipos de publicações: as clandestinas,

que circulavam à margem do aparelho censório, desafiando o poder absolutista, antecipando as idéias que acabariam por destruí-lo”; e as oficiais, que se submetiam ao crivo da censura e voltavam-se apenas para assuntos da corte (cf. MARQUES de MELO, 1994, p.20).

Essa etapa, portanto, é caracterizada por um jornalismo que “[...] é doutrinal e moralizador, ao serviço de idéias políticas ou religiosas” (GÉNEROS..., 2003)³². Essa etapa é marcada por “poucas informações e muitos comentários” (cf. ibidem).

No segundo momento desponta o “jornalismo informativo”, ainda paralelo ao opinativo. Ele surge na segunda metade do século XIX e aperfeiçoa-se a partir da Primeira Guerra Mundial “[...] como um jornalismo que se apóia sobretudo na narração ou no relato dos fatos” (ibidem)³³. Esse tipo de jornalismo surge a partir de uma corrente anglo-saxônica e tem como marca a sobreposição dos fatos sobre os comentários. Suas primeiras ocorrências acontecem na Inglaterra e, posteriormente, nos Estados Unidos.

A passagem da primeira para a segunda fase é decorrência de diversos fatores. Um deles é a tentativa de fugir à censura prévia. Michael Kunczik (1997) explica que o movimento pelo fim da censura prévia iniciou na Inglaterra, com o fim da “Lei de Autorização”, em 1695, e logo se seguiu às Declarações dos Direitos Humanos nos Estados Unidos (1776) e na França (1789),

³¹ No original: “La aparición de los diferentes géneros se vincula normalmente a la evolución histórica, estableciéndose una correspondencia entre los géneros básicos del periodismo y las distintas etapas en la historia de la humanidad.” (Tradução nossa)

³² No original: “[...] es doctrinal y moralizador, al servicio de ideas políticas o religiosas”. (Tradução nossa)

afirmando a liberdade de imprensa. Conforme Marques de Melo (1994), esse primeiro momento de liberdade do jornalismo caracterizava-se pela expressão de “opiniões”, tanto pela liberdade de imprensa que oportunizava a todos a livre expressão como pelo baixo custo de produção. Nilson Lage resume essa fase:

do ponto de vista econômico, qualquer um podia lançar a sua folha, desde que tivesse algumas centenas de amigos, correligionários ou pessoas com motivo para temer ataques impressos caso não contribuísse” (LAGE, 1993, p.11).

“Se era assim, nada mais natural que os donos do poder, incomodados pela virulência com que se praticava o jornalismo, atacando, denunciando, combatendo o governo, procurassem reduzir o ímpeto da expressão opinativa” (MARQUES DE MELO, 1994, p.22). Essa redução vem em forma de restrições econômicas, com a cobrança de novas taxas e impostos e também de uma censura posterior. São esses fatores que conduzem o jornalismo à sua modificação: “tais restrições fazem medrar o jornalismo de opinião e estimulam o jornalismo de informação” (ibidem).

Na segunda metade do século XIX, os jornais começam a modernizar-se e passam a ser entendidos como empresas. As mudanças decorrem, segundo Luiz Beltrão, das transformações sofridas pela sociedade a partir da democracia liberal, da industrialização e da urbanização. Diante dessas mudanças era necessário ao jornalismo “organizar-se e crescer em outras bases, pois não o dispensaria, como elemento-vínculo, a nova organização social” (BELTRÃO, 1976, p.21). Além desses fatores políticos e sociais, P. Albert e F. Terrou (1990, p.29-31) apontam ainda causas de ordem econômica – a industrialização dos métodos de fabricação e a ampliação do mercado da imprensa, que reduz o preço dos jornais – e de ordem técnica, na fabricação, composição e impressão.

Os Estados Unidos, na primeira metade do século XIX, foram o berço do jornalismo moderno que, apesar das críticas, se impôs como novo estilo. Reduzindo os preços por unidade, os proprietários aumentavam as vendas e acirravam a concorrência. Em Nova York surgem os primeiros jornais com características parecidas com os atuais, com reportagens, notícias cotidianas e descobertas confidenciais. No ano de 1850 eram cerca de 240 diários, com uma tiragem conjunta de 750 mil exemplares.

³³ No original: “[...] como un periodismo que se apoya sobre todo en la narración o en el relato de los

A imprensa teve sua evolução diretamente ligada ao capitalismo, conforme Nelson Werneck Sodré (1999), explicando, assim, o fato de sua forma moderna surgir nos Estados Unidos, também berço do capitalismo. Com a urbanização crescente, surgem novos mercados e a necessidade de conquistá-los, conferindo importância fundamental à publicidade e transformando a imprensa em uma mercadoria rentável. Cremilda Medina também considera que a expansão dos jornais está diretamente relacionada com a nascente sociedade urbana e industrial. “A identificação de mensagens jornalísticas com atividades urbanas, primeiro comerciais e em seguida industriais, leva-a à expansão que hoje se identifica na comunicação de massa.” (MEDINA, 1988, p.15)

Todos esses fatores levam Marques de Melo a afirmar que

sem dúvida o *jornalismo informativo* afigura-se como categoria hegemônica, no século XIX, quando a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação de atualidade em *mercadoria* (MARQUES DE MELO, 1994, p.23).

Explica ainda que, apesar de sua redução, o jornalismo opinativo não desaparece nesse contexto, porém, torna-se restrito às páginas editoriais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, há um momento de procura por maior profundidade nas informações, que dá origem a um gênero considerado por muitos como híbrido, pois mescla o relato e o comentário. É o “jornalismo de explicação”, que tem como objetivo fazer com que “[...] o leitor, mediante uma narração objetiva dos fatos, entenda os juízos de valor de forma fácil e rápida” (GÉNEROS..., 2003)³⁴. O principal gênero que representa essa corrente é a reportagem em profundidade.

Outros autores situam essa fase algumas décadas antes, ainda durante a Primeira Guerra Mundial. Nesse período, os

jornais norte-americanos percebem que, apesar do enorme volume de informações oferecidas ao leitor, a imprensa fazia apenas o relato dos fatos, sem contextualizá-los ou realizar entre eles uma conexão explicativa [...] as notícias precisavam ser ampliadas e

hechos”. (Tradução nossa)

³⁴ No original: “[...] el lector, mediante una narración objetiva de los hechos, entienda los juicios de valor de forma fácil y rápida.” (Tradução nossa)

interpretadas, criando assim a categoria de *jornalismo interpretativo* (SPANNENBERG, 1999, p. 20).

No final da década de 20 do século passado, a revista informativa semanal é o veículo que dá suporte para a consolidação do novo gênero.

No Brasil, o processo desenvolveu-se nessa mesma trilha, porém, sempre com uma distância temporal que, segundo Cremilda Medina, marca o desenvolvimento de todos os aspectos sócio-econômico-políticos brasileiros.

Da tardia Imprensa que se implantou no Brasil, no século XIX, à modernização da indústria cultural do século XX, arrastamos conosco a sina de uma defasagem perante a História do Jornalismo do Primeiro Mundo. (MEDINA, 1988, p. 138)

Mesmo assim, o jornalismo brasileiro procurava sempre captar as transformações e mudanças que se processavam no fervilhar de acontecimentos do século atual.

Esse atraso faz com que a autora considere que a história do jornalismo no Brasil esteve sempre dependente de fatores externos, sem buscar inovar em modelos, mas apenas incorporando os modismos. O *jornalismo opinativo*, grande tendência na Europa, prevaleceu no primeiro momento do jornalismo brasileiro, que se estendeu do período colonial até as primeiras décadas do século XX. Desde então, o *jornalismo informativo* se impôs, influenciado pelas agências de notícias norte-americanas, como um produto que encontrava grande demanda na sociedade urbana e industrial. Hoje, para a autora, é difícil distinguir um modelo na imprensa brasileira, o que resulta numa “hibridez mal elaborada dos dois modelos”, em que “nem temos um Jornalismo Opinativo consistente, pluralista, nem temos um Jornalismo Noticioso habilitado a exercer a grande reportagem de aprofundamento e investigação dos problemas sociais brasileiros” (MEDINA, 1988, p.140).

2.2.2 Classificação dos gêneros jornalísticos

A classificação de gêneros jornalísticos varia de acordo com cada país onde a mensagem jornalística é produzida. A origem de tal divisão, conforme Marques de Melo (1994), decorre da própria prática profissional. A explicação para tal variação é oferecida pelo autor:

se os gêneros são determinados pelo 'estilo' e se este depende da relação dialógica que o jornalista deve manter com seu público, apreendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas), é evidente que a sua classificação restringe-se a universos culturais delimitados (ibidem, p.39-40)³⁵.

Sonia Fernández Parratt (2003) divide as classificações de gêneros de acordo com as tradições de jornalismo anglo-saxônica, francesa e hispânica. Na tradição anglo-saxônica, explica a autora, desenvolveu-se uma postura de busca pela informação “completa, objetiva, neutra e factual” e de separação clara entre informação e opinião. Apenas dois principais gêneros são percebidos nessa tradição, “story” e “coment”, que correspondem ao “relato de fatos” e a “exposição de idéias”, respectivamente (cf. ibidem).

Embora a tradição francesa, afirma Parratt, tenha sido a precursora na divisão do jornalismo em informativo e opinativo, na prática,

os jornalistas franceses tendiam mais a interpretar e ‘reprocessar’ a informação com base na doutrina política defendida pelo jornal e costumavam comentar as informações que eles mesmos forneciam (ibidem)³⁶.

³⁵ No seu livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, Marques de Melo descreve as principais classificações de gêneros européias, norte-americanas e hispano-americanas, além das brasileiras. (MARQUES DE MELO, 1994, p.40-66).

³⁶ No original: “los periodistas franceses tendían más a interpretar y ‘reprocesar’ la información en base a la doctrina política defendida por el periódico y acostumbraron a comentar las informaciones que ellos mismos facilitaban”. (Tradução nossa)

Essa tradição opinativa manteve-se, mesmo após o período das grandes guerras e “[...] a opinião e o comentário prevaleceram na França sobre a informação até finais do século vinte” (ibidem)³⁷.

Na Espanha, o jornalismo ideológico prevaleceu até a terceira década do século XX e, em consequência, não existia muita aceitação do jornalismo informativo (cf. ibidem). Essa convivência dos dois modelos deu origem a uma gama de gêneros que estão “[...] situados entre o relato impessoal dos fatos e a interpretação subjetiva” (ibidem)³⁸, como a informação, a reportagem, a crônica e o artigo ou comentário. Esse modelo de classificação europeu, tanto espanhol quanto francês, influenciou, desde o início, o jornalismo latino-americano que, apenas nas últimas décadas do século XX, de acordo com Parratt, está adotando cada vez mais os conceitos anglo-saxões.

Atualmente, tal discussão tem provocado o surgimento de diversas teorias classificadoras que tentam propor modificações nos sistemas tradicionais e oferecer uma classificação que abarque a diversidade e complexidade dos gêneros jornalísticos praticados. Quatro correntes podem ser identificadas como principais nesse debate, segundo Parratt: “teoria dos esquemas do discurso”, “teoria normativa dos gêneros jornalísticos”, “teoria do sistema de textos” e “teoria dos gêneros”. Além delas, outras propostas com menor peso surgem para propor modificações nas classificações tradicionais.

A “teoria dos esquemas do discurso” foi traçada pelo pesquisador holandês Teun A. Van Dijk e divide os gêneros em dois conjuntos de esquemas do discurso, o “esquema narrativo” e o “esquema argumentativo” (cf. ibidem). Essa

³⁷ No original: “[...] la opinión y el comentario prevalecieron en Francia sobre la información hasta finales del siglo veinte”. (Tradução nossa)

³⁸ No original: “[...] situados entre el relato impersonal de los hechos y la interpretación subjetiva”. (Tradução nossa)

divisão aproxima-se muito da tradição anglo-saxônica mas, conforme Parratt, ela vem sendo bastante criticada como uma espécie de reducionismo e por ter como base apenas as estruturas internas do texto (cf. CASASÚS y LADEVÉZE apud PARRATT, 2003).

O pesquisador espanhol José Luis Martínez Albertos desenvolveu a “teoria normativa dos gêneros jornalísticos” em fins da década de 1980 (cf. PARRATT, 2003). Nela, são mescladas influências das tradições européia e anglo-saxônica, estabelecendo, assim, três grupos denominados “macrogêneros”. O primeiro grupo é composto por gêneros informativos, entre os quais estão a informação e a reportagem objetiva. Entre os gêneros interpretativos estão a reportagem interpretativa e a crônica. Por fim, os gêneros de opinião incluem o artigo e o comentário. Martínez Albertos critica a mistura de dois gêneros em um mesmo texto, “por considerar que não distinguir bem o que é informação e o que é opinião pode levar a transmitir ao leitor uma idéia incorreta dos fatos” (cf. CASASÚS y LADEVÉZE apud PARRATT, 2003)³⁹.

Em 1981, Héctor Borrat formula a “teoria do sistema de textos”, que divide os gêneros jornalísticos em três grupos, seguindo uma classificação aproximada à doutrina espanhola: textos narrativos, textos descritivos e textos argumentativos (cf. PARRATT, 2003). A partir desta proposta inicial, o autor subdivide os gêneros em narrativos simples (ênfase no que, quem, quando e porque), narrativo explicativo (ênfase no que, quem e onde), descritivos simples (ênfase no que, quem e onde) e descritivos explicativos (ênfase no que, quem, onde, porque e como) (cf. CASASÚS y LADEVÉZE apud PARRATT, 2003). É também com base nessa teoria que Mar de Fontcuberta (1993) divide os gêneros jornalísticos em quatro: notícia, reportagem,

³⁹ No original: “por considerar que el no distinguir bien lo que es información de lo que es opinión puede llevar a transmitir al lector una idea incorrecta de los hechos”. (Tradução nossa)

crônica e comentário, por considerar essa uma classificação mais simples, que foge às tipologias extensas.

Finalizando, a “teoria dos gêneros” foi desenvolvida por Lorenzo Gomis, que

baseia sua postura na idéia de que os gêneros refletem a evolução do jornalismo e vão se modificando com as demandas sociais e os objetivos da profissão jornalística, de maneira que podem ser entendidos como um método de interpretação sucessiva da realidade social (PARRATT, 2003).

Sua classificação divide os gêneros em dois grandes grupos: a informação, que inclui notícias, reportagem, entrevista e crônica; e o comentário, que inclui crítica, cartas ao diretor, artigos, coluna, editoriais e charges. Além da prática, Gomis também tem interesse em oferecer, com sua classificação, um “instrumento para pedagogia do exercício profissional” (cf. *ibidem*).

Outras classificações são propostas com a intenção de se contrapor às tradicionais. Uma delas é apresentada por José Francisco Sánchez e Fernando López Pan, que baseiam sua divisão na função que os textos cumprem, dividindo-os em três grupos: os “gêneros de reportagem”, os “gêneros de autor” e os “gêneros de jornalismo especializado” (cf. *ibidem*). Com uma diferente divisão, Sebastiá Bernal e Albert Chillón classificam os gêneros em “jornalismo informativo convencional”, que inclui textos descritivos e narrativos; “jornalismo interpretativo”, com textos descritivos e narrativos explicativos; e o “jornalismo informativo de criação”, com textos que buscam fugir das estruturas clássicas (cf. *ibidem*). A pesquisadora argentina Ana Torresi classifica os gêneros pela intencionalidade, o que resulta em três grupos, os de “intencionalidade informativa”, no qual estão as notícias, crônicas, notas, trabalhos de investigação, reportagens e fotografias; os de “opinião”, com

editorial, comentário e carta dos leitores; e os de “entretenimento”, com desenhos e literatura (cf. *ibidem*).

2.2.3 Classificações brasileiras

No Brasil, dois teóricos contribuem de maneira decisiva para a classificação dos gêneros jornalísticos. O primeiro deles é Luiz Beltrão, que organiza, com o intuito de produzir material de referência para os nascentes cursos de jornalismo do Brasil, uma trilogia sobre as principais categorias de jornalismo que, em sua opinião, compõem a imprensa brasileira: jornalismo informativo, jornalismo interpretativo e jornalismo opinativo.

A outra contribuição é de José Marques de Melo, que classifica o jornalismo brasileiro em duas categorias distintas: o jornalismo informativo e o opinativo, correspondendo, respectivamente, a “narrar os fatos” e “expressar idéias” (cf. MARQUES DE MELO, 1994, p.24). Além delas, o autor distingue ainda duas outras categorias que, no cenário mundial, dividem o espaço com elas: o jornalismo interpretativo e o diversional ou de entretenimento. Porém, de acordo com Marques de Melo, elas não estão presentes no jornalismo brasileiro.

Dentro dessas categorias, os dois autores situam diversos gêneros jornalísticos. Existem diferenças significantes entre as duas classificações, que implicam até mesmo a polêmica sobre a prática ou não de uma das categorias – o jornalismo interpretativo – no Brasil. Consideramos relevante detalhar a classificação dos dois autores para justificar o porquê da opção que fazemos neste trabalho pelos gêneros jornalísticos reportagem e artigo, situando especificamente qual o recorte que fazemos deles.

2.2.3.1 Contribuições de Luiz Beltrão

Em *A imprensa informativa* (1969), Luiz Beltrão produz uma espécie de “manual” sobre jornalismo. O texto era, inclusive, utilizado – e foi escrito com essa intenção – para ministrar as aulas do Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências da Informação, na Universidade Católica de Pernambuco. Nele, estão detalhados e exemplificados os diversos gêneros de jornalismo informativo que o autor identificou na imprensa brasileira: notícia, entrevista, reportagem (com diversos desdobramentos) e informação por imagem.

A notícia é o primeiro dos gêneros apontados por Beltrão, que a define como “a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer, em qualquer campo de atividade e que, no julgamento do jornalista, interessam ou têm importância para o público a que se dirigem” (BELTRÃO, 1969, p. 82). Os seus principais atributos são o imediatismo, a veracidade, o universalismo e o interesse e importância (cf. *ibidem*). O autor também estabelece uma classificação das notícias de acordo com três referências. Quanto à ocorrência que as provoca, elas podem ser: previsíveis e imprevisíveis. Quanto à sua repercussão, podem ser: extraordinárias, sensacionais, importantes e comuns. E, quanto ao seu assunto, podem ser: políticas, policiais, esportivas, econômicas, profissionais, sociais, científicas, artísticas e diversas (cf. *ibidem*, p.95-96). A estrutura da notícia comporta a “cabeça”, considerada resumo dos fatos, respondendo às seis perguntas clássicas do *lead* (Quê?, Quem?, Quando?, Como?, Onde? e Por quê?) e o “corpo”, que detalha a informação apresentada, identificando os fatos e documentando-os (cf. *ibidem*, p.109-110).

O segundo gênero identificado no jornalismo informativo é a entrevista, que, segundo Beltrão, é a “[...] técnica de obtenção de matéria de interesse jornalístico por meio de perguntas a outrem” (*ibidem*, p.175). Tal técnica, que surgiu com James Gordon Bennet, criador da imprensa popular norte-americana, em 1837, quando publicou declarações textuais de uma testemunha de assassinato, constitui-se hoje como “um gênero específico” (cf. *ibidem*). O autor a divide em dois tipos: “entrevista de rotina”, aquela que não é destacada e aparece no corpo da notícia; e “entrevista caracterizada”, que traz reproduções textuais das palavras e idéias dos entrevistados e apresenta-se em forma de diálogo (cf. *ibidem*, p.177). O gênero também pode ser classificado quanto ao conteúdo em: “entrevista informativa”, que relata um fato ou informação atual; “entrevista opinativa”, que

oferece juízo de valor sobre um tema; ou “entrevista ilustrativa”, na qual o assunto principal centra-se na personalidade do entrevistado (cf. *ibidem*, p.179-182). Quanto à composição, a entrevista também é constituída por cabeça e corpo.

“Reportagem é o relato de uma ocorrência de interesse coletivo testemunhada ou colhida na fonte por um jornalista e oferecida ao público, em forma especial e através dos veículos jornalísticos” (*ibidem*, p.195). Assim é definido por Beltrão o texto do gênero reportagem, o terceiro da categoria informativa. A definição baseia-se mais na origem da informação do que na estrutura ou profundidade do texto:

na sua essência, a reportagem é uma notícia; o que distingue os dois gêneros é a dinâmica da fonte de informação. Enquanto a notícia *vem* ao jornalista, o jornalista *vai* à procura da reportagem para testemunhá-la ou colhê-la na fonte [grifos no original] (*ibidem*).

O autor classifica a reportagem em três tipos: reportagem de setor (que inclui os setores policial, judiciário, político-administrativo, econômico-sindical, esportivo e sócio-cultural), história de interesse humano e grande reportagem (*ibidem*, p.198-199).

As histórias de interesse humano são um desdobramento da reportagem, “produzidas à base de fatos diversos, que se registram em qualquer campo da atividade dos indivíduos e da vida da comunidade” (*ibidem*, p. 377). A redação desses textos é mais livre, segundo Beltrão, tendo o autor apenas que manter “o leitor interessado, seja conservando o impacto emocional do clímax lançado às primeiras linhas, seja provocando-lhe um estado de espírito de expectativa para surpreendê-lo ou chocá-lo no final” (*ibidem*, p. 382). Também chamada de reportagem-conto, aproxima-se dos *fait divers*, produzidos na França e das *color stories* americanas.

O último gênero jornalístico presente na categoria informativa proposta por Beltrão é a informação por imagem ou jornalismo ilustrado. O autor explica sua importância:

com maior vigor e alcance do que a palavra, até o século atual, quando esta apenas era transmitida em limitados recintos ou de boca em boca, e imprimindo força e vida à escrita [...] a notícia ilustrada foi meio de expressão jornalística, que reteve e ampliou de tal modo o seu prestígio que o século atual é considerado a época da civilização da imagem (*ibidem*, p.393).

Segundo ele, tais informações podem ser divididas em dois grupos distintos: os desenhos e caricaturas, que incluem ilustrações, caricaturas/charges, a diagramação do jornal e as histórias em quadrinhos (cf. *ibidem*, 394-400); e a fotografia, classificadas como fotos de ocorrência, retratos e fotos artísticas e de entretenimento (cf. *ibidem*, p.405-406).

O jornalismo interpretativo foi discutido por Beltrão no Livro *Jornalismo Interpretativo – Filosofia e Técnica* (1976), no qual o autor define:

o jornalismo interpretativo é o objetivismo multiangular da atualidade apresentado pelos agentes da informação pública para que nós próprios, os receptores, o analisemos, julguemos e possamos agir com acerto (BELTRÃO, 1976, p.46).

A objetividade é apresentada como fundamental nesse tipo de texto, afirma Beltrão, demarcando bem a diferença entre interpretação e opinião. O trabalho interpretativo do jornalista, para o autor, restringe-se à “*análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, e transformá-los em matéria para a divulgação*” [grifo no original] (*ibidem*, p.47). Ultrapassar esses limites e submeter os dados colhidos a uma escala pessoal de valores estará transformando o texto em opinativo, adverte Beltrão (cf. *ibidem*, p.48). Sobre essa questão, conclui, citando César Luís Aguiar: “o jornalismo será interpretativo, não por dar a interpretação feita, digerida, mas por permitir fazer essa interpretação a quem legitimamente deve fazê-la, que é o público” (AGUIAR apud BELTRÃO, 1976, p. 52).

O autor define como principal característica do jornalismo interpretativo a apresentação das causas e conseqüências do fato, oferecendo ao leitor um “quadro completo da situação de atualidade”, sem, porém, opinar sobre ela (*ibidem*, p.48-52). As etapas de elaboração de um texto do gênero interpretativo podem ser resumidas em: identificação do objeto, documentação da ocorrência e a redação e edição da matéria. Beltrão considera, no último ponto, que o jornalismo interpretativo não é composto de uma matéria única, mas de uma união de diversos textos que cercam a ocorrência e fornecem sentido a ela. Cita como algumas das possibilidades: uma chamada na primeira página, um texto-síntese em forma de pirâmide invertida, e uma seqüência de textos e ilustrações com informações obtidas na etapa de documentação, que são diagramados, organizando o percurso do leitor (cf. *ibidem*, p.88). Sua principal expressão, contudo, é a reportagem em profundidade. Para organizar todo esse processo é necessária uma equipe, motivo pelo qual o autor

ressalta a importância do trabalho em grupo e afirma que “essa modalidade é sempre resultado de um trabalho em equipe” (ibidem, p.49).

Fazem parte da categoria de jornalismo opinativo, de acordo com Beltrão, os gêneros: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. O tema é apresentado pelo autor no livro *Jornalismo Opinativo* (1980), que utiliza a seguinte definição de opinião: “função psicológica, pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo” (BELTRÃO, 1980, p.14). A opinião, no jornal, pode ser emitida por três fontes diferentes, segundo o autor, que são o editor (representando o próprio jornal), o jornalista e o leitor.

“O editorial é a voz do jornal, sua tribuna” (ibidem, p.52), define o autor. Para Beltrão, mesmo sendo o editorial baseado na notícia, ele explora, além das dimensões de tempo e espaço, a dimensão da profundidade.

Assim, tanto pode nascer da notícia, como dela transcender, adiantar-se sobre ela, valendo-se de dados subjetivos e retirando de um fato, mediante a análise de suas causas e conseqüências, inferências e conclusões que apresenta como um roteiro à comunidade (ibidem).

São oferecidos cinco critérios de classificação do editorial: morfologia (artigo de fundo, suelto e nota); topicalidade (preventivo, de ação, e conseqüência); conteúdo (informativo, normativo e ilustrativo); estilo (intelectual e emocional); e natureza (promocional, circunstancial e polêmico) (cf. ibidem, p.55-58). Quanto à estrutura, é considerada bastante rígida pelo autor, composta por título, introdução, discussão e conclusão.

O artigo é outro gênero opinativo, que difere do editorial por trazer a opinião do jornalista (como a crônica e a opinião ilustrada). Beltrão afirma que as características do artigo, “quanto à topicalidade, estilo e natureza são idênticas às do editorial, e cuja estrutura [...] é também semelhante” (ibidem, p.65). O que diferencia os dois gêneros, então, é o fato de o artigo trazer a opinião de um autor: “são pensadores, escritores e especialistas em diversos campos, e cujos pontos de vista interessam ao conhecimento e divulgação do editor e seu público típico” (ibidem).

Apesar de não conceituar a crônica, o autor a associa com a opinião do jornalista e sua explicação dos fatos:

A preferência do leitor pelas opiniões individuais, sua escassez de tempo para ler todas as matérias publicadas, levando-o a procurar aquelas secções que dissessem respeito aos seus interesses profissionais ou respondessem aos reclamos imediatos do seu espírito, juntamente com a variedade de temas que exigia pessoal habilitado em cada setor da atividade humana para atender a demanda da audiência foram motivos predominantes, econômica e socialmente falando, do retorno dos cronistas ao jornalismo. (ibidem, p. 67).

A classificação da crônica leva em conta dois elementos: o tema, a partir do qual ela subdivide-se em geral, local e especializada; e o tratamento dado ao tema, que inclui as categorias analítica, sentimental e satírico-humorística (ibidem, p. 68). As fontes de informação para a composição da crônica são “as idéias em curso na comunidade”, “a informação que [o cronista] consegue recolher sobre fatos e situações”, “a própria notícia deles” e “as suas emoções pessoais” (ibidem, p.69).

A opinião ilustrada pode ser manifesta por fotógrafos e chargistas “cujos signos através dos quais elaboram e lançam sua mensagem não são os alfabéticos, [mas] também contribuem com a expressão de seus juízos nos veículos do jornalismo impresso” (ibidem, p.72). O autor destaca que a opinião, na fotografia, está na opção por ângulos e toda uma série de reflexões anteriores à sua realização que expressam “o resumo do pensamento” (CARTIER-BRESSON in: BELTRÃO, 1980, p.72). Na segunda classe, a do desenho, Beltrão situa a charge e a caricatura e afirma que a opinião, nelas, é manifesta pela sátira, que deve estar diretamente ligada à atualidade. Segundo ele, no jornal,

as ocorrências satirizadas se registram como sob areias movediças, são episódicas, resultam de rápidas mutações e da transitoriedade de fatos que não chegam a uma cristalização definitiva. Por isso, a sátira jornalística só é bem entendida e aplicável mesmo aos fatos atuais (ibidem, p. 81).

Finalizando os gêneros do jornalismo opinativo, está a opinião do leitor, que aparece manifesta no jornal de diversas maneiras. Nesse item, o autor amplia bastante o leque do que considera “opinião do leitor” no jornal, embora enfatize que sua manifestação principal é a carta do leitor, o “tipo mais significativo de colaboração do leitor” (ibidem, p. 87). Sugere ainda outras possibilidades de participação do leitor no jornal, através da palestra, do depoimento confidencial ou da enquete (ibidem, p.91).

O Jornalismo diversional não chega a ser mencionado por Beltrão como uma categoria, porém, em *Jornalismo Opinativo* (1980), o autor reconhece a existência de uma “função lúdica” do jornalismo, na qual seriam oferecidos recursos diversionais. Beltrão até mesmo recomenda aos jornais,

na medida do possível, manter o atributo da atualidade, inovando, através de neologismos, personagens e episódios contemporâneos e marcas artísticas da época, os problemas, jogos e desenhos de seções tradicionais, como palavras cruzadas, charadas, horóscopos, charges e historietas (ibidem, p.14).

Ao considerar as contribuições de Luiz Beltrão para a discussão de gêneros jornalísticos é preciso que se leve em conta que as três obras foram publicadas entre 1969 e 1980, e não são encontradas em versões recentes ou atualizadas. Portanto, apesar de trazerem alguns conceitos importantes, também carregam uma defasagem histórica com relação à prática do jornalismo no Brasil.

2.2.3.2 Contribuições de José Marques de Melo

A questão dos gêneros jornalísticos é abordada de forma mais aprofundada por José Marques de Melo no livro *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*, publicado em 1980 e re-editado e ampliado em 1994. Os gêneros propostos por Marques de Melo são em número de 12, divididos entre as categorias de Jornalismo Informativo: nota, notícias, reportagem, entrevista; e Jornalismo Opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Tal classificação, informa o autor, foi feita “agrupando os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos através de que se configuram” (MARQUES DE MELO, 1994, p.62) e identificando os gêneros “a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos” (ibidem, p.64).

A principal atenção do autor nesta obra está voltada para o Jornalismo opinativo, por isso, os gêneros da categoria informativa são apresentados muito sucintamente. Entre eles está a nota, que “corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais freqüente no rádio e na televisão” (ibidem, p.65). A notícia é definida como “o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” e se diferencia da reportagem, considerada “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (ibidem). Por fim, o último gênero dessa categoria é a entrevista, que “é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade” (ibidem).

O primeiro dos oito gêneros opinativos apresentados pelo autor é o editorial, que “expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (ibidem, p.95). A intenção do editorial, segundo Marques de Melo, é ser um “indicador que pretende orientar a opinião pública” (ibidem, p.96). Sua produção fica a cargo dos editorialistas e leva em conta as decisões tanto da linha editorial, quanto da posição assumida pela diretoria sobre o fato. (cf. ibidem, p. 99). Na classificação e caracterização do editorial, o autor utiliza como fonte os conceitos de Luiz Beltrão em *Jornalismo Opinativo*.

O comentário é o gênero opinativo que vem suprir a necessidade do cidadão de orientar-se sobre os fatos noticiados pelo jornal. Conforme o autor, tal gênero surgiu em decorrência da “mutação jornalística que se processou através da rapidez na divulgação das notícias (rádio e televisão)” (ibidem, p.105) e “tem sua própria especificidade enquanto estrutura narrativa do cotidiano” (ibidem, p.109). Uma das principais características do comentário é sua vinculação direta com a notícia, geralmente acompanhando-a. Pode ser classificado em três categorias: análise de um problema, documentação de um fato e crítica de uma situação (CASTELLI apud MARQUES DE MELO, 1994, p.111). Mesmo carregado de opinião, Marques de Melo considera que o comentário deve procurar “manter um distanciamento das ocorrências” e, para isso, o comentarista “assume-se como juiz da coisa pública. Orienta sem impor. Opina sem paixão. Conduz sem se alinhar” (MARQUES DE MELO, 1994, p.106).

O artigo é “uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião” (ibidem, p.116). Entre suas características fundamentais o autor ressalta a atualidade e a opinião (cf. VIVALDI, apud MARQUES DE MELO, 1994, p.117-118). Quanto à

classificação, o artigo pode ser doutrinário ou científico, sendo o primeiro mais geral, voltado para questões da atualidade e, o segundo, específico, voltado para uma área de conhecimento. A estrutura redacional do texto é livre, sendo deixada a cargo do autor sua composição: trata-se de liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido, e também em relação ao modo de expressão verbal” (ibidem, p.121).

Por resenha entende-se o texto jornalístico que apresenta “uma apreciação das obras-de-arte ou dos produtos culturais, com a finalidade de orientar a ação dos fruidores ou consumidores” (ibidem, p.125). Diferencia-se da crítica por estar voltada a um público leigo, não especialista no produto analisado, enquanto a crítica é feita por e para especialistas em determinado assunto (cf. ibidem, p.128).

A resenha configura-se então como um gênero jornalístico destinado a *orientar* o público na *escolha* dos produtos culturais em circulação no mercado. Não tem a intenção de oferecer julgamento estético, mas de fazer uma apreciação ligeira, sem entrar na sua essência enquanto bem cultural [grifos no original] (ibidem).

Citando Rabaça e Barbosa, o autor define o gênero opinativo coluna como

seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade, geralmente assinada, e redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum. Compõe-se de notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos-legendas, podendo adotar, lado a lado, várias dessas formas. As colunas mantêm um título ou cabeçalho constante, e são diagramadas geralmente numa posição fixa e sempre na mesma página, o que facilita a sua localização imediata pelos leitores (RABAÇA e BARBOSA apud MARQUES DE MELO, 1994, p.136).

Quanto a sua estrutura, a coluna é uma espécie de “colcha de retalhos” ou “um complexo de mini-informações” (cf. ibidem, p.138) que mistura textos informativos e opinativos, com fotos e ilustrações.

A crônica é, de acordo com Marques de Melo, “um gênero plenamente definido” e apontado por alguns autores como “tipicamente brasileiro” (cf. ibidem, p.145). Suas principais características estão ligadas à cotidianidade e à crítica social. Entretanto, citando Antônio Cândido, Marques de Melo afirma que, “essa tarefa o cronista realiza de modo dissimulado, pois ele mantém o ‘ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior conseqüência” (ibidem, p. 155-156). Sobre a aproximação com a literatura, o autor afirma que é “questão pacífica” sua definição como

gênero jornalístico (cf. *ibidem*, p.159). Isso porque “a crônica moderna gira permanentemente em torno da atualidade, captando com argúcia e sensibilidade o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística” (*ibidem*, p.154)

A utilização da imagem para expressão de opinião é defendida pelo autor, que a considera presente de forma “explícita e permanentemente através da caricatura, cuja finalidade satírica ou humorística pressupõe a emissão de juízos de valor” (*ibidem*, p.163). As manifestações da caricatura são classificadas pelo autor em caricatura (propriamente dita), charge, *cartoon* e *comic* (história em quadrinhos) (cf. *ibidem*, p.168).

O último dos gêneros opinativos definidos por Marques de Melo é a carta do leitor. Conforme o autor, “o cidadão faz uso da *carta* [...] como possibilidade de intervir no debate público” (*ibidem*, p.175). Alguns editores de seções de cartas apontam as principais fontes de correspondência para os jornais como sendo de autoridades, perfeccionistas, pessoas que se sentem lesadas ou anônimos. (cf. *ibidem*, p.178). Para o autor “a *carta* é [...] aquele espaço em certo sentido democrático, ao qual cada um pode recorrer” (*ibidem*.p.177).

Sobre a categoria de jornalismo interpretativo, o autor a considera, junto do “jornalismo investigativo”, como “duas faces de uma mesma preocupação em explicar os fatos, em esclarecer suas causas, em prever seus desdobramentos” (*ibidem*, p.32). Ele define:

Na medida em que informa e orienta, também contribui para enriquecer o acervo de conhecimentos da coletividade. Isso se efetiva por intermédio de informações que esclarecem o que está acontecendo e não é percebido claramente pelo público. Os fatos são portanto esclarecidos, explicados, detalhados. Essa função corresponde ao *jornalismo interpretativo*. (*ibidem*, p.28).

Porém, segundo Marques de Melo, tal categoria não está presente no jornalismo brasileiro porque não encontra “ancoragem na práxis jornalística observada no país”, e explica: “entendemos que a interpretação [...] cumpre-se perfeitamente através do jornalismo informativo.” (*ibidem*, p.63).

A categoria de jornalismo diversional ainda não foi legitimada no Brasil em nível acadêmico, afirma Marques de Melo. O autor critica a posição equivocada daqueles que a consideram apenas como “conjunto dos divertimentos encontrados no jornal” (*ibidem*, p.32), tais como charadas, palavras cruzadas, história em quadrinhos. Segundo ele, esse tipo de jornalismo

engloba aqueles textos que, fincados no real, procuram dar uma aparência romanesca aos fatos e personagens captados pelo repórter. Entre os gêneros que integram o jornalismo diversional estão as histórias de interesse humano, as histórias coloridas, os depoimentos, etc. (ibidem, p.34).

.....

O interesse do leitor por essas produções jornalísticas está menos na informação em si, ou seja, na essência do fato narrado, do que nos ingredientes de estilo a que recorrem os seus redatores, despertando o prazer estético, em suma, divertindo, entretendo, agradando (ibidem, p.35),

explica o autor. Como o jornalismo interpretativo, Marques de Melo considera que tal categoria não encontra “ancoragem na práxis jornalística observada no país”, e argumenta: “o mesmo ocorre com a diversão, mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e o seu público e não transcende a descrição da realidade, apesar das formas que sugerem sua dimensão imaginária.” (ibidem, p.63).

2.3 OPÇÃO DE ANÁLISE

Dentre todos os gêneros jornalísticos apresentados a partir das contribuições de Luiz Beltrão e José Marques de Melo, o presente trabalho optou por centrar sua análise em dois que compõem a matéria-prima essencial das categorias interpretativa e opinativa: a reportagem em profundidade e o artigo. Consideramos que as duas categorias são as que melhor traduzem nossa preocupação com o aprofundamento do fato noticiado e a contextualização e orientação do leitor.

Ao contrário do que afirma Marques de Melo, consideramos que a reportagem em profundidade está presente na imprensa brasileira e cumpre um papel fundamental, oferecendo detalhamento para as notícias apenas relatadas por outros veículos, especialmente meios eletrônicos que, pela própria linguagem e formato utilizados, assim como pelas restrições dos suportes, em geral, não optam

pelo aprofundamento da notícia⁴⁰. Apesar de uma grande redução em quantidade, causada principalmente por fatores econômicos e espaciais, e de uma migração para espaços como cadernos especializados e edições de final de semana, encontramos em nossa amostra um número de reportagens que permite uma análise, mesmo que inicial⁴¹. No total, foram 36 reportagens em 4.226 textos de todos os gêneros presentes nas 20 edições analisadas, sendo 3.228 só da categoria informativa, na qual incluímos a reportagem, adotando a classificação de Marques de Melo (1994).

Já o artigo foi escolhido por ser, dentre os gêneros do jornalismo opinativo, um dos mais representativos na amostra analisada. Foram encontrados 123 artigos em todas as edições. Sendo que, do total de textos, 998 eram da categoria opinativa, distribuídos em oito diferentes gêneros, levando em conta a classificação de José Marques de Melo (ver Tabela 08, em apêndice, página 247). Cabe ressaltar que três gêneros opinativos tiveram um número maior de ocorrência que o artigo opinativo, são eles: carta do leitor (369), caricatura (153) e coluna (128). Estes não foram escolhidos para a análise porque, no primeiro caso, não é possível encontrar

⁴⁰ Embora esse papel de aprofundamento da notícia pelos meios impressos seja afirmado por diversos autores (cf. DINES, 1986; LAGE, 1993; MEDINA, 1988; BUITONI, 1990), os próprios veículos vem cada vez mais seguindo a tendência de uma padronização imposta pela linguagem televisiva. Conforme Ciro Marcondes Filho, “a fragmentação, a edição picada de cenas, montando uma seriação de pequenos trechos, invadem também a literatura, o jornalismo, o rádio. Todos esses meios tornam-se espécies de apêndices, produtos marginais à TV, tanto pelo caráter de junção das partes, períodos, cenas curtas, quanto pelo imperialismo da imagem, que está tornando ilegível o trabalho em profundidade, de análise, de ‘essência’, de fundo” (MARCONDES FILHO, 1993, p.36).

⁴¹ A reduzida utilização do gênero reportagem nos jornais impressos foi tema de nosso trabalho de conclusão da graduação, apresentado na Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo (RS), intitulado **Quatro décadas de reportagem nos jornais diários de Passo Fundo** (1999). Ele oferece uma visão mais detalhada desse fenômeno que vem sendo anunciado por diversos teóricos brasileiros desde o início da década de 1980. Os motivos de ordem econômica são decorrentes do elevado custo da produção de uma reportagem, que exige tempo e uma equipe destacada para esse fim. Já os motivos de ordem espacial remetem a uma nova “economia visual” adotada pelos veículos impressos, com a intenção de satisfazer a um leitor cada vez mais acostumado ao design gráfico dos meios eletrônicos, que exige textos curtos e grande utilização da imagem. Além disso, a própria ocupação do espaço do jornal para oferecer mais informação em um menor espaço físico, faz com que as matérias sejam menores. Por fim, ainda dentro do critério espacial, a publicidade também se torna um empecilho, já que o conteúdo editorial passa a disputar espaço com o conteúdo comercial.

uma uniformidade e não existe uma vinculação direta do texto com a produção do jornal, embora toda a correspondência seja selecionada previamente. A caricatura tem uma característica essencialmente gráfica e uma ocorrência irregular. A coluna, por sua vez, não pode ser caracterizada como um texto único, mas como uma compilação de diversos pequenos textos e imagens. Diante desse quadro podemos afirmar que é o artigo opinativo aquele gênero que melhor representa a transmissão de uma opinião sobre o fato, não com uma opinião oficial do jornal, como faz o editorial, mas com uma opinião que é aceita e validada pelo jornal e, portanto, relaciona-se com seu público esperado. Para definir melhor o que compreendemos por “reportagem” e por “artigo”, traçaremos um perfil sucinto de cada um dos gêneros, recorrendo a outros autores, além das contribuições já apresentadas anteriormente.

2.3.1 A reportagem

A reportagem é, “por excelência, a forma narrativa do veículo impresso” (SODRÉ e FERRARI, 1986, p.11). Essa consideração, feita por Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, decorre da idéia de que é na reportagem que o jornalismo impresso atual melhor cumpre sua função de contextualização do fato. Os autores definem o gênero afirmando que ele procura desdobrar as clássicas perguntas do *lead*, construindo “uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se *reportagem*” [grifo no original] (ibidem).

É a partir dessa mesma idéia que Nilson Lage afirma: “o futuro do jornal parece estar mais ligado à reportagem” (1993, p.46). Isso porque é ela que responde às necessidades de aprofundamento que os veículos eletrônicos não conseguem

cumprir pelas restrições de tempo e espaço. Alberto Dines compara esse “novo papel” que o jornal assume com a ascensão dos meios eletrônicos:

no jornal farto de papel dos áureos tempos, podíamos nos dar ao luxo de, simultaneamente, noticiar, procurar a continuidade e interpretar os acontecimentos. Agora, num jornal mais compacto, teremos de optar, deixando o meramente factual para o rádio e a TV e reservando para o jornal o desdobramento do fato por inteiro, com todas as suas circunstâncias e já não apenas com as primárias (DINES, 1986, p.90).

A conceituação exata do gênero reportagem e a definição de suas características é matéria bastante controversa dentro dos estudos de jornalismo. Edvaldo Pereira Lima procura reunir, em seu estudo sobre o livro-reportagem, uma série de conceitos, alguns já mencionados aqui, como os de Marques de Melo (1994) e de Sodré e Ferrari (1986). Destacamos, entretanto, o conceito apresentado a partir de uma entrevista com Cremilda Medina:

A reportagem é a forma de maior aprofundamento possível da informação social e, por outro lado, é aquela que responde melhor às aspirações de uma democracia contemporânea, com toda a plenitude até mesmo da utopia, o socialismo, ou dentro da modernização capitalista. Pois é justamente a pluralidade de vozes e a pluralidade de significados sobre o imediato e o real que fazem com que a reportagem se torne um instrumento de expansão e instrumentação plena da democracia, uma vez que a democracia é polifônica e polissêmica. (MEDINA apud LIMA, 1995, p.27)

Esse aprofundamento mencionado em todas as definições de reportagem ocorre, segundo Luiz Beltrão (1976) através da interpretação e da análise. Citando Crowley, o autor explica os três elementos fundamentais para a reportagem em profundidade, que marca sua definição como jornalismo interpretativo: em primeiro lugar, os “antecedentes” das notícias, suas causas originárias; depois, “dar o alcance que tiveram os fatos e circunstâncias no momento em que ocorreram”, apontando

suas conseqüências futuras; o passo final é a “análise” do que foi exposto nos dois primeiros itens, que juntos constituiriam a “interpretação” (cf. CROWLEY apud BELTRÃO, 1976, p.45).

De maneira bem próxima aos elementos citadas por Beltrão, Dines (1986) explica que o leitor não mais utiliza o jornal para informar-se sobre os fatos, mas para situar-se diante deles, o que exige um “engrandecimento da informação”. Isso seria obtido através de cinco elementos essenciais que compoariam o texto da reportagem: “a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro” (DINES, 1986, p.90).

Já Edvaldo Pereira Lima pontua outros cinco componentes para a reportagem que também evidenciam a característica de contextualização e aprofundamento. Para ele, o texto desse tipo não pode prescindir do “contexto”, que descreve não apenas o fato relatado, mas toda a “rede de forças [...] que lhe determina, impele, faz ser como é” (LIMA, 1995, p.26); dos “antecedentes”, que resgatam a origem do problema; do “suporte especializado”, obtido através de entrevistas com especialistas, enquetes, e documentação; da “projeção”, que são as análises referentes às conseqüências dos fatos; e do “perfil”, ou seja, a humanização do relato, que apresenta personagens participantes da ação (cf. *ibidem*).

A contextualização do fato, ou seja, a relação entre o fato noticiado, suas origens ou causas e seus desdobramentos posteriores, é o elemento comum, presente nas três caracterizações da reportagem. É através dela que o texto fornecerá ao leitor todo aprofundamento, permitindo que ele se situe diante do acontecimento. Porém, tal contextualização deve ser feita de maneira objetiva e não subjetiva, o que ultrapassaria o limite do pacto que esse tipo de texto estabelece

com o leitor. Isso pode ser constatado na análise dos textos da reportagem, nos quais a opinião só é explicitada pela voz dos personagens entrevistados, nunca pela voz do narrador/autor.

Segundo Nilson Lage, mesmo com a interpretação, o fundamental é que o texto “dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los [os fatos] segundo seu repertório, seus valores” (LAGE, 1993, p.48). Apesar disso, o próprio autor faz uma ressalva dizendo que, pela sua natureza interpretativa, a reportagem está “a um passo do artigo” (ibidem), o que pode fazê-la escorregar para a opinião. Esse deslize é condenado por Luiz Beltrão, que reafirma a necessidade de objetividade na constituição do texto interpretativo:

[...] o que se nota, contudo, é a insistência em uma espécie de paternalismo ou maestralismo do jornalista [...] O que se oferece a esse público é aquilo que julgamos nós que *necessita saber* e o material informativo deve ser por nós analisado, *como parte de uma opinião jornalística*. Isso é confundir alhos com bugalhos: uma forma disfarçada de opinião, de sujeição da objetividade à linha político-filosófica do jornalista, um processo de massificação e imposição, e não de fornecimento de dados coordenados e completos que proporcionem à audiência os elementos necessários à sua própria configuração dos fatos, idéias e situações da atualidade, permitindo-lhe atuar livremente como resultado da própria reflexão. [grifo no original] (BELTRÃO, 1976, p.46)

Quanto à estrutura redacional da reportagem, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari apontam a linguagem narrativa como o elemento central, a partir da qual desenvolve-se o texto. Conforme os autores, as principais características da reportagem são: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados. Eles advertem, contudo, que,

conforme o assunto ou o objeto em torno do qual gira a reportagem, algumas dessas características poderão aparecer com maior destaque. Mas será sempre necessário que a narrativa (ainda que de forma variada) esteja presente numa reportagem. Ou não será reportagem (SODRÉ e FERRARI, 1986, p.15).

Ao referirem-se à narrativa, os autores chamam a atenção para o fato de a reportagem trazer em si todos os elementos da narrativa ficcional – ação dramática, descrição de ambiente e personagens – distanciando-se dela apenas pelo seu comprometimento com a objetividade informativa (cf. *ibidem*, p. 9). Entre os elementos que se destacam nessa aproximação com a narrativa estão principalmente a presença de personagens, pois

sem um ‘quem’ e um ‘o quê’, não se pode narrar. Na reportagem, estes dois elementos têm de existir, mas têm, sobretudo, de despertar interesse humano – ou não serão suficientes para sustentar a problemática narrativa (*ibidem*, p.14).

Percebe-se a grande aproximação da definição que Sodré e Ferrari fazem da reportagem com as “histórias de interesse humano”. Conforme já mencionado anteriormente, Luiz Beltrão (1969) considera que essas histórias são um dos tipos possíveis de reportagem, também chamada pelo autor de reportagem-conto, e encontram equivalentes nos *fait divers* produzidos na França ou nas *color stories* americanas. Na sua descrição desse tipo de texto, Beltrão afirma que a redação é bastante livre e permite ao autor uma aproximação com a literatura, porém, sem prescindir da verdade dos fatos.

A fim de evitar muito do nosso vício didático, do sofreamento a que os ‘livros de estilo’ nos submetem, podem-se utilizar diversos recursos técnicos da literatura, mas, sobretudo, a *dialogação*, pois já se disse com absoluto acerto que uma história em que as coisas são *ditas* é duas vezes mais humana e viva do que outra em que não intervém o diálogo [grifo no original] (BELTRÃO, 1969, p.383).

Marques de Melo, por sua vez, atribui a humanização do relato aos textos que classifica como jornalismo diversional, que se aproxima do estilo desenvolvido pela corrente do *New Journalism* norte-americano. De acordo com o autor, “trata-se de uma narrativa jornalística que exige sensibilidade, envolvimento afetivo e profunda observação dos protagonistas das notícias e dos ambientes em que atuam” (MARQUES DE MELO, 1994, p.34). A aproximação com a literatura e a inserção da subjetividade do narrador são as duas principais características desse tipo de texto.

A reportagem, tal como descrita acima, também guarda grande semelhança com o *periodismo informativo de creación* (PIC), desenvolvido no jornalismo espanhol. A autora Mar de Fontcuberta divide as notícias em diretas e de criação. Enquanto o objetivo do primeiro tipo de notícias é informar sobre um fato de interesse do público, o segundo pretende complementar essa informação e, ao mesmo tempo, entreter o leitor e trazer para o jornalismo novas formas de narração e linguagens (cf. FONTCUBERTA, 1993, p.86). Fontcuberta descreve os textos desse tipo de jornalismo:

[...] os PIC estão escritos com uma preocupação importante com a estética da linguagem, que lhes confere brilho, qualidade narrativa, cadência e amenidade. São textos descritivos, narrativos e argumentativos, e tendem a responder às seis perguntas fundamentais. De um ponto de vista formal rompem com os gêneros jornalísticos tradicionais – já que não estão construídos seguindo a estrutura da pirâmide invertida – e a lei do interesse decrescente. Os jornalistas utilizam diversos pontos de vista narrativos, empregam comumente a técnica da transcrição do diálogo em sua totalidade e a técnica do retrato global do personagem e de seu contexto e, no geral, fogem da linguagem estereotipada, sendo sua escrita freqüentemente inovadora. (ibidem, p.88)⁴²

⁴² No original: [...] los PIC están escritos con una preocupación importante por la estética del lenguaje, que les confiere brillo, calidad narrativa, cadencia y amenidad. Son a la vez textos descriptivos, narrativos y argumentativos, y tienden a responder a las seis preguntas fundamentales. Desde un

A partir dessa divisão, a autora afirma que “[...] a notícia de interesse humano encontra-se na fronteira entre as notícias diretas e as notícias de criação” (ibidem, p.86)⁴³. Conforme Fontcuberta, esse tipo de notícia apela para a emotividade do leitor e busca sua subjetividade. A redação das notícias de interesse humano não tem normas rígidas, explica, o único objetivo é “captar o público até convertê-lo em co-protagonista da história” (ibidem)⁴⁴.

O texto da reportagem pode ser desenvolvido com base em três modelos fundamentais, conforme Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 45): reportagem de fatos, reportagem de ação e reportagem documental. A reportagem de fatos, ou *fact-story*, é aquela que narra os acontecimentos em ordem de importância, geralmente utilizando a fórmula da pirâmide invertida, na qual o fato mais importante é apresentado primeiro e, nos parágrafos seguintes, são apresentados os fatos secundários (cf. ibidem). A reportagem de ação, ou *action-story*, é o relato em estilo cinematográfico, que vai, aos poucos, expondo detalhes do fato (cf. ibidem, p.52) sem obedecer a uma seqüência rigorosa. Já a reportagem documental, ou *quote-story*, é um relato documentado no qual os fatos são apresentados de modo neutro, aproximando-se muito da pesquisa e do documentário no jornalismo televisivo (cf. ibidem, p.64).

Com base em todo o conteúdo exposto sobre o texto do gênero reportagem, podemos depreender algumas características que foram utilizadas para a identificação do nosso objeto empírico. A principal característica é a

punto de vista formal rompen los géneros periodísticos tradicionales – ya que no están contruidos siguiendo la estructura de la pirámide invertida – y la ley del interés decreciente. Los periodistas utilizan diversos puntos de vista narrativos, emplean por lo común la técnica de transcripción del diálogo en su totalidad y la técnica del retrato global del personaje y de su entorno y, por lo general, huyen del lenguaje estereotipado, siendo su escritura frecuentemente innovadora. (Tradução nossa)

⁴³ No original: “[...] la noticia de interés humano se encuentra en la frontera de la división entre las noticias directas y las noticias de creación” (Tradução nossa).

contextualização do fato, não apenas fazendo seu relato, mas apontando suas causas e conseqüências (cf. BELTRÃO, 1976; LIMA, 1995; LAGE, 1993). Além dela, a utilização da linguagem narrativa e a objetividade dos fatos também são vistas como fundamentais para a composição do gênero (cf. SODRÉ e FERRARI, 1986). Em menor grau, consideramos a humanização do relato, que não é uma característica consensual, porém é reconhecida como importante para o texto desse tipo (cf. BELTRÃO, 1969; MARQUES DE MELO, 1994; FONTCUBERTA, 1993). Foram essas três características que nos serviram de base para a identificação das reportagens na amostra analisada.

2.3.2 O artigo opinativo

Conforme Marques de Melo, o artigo “é um gênero jornalístico peculiar à imprensa. Sua expressão não ocorre no rádio e na televisão, pela natureza abstrata que possui, mesclando fatos e idéias, mas trabalhando sobretudo os argumentos” (MARQUES DE MELO, 1994, p.123). Sua característica principal é a de transmitir uma opinião individual (não a do próprio jornal, como no editorial) sobre um fato da atualidade, o que corresponde à definição de Mar de Fontcuberta: “[...] é a exposição de idéias e de juízos valorativos suscitados a propósito de fatos que tenham sido notícias mais ou menos recentes” (FONTCUBERTA, 1993, p.105)⁴⁵.

Citando Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, Marques de Melo define o artigo como sendo o

texto jornalístico interpretativo ou opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma idéia ou comenta um assunto a partir de uma determinada fundamentação. Geralmente assinado, o artigo difere

⁴⁴ No original: “captar al público hasta convertirlo en coprotagonista de la historia” (Tradução nossa).

⁴⁵ No original: “[...] es la exposición de ideas y de juicios valorativos suscitados a propósito de hechos que han sido noticias más o menos recientes” (Tradução nossa).

do *editorial* por não apresentar enfaticamente, como este, uma 'receita' para a questão em pauta, nem representar necessariamente a opinião da empresa jornalística [grifo no original] (RABAÇA e BARBOSA apud MARQUES DE MELO, 1994, p.116).

Outra autora, Pastora Moreno Espinosa (2002), também enfatiza a diferença entre artigo e editorial, e chama ainda a atenção para a sua intenção de criar uma espécie de “interação” com o leitor:

O artigo é um gênero jornalístico que interpreta os fatos de uma comunidade concreta e que destaca a importância destes dentro do momento histórico, como as possíveis consequências econômicas, sociais e políticas que podem derivar-se [deles]. Escreve-se com a intenção de criar opinião no público, interpreta e julga o mais destacado do que acontece, porém não é a instituição, como no editorial, que se manifesta, mas é o jornalista que interpreta os acontecimentos expressando seu ponto de vista, e pode, inclusive, solicitar um comportamento concreto do público. (ESPINOSA, 2002)⁴⁶

Suas características, conforme Luiz Beltrão (1980), são idênticas às do editorial quanto à topicalidade, ao estilo e à natureza. Com referência à topicalidade, o autor prevê a existência de três tipos de artigo: preventivo, apontando situações e tentando antecipar suas consequências; de ação, aquele que acompanha a notícia procurando suas causas; e de consequência, que analisa os efeitos dos fatos noticiados (cf. BELTRÃO, 1980, p.56). Dentro do estilo, o autor prevê duas possibilidades: intelectual, que se dirige ao intelecto do leitor, apontando argumentos racionais; e emocional, que procura atingir o leitor pelo viés da emoção, através de sentimentos (cf. *ibidem*, p.57-58). Quanto à natureza, o artigo pode ser: promocional, quando acompanha alguma campanha em que o veículo esteja engajado e tenta

⁴⁶ No original: “El artículo es un género periodístico que interpreta los sucesos de una comunidad concreta y que destaca la importancia de éstos dentro del momento histórico, a la vez que las posibles consecuencias económicas, sociales y políticas que pueden derivarse. Se escribe con la intención de crear opinión en el público, interpreta y enjuicia lo más destacado de lo que sucede, pero no es la institución como en el editorial la que se manifiesta, sino que es el periodista el que interpreta

argumentar para levar o leitor à ação; circunstancial, que é apresentado apenas eventualmente para opinar sobre algum movimento ou situação; ou polêmico, de caráter “eminente doutrinário”, que provoca contestação e réplicas (cf. *ibidem*, p.58).

Espinosa (2002) também aponta essa aproximação do artigo com o editorial no que se refere a sua estrutura e a suas características. Conforme a autora, o artigo possui, em comum um “estilo editorializante”, uma intenção de atrair o leitor, sem chocar-se com ele, porém, fazendo com que modifique alguns de seus posicionamentos. Esse estilo, explica,

[...] não tem a finalidade informativa, de transmitir dados, de contar um fato, uma história. Pelo contrário, trabalha sobre idéias, deduz conseqüências (ideológicas, políticas, sociais, etc. [sic], a partir de uns acontecimentos que são notícia ou tenham sido recentemente (ESPINOSA, 2002)⁴⁷.

Quanto ao articulista, Pedro Gilberto Gomes considera que estaria mais identificado com um colaborador do que de um jornalista. Sobre isso ele afirma: “eventualmente, o artigo pode ser escrito por um jornalista, mas, nesse caso, ele estará representando a opinião de um segmento da sociedade civil” (GOMES, 1992, p.19). Recorrendo a Marques de Melo, Gomes afirma que tal característica faz parte do artigo por ele ser o espaço onde “personalidades representativas da sociedade civil [...] buscam espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural” (*ibidem*, p.18).

Já Espinosa (2002), a partir de um estudo sobre os artigos opinativos do jornal espanhol *El País*, diferencia os autores de artigos em dois grupos: os

los acontecimientos, expressando su punto de vista, y puede incluso solicitar un comportamiento concreto del público.” (Tradução nossa)

jornalistas profissionais e os colaboradores, enfatizando que ambos possuem espaço. Os colaboradores, conforme a autora, são geralmente profissionais especializados em determinadas áreas, o que confere a eles autoridade sobre o tema que escrevem. Já os jornalistas recorrem a fontes de informação e também ao estudo documental para a construção de seus textos, explica Espinosa⁴⁸.

Ainda sobre o perfil do articulista, Beltrão explica que são, geralmente, figuras conhecidas do público, visto que é muito raro quando “um autor desconhecido do editor e do público [...] tem as honras da inclusão de seu artigo na página nobre do jornal” (1980, p.65). Isso confere ao autor uma possibilidade de maior refinamento na escrita de suas matérias, opina Beltrão:

articulistas e cronistas são autênticos literatos, e, não tendo, como o profissional do dia-a-dia, de submeter-se à maior pressão do tempo reduzido da produção coercitiva diária, podem burilar suas matérias, não raro tornando-as antológicas e conferindo-lhes aquela perenidade que constitui exceção no exercício da atividade jornalística (ibidem).

Apesar dessa liberdade, Beltrão considera necessária uma forma mais rígida de estrutura redacional, idêntica a do editorial. Essa seria composta por título, introdução, discussão/argumentação e conclusão (cf. ibidem). Essa visão é contrariada por Marques de Melo, para quem a estrutura do artigo é livre, podendo variar de acordo com o estilo de cada autor. Ele explica:

[...] sendo colaboração espontânea ou solicitação nem sempre remunerada, o artigo confere liberdade completa ao seu autor. Trata-se de liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido,

⁴⁷ No original: “[...] no tiene la finalidad informativa, de transmitir datos, de contar um hecho, uma historia. Por lo contrario, trabaja sobre ideas, deduce consecuencias (ideológicas, políticas, sociales, etc., a partir de unos acontecimientos que son noticia o lo han sido recientemente.” (Tradução nossa)

⁴⁸ Essa diferenciação entre colaboradores e articulistas fixos pode ser constatada na amostra analisada na presente pesquisa.

e também em relação ao modo de expressão verbal (MARQUES DE MELO, 1994, p.121).

Divergindo um pouco, Espinosa considera que a estrutura redacional do artigo deve ser mais complexa do que a do editorial, visto que o articulista precisa defender uma tese. Mesmo enfatizando que o texto de tal gênero goza de uma “liberdade absoluta” (VIVALDI apud ESPINOSA, 2002), diz ser possível perceber nele cinco passos, mais ou menos fixos. Tais etapas seriam: a apresentação do tema (explicar a importância do assunto e seus principais aspectos), informação (desenvolvimento, acrescentando detalhes novos), análise e argumentação (fase central, onde são explicitados os juízos de valor sobre o fato), comprovação dos acontecimentos (apresentação de provas e argumentos lógicos para o exposto anteriormente), valoração e conclusão do tema (retomada do conteúdo e conclusão).

Buscando uma estrutura mais geral que possa representar características intratextuais do artigo opinativo, Espinosa (2002) recorre a um modelo proposto por Teodoro Leon Gros. Este autor considera que existe um “componente intrínseco e configurador” em todo artigo opinativo:

[...] é um discurso dialético de caráter persuasivo no qual o texto propõe uma antítese singular frente à tese que proporciona a realidade, preferentemente aquela parte que constitui a informação de atualidade. O resultado dessa dialética é o artigo síntese, que na realidade se apresenta como tese do articulista (GROS apud ESPINOSA, 2002)⁴⁹.

A autora apresenta um esquema que facilita a compreensão de tal proposta e pode ser assim resumido: 1) TESE – Fatos da realidade (exterior / objetiva); 2) ANTÍTESE – Análise (interior/subjetiva): dados, citações, humor, ironia,

⁴⁹ No original: “es un discurso dialéctico de carácter persuasivo en el que el texto plantea una antítesis singular frente a la tesis que proporciona la realidad, preferentemente aquella parte que

culturalismo, argumentos, etc. 3) SÍNTESE: dialética textual (texto-mensagem) (cf. ESPINOSA, 2002). Entre a confrontação da tese com a antítese existe ainda como elemento uma total liberdade de criação, conforme aponta Espinosa (ibidem).

Propondo uma classificação formal de outra natureza, Marques de Melo afirma que os artigos dividem-se em dois tipos: o artigo e o ensaio. A diferença está não somente na extensão – “o artigo é um ensaio curto e o ensaio é um artigo longo” (ibidem, p.118) – mas também no tratamento. O artigo trata o fato de maneira mais rápida e produz “julgamentos provisórios”, já o ensaio é um artigo com “pontos de vista mais definitivos” porque escrito com um certo distanciamento temporal do fato.

A *argumentação* utilizada no artigo baseia-se no próprio conhecimento e sensibilidade do articulista; no ensaio, ela se apóia em fontes que se legitimam pela sua credibilidade documental, permitindo a configuração das idéias defendidas pelo autor [grifo no original]. (ibidem)

A outra classificação possível diz respeito à finalidade do artigo, que pode ser doutrinário ou científico. O artigo doutrinário analisa questões da atualidade e sugere pontos de vista sobre ela para toda a sociedade. O artigo científico, por sua vez, é destinado a um público mais restrito e também possui um tema mais fechado. “O artigo científico destina-se a tornar público o avanço da ciência, repartindo com os leitores novos conhecimentos, novos conceitos.” (ibidem, p.119).

Para concluir, Marques de Melo define a importância do artigo dentro de uma concepção de liberdade de opinião, chamando ainda atenção para o papel dos veículos em oferecer espaço para uma pluralidade de opiniões em torno de um fato:

constituye la información de actualidad. El resultado de esa dialéctica es el artículo síntesis, que en realidad se presenta como la tesis del articulista.” (Tradução nossa)

O artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais. (ibidem, p.122)

3. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

O presente capítulo pretende oferecer uma visão geral do objeto empírico e da metodologia a ser utilizada, sempre levando em conta nosso objetivo principal, que é o de encontrar as formas como o jornal prevê seu leitor e conduz seu modo de leitura, especificamente nos gêneros reportagem e artigo opinativo. Para tanto, o capítulo é dividido em duas partes.

Na primeira, são apresentados os três jornais escolhidos para análise através de um rápido histórico, sua descrição atual e alguns apontamentos sobre o que determinam seus respectivos manuais de redação acerca dos textos da reportagem e do artigo. É importante ressaltar que a leitura dos manuais de redação foi feita na íntegra, buscando tanto orientações explícitas que eles oferecessem a respeito dos gêneros reportagem e artigo opinativo quanto menções que fossem menos pontuais, mas que representassem indicações que se referissem ao nosso tema.

A segunda parte apresenta uma proposta inicial de metodologia de análise, que será posteriormente testada na nossa amostra. Tal proposta está distribuída em operadores de ordem textual, com cinco diferentes categorias de análise (Operadores de Pessoa, Tempo, Espaço, Orientação e Autoria) e seus sub-itens; e de ordem visual, (Operadores de Composição Gráfica) e seus sub-itens. Após a análise empírica do material, tal metodologia será retomada (no capítulo seguinte) e suas contribuições e limites avaliados.

3.1. OBJETO EMPÍRICO

3.1.1 Folha de São Paulo (FSP)

A *Folha de São Paulo* foi fundada em 19 de fevereiro de 1921 por um grupo de jornalistas entre os quais estavam Olavo Olívio Olival Costa e Pedro Cunha. Seu primeiro nome foi *Folha da Noite*. De acordo com o Manual de Redação Folha de São Paulo, o objetivo dos fundadores “era atrair, com seu vespertino, leitores das classes médias urbanas e da classe operária” (2001, p.106). Em 1925, o jornal lança um matutino chamado *Folha da Manhã*.

Em 1931, o jornal passou a ser dirigido por um grupo liderado pelo conde Francisco Matarazzo e por Octaviano Alves de Lima (cf. CONTI, 1999, p.182). Nesse período a linha editorial foi modificada e o jornal passou a defender os interesses de agricultores paulistas (cf. MANUAL, 2001, p.106).

O jornalista José Nabantino Ramos esteve à frente da empresa entre 1945 e 1962, período em que ela passou a chamar-se *Folha da Manhã S/A*, razão social que se mantém até hoje. Nesse período, especificamente em 1949, foi fundado o terceiro diário, a *Folha da Tarde*. Conforme o Manual de Redação, também sob administração de Ramos, “os jornais da empresa voltaram a defender os interesses das classes médias urbanas” (ibidem).

A fusão dos três diários, em 1960, deu origem ao jornal Folha de São Paulo (FSP). Em 1962, com grandes dificuldades financeiras, a Folha foi vendida para Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que passaram a representar a “continuidade” do jornal (CONTI, 1999, p.182). Suas principais modificações, inicialmente, foram de ordem administrativa. Após os cinco primeiros anos, passaram a investir em equipamentos. Em 1967, a FSP utiliza, pela primeira vez em larga escala no Brasil, a impressão *off set* em cores e, quatro anos depois, passa a utilizar o sistema eletrônico de fotocomposição, ao invés da composição a chumbo.

Em 1978 é elaborado o primeiro projeto editorial (cf. MANUAL, 2001, p.106) Em 1981, de acordo com informações do *site* da FSP (2002), um novo projeto é sistematizado e passa a circular, tendo como prioridades a divulgação de informações corretas, interpretações competentes e opiniões plurais (cf. CONHEÇA..., 2002). A publicação oficial do novo “Projeto Folha” só acontece em 1984, quando Octávio Frias Filho assume a direção de redação da FSP. Mário Sérgio Conti o descreve:

o Projeto Folha defendia a renovação gerencial (padronização de procedimentos, normas e metas) [...] visava o enquadramento dos jornalistas na racionalidade produtiva, ao mesmo tempo que pregava abolição das fronteiras entre trabalho e descanso. Propugnava a existência de um ser jornalístico total, mas afirmava que o jornal era tão-somente uma mercadoria (CONTI, 1999, p.447-448).

3.1.1.1 Informações Atuais

O Grupo Folha é composto por três principais empresas além do Jornal Folha de São Paulo: a Agência Folha (agência de notícias), o Datafolha (instituto de pesquisa) e a Publifolha (editora). O jornal Folha de São Paulo é atualmente o de maior circulação no Brasil, de acordo com

pesquisa realizada pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) e divulgada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) referente ao ano de 2002, com uma circulação diária de 346.333 exemplares.

Diariamente, no período em que foi realizada a presente pesquisa, o jornal publicava sete diferentes cadernos: *Folha Brasil* (política, institucionais e movimentos sociais), *Folha Ciência* (pesquisas científicas), *Folha Cotidiano* (segurança, educação, direitos do consumidor e serviços - concentra-se na grande São Paulo), *Folha Dinheiro* (economia nacional e internacional), *Folha Esporte* (competições esportivas, negócios esportivos, moda esportiva), *Folha Ilustrada* (cultura e entretenimento) e *Folha Mundo* (notícias internacionais).

Além dos cadernos diários, a FSP também publicava 15 suplementos em diferentes edições da semana. De segunda a sábado, circulavam os seguintes suplementos: *Folha Turismo* e *Folha Teen* (caderno para o público adolescente), às segundas-feiras; *Folha Informática*, às quartas-feiras; *Folha Equilíbrio* (notícias sobre saúde), às quintas-feiras; *Guia da Folha* (guia cultural para a região da grande São Paulo), às sextas-feiras; e *Folhinha* (caderno infantil), aos sábados. Além desses, alguns cadernos circulam apenas na edição de domingo: caderno *Mais!* (especializado em literatura, sociologia, filosofia e artes); *TV Folha*; *Revista da Folha* (somente na grande São Paulo); *Folha Veículos*; *Folha Construção*; *Folha Empregos*; *Folha Negócios* e *Folha Imóveis*. Por fim, a FSP mantinha ainda o caderno *Sinapse*, que circulava mensalmente, na última terça-feira do mês, com matérias de atualização e capacitação diante da sociedade atual.

3.1.1.2 O artigo e a reportagem no Manual da FSP

Utilizamos dois textos de referência para o presente levantamento. O primeiro é o *Novo Manual de Redação Folha de São Paulo*, publicado em 1992, o outro, o *Manual de Redação Folha de São Paulo*, de 2001. A opção por essas duas fontes deve-se ao fato de, na publicação mais antiga, as informações estarem mais bem sistematizadas de acordo com os itens relevantes à nossa pesquisa, enquanto na publicação mais recente tais dados aparecem diluídos entre outros temas.

O texto do gênero reportagem recebe duas referências no *Novo Manual de Redação* da Folha de São Paulo (1992). A primeira aparece no verbete “Reportagem”, que apresenta uma definição de ordem prática - “relato de acontecimento importante, feito pelo jornalista que tenha estado no local em que o fato ocorreu ou tenha apurado as informações relativas a ele” (NOVO...,

1992, p.42) - e instruções referentes à composição do texto e ao comportamento do repórter. Sobre a composição, devem constar, além da descrição do fato, as versões de todas as partes envolvidas e as opiniões de especialistas, quando possível. O comportamento sugerido ao repórter é de atenção em observar detalhes como ambientação e personagens e em anotar números e nomes. E o verbete é concluído com uma advertência: “A qualidade do texto final depende em larga medida do rigor na apuração dos fatos e da elaboração de um roteiro que divida os temas e os encadeie ao longo do texto” (ibidem). O outro verbete que toca no gênero é o de “Reportagem especial”. Convém transcrevê-lo na íntegra: “Requer extenso e minucioso levantamento de informações. Pode aprofundar um fato recém-noticiado ou revelar um fato inédito com ampla documentação e riqueza de detalhes” (ibidem).

Entretanto, algumas outras menções do Manual passam também pelos textos do gênero, tais como os verbetes “Empatia” e “Personagem da notícia”, que incentivam o autor do texto a aproximar o leitor do personagem relatado para que ele se identifique “com seus sentimentos, desejos, idéias e ações” (cf. ibidem, p.31). No verbete “Personagem da Notícia”, o texto afirma que a caracterização do personagem é “uma das formas de despertar o interesse do leitor” e aconselha: “escreva seu texto de modo a compor para quem lê uma imagem viva, concreta, do personagem da notícia. Se ele for de fato interessante, pode atrair o foco da reportagem, transformando-a em um perfil” (ibidem, p.40).

A publicação mais recente do Manual da FSP traz uma definição objetiva do que é reportagem dentro do verbete “gêneros jornalísticos”, entre os nove apresentados. A reportagem é o texto que “traz informações mais detalhadas sobre notícias, interpretando os fatos; é assinada quando tem informação exclusiva ou se destaca pelo estilo ou pela análise” (MANUAL, 2001, p.71-72). Nesse mesmo verbete, outro gênero descrito aproxima-se também da idéia que apresentamos do gênero reportagem, o de “feature”. A sua descrição é a seguinte: “apresenta a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual imediato; pode ser o perfil de um personagem ou uma história de interesse humano” (ibidem, p.71).

O verbete inteiramente dedicado à reportagem, entretanto, não oferece muito detalhamento, mantendo o padrão do anterior, que o aproxima mais da atividade do repórter e não das características do gênero. Pode ainda ser mencionado outro verbete que remete a uma das

características da reportagem apresentadas anteriormente, a contextualização dos fatos, que ocorre em dois verbetes – “contextualização” e “contextualização e síntese”. Ele determina:

Nenhuma pauta estará completa sem que se desenvolva a relação dos fatos com contextos variados e pertinentes, a fim de oferecer ao leitor os nexos históricos, sociais, causais, estatísticos e culturais da notícia (ibidem, p.23).

E complementa:

é importante partir do princípio de que o leitor pode não conhecer, necessariamente, fatos que precederam a notícia que se divulga. Assim, é preciso sempre fornecer a ele contextos claros e uma perspectiva histórica recente dos acontecimentos (ibidem, p.30).

Sobre o gênero artigo, não existe nenhum verbete específico no *Novo Manual de Redação* FSP (1992), porém sua estrutura fica subentendida dentro do verbete “Jornalismo Analítico/Opinativo”. Tal verbete apresenta, num primeiro momento, a necessidade a qual o jornalismo opinativo atende hoje, estabelecendo uma diferença clara entre análise e opinião. Diz o texto:

a análise do noticiário não deve ser confundida com a opinião ou o comentário, que devem estar circunscritos às colunas e aos artigos. A opinião é subjetiva e arbitrária e não precisa necessariamente comprovar o seu ponto de vista (NOVO..., 1992, p.36).

A partir daí, o texto lista uma série de 13 procedimentos que devem ser seguidos em matérias opinativas, entre eles a pesquisa bibliográfica ou de arquivos sobre o assunto, a contextualização, a entrevista dos envolvidos e a utilização de números e estatísticas⁵⁰.

A opinião do jornalista também é mencionada no verbete “Opinião”, que postula a busca da máxima “objetividade” por parte do profissional.

⁵⁰ Resumidamente, os procedimentos mencionados no Manual são os seguintes: a) checar se as informações sustentam as conclusões; b) pesquisar sobre o assunto; c) entrevistar os envolvidos; d) apresentar o contexto do fato; e) fazer texto curto e com linha única de raciocínio; f) expor sua linha de pensamento no início do texto; g) apresentar os argumentos de forma progressiva, para explorar a tensão criada por tal estratégia; h) manter o rigor para que as conclusões sejam conseqüências diretas dos argumentos; i) consultar especialistas no assunto e apresentar posições divergentes; j) utilizar dados estatísticos para dar credibilidade; l) fazer analogias, enfatizar as contradições; m)

O jornalismo crítico não depende da opinião de quem escreve: o simples registro ou confronto de dados, informações e opiniões alheias pode ser muito mais contundente que a opinião de um jornalista (ibidem, p.97),

determina. Entretanto, no mesmo verbete, o Manual esclarece que

isso não significa que o jornalista não possa ou não deva opinar [...] Em regra, as opiniões do jornalista devem constar de texto à parte, e não permear o texto noticioso, embora aí se admitam análise e interpretação (ibidem).

Nesses casos, os textos devem ser assinados pelos jornalistas e diagramados de acordo com os padrões da FSP.

Na versão mais recente do Manual, o espaço para o gênero artigo opinativo é ainda mais reduzido. No verbete “gêneros jornalísticos”, ele é apresentado apenas como “artigo: contém a opinião do autor e é sempre assinado” (MANUAL, 2001, p.71). Duas outras menções são feitas, na descrição da estrutura editorial do jornal, uma no verbete “articulista”, que “indica colaborador especial que escreve com regularidade para o jornal” (ibidem, p.107); e “artigo”, que apenas traz os critérios de publicação de artigos – textos inéditos, com pontos de vista diferenciados e que não contenham nenhuma informação que possa dar margem a processo judicial (cf. ibidem).

3.1.2 O Estado de São Paulo (OESP)

O primeiro número do jornal *Província de São Paulo* foi lançado em 04 de janeiro de 1875 por Rangel Pestana e Américo de Campos, tendo como gerente José Maria Lisboa e, na redação, Lúcio de Mendonça, Gaspar da Silva e Joaquim Taques (cf. SODRÉ, 1999, p.226). Em 01 de janeiro de 1890 o nome do jornal é alterado para *O Estado de São Paulo* (OESP).

Cinco anos antes da alteração, Júlio de Mesquita ingressa na redação do jornal e, em 1891, assume sua direção política. O jornal passa pelas mãos de algumas pessoas antes de, em 1902, passar a ser propriedade única de Júlio de Mesquita. Ainda após esse período, em 1907, a

recorrer a declarações ‘inteligentes, famosas ou engraçadas’ para tornar o texto mais atraente; n) fazer com que o texto chegue a uma conclusão original (cf. NOVO, 1992, p.36).

empresa torna-se Sociedade Anônima; somente em 1914 volta a estar definitivamente sob comando da família Mesquita (cf. *ibidem*, p. 323).

Alguns posicionamentos do *Estado* destacam historicamente o jornal, como a campanha abolicionista e republicana e a presença de Euclides da Cunha em Canudos.

Numa iniciativa pioneira, que anuncia novos métodos de imprensa, o *Estado de São Paulo* envia ao teatro dos acontecimentos um correspondente - correspondente de guerra, a rigor [...] Euclides da Cunha acompanha a marcha das operações com a expedição militar destinada a liquidar Canudos, tido como reduto monarquista. (*ibidem*, p.269)

Em 1927 faleceu Júlio de Mesquita, passando a direção do jornal ao seu filho Júlio de Mesquita Filho. Segundo afirma Conti, “quem definiu a fisionomia política do jornal foi Júlio de Mesquita Filho, um intelectual, político e jornalista” (CONTI, 1999, p.615). Ele também destacou-se por engajar o jornal em campanhas como o movimento Constitucionalista de 1932 e a criação da Universidade de São Paulo, fundada em 1934.

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, o jornal ficou sob intervenção por cinco anos, tempo em que Júlio de Mesquita Filho precisou exilar-se na Argentina (cf. CONTI, 1999, p.613). Sodré relata o acontecimento:

em março de 1940, a redação do *Estado de São Paulo* [grifo no original] foi ocupada pela polícia militar: acusando os proprietários e diretores de terem ali armas escondidas, o jornal foi tomado, reaparecendo diretamente subordinado ao DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda], sob a direção de Abner Mourão (SODRÉ, 1999, p.382).

O jornal só foi restituído a Júlio de Mesquita Filho em seis de dezembro de 1945 (cf. *ibidem*, p.387).

Foi no retorno do exílio que Júlio de Mesquita Filho colocou seu filho, Júlio de Mesquita Neto, para trabalhar no jornal. Com o falecimento do pai, Mesquita Neto assume a direção do jornal, que estava em pleno conflito contra a censura imposta pela ditadura militar. Censores atuaram fortemente entre 1968 e 1975 e cortaram, “no todo ou em parte, 1.136 reportagens de *O Estado de S. Paulo*. No lugar das matérias vetadas, o jornal publicava trechos de *Os Lusíadas*, de Camões” (CONTI, 1999, p.616).

Júlio de Mesquita Neto morreu em 5 de junho de 1993, aos 73 anos. Tendo trabalhado durante 48 anos no jornal, Mesquita Neto foi responsável pela criação da Agência Estado e recebeu diversos prêmios por sua luta pela liberdade de imprensa, especialmente durante a ditadura militar. Após sua morte, seu irmão Ruy Mesquita assumiu a direção de OESP.

3.1.2.1 Informações Atuais

Atualmente o Grupo Estado é composto por diversas empresas: O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Rádio Eldorado, Estúdio Eldorado, OESP Gráfica, OESP Distribuição e Transportes, Agência Estado e Broadcast Teleinformática. O jornal O Estado de São Paulo é o terceiro em circulação no país, com 268.433 exemplares diários, ficando apenas atrás da FSP e do jornal Extra, das Organizações Globo, conforme pesquisa de 2002, já mencionada anteriormente.

Durante o período pesquisado o jornal publicava diariamente cinco cadernos: *Geral* (notícias nacionais e internacionais); *Economia*; *Cidades* (segurança, serviços e sociedade); *Caderno 2* (cultura e entretenimento); e *Esportes*. Além dos cadernos diários, o jornal publicava ainda um conjunto de 15 suplementos, em distintos dias da semana. Nas edições de segunda a sábado, eram publicados os seguintes suplementos: *Informática*, às segundas-feiras; *Painel de Negócios e Viagem*, às terças-feiras; *Suplemento Agrícola*, às quartas-feiras; *Guia Caderno 2*, e *Estadão Sul*, *Estadão Leste*, *Estadão Norte* e *Estadão Oeste* (cadernos de circulação apenas na grande São Paulo com notícias locais), às sextas-feiras; *Estadinho* (caderno infantil) e *Suplemento Feminino*, aos sábados. Já aos domingos, os seguintes cadernos acompanhavam o jornal: *Autos*; *Casa & Família*; *Imóveis*; e *Telejornal*, com notícias sobre a televisão.

3.1.2.2 O artigo e a reportagem no Manual de OESP

A reportagem merece um tratamento mais detalhado no *Manual de Redação e Estilo* OESP. O verbete dedicado ao assunto inicia com uma explicação sobre a importância do gênero, que “pode ser considerada a própria essência de um jornal” (MARTINS FILHO, 1997, p.254). Explica também a diferença entre a reportagem e a notícia, dando ênfase ao fato dela apurar “não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos” (ibidem).

Depois, são apresentadas, em 15 itens, as instruções para que o repórter faça uma reportagem que “atenda às expectativas do leitor” (cf. ibidem). As instruções podem ser assim

resumidas: 1) escolha de abertura atraente; 2) iniciar texto com fato novo; 3) estruturar texto em começo, meio e fim; 4) ordenar os fatos de forma coerente; 5) fazer o máximo possível de anotações; 6) rigor na apuração dos fatos, conferir todos os detalhes, consultar especialistas e também o arquivo; 7) descrever o ambiente; 8) informar-se antes sobre o assunto; 9) traçar um roteiro para a coleta de dados; 10) traçar um roteiro para a redação do texto final; 11) usar a sensibilidade para ir além do indicado na pauta; 12) colher todas as versões do fato e apresentá-las ao leitor; 13) não confiar cegamente em informações obtidas por terceiros; 14) entrevistar mais de um especialista sobre o assunto; 15) consultar o arquivo antes de começar a preparar a reportagem para não repetir assuntos já explorados e apresentar ângulos novos (cf. *ibidem*, p.254-255).

Sobre a opinião do jornalista, o Manual chama a atenção logo no primeiro capítulo, o de Instruções Gerais: “lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando *comentários* [grifo no original] no material noticioso” (*ibidem*, p.17). Entretanto, ainda no mesmo item, abre as possibilidades de exceção que recaem sobre os textos opinativos e interpretativos. O Manual considera que a opinião pode estar presente em

textos especiais assinados, em que se permitirá ao autor manifestar seus pontos de vista, e matérias interpretativas, em que o jornalista deverá registrar versões diferentes de um mesmo fato ou conduzir a notícia segundo linhas de raciocínio definidas com base em dados fornecidos por fontes de informação não necessariamente expressas no texto (*ibidem*).

Não dedica, contudo, nenhum outro verbete ao assunto.

3.1.3 O Globo

O *Globo* foi fundado em 1925 por Irineu Marinho. Conforme Conti, seu fundador começou como revisor da *Gazeta de Notícias*. Entretanto, logo após a fundação do diário, exatos 23 dias depois, Irineu Marinho morre de ataque cardíaco e é encontrado pelo filho mais velho, Roberto, no banheiro (cf. CONTI, 1999, p.158). Pela pouca idade e experiência, Roberto Marinho prefere não assumir a direção do jornal, encarregando Euclides Mattos da chefia da redação enquanto continuava na sua função de repórter.

Embora os dois divergissem, apenas com a morte de Mattos, em 1931, Roberto Marinho assume a direção do jornal e passa a conduzi-lo de acordo com sua opinião editorial (cf. *ibidem*). Para enfrentar a concorrência de mais de uma dezena de diários que circulavam no Rio de Janeiro na época de seu lançamento, Irineu Marinho defendia que *O Globo* deveria ser “eminentemente carioca”, idéia que o filho procurou desenvolver, envolvendo-se com a sociedade e patrocinando instituições e festas, como o primeiro desfile de escolas de samba do Rio de Janeiro, em 1937.

Na década de 60, Roberto Marinho envolveu-se no escândalo sobre a intervenção de capital estrangeiro na imprensa brasileira, sendo citado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) presidida pelo deputado João Calmon, por supostamente estar ligado ao grupo *Time-Life* (cf. SODRÉ, 1999, p.441). Entretanto, Sodré explica que tal pol mica jamais foi elucidada, mas tem como mérito o fato de ter proporcionado “ao público a oportunidade de conhecer os bastidores e alguns dos segredos das empresas dedicadas a tais atividades [imprensa, rádio e televisão]” (*ibidem*, p.447).

Isso porque, em 1944, Roberto Marinho fundara a Rádio Globo, prevendo a expansão desse veículo, especialmente pela importância que vinha obtendo com os noticiários sobre a Segunda Guerra Mundial. No ano de 1957, Marinho fundou a Rio Gráfica Editora que, em 1986, incorporou a já existente Editora Globo, de Porto Alegre, passando a publicar também livros, além dos jornais e revistas. Em janeiro de 1965 entrava no ar a TV Globo, que deu origem à Rede Globo de Televisão. Assim, a partir do embrião inicial do jornal *O Globo*, surgiram diversas empresas que atualmente compõem as Organiza es Globo, um grupo com 20 mil funcionários e um faturamento anual de US\$ 2,5 bilhões (cf. DANTAS, 2002).

3.1.3.1 Informa es Atuais

O Globo é o quarto maior jornal de circula o no país, com 266.185 exemplares diários, de acordo com a pesquisa feita pelo IVC em 2002. É interessante destacar que o segundo maior jornal de circula o, o jornal *Extra*, também faz parte das Organiza es Globo, que conta ainda com os jornais *Diário de São Paulo*, *Valor Econ mico* e *Planeta Imóvel*, formando o Sistema Infoglobo. Estão ligados também às Organiza es Globo, a Rede Globo de Televisão (com cinco grandes canais que cobrem as cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília e mais 108 afiliadas), o Sistema Globo de Rádio (com 15 emissoras distribuídas nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília); e a Globopar, a companhia que gerencia os

estúdios de televisão (Projac), televisões a cabo (Net Brasil, Globo Cabo, Distel S/A, Vicom, Sky), programações de televisão pagas (Tele Cine e Globo Sat), publicações (Editora Globo e Globo Cochrane Gráfica), o Sistema Globo de Gravações Audiovisuais (distribui os produtos das gravadoras internacionais Universal/Polygram, Soni, EMI e Warner, mantém os selos Som Livre e RGE para gravações nacionais) e internet (com o portal globo.com).

No período analisado o jornal publicava, diariamente, três cadernos, além do principal – que traz informações sobre política e fatos nacionais e internacionais – *Esportes*; *Economia*; *Segundo Caderno* (cultura e entretenimento). Além desses, *O Globo* publica diversos suplementos diários, de segunda a sexta-feira: *Informática Etc*, às segundas-feiras; *Megazine* (caderno para o público adolescente), às terças-feiras; *Carro Etc*, às quartas-feiras; *Boa Viagem* (caderno de turismo), às quintas-feiras; *Rio Show* (guia cultural), às sextas-feiras; *Ela* (caderno feminino) e *Prosa & Verso* (caderno de arte e literatura), aos sábados. Nas edições dominicais eram ainda encartados os seguintes suplementos: *Boa Chance* (caderno sobre oportunidades de negócios); *Globinho* (caderno infantil); *Jornal da Família* (com informações sobre saúde e comportamento); *Morar bem*; e *Revista da TV*.

3.1.3.2 O artigo e a reportagem no Manual de O Globo

Quando menciona os tipos de textos que podem ser desenvolvidos no jornal, o Manual cita a reportagem, afirmando que essa é um texto “alentado”, ou seja, uma matéria extensa, em volume e conteúdo (cf. GARCIA, 2001, p.37). A maior dificuldade na redação desse texto é conseguir dividi-lo em capítulos sem que se perca a unidade.

Nessa construção, chama-se atenção ainda para a ênfase que é dada ao caráter narrativo e de humanização do relato, bem maior que a encontrada nos outros manuais. O Manual afirma que “a reportagem é muitas vezes uma história: fatos que se sucederam até um desenlace”, por isso sugere, logo após o *lead*, uma retranscrição com a narração cronológica dos fatos, que seria a mais importante dentre as outras com análise e descrição dos personagens (cf. *ibidem*, p.38). Sobre a humanização do relato, o texto é enfático: “não há reportagem, seja qual for o tema, sem gente” (*ibidem*).

As matérias interpretativas e investigativas também são apresentadas como possibilidades de reportagens, a partir das características definidas no capítulo anterior para o

gênero. Os textos interpretativos respondem a uma responsabilidade do jornal e são feitos a partir do que já se publicou:

acrescentam-se aos fatos do dia comportamentos anteriores, leis e regulamentos que se aplicam ao tema, posições e opiniões conhecidas de pessoas ou instituições [...] Será com base nesses acréscimos que o jornalista alinhará possíveis desdobramentos e chegará a conclusões (ibidem, p.46).

A reportagem investigativa não pode ser confundida com denúncia; é, na verdade, um fato “que o jornal, por seus próprios meios, verificou ser verdadeiro e digno de publicação” (ibidem, p.47).

Sobre a divulgação de opinião, o Manual deixa claro que “o jornal diz o que pensa em seus editoriais; articulistas e colunistas fazem o mesmo em textos assinados, e para eles a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar” (ibidem). Restringe, contudo, essa “liberdade”. Sugere-se evitar “o comentário que apenas registra pasmo, admiração ou indignação”, restringindo-se a ocasiões realmente excepcionais; procurar utilizar as notícias publicadas no jornal como base, mas não como fonte única, acrescentar informações a partir de pesquisas próprias; e, embora seja permitido usar uma linguagem leve, irônica, séria ou seca, é proibido que essa seja “pomposa” (cf. ibidem).

3.2. OPERADORES DE ANÁLISE

Procurando um instrumental que respondesse aos questionamentos próprios de nosso objeto e permitisse observar as marcas da presença de um leitor ideal deixadas no produto pela instância da produção, optamos pela separação de nossa análise em dois principais grupos de operadores: textuais e visuais. Entre os operadores de ordem textual, consideramos relevante a análise das vozes presentes no texto; das noções de espaço e tempo oferecidas; da orientação que o texto segue, de acordo com as diferentes funções da linguagem; e das marcas de autoria. Os operadores de ordem visual comporiam o segundo grupo a partir da análise da composição gráfica da matéria jornalística e sua posição na página e na organização maior do jornal.

Acreditamos que, a partir desses operadores, é possível levantar algumas hipóteses que nos permitirão uma primeira visão sobre as estratégias que os jornais utilizam na construção de sua recepção, que competências eles demandam e que leitor prevêem. Tais categorias representam, por

um lado, orientadores que influenciam o sentido de percepção do leitor em relação ao contexto que o cerca (espaço e tempo) e, por outro, a própria presença do leitor no texto, através de intervenções de personagens e do nível de interpelação sugerido pela escolha da orientação (pessoa e orientação). Os orientadores de autoria e de composição gráfica demarcam, mais especificamente, o hábito de leitura do jornal, que faz o leitor identificar a presença de um certo autor ou a formatação de um determinado gênero jornalístico.

Vale ressaltar que esses operadores são resultados de uma leitura prévia de todo material de análise: 20 edições dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, coletadas entre junho e dezembro de 2002. Pela falta de uma sistematização que oferecesse instrumental para observação do jornal impresso, a opção por tais operadores foi feita de modo a tentar compreender as estratégias percebidas a partir desse primeiro contato. Justamente por esse caráter apriorístico, alguns deles, durante a análise posterior, foram menos utilizados e outros elementos novos foram acrescentados. Queremos deixar claro que esses operadores não constituem, de forma alguma, a totalidade de operadores possíveis que podem levar à identificação das estratégias de construção da recepção dos jornais impressos, porém, foram aqueles que melhor se adequaram aos objetivos aqui propostos.

3.2.1 Operadores de ordem textual

As palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor. Estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários. (BAKHTIN, 1992, p.309)

3.2.1.1 Operador de pessoa

Um texto comporta diversas vozes, além da voz do autor, deixando entrever em seu percurso a quem e com que efeito é “oferecida a palavra”. Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1988), denomina essa propriedade do texto de “dialogismo” e em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2002), faz uma distinção entre os termos dialogismo e polifonia. Comentando sobre os conceitos de Bakhtin, Diana L. P Barros (1996) explica essa diferença:

reservando o termo dialogismo para o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso e empregando a palavra polifonia para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem. (BARROS, 1996, 36).

Ao referir-se a tal conceito, Bakhtin está tratando da interferência do discurso de outrem sobre o discurso narrado. Ele opõe o “discurso citado” ao “discurso narrado”, sendo o primeiro parte constitutiva do segundo. “O discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*” [grifos no original] (BAKHTIN, 1988, p.144). Para ele, todo texto escrito tem uma finalidade e leva em consideração, além das pessoas presentes no interior do próprio discurso, ainda uma terceira, o leitor. “Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso.” (ibidem, p.146).

A presença do discurso de outrem e sua relação com o contexto narrativo pode seguir em duas direções, conforme Bakhtin; na primeira, a intenção é “a conservação de sua integridade e autenticidade”; já na segunda, o autor busca “infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem” (ibidem, p148-150). À primeira direção, o autor chamou de “estilo linear” e à segunda, “estilo pictórico”.

Sobre isso, Dominique Maingueneau (2001, p.137) e José Luiz Fiorin (1999, p. 62) chamam a atenção para o que está em jogo quando da inserção de discursos citados no interior dos textos: a responsabilidade pelo que está sendo dito. “Em geral, o indivíduo que fala e se manifesta como “eu” no enunciado é também aquele que *se responsabiliza* por esse enunciado [grifo no original] (MAINGUENEAU, 2001, p.137). Fiorin divide as instâncias narrativas em narrador, interlocutor e locutor, afirmando que os dois primeiros são aqueles que tomam a palavra, já locutor é o terceiro, “a voz de outrem que ressoa num enunciado de um narrador e de um interlocutor” (FIORIN, 1999, p.70). Para o autor,

As diferentes instâncias enunciativas e as diferentes vozes presentes no enunciado constituem um modo fundamental de funcionamento do discurso, a heterogeneidade. Com ela, o discurso torna-se um espaço conflitual e heterogêneo ou contratual e homogêneo onde vozes discordantes e concordantes tomam lugar em níveis diferentes. Essas vozes concordam, discordam, constituem-se. (ibidem, p.71-72)

Outro ponto destacado por Fiorin como relevante na utilização do discurso de outrem dentro do texto narrado é a existência de uma “hierarquia” dentro do discurso (ibidem, p.62). Nessa hierarquia, o autor inclui três níveis: o primeiro refere-se ao autor, como uma “rede de índices pontuais e localizados que se espalham pelo discurso inteiro” (ibidem, p.63); o segundo nível diz respeito ao destinador e ao destinatário “instalados” no enunciado; e, por fim, o terceiro nível remete ao “actante do enunciado”, àquele a quem o narrador dá a voz em certos momentos da enunciação.

Muitos outros aspectos da teoria que postula a presença de outrem nos textos poderiam ser aqui mencionados. A discussão levou Bakhtin a dedicar toda a terceira parte do livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, além de outros trabalhos posteriores, a esse assunto e abriu, com ela, muitas outras possibilidades que são preconizadas por diversos autores. Mas, seguindo os objetivos determinados pelo presente trabalho, queremos nos deter mais demoradamente na classificação dessa presença do discurso citado dentro do discurso narrado, destacando, a seguir, as categorias de “discurso direto”, discurso indireto” e “discurso indireto livre”. Tais categorias são fundamentais para a análise dos textos aqui propostos porque possibilitam detectar a presença de diversos “outros” no discurso jornalístico⁵¹.

3.2.1.1.1 Discurso direto

Na descrição de Maingueneau, o discurso direto (DD) “simula *restituir as falas citadas* e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado” [grifo no original] (2001, p.140). Também explicando o discurso direto, Fiorin afirma que ele “é o resultado de uma debreagem interna [...], em que o narrador delega voz a um actante do enunciado” (FIORIN, 1999, p.72-73). Diz ainda que, no texto escrito, as principais

⁵¹ Maurice Mouillaud aborda a presença de outras vozes no discurso jornalístico, a partir da análise de jornais franceses, no texto *O sistema das citações* (1997, p.117-144). Nele, o autor faz uma classificação das citações em seis categorias distintas: 1) Enunciado primário em figura, 2) Discurso como objeto, 3) Alterações no interior do discurso, 4) Amálgama, 5) Confissão e 6) Reprodução polifônica. O próprio autor afirma que na organização de sua classificação guarda o princípio de Bakhtin: “a reprodução (ou citação) põe face a face universos de discursos diferentes, que devem ser articulados no interior de uma enunciação única, aquela do locutor que reproduz o enunciado de um outro locutor” (1997, p.122). E, a partir disso, o que faz é desdobrar as categorias apontadas por Bakhtin (discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre) em sub-categorias que possuem diferenças muito sutis entre si. Por tal motivo e por considerar o sistema utilizado por Mouillaud pouco adequado ao nosso objeto, optamos por seguir o esquema clássico de Bakhtin, visto que esse oferece uma classificação mais simplificada, porém sem que isso signifique perda teórica à nossa análise.

marcas dessa presença são os dois pontos, o travessão e as aspas. Bakhtin afirma também que são procedimentos comuns ao DD a utilização de itálico, inserção de observações entre parênteses e pontos de exclamação e interrogação (BAKHTIN, 1988, p. 166).

A intenção do discurso direto é criar uma aparência de objetividade no relato da fala de outrem, isso explica sua grande utilização no discurso jornalístico. Entretanto, sempre é preciso considerar, conforme Maingueneau, que, nos textos escritos, toda situação de enunciação está sendo relatada por um sujeito a alguém que não esteve presente no momento em que ela ocorreu. Só este fato já deixa claro a inserção de subjetividade na narração e, por isso, retira de qualquer citação sua objetividade: “[...] por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal” (2001, 141).

O mesmo autor aponta três motivos pelos quais, geralmente, um texto opta pelo discurso direto como forma de relatar o discurso de outrem: dar ao leitor uma impressão de autenticidade; estabelecer um distanciamento da fala citada; e “mostrar-se objetivo, sério” (ibidem, p.142). Entretanto, enfatiza mais uma vez que “o DD é apenas a encenação de uma fala atribuída a uma outra fonte de enunciação, e não é a cópia de uma fala ‘real’” (ibidem, p.143).

Para situar o leitor, o DD em textos escritos deve sempre indicar que houve uma fala e separar claramente discurso citado de discurso citante (cf. MAINGUENEAU, 2001, p.143). O segundo problema é resolvido com marcas gráficas que destacam o discurso citado, como apontado alhures. Para resolver o primeiro, Maingueneau e Fiorin apontam a utilização de verbos introdutórios.

Fiorin afirma que os verbos introdutórios têm as funções de indicar o ato de enunciação de outrem, comportando-se, assim, como o significado de “dizer” e informar sobre o ato de dizer. Utilizando classificações de Maingueneau, Fiorin continua, separando os verbos em dois grupos: aqueles que têm um valor descritivo (responder, concluir) e os que têm valor avaliativo, que podem trazer julgamentos do enunciador do discurso citado ou do narrador (cf. FIORIN, 1999, p.79).

Quanto à localização, tais verbos podem estar antes do discurso citado, podem ser uma “oração intercalada no interior” do discurso citado, ou ainda colocados no final. De qualquer forma, é o fato de acompanharem citações de outrem dentro de um determinado texto que faz deles verbos introdutórios (cf. MAINGUENEAU, 2001, p.143-144).

Um exemplo de verbo introdutório pode ser encontrado na reportagem “Problema na gengiva pode causar doenças” (FSP, 09/06/2002):

‘A doença não existe sem a formação da placa bacteriana. E a prevenção é simples: fio e escova dental’, **afirma** o dentista sanitariano Paulo Narvai, professor do Departamento de Práticas de Saúde Pública da faculdade.

Nesse caso, como se pode perceber, ele está localizado ao final da citação.

O autor coloca ainda duas outras situações que separam claramente o discurso direto do restante do texto. A utilização de “grupos proposicionais”, que “assinalam uma mudança de ponto de vista (*segundo X, para X, conforme X...*)” (MAINGUENEAU, 2001, p.144). Ele destaca ainda que tais introdutórios não são, na maioria dos casos, neutros, mas marcam subjetivamente a intenção do autor. A outra situação é a ausência de um introdutor explícito, que é um procedimento comumente utilizado nos jornais impressos. Nesse caso, a única referência visual oferecida ao leitor é a utilização de aspas ou de itálico para delimitar a diferenciação dos dois discursos.

São também opções de distinção apontadas por Maingueneau o “discurso direto sem aspas”, em que a fala é citada reproduzindo o conteúdo porém, não na sua forma literal; “o enunciador genérico”, situação na qual a citação é atribuída não a um indivíduo em particular, mas a uma classe de interlocutores; e ainda o “discurso direto livre”, que é o “discurso relatado que tem as propriedades lingüísticas do discurso direto, mas sem nenhuma *sinalização*.” [grifo no original] (ibidem, p.148).

Tais usos do DD são bastante comuns nos artigos analisados, como em “Dura lex, sed lex” (GLB, 08/11/2002), quando o articulista Márcio Moreira Alves cita uma fala de Aécio Neves, governador de Minas Gerais. O autor usa apenas travessão, sem aspas, o que deixa a dúvida sobre a citação traduzir ou não integralmente as palavras do citado: “ – Não temos o que discutir. Quem tomou essa decisão foi o eleitorado, quando nos derrotou. Quem perde eleição vai obrigatoriamente para a oposição [...]”. A citação possui apenas o verbo declarativo “disse”, antes de seu início.

Ao definir o discurso direto, Bakhtin afirma existirem diversas variantes dentro do conceito geral. No presente trabalho, contudo, serão levadas em consideração apenas as características gerais do discurso direto, que possuem maior valor operatório, já que não é nossa intenção fazer uma análise propriamente lingüística, mas sim levantar operadores metodológicos que permitam uma

visão ampla do objeto em questão. Assim, a partir das características acima expostas, serão procuradas ocorrências de discurso direto nos textos jornalísticos estudados, sem considerar os desdobramentos ou sub-categorias que eles possam assumir.

3.2.1.1.2 Discurso indireto

“Transmissão *analítica* do discurso de outrem”. Desta forma Bakhtin descreve o discurso indireto (DI) e prossegue: “o emprego do discurso indireto ou de uma de suas variantes implica uma análise da enunciação simultânea ao ato de transposição e inseparável dele. Variam apenas o grau e a orientação da análise” (BAKHTIN, 1988, p.158-159).

Nessa forma de inserção da fala de outro no discurso são percebidos elementos emocionais e afetivos incorporados ao conteúdo do texto, diferentemente do que ocorre, no DD, em que exclamações, interrogações e elipses são sinalizadas graficamente (cf. *ibidem*, p.159). Assim, o narrador apropria-se da fala citada e realiza como que uma tradução desta em seu discurso, acrescentando descrições da situação em que essa foi enunciada, tais como estado de espírito do locutor, tonalidade de voz, pausas.

Mainueneau destaca duas utilizações privilegiadas do DI: as “ilhas textuais ou enunciativas” e o “discurso direto com que”. As “ilhas” apresentam-se como fragmentos de citações “perfeitamente integrados à sintaxe” não oferecendo nada além de marcas gráficas (aspas, itálico) para sua percepção pelo leitor. Já no segundo caso é feita uma análise com discurso indireto e, depois, encaixada uma citação em discurso direto, introduzida pela partícula “que”. O objetivo desse uso, segundo o autor, é manter distância dos locutores da enunciação, mas restituir o seu ponto de vista, com seu próprio vocabulário (cf. MAINUENEAU, 2001, p.151-152).

As “ilhas textuais” podem ser exemplificadas claramente através de uma frase da reportagem “Ciro vê junho como mês-chave para definir chance de vitória” (FSP, 09/06/2002). A frase foi montada com fragmentos da entrevista do então candidato à Presidência da República, Ciro Gomes, que ocupa toda a página seguinte à matéria:

Na tentativa de contornar a pouca visibilidade, aditou uma 'tática de guerrilha', dividindo-se entre palestras para estudantes e empresários por todo país. Fez o possível para conquistar o 'establishment' e superar o estigma de 'outsider' e de ser uma espécie de 'novo Collor', como detesta ser chamado.

Tal como no DD, o DI também deixa marcas que o introduzem e separam do restante do texto. "O discurso indireto tem apenas um meio para a introdução do discurso citado, tanto no discurso oral quanto no escrito: o verbo introdutor" (FIORIN, 1999, p.78). Contudo, o verbo introdutor no discurso indireto parece ter um papel mais importante que no DD, cujas marcas gráficas deixam perceber características da citação. Isso porque, no DI, "a escolha do verbo introdutor condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado" (MAINGUENEAU, 2001, p.150).

Vale a pena chamar a atenção para um uso do DI que Maingueneau detecta nos jornais franceses e que poderia levantar algumas pistas sobre como a utilização dessas duas categorias (DD e DI) prevê um certo tipo de leitor. O autor afirma que, na imprensa popular, o discurso direto predomina sobre o indireto e que essa divergência ocorre pelos diferentes tipos de encenação que os dois discursos relatam. Por essa lógica,

para um público leitor popular, o jornalista privilegia a narração, uma relação mais imediata com o vivido, as palavras mesmas das pessoas, como se o leitor estivesse presente na situação; para um leitor instruído, o jornalista prepara um produto que fale à inteligência desse público e atrás do qual ele se apaga (ibidem).

3.2.1.1.3 Discurso indireto livre

Na terceira parte de *Marxismo e filosofia da linguagem*, o discurso indireto livre merece todo um capítulo da atenção de Bakhtin, descrito como "convergência interferente de dois discursos com diversa orientação do ponto de vista da entoação" (BAKHTIN, 1988, p.170). Ele explica que:

O discurso indireto livre, longe de transmitir uma impressão passiva produzida pela enunciação de outrem, exprime uma orientação ativa, que não se limita meramente à passagem da primeira à terceira pessoa, mas introduz na enunciação citada suas próprias entoações, que entram então em contato com as entoações da palavra citada, interferindo nela. (ibidem, p.190)

O DIL seria uma combinação do DD e do DI, fazendo o que Maingueneau chama de “forma híbrida” (MAINGUENEAU, 2001, p.153).

A polifonia do DIL não é a de duas vozes claramente distintas (DD), nem a absorção de uma voz pela outra (DI), mas uma *mistura* perfeita de duas vozes: em um fragmento do DIL não se pode dizer exatamente que palavras pertencem ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador citante. (ibidem, p.153)

Ao contrário do discurso direto e do indireto, o DIL “não possui nenhum modo de introdução, seja ele ruptura ou subordinação” (FIORIN, 1999, p.82). O que permite perceber sua presença é a discordância de duas vozes, percebidas pelo tom da enunciação. Sua utilização está freqüentemente ligada a um uso mais apreciativo do discurso, mostrando as subjetividades dos personagens. Por este motivo, Fiorin considera que o DIL possui diversas funções, “mas ele sempre mostra um discurso vivido no fio narrativo” (ibidem, p.84).

Deve-se enfatizar que, como afirma Maingueneau, o uso do DIL na imprensa ocorre muito raramente. Entretanto, optou-se por utilizar essa variante do discurso indireto (mesmo não usando as outras) porque junto com o DD e o DI, acredita-se que o DIL poderá mostrar três posições distintas dos jornais que são, respectivamente: o afastamento, o julgamento e a incorporação da fala dos personagens ao discurso do autor.

3.2.1.2 Operador de tempo

A percepção de tempo é fundamental para a análise da narrativa seja ela ficcional ou jornalística⁵². Em nossa análise, procuramos apreender, pela leitura, os marcos temporais instalados no texto bem como os deslocamentos que esse sofre no seu desenrolar e julgamos que isso é possível e necessário, especialmente em um objeto empírico como o jornal impresso, que possui uma periodicidade curta e precisa, a cada nova edição, reconstruir o fato que se distancia do leitor no tempo.

⁵² Sobre o tempo da narrativa, ver também a proposta de Paul Ricoeur (1994) de uma análise hermenêutica que busca reconstruir no tempo os passos da narrativa, por ele chamados – empregando um termo caro a Aristóteles – de mimese I, II e III: a prefiguração (instância da produção), a configuração (obra) e a refiguração (instância da recepção). Nessa estrutura “o leitor é o operador por excelência que assume, por seu fazer – a ação de ler – a unidade do percurso de

Essa percepção do fato noticiado no tempo é considerada como um dos itens fundamentais para compreensão da recepção das notícias em um estudo feito sobre telejornais pelo dinamarquês Klaus Bruhn Jensen (1998). Na amostra pesquisada em sete países, dentro do projeto *News of the world*⁵³, o autor constatou que, para tentar compreender melhor o fato, apresentado de forma fragmentada pelos noticiários televisivos, os receptores inseriam-no dentro de uma linha de tempo (JENSEN, 1998, p.166). Por esse motivo, a partir de agora, nos propomos a desenvolver um pouco tal abordagem e suas possibilidades operatórias, desdobrando-a em dois operadores: marcos temporais e deslocamentos de tempo.

3.2.1.2.1 Marcos temporais

“O discurso instaura um *agora*, momento da enunciação. Em contraposição ao *agora*, cria-se um *então*. Esse *agora* é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua” (FIORIN, 1999, p.142). A partir de Benveniste, Fiorin afirma que o tempo da linguagem pode ser estabelecido sobre dois eixos: “concomitância X não concomitância” e “anterioridade X posterioridade”. A concomitância será a coincidência entre o presente do evento narrado e o presente do momento de narração. O eixo de anterioridade revela a narração de um acontecimento anterior ao momento da enunciação e, conseqüentemente, a posterioridade, a narração de um acontecimento posterior a tal momento.

Entretanto, é preciso chamar a atenção para o *agora* da enunciação, que não é o mesmo de uma contagem de tempo crônico ou de tempo físico. Em um romance, por exemplo, contando uma história do século XVII, este tempo será o *agora*, mesmo que a enunciação esteja sendo feita no século XXI. “O tempo lingüístico comporta suas próprias divisões, em sua própria ordem, independentemente do tempo crônico.” (ibidem, p.143).

O que vai situar o leitor com relação a esse *agora* do texto será, justamente, a presença de “marcos temporais”. Palavras como *hoje*, *ontem* e *amanhã* são os marcos mais comuns, mas, quando a recepção do texto não é simultânea (por exemplo, em textos escritos), é preciso ainda

mimesel a mimese III através de mimese II” (RICOUER, 1994, p.87). Tal questão não será aprofundada neste trabalho por fugir dos objetivos da pesquisa.

⁵³ É preciso enfatizar que Jensen realiza, com o projeto *News of the world*, uma pesquisa empírica de recepção e que tais resultados são retirados a partir da análise dos discursos dos receptores entrevistados. Consideramos, entretanto, ser possível transpor tais noções para a análise do produto, que é nossa proposta porque, guardadas as ressalvas metodológicas, trabalhamos com um tema comum, que é a narrativa jornalística.

buscar outras ancoragens temporais, como as datas. Elas deverão situar o leitor tanto com relação ao momento de enunciação quanto sobre os deslocamentos de tempo que acontecem internamente nos textos.

3.2.1.2.2 Deslocamentos de tempo

Ao falar da narração poética, Aristóteles afirma que ela deveria ser composta de peripécias, reconhecimentos, acontecimentos patéticos e catástrofes (cf. ARISTÓTELES, *Arte Poética*, capítulo XI). Tzvetan Todorov explica que a mudança de estados (de um estado inicial X para um final Y) é inerente a toda narrativa: “a narrativa não se contenta com isso [a descrição de um estado], exige o desenvolvimento de uma ação, isto é, a mudança, a diferença” (TODOROV, 1980, p.62).

A temporalidade lingüística concerne às relações de sucessividade entre estados e transformações representadas no texto. Ordena sua progressão, mostra quais são anteriores e quais são posteriores. Isso implica que há um sistema temporal lingüístico ordenado em relação a marcos temporais instalados no texto, bem como um sistema temporal organizado em função do presente implícito da enunciação. (ibidem, p.144)

Todorov propõe uma classificação da narração em cinco elementos: 1) Equilíbrio inicial; 2) Conflito; 3) Revelação do conflito; 4) Resolução do conflito; e 5) Restauração do equilíbrio. Assim, a própria estrutura da ação narrativa prevê uma temporalidade, que demonstra um deslocamento no tempo.

Jensen (1998) também identifica, dentro da dimensão de tempo, proposta em sua matriz interpretativa *The world in the head*, o deslocamento como essencial, tanto que define os extremos dessa variável como “antes” e “agora” e considera que é dentro desse período que o receptor vai tentar situar a notícia, para compreendê-la (cf. JENSEN, 1998, p.165). Nosso objetivo é tentar verificá-lo nos textos narrativos jornalísticos e verificar como essa relação temporal se dá nos textos opinativos.

Assim, uma análise dos operadores de tempo deve buscar identificar no texto os marcos temporais e, a partir deles, definir qual é o *agora* da enunciação. Depois desse primeiro momento, é possível perceber os deslocamentos da narração em relação ao passado ou ao futuro. Acredita-se

que, nos textos objetos da presente pesquisa, geralmente, tais movimentos buscam resgatar as causas de um determinado acontecimento ou desdobrar suas conseqüências futuras com o intuito de situar melhor o leitor e oferecer-lhe uma maior compreensão do fato. Tal propósito parece claro nos textos do gênero reportagem, que traz como sua característica principal a linguagem narrativa, entretanto, também pode ser encontrado nos artigos opinativos.

Um exemplo é o artigo de Clóvis Rossi, “Outro 11, outra infâmia” (FSP, 11/09/2002). Nele o autor joga com a data da publicação, 11 de setembro, e remete a um fato ocorrido quase trinta anos antes, em 1973.

Como a história é escrita, em geral, pelos vencedores, quase ninguém lembra que houve outro 11 de setembro negro na história. Refiro-me ao 11 de setembro de 1973, o infame dia em que foi deposto o presidente constitucional do Chile, Salvador Allende Gossens.

3.2.1.3 Operador de Espaço

Fiorin (1999) explica que a teoria da enunciação trabalha com três categorias – pessoa, tempo e espaço – sendo a última delas a menos estudada. E, quando estudada, diz ele, o olhar volta-se mais para a semântica (significado do espaço para a narrativa) do que para a sintaxe (relação do espaço da enunciação e do enunciado). O autor aponta algumas pistas para entender essa lacuna:

Isso se deve ao fato de que, comparada às do tempo e da pessoa, a categoria do espaço tem menor relevância no processo de discursivização. Com efeito, não se pode deixar de utilizar, em hipótese alguma, o tempo e a pessoa na fala, mesmo porque essas duas categorias são expressas por morfemas sufixais necessariamente presentes no vocábulo verbal. Como, porém, o espaço é expresso por morfemas livres, pode não ser manifestado. Parece que a linguagem valoriza mais a localização temporal que a espacial, pois podemos falar sem dar nenhuma indicação espacial, quer em relação ao enunciador, quer em relação a um ponto de referência inscrito no enunciado. (FIORIN, 1999, p.258)

Na narrativa, o espaço aparece mais como forma de criar uma ambientação, entendida como “o conjunto de processos conhecidos e possíveis, destinados a provocar na narrativa a noção de um determinado ambiente” (LINS apud FIORIN, 1999, p.259). Entretanto, Fiorin chama atenção para o fato desse processo referir-se apenas à ordem semântica da espacialidade (cf. FIORIN, 1999, p.259).

Procurando definir a presença do espaço na linguagem a partir da relação da enunciação com o enunciado, Fiorin apresenta a seguinte divisão: espaço lingüístico e espaço tópico. O espaço lingüístico é aquele que toma como ponto de referência sempre a pessoa do enunciador. “Todos os objetos são assim localizados, sem que tenha importância seu lugar no mundo, pois aquele que os situa se coloca como centro e ponto de referência da localização.” (ibidem, p.262)

O espaço tópico “marca a emergência da descontinuidade na continuidade” (ibidem). Nele percebe-se uma posição a partir de um ponto de referência ou de um deslocamento em relação a este ponto. Entretanto, essa posição nem sempre é a do enunciador, podendo ser também demarcada por qualquer outro ponto presente no enunciado. O autor cita como exemplos do primeiro caso as orações “à minha esquerda” e “atrás de mim”, e no segundo, “na frente da Igreja”, “à direita da estátua” (cf. ibidem). E enfatiza: “quando nenhum actante está presente no enunciado para servir de ponto de referência, é preciso construir um” (ibidem).

Para diferenciar os dois tipos de espaço, o autor explica:

No espaço lingüístico propriamente dito, não se estabelecem nem posições determinadas, nem movimentos numa dada coordenada do espaço geométrico, mas apenas o espaço dos actantes da enunciação em relação aos do enunciado. No tópico, os corpos são dispostos em relação ao ponto de referência, segundo um determinado ponto de vista, isto é, uma dada categoria espacial. (ibidem)

3.2.1.3.1 “Aqui” e “lá”

Em nossa análise, optamos por utilizar as noções espaciais de “aqui” e “lá”, que exige tanto a aproximação com o espaço lingüístico quanto com o espaço tópico. Tendo o ponto de vista do enunciador como referência poderíamos dizer que o “aqui” é o lugar de onde se fala, enquanto “lá” é todo lugar que, mesmo sendo objeto da fala, está distante do enunciador, é visto de longe.

Para Fiorin, “o aqui é o fundamento das oposições espaciais da língua” (ibidem, p.263).

Segundo o autor,

um *aqui* é o lugar de onde alguém fala, podendo estar à esquerda ou à direita, em cima ou embaixo de x. Para sabermos onde é o *aqui*, é preciso saber onde se dá a enunciação, pois, isolado, esse termo não remete a nenhuma posição do espaço tópico e subsume-as todas. Por isso, quando a situação enunciativa não é partilhada, é

necessário especificar, com uma posição do espaço tópico, o lugar da enunciação [grifos no original] (ibidem, p.263).

Nossa opção tem ainda a influência do modelo *The world in the head*, já mencionado. Na pesquisa feita por Jensen (1998) a dimensão espacial tinha grande importância, já que foram entrevistadas famílias de sete países do mundo para apontar as formas de apropriação local das notícias globais e como os receptores incorporam as notícias dos telejornais e as utilizam em suas vidas cotidianas. A categoria dos “super-temas” permitiu, a partir da análise do discurso dos receptores entrevistados, a construção do modelo, composto de quatro dimensões: espaço, tempo, poder e identidade.

Na dimensão do espaço o autor trabalha com as noções espaciais de “aqui” e “lá” como dois extremos a partir do ponto de vista do entrevistado. Jensen ressalta que “essa dimensão refere-se ao que é simultaneamente um espaço mental e social, certamente não por absoluta distância geográfica, mas pela distância experimentada dos eventos” (JENSEN, 1998, p.166)⁵⁴. Julgamos que adaptar essa noção ao discurso dos *media* é possível levando em consideração que estamos tratando de discursos, em ambos os casos, que possuem um enunciador e, por isso, um espaço lingüístico.

Em seu trabalho, Jensen explica que a dimensão do espaço refere-se ao sentido de localização do enunciador com relação a um espaço maior (no país, no mundo) e a percepção de proximidade ou não dos acontecimentos. Por isso, dentro das categorias do “aqui” e “lá”, consideramos ser possível detectar referências que possam indicar como o autor pretende localizar o texto enquanto “local”, “regional”, “nacional” ou “global”.

Muitas referências espaciais são fornecidas ao leitor das matérias analisadas, além do conteúdo textual. A própria localização do texto no interior do jornal, por exemplo. É o que percebemos na reportagem “AZT não chega a 66% das grávidas com HIV” (FSP, 10/10/2002), que está localizada na capa do Caderno Cotidiano da FSP, que traz notícias locais, ou seja, da região da Grande São Paulo. Por tal motivo, em quase todo o texto, as referências estatísticas são específicas dessas localidades e os entrevistados são representantes de órgãos públicos ou

servidores de hospitais da cidade de São Paulo, o que exige do leitor um conhecimento mínimo sobre tais lugares.

3.2.1.4 Operadores de Orientação

Roman Jakobson (1999) postula que cada um dos componentes do modelo comunicativo (referente, emissor, receptor, canal, mensagem ou código) corresponde a uma diferente função da linguagem. A partir disso, afirma que toda mensagem possui uma orientação (*Einstellung*) que pode ser percebida na sua superfície e indica a que fator do modelo de comunicação ela está mais inclinada (cf. JAKOBSON, 1999, p.123). Ele explica o modelo e suas orientações:

O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. [grifos no original] (ibidem)

A partir dessa proposta, o autor afirma que as funções da linguagem podem ser: referencial, emotiva, conativa, fática, poética ou metalingüística.

Assim, as atribuições de sentido, as possibilidades de interpretação - as mais plurais - que se possam deduzir e observar na mensagem estão localizadas primeiramente na própria direção intencional do *fator da comunicação*, o qual determina o *perfil da mensagem*, determina sua *função*, a *função da linguagem* que marca aquela informação (CHALHUB, 1999, p.6).

Uma mensagem pode carregar nela mais de uma das seis funções identificadas por Jakobson, mas sempre haverá uma preferencial.

A emissão, que organiza os sinais físicos em forma de mensagem, colocará ênfase em uma das funções – e as demais dialogarão em

⁵⁴ No original: “...this dimension refers to what is simultaneously a mental and a social space, bounded not by absolute, geographical distance, but by experienced distance from events.” (Tradução nossa)

subsídio. Assim, um dos fatores prevalecerá, certamente (ibidem, p.08).

Jakobson explica que essa diversidade “reside não no monopólio de algumas dessas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções” e ressalta: “a estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante” (JAKOBSON, 1999, p.123).

O jornalismo utiliza de forma predominante a função referencial, que está ligada à busca por objetividade, uma de suas características. Edvaldo Pereira Lima (1995) afirma que

o jornalismo cotidiano prende a maior parte da sua produção à primeira, pouco explorando as possibilidades das demais a fim de enriquecer o texto, atrair o leitor e colocá-lo simbolicamente no palco dos acontecimentos e das questões (LIMA, 1995, p.118).

Contudo, ressalta, ao tratar do livro-reportagem, que, num texto de maior extensão, sente-se a necessidade de alterar a utilização das funções “empregando ora uma, ora outra, dentro daquele princípio básico da comunicação de evitar a dispersão do leitor e de criar artifícios que de vez em quando remodem o ritmo da narrativa” (ibidem.)

Com base nessa idéia, acreditamos que também os textos dos gêneros reportagem e artigo podem lançar mão dessa estratégia para capturar seu leitor. Portanto, consideramos interessante, na presente análise, identificar as utilizações das funções de linguagem predominantes nos textos, visto que elas poderão mostrar qual a orientação do texto e qual o percurso que ele propõe ao seu leitor. As sub-categorias desse operador serão as próprias funções da linguagem, tais como descritas por Jakobson.

3.2.1.4.1 Função referencial (referente)

A função referencial é orientada para o referente, e identificada por Jakobson (1999, p.123) como “denotativa” ou “cognitiva”. O autor considera-a “dominante de numerosas mensagens” (ibidem). Entre as marcas que a caracterizam estão o uso da terceira pessoa, a impessoalidade, a objetividade e a descrição (cf. CHALHUB, 1999, p.9-15).

“A linguagem denotativa seria, então, construída em bases convencionais, elaborada em função de uma certa repetibilidade das normas do código, produzindo informações *definidas, claras,*

transparentes, sem ambigüidade” [grifos no original] (ibidem, p.10), explica Samira Chalhub. Poderíamos citar como exemplos dessa função o discurso científico e o jornalismo.

Encontramos diversas ocorrências dessa função em nossa amostra, entre elas, podemos citar a reportagem “Juiz é condenado por homicídio da mulher” (FSP, 14/12/2002). O título já assume um caráter informativo e de fácil compreensão. Mas, no primeiro parágrafo, encontramos uma citação que demonstra ainda melhor a característica de preocupação em passar a informação de forma clara e objetiva: “Pela primeira vez na história do Estado de São Paulo, um juiz foi condenado por homicídio e saiu preso do Tribunal de Justiça. Ele está detido na cavalaria da PM.”

3.2.1.4.2 Função emotiva (emissor)

O emissor da mensagem é o que orienta tal função. Jakobson explica que esse tipo de mensagem “visa uma expressão direta da atitude de quem fala em relação àquilo de que está falando” (JAKOBSON, 1999, p.123-124). Entre as marcas de sua utilização estão o verbo em primeira pessoa, a interjeição, os adjetivos, advérbios e sinais de pontuação. E como exemplos poderíamos citar as canções populares, as telenovelas e a fotografia (cf. CHALHUB, 1999, p. 16-21).

Chalhub considera que

a função emotiva, portanto, tem seu *Einstellung* [orientação] no emissor, que deixa transparente as intenções do seu dizer, marcando-se em 1ª pessoa; comparece também numa fala marcada pela *interjeição* [...], pelos *adjetivos*, que apontam o ponto de vista do emissor, daquele que fala, por alguns *advérbios*, por *signos de pontuação* - tais como exclamação, reticências. A função emotiva implica, sempre, uma marca subjetiva de quem fala, no modo como fala. (ibidem, p.17-18).

Nos textos analisados, encontramos grande utilização da função emotiva, através da inserção da fala de personagens, nas reportagens, ou através do uso da primeira pessoa, nos artigos opinativos. Um dos vários exemplos pode ser retirado da reportagem “Buena Vista? É aqui mesmo” (GLB, 10/10/2002). Utilizando o travessão, o autor demarca a fala do personagem Compay Segundo:

– Quero seguir levando minha música ao mundo. Quando estou cantando ou tocando, estou fazendo algo de que gosto. Hoje, os jovens gostam de uma música que os afasta uns dos outros. Minha

música os reaproxima, os faz dançar agarradinhos, sentindo o aconchego de um corpo colado no outro – diz o músico [...].

3.2.1.4.3 Função conativa (receptor)

Esta palavra tem sua origem no termo latino *conatum*, que significa tentar influenciar alguém através de um esforço. A função conativa é também chamada de apelativa, numa ação verbal do emissor de se fazer notar pelo destinatário, seja através de uma ordem, exortação, chamamento ou invocação, saudação ou súplica. (CHALHUB, 1999, p.22)

Entre as marcas definidas na função conativa estão a presença do verbo no imperativo, do vocativo, e da 2ª pessoa (cf. ibidem, p.22-27). Tal característica leva Jakobson a dizer que a função conativa “encontra sua expressão gramatical mais pura no vocativo e no imperativo” (JAKOBSON, 1999, p.125).

A intenção principal dessa função é a persuasão, de tentar “convencer o receptor de algo” (cf. CHALHUB, 1999, p.23). A partir disso, podemos considerar exemplos de função conativa a publicidade, os diálogos e as formas mágicas e encantatórias.

Na amostra analisada, exemplos de função conativa são encontrados principalmente em artigos opinativos, através da interpelação do leitor com perguntas que deixam espaços para que ele pense nas respostas e as busque no restante do texto ou fora dele e com a utilização do verbo imperativo. É o que ocorre no artigo “Velhos problemas e novos nomes”, de José Geraldo Couto (FSP, 08/07/2002), no qual o autor chama a atenção do leitor para que este não compre determinado produto. O autor utiliza o verbo no imperativo e é enfático: “*Passe longe*, por exemplo, do DVD...” [grifo nosso].

3.2.1.4.4 Função fática (canal)

Conforme Jakobson,

há mensagens que servem fundamentalmente para prolongar ou interromper a comunicação, para verificar se o canal funciona (“Alô, está me ouvindo?”), para atrair a atenção do interlocutor ou confirmar sua atenção continuada (JAKOBSON, 1999, p.126).

Esse tipo de mensagem, orientada para o canal da comunicação, é denominada fática.

Entre suas marcas, Chalhub destaca a tautologia, que significa dizer “que o que é, é”, encontrada em uma expressão como “está frio hoje.” Exemplos dessa função são as repetições ritualizadas (“certo?”, “entende?”, “não é?”), os ruídos, balbucios, as gagueiras, cacoetes de comunicação ou ainda as fórmulas vazias e convenções sociais (“muito prazer”, “como vai?”) (cf. CHALHUB, 1999, p. 28-31)

3.2.1.4.5 Função poética (mensagem)

A orientação para a própria mensagem marca a função poética, de acordo com a explicação de Chalhub:

[...] na função poética, a mensagem está voltada para si mesma: as características físicas do signo, seu estatuto sonoro, visual, são privilegiadas, decorrendo um sentido não previsto numa mensagem de teor puramente convencional, por exemplo. (ibidem, p.38).

Jakobson chama a atenção para que não seja confundida a função poética com a poesia, afirmando que “qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora” (JAKOBSON, 1999, p.128).

Nesse caso, como enfatiza Chalhub, a técnica se sobressai sobre a beleza (cf. CHALHUB, 1999, p.45), permitindo a mensagem ser vista de modo peculiar ou, como afirma Jakobson, naquilo que os signos têm de palpável (cf. JAKOBSON, 1999, p.128). “O que primeiramente se mostra, podemos dizer assim, é a realidade da palavra no que ela tem de concreto.” (CHALHUB, 1999, p.32). Exemplos dessa função são a poesia e a fotografia.

3.2.1.4.6 Função metalingüística (código)

Jakobson propõe uma distinção entre dois níveis de linguagem: a linguagem-objeto, que se refere a objetos estranhos à linguagem; e a metalinguagem, que trata da linguagem como tal (cf.

JAKOBSON, 1999, p.127). Com base nessa divisão, o autor chama de função metalingüística aquela que é orientada para o código. “Sempre que o remetente e/ou o destinatário têm necessidade de verificar se estão usando o mesmo código, o discurso focaliza o CÓDIGO; desempenha uma função METALINGÜÍSTICA [...]” [grifos no original] (ibidem).

Exemplos dessa função, citados pelo autor, são as frases do tipo “Não o estou compreendendo - que quer dizer?” ou “Entende o que eu quero dizer?”. Chalhub acrescenta aos exemplos todo tipo de sistemas codificados, tais como a pintura, os sinais, a poesia, a moda, a crítica, a tradução e o dicionário (cf. CHALHUB, 1999, p.48-56). Segundo ela, “os sistemas de sinais implicam linguagem, implicam *saber a natureza dos signos que a compõem* - o que significa possuir repertório para operar com o código e produzir informações originais” (ibidem, p. 49).

3.2.1.5 Operador de Autoria e Estilo

Em *A ordem do discurso*, Michel Foucault (1996) define três principais formas de controle do discurso: a exclusão, o controle interno e a determinação de regras de funcionamento. Entre os procedimentos de “controle interno”, que exercem uma função restritiva e coercitiva sobre os indivíduos, está o autor.

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência (FOUCAULT, 1996, p.26).

Assinar um texto, seguindo tal definição de Foucault, não significa simplesmente declarar sua autoria, mas enquadrá-lo em relação a um conjunto mais amplo, que constitui o próprio discurso do autor. Miranda e Cascais oferecem uma primeira explicação desse processo:

o nome de autor não é um nome próprio como qualquer outro, mas antes um instrumento de classificação de textos e um protocolo de relação entre eles ou de diferenciação face a outros, que caracteriza um modo particular de existência do discurso, assinalando o respectivo estatuto numa cultura dada (MIRANDA e CASCAIS, 1992, p.21).

Em *O que é um autor?*, Foucault afirma tal posição explicando que o nome de autor carrega as marcas de um “nome próprio”, o que significa que ele não apenas indica, mas, de certa forma, descreve sua origem (cf. FOUCAULT, 1992, p.42). Ele resume:

Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. (ibidem, p. 45)

A posição de Foucault acerca da autoria não é, contudo, incontestada. Diversos autores discutem a questão da autoria a partir de diferentes perspectivas teóricas. Alguns autores discordam de Foucault, como Todorov, em seu trabalho *Gêneros do Discurso* (1980). Explicando a obra de Lessing, Todorov demonstra a opinião dele sobre a autoria: “Uma verdadeira obra-prima, parece-me, apodera-se de nós de tal modo, que perdemos de vista o autor e consideramos sua obra menos como o trabalho de um indivíduo do que como o produto da natureza impessoal” (LESSING apud TODOROV, 1980, p. 28). Todorov, confirmando sua concordância com tal opinião, escreve:

a verdadeira obra de arte não tem autor: ignora-se tudo sobre a vida de Homero porque seus poemas tanto nos satisfazem. Não é o indivíduo que escreve, mas um espírito impessoal. Após o fator realista, encontra-se assim recusado o da psicologia individual: não é nem o referente nem o autor que fazem da obra o que ela é. (TODOROV, 1980, p.29).

Separando-se, de um lado, da visão coercitiva que Foucault tem da autoria e, de outro, da visão impessoal de Todorov, Bakhtin (1992) avalia positivamente a marca do autor no texto como um “estilo individual”, que acaba sendo não a finalidade do texto, mas seu resultado.

Esse cunho de individualidade [...] é justamente o que cria as fronteiras internas específicas que, no processo da comunicação verbal, a distinguem das outras obras com as quais se relaciona dentro de uma dada esfera cultural - as obras dos antecessores, nas quais o autor se apóia, as obras de igual tendência, as obras de tendência oposta, com as quais o autor luta, etc. (BAKHTIN, 1992, p.298).

A posição de Bakhtin merece especial destaque porque, na sua perspectiva, a imagem do autor está vinculada à imagem de um destinatário presumido. Conforme ele, “quando se subestima a relação do locutor com o *outro* e com seus enunciados (existentes ou presumidos), não se pode compreender nem o gênero nem o estilo de um discurso” (ibidem, p.324). Bakhtin afirma ainda que é possível reconstruir a imagem do autor a partir do enunciado, porém, isso não significa que ela foi construída conscientemente.

Não nos é difícil construir a imagem de qualquer locutor, de perceber como objeto qualquer palavra ou discurso, mas essa *imagem-objeto* não entra nem na intenção nem no projeto do próprio locutor, não é ele quem a cria enquanto autor de seu próprio enunciado. (ibidem. p.336).

Essa “imagem do autor” à qual se refere Bakhtin aproxima-se da visão de autor-modelo, tal como postulada por Umberto Eco:

[...] o autor-modelo é uma voz que nos fala afetuosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer a seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo (ECO, 1994, p.21).

O autor-modelo de Eco seria, portanto, mais uma construção ou estratégia textual que uma definição direta da pessoa do autor, o que ele chama de “autor-empírico”.

Esse autor estaria presente no texto, deixando marcas, como explica Fiorin: “o autor implícito é produto (da leitura) do texto. Ele provém da leitura da obra toda e não das intervenções explícitas do narrador, pois está fundado numa rede de índices pontuais e localizados que se espalham pelo discurso inteiro” (FIORIN, 1999, p.63). Assim, ele não pode ser confundido com o autor-empírico, ressalta Eco. Para ele,

o autor empírico, enquanto sujeito da enunciação textual, formula uma hipótese de Leitor-Modelo e, ao traduzi-la em termos da própria estratégia, configura a si mesmo autor na qualidade de sujeito do enunciado, em termos igualmente ‘estratégicos’, como modo de operação textual (ECO, 1986, p.46).

Em *A ordem do discurso* (1996) Foucault toca nessa separação entre autor-modelo e autor-empírico. Afirmando ser impossível negar a existência desse último, considera que o indivíduo que escreve incorpora a “função autor”, que exerce sobre ele certas coerções que o separam de sua existência empírica (cf. FOUCAULT, 1996, p.28-29). Ele explica o que considera a “função autor”:

O nome de autor não está situada [sic] no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular. [...] A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 1992, p.46).

Para ele, nem todos os discursos presentes em uma sociedade possuem a função autor. Mesmo reconhecendo o autor empírico de um texto, é possível que ele não institua o autor como uma função, como ocorre nas cartas privadas. O autor estabelece, para identificação dos discursos que carregam essa função, quatro características que eles devem conter.

3.2.1.5.1 Apropriação penal

Tal característica diz respeito aos textos como “objetos de apropriação”, visão que apenas passou a existir a partir do final do século XVIII e início do XIX, quando foram estabelecidas regras escritas dos direitos de autoria. Antes, “o discurso não era, na sua origem, um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um acto [...] Historicamente foi um bem carregado de riscos antes de ser um bem preso num circuito de propriedades” (ibidem, p.47).

O resultado dessa apropriação penal do discurso foi a possibilidade de punição para o escritor que transgredia as normas. Fato que logo passou a estar incorporado às características da autoria, como descreve Foucault:

Como se o autor, a partir do momento em que foi integrado no sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, compensasse o estatuto de que passou a auferir com o retomar do velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a transgressão, restaurando o risco de uma escrita à qual, no entanto, fossem garantidos os benefícios da propriedade (ibidem, p.48).

3.2.1.5.2 Diferentes contextos de exercício

Segundo Foucault, “a função autor não se exerce de forma universal e constante sobre todos os discursos” (ibidem, p.48). Com isso, pretende afirmar que nem sempre um texto exige ou permite uma presença de autor. Cita como exemplos as narrativas da antiguidade, que não precisavam de um autor definido para que lhes fosse conferido *status* literário. O que difere dos textos científicos do período, que exigiam a marca de autor como garantia de confiabilidade.

A situação muda, entre os séculos XVII e XVIII, quando os textos literários passam a exigir uma marca de autoria, enquanto os científicos apenas se sustentam por sua condição de “cientificidade”. Atualmente, Foucault considera que a função do autor é exigida em todo tipo de obra. Ela “desempenha hoje um papel preponderante nas obras literárias” e, para os trabalhos científicos, oferece um “indício de ‘fiabilidade’ relativamente às técnicas e aos objetos de experimentação utilizados num dado momento” (cf. ibidem, p.50).

3.2.1.5.3 Autoria construída

A autoria não é uma decorrência espontânea, mas sim o “resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos autor” (ibidem, p.50). Foucault explica:

[...] o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz do indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efectuamos (ibidem, p.51)⁵⁵.

Essa construção de um autor está muito ligada ao contexto em que a obra é desenvolvida e pode ser identificada a partir de alguns critérios. Citando São Jerônimo, Foucault apresenta os quatro critérios de autenticidade utilizados nos textos sagrados e que, segundo ele, são

⁵⁵ Essa visão de Foucault aproxima-se da noção de autor-modelo de Eco, pressupondo uma separação entre o autor-empírico, sujeito que escreve o texto, e aquela figura instituída e apresentada ao leitor. Eco, contudo, explica que a intenção de Foucault é apresentar “o problema do autor como ‘modo de ser do discurso’, campo de coerência conceitual e unidade estilística” (2000, p.03), enquanto sua proposta de autor-modelo refere-se a uma estratégia textual, aquela que organiza as “armadilhas” que deverão capturar os leitores-modelo previstos pelo autor empírico (cf. 1986, 2000).

as modalidades através das quais a crítica define ainda hoje a função de autor: valores constantes, coerência conceitual ou teórica, unidade estilística e momento histórico definido (cf. *ibidem*, p.52-54).

3.2.1.5.4 Separação do autor-empírico

A última característica apontada por Foucault para a função autor diz respeito à não remissão direta entre o autor presente no texto e o sujeito empírico que o realizou. Para explicar, ele afirma que “a função autor não é, com efeito, uma pura e simples reconstrução que se faz em segunda mão a partir de um texto tido como material inerte” (*ibidem*, p.54). Foucault reforça a não possibilidade de sobreposição do autor-modelo e do empírico. Ele ressalta que “seria tão falso procurar o autor no escritor real como no locutor fictício; a função autor efectua-se na própria cisão – nessa divisão e nessa distância” (*ibidem*, p.54-55).

No que concerne ao jornalismo, o problema da autoria é também contraditório. Marques de Melo chama a atenção para a questão do *copidesque* como uma certa forma de uniformização dos textos e, por conseguinte, um apagamento das marcas de autor, especialmente sobre o jornalismo informativo.

O *copidesque* praticamente funciona como fronteira entre o jornalismo informativo e o jornalismo opinativo na organização do trabalho jornalístico. As matérias que se enquadram nos gêneros opinativos, exatamente pela postura orientadora que assumem, escapam da sua interferência. Não passam pela sua filtragem. Seu campo específico é o das matérias compreendidas nos gêneros informativos. (MARQUES DE MELO, 1994, p.84).

Essa também é a posição de Luiz Beltrão, para quem apenas o jornalismo opinativo possui características individuais que poderiam deixar antever marcas de autoria (cf. BELTRÃO, 1980, p.17). O jornalismo interpretativo, responsável pelos textos de reportagem, deve ser realizado em equipe e, portanto, jamais poderia ser responsabilidade de apenas uma pessoa. Beltrão sugere até que as matérias interpretativas não sejam assinadas, para que seja melhor percebido esse trabalho em equipe (cf. BELTRÃO, 1976, p.49).

Quanto à presente pesquisa, partimos do princípio de que os textos dos gêneros a serem analisados - reportagem e artigo - trazem em si marcas de autoria. Entretanto, seguindo a idéia de Foucault, segundo a qual nem todos os textos que circulam hoje na sociedade conferem para si a função autor, pretendemos analisá-los com vistas a identificar se tais textos exercem tal função. Para

tanto, utilizaremos a noção de autoria construída, verificando as quatro modalidades da função autor apontadas por Foucault: valores constantes, coerência conceitual ou teórica, unidade estilística e momento histórico definido.

3.2.2 Operadores de Ordem Visual

O primeiro contato do leitor com um texto escrito ocorre pela visão. É a partir da imagem textual, composta de diversos elementos, como tipos gráficos, fotografias, linhas, cores e formas que a atenção do leitor é “capturada” para uma posterior leitura do conteúdo. Esse processo leva alguns autores a considerarem a existência de um discurso gráfico, que proporciona uma outra leitura além da verbal.

O discurso gráfico é um conjunto de elementos visuais de um jornal, revista, livro ou tudo o que é impresso. Como discurso, ele possui a qualidade de ser significável; para se compreender um jornal não é necessário ler. Então, há pelo menos duas leituras: uma gráfica e outra textual. (PRADO apud SILVA, 1985, p.39).

Essas duas leituras são explicadas por Abraham Moles (1974, p.49) pela existência de uma “superposição de duas mensagens distintas” em toda comunicação humana. A primeira mensagem carrega uma informação semântica, enquanto a segunda, uma informação estética. Embora superpostas, o autor considera que tais mensagens podem ser distinguidas pelo observador e estudadas de forma separada (cf. *ibidem*).

A informação semântica é aquela compreendida em um nível racional e estruturada através de

símbolos previamente codificados, manipulados com uma certa lógica, do domínio de um grupo relativamente amplo de indivíduos (uma matriz sociocultural) e que levaria de um para outro desses sujeitos (fonte-receptor) uma certa mensagem de *caráter nitidamente utilitário* [grifo no original] (COELHO NETTO, 1973, p.10).

Já a informação estética é captada em um nível de percepção sensível, ativado pelos sentidos, retornando ao sentido grego da palavra estética, que decorre das palavras “*aisthanesthai* = compreensão pelos sentidos” e “*aistheticos* = que tem a faculdade de sentir” (ibidem, p. 09).

A recepção da mensagem assim constituída foi tema de muitas discussões no campo dos estudos psicofisiológicos de percepção, dos quais valem ser destacadas as teorias da Exploração e da Gestalt. A primeira afirma que “as formas que atingem um receptor são abordadas analiticamente, divididas em várias seções a seguir meticulosamente estudadas, varridas pelo olho tal como uma câmara cinematográfica” (ibidem, p.29). Ao contrário, a Teoria da Gestalt acredita que uma “forma é percebida na sua totalidade, como um elemento único, como uma globalidade na qual submergem os detalhes” (ibidem).

Gestalt é uma palavra alemã com difícil tradução para o português, aproximando-se mais das idéias de “imagem” e “forma” (cf. HURLBURT, 1989, p.136). O princípio que rege essa teoria, proposta por Max Wertheimer em um ensaio publicado em 1912 sobre a organização perceptiva, afirma que “o olho humano tende a agrupar as várias unidades de um campo visual para formar um todo” (ibidem).

Acreditamos que, cumprindo a função de “capturar o leitor”, a composição gráfica da página do jornal é percebida primeiramente como um objeto único, para que, depois, sejam explorados seus detalhes. Falando sobre o anúncio publicitário, Moles explica que a composição gráfica possui justamente a função de atrair o olhar do leitor num primeiro momento, para que, posteriormente, ele se detenha na leitura do conteúdo. O autor explica: “o anúncio procura, de início, prender o leitor, depois retê-lo o tempo suficiente para permitir-lhe, eventualmente, ler um texto *interessante*” [grifo no original] (MOLES, 1974, p.215). Essa também é a função da composição gráfica no jornal impresso. Por tal motivo, embasados na Teoria da Gestalt, vamos analisar, num primeiro ponto, a diagramação das matérias em dois itens: 1) relação matéria X contexto (posição na página); e 2) relação de todos os elementos que compõem o *layout* da matéria (textos, fotografias, elementos gráficos).

3.2.2.1 Operador de Composição Gráfica

O processo de composição é o passo mais crucial na solução dos problemas visuais. Os resultados das decisões compositivas

determinam o objetivo e o significado da manifestação visual e têm fortes implicações com relação ao que é recebido pelo espectador. (DONDIS, 1991, p.29)

O objetivo de toda obra visual é produzir um efeito específico no receptor, o que, segundo Dondis, ocorre através da manipulação dos elementos visuais básicos e das técnicas visuais que compõem um “alfabeto visual”. O domínio desse alfabeto representa um maior controle na transmissão e recepção de um determinado sentido: “o conhecimento em profundidade dos processos perceptivos que regem a resposta aos estímulos visuais intensifica o controle do significado” (ibidem, p.49).

Os elementos visuais básicos apontados por Dondis como componentes do “alfabeto visual” são o ponto, a linha, a forma, a direção, o tom, a cor, a textura, a escala, a dimensão e o movimento (cf. ibidem, p.51-84). No jornalismo impresso, Rafael Sousa Silva (1985, p.43) afirma que os elementos visuais básicos dividem-se em quatro grupos: letras (que podem ser agrupadas formando palavras, frases, e períodos); imagens; brancos da página; e fios tipográficos e vinhetas.

Entre as técnicas visuais Dondis percebe uma oposição principal entre contraste e harmonia (1991, p.24), a partir da qual são apresentadas diversas outras técnicas. Essa polaridade inicial é decisiva, visto que contraste e harmonia “representam um processo contínuo e extremamente ativo em nosso modo de ver os dados visuais e, portanto, de compreender aquilo que vemos” (ibidem, p.108).

A escolha dos elementos e técnicas também está relacionada com a natureza do meio de comunicação que vai dar suporte à composição gráfica, influenciando na relação entre forma e conteúdo.

Essa relação é especialmente importante nos meios de impressão em massa, já que eles envolvem uma combinação de palavras, imagens e formulações abstratas de *design*, e sua natureza básica se define por sua combinação do verbal e do visual, numa tentativa direta de transmitir informações. (ibidem, p.207)

A partir da manipulação dos elementos básicos da composição gráfica do jornal e das técnicas de contraste e harmonia, acreditamos ser possível uma compreensão mínima da influência da diagramação na leitura de uma determinada matéria jornalística. Conforme Dondis, “a composição é o meio interpretativo de controlar a reinterpretação de uma mensagem visual por parte de quem a

recebe” (p.131). Com uma finalidade operacional, dividiremos a análise da diagramação em duas categorias: matéria versus contexto e relação dos elementos que compõe a matéria.

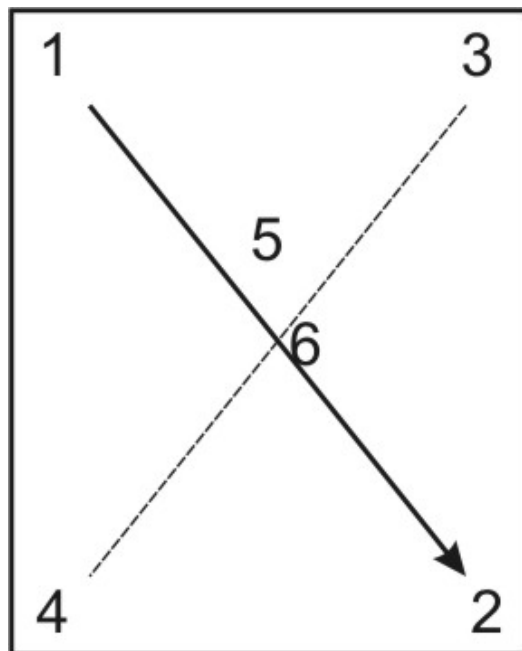
3.2.2.1.1 Matéria X contexto

Nenhum texto presente no jornal impresso pode ser analisado como item isolado, mas como parte de um conjunto mais amplo, que obedece a um projeto gráfico específico adotado pelo veículo. O estudo da posição da matéria em sua relação com as demais matérias da página é também um fator importante na condução da leitura, afirma Lorenzo Vilches: “a verticalidade e a horizontalidade da página programam o tipo de direção e percurso que o leitor deve seguir no labirinto de palavras e signos que a preenche” (VILCHES, 1997, p.42)⁵⁶.

Consideramos que dois principais elementos podem conduzir essa análise fornecendo importantes pistas sobre a posição da matéria na página impressa: as zonas de visualização e os sistemas de paginação. As zonas de visualização são adquiridas pelo leitor como hábito a partir do condicionamento da leitura ocidental feita da esquerda para a direita (cf. DINES apud SOUSA SILVA, 1985, p.47). A página, assim percebida, pode ser dividida em seis diferentes zonas de visualização: 1) principal ou primária; 2) secundária; 3) morta; 4) morta; 5) centro ótico; e 6) centro geométrico.

ZONAS DE VISUALIZAÇÃO DA PÁGINA

⁵⁶ No original: “la verticalidad y la horizontalidad de la página programan el tipo de dirección y recorrido que ha de seguir el lector en el laberinto de palabras y signos que la llenan” (Tradução nossa).



Sousa Silva explica que “a zona primária deve conter um elemento forte para atrair a atenção e interesse do leitor. Esse elemento pode ser uma foto, um texto, um grande título” (ibidem). Enfatiza também que as zonas mortas precisam ser preenchidas com “elementos de grande atração visual, proporcionando e conduzindo a leitura de forma confortável e ao mesmo tempo rápida” (ARNOLD apud SOUSA SILVA, 1985, p.47).

Os sistemas de paginação levam em conta as zonas de visualização para organizar não apenas as matérias jornalísticas, mas também os anúncios publicitários e demais elementos que compõem a página. Erbolato (1981) cita 16 diferentes sistemas de paginação. No presente trabalho, porém, utilizaremos apenas quatro itens da classificação do autor para a análise da página:

a) Vertical: nesse sistema, os títulos não são ampliados por mais de três colunas, predominando aqueles que ocupam apenas uma ou duas colunas (cf. ibidem). “Os textos apresentam-se *altos* e não *largos*. [grifo no original] São de fácil leitura, pois há a diminuição do campo visual.” (ERBOLATO, 1981, p. 67).

b) Horizontal: “as matérias têm títulos que ultrapassam as quatro colunas e cada notícia é mais *larga* do que *alta*.” (ibidem). Segundo o autor, embora esse tipo de paginação pareça chamar a atenção do leitor, ela oferece uma difícil leitura.

c) Mista: o estilo vertical e o horizontal são combinados. “Uma parte da página tem predominância de títulos de poucas colunas e outra dos que abrangem maior número delas.” (ibidem, p.68).

d) Cartaz: apresenta “um título no alta da página e, sob ele, uma grande foto” (ibidem), sendo admitidos ainda outros títulos no pé da página. Conforme Erbolato é um sistema bastante utilizado em jornais tablóides.

3.2.2.1.2 Relação dos elementos

De acordo com Vilches, “são os tamanhos, os contrastes e as formas que guiam ao leitor sobre como ler, o que ler e o que esperar da leitura” (1997, p.42)⁵⁷. O segundo item a ser analisado dentro da diagramação será a relação dos elementos que compõem a matéria, seguindo a idéia de que, no primeiro momento, a visão do leitor percebe somente o conjunto das formas e não suas particularidades. Essa relação será percebida na análise dos elementos e das técnicas utilizadas durante o processo de composição.

Entre os elementos básicos da composição da página impressa (cf. SOUSA SILVA, 1985, p.43) estão letras; imagens; brancos da página; e fios tipográficos e vinhetas. Cada um deles comporta diversos sub-itens dispostos pelos recursos de diagramação.

a) Letras: a escolha das letras ou tipos gráficos que são utilizados na composição dos textos em jornal influi diretamente na sua legibilidade. Entendemos legibilidade como a “habilidade do usuário em discriminar e reconhecer letras e números” (CAPLAN apud MORAES, BALSTER & HERZOG, 1996, p.09). Os tipos podem estar em caixa alta (maiúsculas), caixa baixa (minúsculas), negrito (letras mais escuras) ou itálico (formato inclinado). Rafael Sousa e Silva também fala dos fatores que auxiliam na legibilidade: “a legibilidade de um texto depende da forma das letras, do branco anterior das mesmas, do corpo usado, do comprimento das linhas, do entrelinhamento, do espaçamento e das margens” (1985, p.31). A

preocupação da imprensa na busca de uma maior legibilidade, afirma o autor citando José Coelho Sobrinho, decorre da necessidade de “proporcionar melhor velocidade de leitura nos arranjos tipográficos” (ibidem).

A partir do elemento “letras”, diversos elementos são formados na composição gráfica da página, tais como assinatura, capitular, chapéu, coluna, crédito, intertítulo, legenda, linha-fina, olho e título.

Definiremos cada um deles utilizando os conceitos apresentados por Sousa Silva (1985) em seu glossário e também as definições apresentadas no Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo (1992) e Manual da Folha de São Paulo (2001).

Assinatura: nome do autor publicado no alto do texto ou no final dele (cf. NOVO..., 1992, p.123).

Capitular: “tipo de letra usada no início das composições, em tamanho superior aos tipos do texto” (SOUSA SILVA, 1985, p. 137).

Chapéu (ou cartola): “palavra ou expressão curta colocada acima de um título. Usada para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela” (NOVO..., 1992, p.131).

Coluna: “são as divisões, no sentido vertical, das composições gráficas” (SOUSA SILVA, 1985, p.139)

Crédito: é a informação da origem ou autoria do texto ou imagem. No caso do texto, ele geralmente é disposto na parte superior do texto, logo após o título e a abertura. O crédito das imagens e ilustrações sempre as acompanha.

Intertítulo (ou Entretítulo): “pequenos títulos colocados no meio da composição funcionando como pausa e maior leveza para o arranjo gráfico” (SOUSA SILVA, 1985, p.140). Eles têm “a função de arejar a leitura” (NOVO..., 1992, p.150).

Legenda: “pequeno texto que acompanha uma ilustração” (SOUSA SILVA, 1985, p.141).

Linha-fina (ou linha de apoio): “Frase ou período [...] que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações” (NOVO..., 1992, p.153).

⁵⁷ No original: “son los tamaños, los contrastes y las formas las que guían al lector sobre cómo ha de leer, qué ha de leer y qué ha de esperar de la lectura.” (Tradução nossa)

Olho: Texto em destaque, com tipos maiores colocado entre os parágrafos de um texto. Recurso utilizado para “anunciar os melhores trechos de textos longos e arejar sua leitura” (NOVO..., 1992, p.158).

Título: “nome de uma publicação. Em tipografia, nome ou frase composta em letras grandes, com a finalidade de orientar o leitor e despertar o seu interesse na leitura da matéria a que se refere” (SOUSA SILVA, 1985, p.143).

b) Imagens: as imagens são importantes elementos na composição gráfica das matérias. Sousa Silva chega a afirmar que “as fotos ou ilustrações [...] completam ou por si só representam o arranjo visual gráfico de uma página impressa” (ibidem, p.120). E complementa:

além de embelezarem plasticamente, muitas vezes, devido às suas características imagéticas, carregam toda a carga emocional e informativa de uma ação ou de um fato qualquer, dispensando outro tipo de informação complementar, seja ele através de um texto, título ou legenda (ibidem).

Segundo Fausto Neto, a função dos gráficos e ilustrações é “didatizar” a informação. Essa facilitação que o veículo de comunicação oferece ao leitor é considerada pelo mesmo autor com a função de um “recurso pedagógico” (FAUSTO NETO, 1988, p.125). Podemos classificar as imagens em três tipos principais:

Fotografia: A fotografia é quase sempre o elemento gráfico que destaca a composição. De acordo com o Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo, “se a foto e a legenda tiverem qualidade, o leitor poderá passar a dar atenção aos títulos e outros elementos da página” (NOVO..., 1992, p.144).

Eliséo Verón propõe classificar as fotografias jornalísticas em quatro categorias, considerando que elas, inseridas em um meio de comunicação, acabam subordinadas a “contextos discursivos” que regulam e determinam o funcionamento da imagem (2003, p. 12).

Foto testemunhal é o tipo “clássico” de foto jornalística, pois está ligada diretamente à atividade do repórter, com sua presença no cenário dos acontecimentos. Ele assim a define: “é uma imagem cuja pertinência reside na captação do instante do acontecimento; sempre espontânea (por

oposição à pose), está ali porque ilustra o acontecimento do qual se fala no texto que acompanha.” (ibidem, p.13)⁵⁸.

A foto pose, conforme Verón, “é um presente do personagem fotografado ao fotógrafo (e por seu intermédio ao leitor)” (ibidem, p.14)⁵⁹. Nela, geralmente pessoas que já possuem um *status* na mídia aparecem sorrindo e olhando para a câmara. Tal postura “indica o domínio, por parte daquele que é representado [...] de sua própria estratégia enunciativa” (ibidem, p.16)⁶⁰.

Já a foto retórica das paixões diz respeito a flagrantes de expressões faciais de pessoas públicas em situações as mais diversas, que traduziriam seu “estado de espírito” (cf. ibidem, p.15-16). Para Verón, “o ‘estado de espírito’ do homem político, captado por uma fotografia de seu rosto, serve para qualificar uma circunstância política determinada” (ibidem, p.16)⁶¹.

Por fim, a foto categorial ocorre quando uma imagem singular é utilizada para caracterizar uma classe. As

imagens [...] são quase-conceitos, que encarnam classes lógicas. Operam sobre a dimensão categorial da evolução individualista: a foto não é mais que um suporte através do qual o leitor reconhece seu problema, porém esse problema é compartilhado com outros indivíduos que pertencem a sua mesma categoria social ou socioprofissional. (ibidem, p.17)⁶².

O autor cita exemplos como a foto de uma mulher sozinha em uma mesa de restaurante, em uma matéria cujo título é “MULHERES: a geração sem marido”.

Ilustração: Pode designar “desenhos ou colagens que não recebem nomes mais específicos (como charge ou *Cartum*) (ibidem, p.148).

Arte: as artes são cada vez mais utilizadas como ilustração de matérias pela capacidade que possuem de atrair o leitor, como infográficos. A FSP determina: “tudo o que puder ser

⁵⁸ No original: “es una imagen cuya pertinencia reside en la captación del instante del acontecimiento; siempre espontánea (por oposición a la pose), está allí porque cautiva el acontecimiento del cual se habla en el texto que acompaña” (Tradução nossa).

⁵⁹ No original: “es un regalo del personaje fotografiado al fotógrafo (y por su intermedio al lector)” (Tradução nossa).

⁶⁰ No original: “indica el dominio, por parte de aquel que es representado [...] de su propia estrategia enunciativa” (Tradução nossa).

⁶¹ No original: “el ‘estado de espíritu’ del hombre político, captado en una instantánea de su rostro, sirve para calificar una circunstancia política determinada” (Tradução nossa).

⁶² No original: “imágenes que son cuasi-conceptos, que encarnan clases lógicas. Operan sobre la dimensión categorial de la evolución individualista: la foto no es más que un soporte a través del cual el lector reconoce su problema, pero ese problema es compartido con otros individuos que pertenecen a su misma categoría social o socioprofesional” (Tradução nossa).

apresentado na forma de tabelas, mapas, quadros e gráficos não deve ser editado na forma de textos” (ibidem, p.122).

c) Brancos da página: da mesma forma que as letras, Sousa Silva (1985, p.31), considera também os espaços brancos deixados na página como necessários para uma maior legibilidade da matéria. Eles oferecem um arejamento da página e causam um equilíbrio na diagramação. Três tipos principais de brancos podem ser apontados:

Margem: “todo espaço em branco em volta das páginas de jornais, revistas, livros, cartazes” (ibidem, p.142).

Janela: “espaço que se abre numa página para aplicar selo, capitular, foto ou anúncio” (NOVO..., 1992, p.150).

Entrada: “reentrância ou recuo que se observa no início da composição gráfica [...] o espaço em branco deixado no início dos parágrafos” (SOUSA SILVA, 1985, p.139).

d) Fios tipográficos e vinhetas: os fios tipográficos são elementos gráficos utilizados para fornecer um maior ordenamento ao conjunto, separando os títulos de texto ou assinaturas e demarcando áreas de destaque. As vinhetas realizam um papel identificador, permitindo ao leitor uma “certa memorização daquilo a ler” (FAUSTO NETO, 1988, p 28). Esses elementos podem ser assim definidos:

Fio: “traço contínuo de diferentes espessuras usado em diagramação para separar textos ou delimitar qualquer material gráfico” (NOVO..., 1992, p.143).

Box (ou cercadura): “texto curto que aparece cercado por fios, em associação com outro texto, mais longo” (ibidem, p.126)

Selo: selo é uma “arte de pequenas dimensões que serve como marca visual, em edições sucessivas, de textos sobre um mesmo assunto” (ibidem, p.165).

Vinheta: “forma gráfica usada para caracterizar uma seção na página de jornal ou revista” (ibidem, p.170).

Além dos elementos, os outros fatores a serem analisados serão as técnicas visuais utilizadas, classificadas, de acordo com Dondis, em harmonia e contraste (1991, p. 24).

e) Harmonia: A busca por harmonia é uma característica natural do olho humano. Segundo a autora, “há uma necessidade de organizar toda espécie de estímulos em totalidades racionais, como foi demonstrado pelos experimentos gestaltistas” (ibidem, p.108). Entre as técnicas apresentadas como harmônicas, destacam-se o *equilibrio* – disposição dos elementos de forma a manter um “centro de suspensão a meio caminho entre dois pesos” (ibidem, p.141) –, a *simetria* – dividindo a imagem com uma linha central, os dois lados são exatamente iguais – e a *economia* – utilização de poucos elementos. Por esse motivo, as técnicas ligadas à harmonia oferecem um maior conforto e facilidade na leitura para o usuário, pois permitem mais legibilidade.

f) Contraste: é uma “força de oposição” que “desequilibra, choca, estimula, chama a atenção” (ibidem, p.108). Destacam-se em especial, dentro do contraste, as técnicas de *instabilidade* – ausência de um ponto de equilíbrio que torna a composição bastante inquietante –, *assimetria* – composição sem repetição idêntica de uma das partes, quando dividida no centro – e *profusão* – composição carregada de elementos, detalhes e ornamentos. As técnicas que estão ligadas à idéia de contraste provocam no receptor uma sensação de inquietação, desconforto e, através desse processo, atraem sua atenção.

4. REPORTAGENS E ARTIGOS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise das reportagens e artigos selecionados para esta pesquisa. Utilizando a técnica da semana construída, foram coletadas 20 edições dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, entre os meses de junho a dezembro de 2002 (ver Tabelas 01 a 08, em apêndice, páginas 239-268). Nelas, foram encontrados 36 textos de reportagem e 123 artigos, a partir dos quais foram selecionados os textos analisados aqui.

A amostra do gênero reportagem contém um total de 28 textos que apresentaram as características indicadas na revisão de literatura: contextualização do fato (expor causas e conseqüências), linguagem narrativa e humanização do relato. Das 36 reportagens encontradas inicialmente, foram eliminadas todas aquelas que não tinham sua produção vinculada ao jornal, ou seja, aquelas compradas de agências de notícias ou de outros veículos e as feitas por jornalistas *free lancers*.

Entre os artigos, a seleção dos analisados foi feita em duas etapas. No total, os jornais coletados tinham 123 artigos, com as características definidas anteriormente no segundo capítulo: texto de natureza opinativa ligado a um fato da atualidade. Em um primeiro momento, selecionamos somente os textos de articulistas fixos, pois esses possuem um vínculo com o jornal e com o seu leitor, portanto, estariam mais bem enquadrados na intenção da pesquisa, totalizando 68. Esses passaram ainda por uma segunda seleção, pela qual foram escolhidos três articulistas da Folha de São Paulo e três de O Globo, de forma aleatória. No total, foram escolhidos 12 textos da FSP e 10 de O GLOBO. Para a seleção dos artigos de O Estado de São Paulo não foi possível utilizar o mesmo critério, devido ao número reduzido de textos de articulistas fixos, nove, no total. Optou-se, então, pela análise de todos eles. Portanto, o número total de artigos analisados entre os três jornais foi de 31 textos.

Após as análises, feitas de forma separada entre reportagens e artigos, o capítulo apresenta uma retomada das estratégias propostas, bem como as possibilidades que elas nos oferecem para uma compreensão de como o texto posiciona seu leitor em cada um dos gêneros. A

partir disso, pontuamos e explicamos novamente os operadores apresentados no capítulo anterior, avaliando os ganhos metodológicos e as limitações que eles oferecem.

4.1 REPORTAGENS

Nas reportagens analisadas é possível perceber que o gênero é utilizado, predominantemente, em matérias⁶³ que fazem resgate histórico ou apresentam interesse humano, fato que deriva da própria característica do gênero. Metade delas enquadra-se nesse perfil. A finalidade informativa também aparece em número razoável, 12, das 28 analisadas. Aqui estão incluídas aquelas reportagens que decorrem diretamente de fatos atuais, possuem temporalidade presente e têm a atualidade como um dos principais valores-notícia. Em escala menor (oito ocorrências) surgem aquelas reportagens que têm a finalidade de prestar um serviço ou possuem caráter de aplicação, como as matérias de saúde, investimentos econômicos e turismo. Os valores sobrepõem-se nessa divisão, pois algumas matérias, pela sua extensão e diversidade, podem trazer mais de uma inclinação.

O elemento que diferencia a reportagem dos outros textos que compõem as páginas do jornal, em seu contato inicial com o leitor, é a extensão. A reportagem é um texto longo, que ocupa várias colunas e lança mão de complementos como fotos, gráficos, divisão do texto em blocos, que nem sempre estão presentes em uma simples notícia. Partindo dessa observação, deve-se considerar que o conteúdo, ou a temática, do texto será um fator influente na decisão de leitura, porque são necessários uma identificação e um interesse mínimo para que o leitor se disponha a lê-la por inteiro.

⁶³ Optamos por utilizar o termo matéria para tratar do texto jornalístico em geral e não de um gênero específico. Quando a menção for a um tipo específico de gênero do discurso jornalismo, acompanharemos as definições de Beltrão (1976; 1980) e Marques de Melo (1994), como já apresentadas anteriormente.

A partir dessa observação inicial, podemos, num primeiro momento, fazer duas inferências sobre a construção da recepção no texto da reportagem. Primeiro, ela vai ter como uma de suas variáveis a temática. Segundo, podemos perceber na amostra analisada dois tipos de reportagem, aquelas nas quais a notícia pode ser compreendida apenas com a leitura dos elementos em destaque (título, linha de apoio, olho, gráficos, foto-legendas), que chamaremos de “leitura de atenção parcial”; e aquelas que exigem a leitura do texto para compreensão da notícia, designada como “leitura integral”, estratégias essas que também prevêem leitores diferentes.

4.1.1 Classificação por temática

Com relação à primeira observação, percebemos que a temática será um importante diferencial entre as diversas reportagens, sendo possível encontrarmos na amostra analisada semelhantes estratégias nos três jornais quando o tema é o mesmo. Para explicar tal constatação, podemos recorrer a Van Dijk (1990), que considera o tema importante porque esse prevê um saber do leitor e deixa lacunas para serem preenchidas, conduzindo e interferindo na interpretação. Segundo o autor, a interpretação de um determinado texto jornalístico inicia antes da leitura completa deste, começa quando o leitor faz conjecturas a respeito do tema (cf. VAN DIJK, 1990, p.59). Assim, pode-se afirmar que o tema é um dos fatores que prepara a recepção. O autor explica que “[...] o tema atua como uma instância de controle principal sobre a posterior interpretação do resto do texto. Quando conhecemos o tema, é mais fácil compreender as respectivas orações do texto.” (ibidem)⁶⁴.

Partindo dessa idéia, pode-se considerar que o texto jornalístico é organizado de forma temática, apostando que o leitor possua um saber prévio necessário para preencher as lacunas deixadas no texto. Essa característica pode ser percebida na prática, por exemplo, dentro de um determinado tema, como

política: “[...] dado o tema e nada mais, podemos, com certa confiança, predizer que coisas típicas podem ocorrer quando se conhece a situação política” (ibidem, p.62).

Na amostra analisada, podemos perceber características parecidas nas reportagens das editoriais de polícia (07 reportagens, no total) e esportes (05 reportagens), que chamam mais atenção. Entre as outras 16 reportagens analisadas (com temáticas diversas, como economia, política, saúde, turismo e geral), encontramos algumas singularidades, mas não em número suficiente para podermos considerar uma característica de gênero.

4.1.1.1 Reportagens policiais

As reportagens da editoria de polícia utilizam diversos recursos com uma intenção aparente, a de dramatizar a notícia. O primeiro elemento que compõe essa estratégia são os títulos, sempre fortes e com apelo dramático, como nos seguintes exemplos⁶⁵: “Tiros no trânsito. E adeus Tainá, 5 anos” (OESP, 13/08/2002), “Capão Redondo, numa só noite, cinco mortos” (OESP, 08/07/2002), “Juiz é condenado por homicídio da mulher” (FSP, 14/12/2002). Sem deixar de cumprir sua função de mostrar ao leitor qual é o assunto da matéria e “despertar seu interesse” para a leitura (cf. SOUSA SILVA, 1985, p.143), o título da reportagem policial dá o tom do texto, carregado de dramaticidade.

Em quatro das sete reportagens policiais analisadas, a foto que acompanha a matéria tem função meramente ilustrativa, ou seja, não traz a informação no momento que ela ocorre, como seria na foto “testemunhal” (cf. VERON, 2003, p.13). Tal opção pode ser explicada como uma tentativa de não

⁶⁴ Estamos utilizando uma tradução espanhola do livro de Teun Van Dijk, **News as Discourse**. Todas as traduções das citações foram feitas por nós, de modo livre.

⁶⁵ Todas as reportagens citadas como exemplos são apresentadas na íntegra em anexo, ao final do trabalho, a partir da página 269.

chocar o leitor com cenas violentas (tal como fazem os jornais sensacionalistas), mas de capturá-lo pela emoção. É o que ocorre, por exemplo, na reportagem já mencionada sobre a menina Tainá (OESP, 13/08/2002), de cinco anos, morta em uma briga de trânsito. A foto escolhida como principal, ocupando lugar central e aberta em três das seis colunas que compõem a página, mostra a menina em plano fechado, sorrindo.

Em apenas duas das reportagens as fotos apresentam caráter testemunhal (“Time de presos perde o último jogo da detenção” – OESP, 11/09/2002 e “Medo fecha comércio na região central de SP” – FSP, 08/11/2002), porém, sem conter o mesmo peso dramático das outras, já que não apresentam cenas de grande violência. Uma das reportagens policiais não traz fotografia alguma (“Juiz é condenado por homicídio da mulher” – FSP, 14/11/2002), apenas um infográfico.

A opção para substituir a fotografia parece ter sido encontrada nos infográficos, que acompanham cinco das reportagens policiais. Os gráficos facilitam a leitura e permitem reproduzir cenas ou locais que não seriam possíveis através da fotografia. É o que ocorre na matéria “Tráfico em SP imita o Rio e sitia favela” (FSP, 09/06/2002) na qual, através de gráfico, desenha-se o mapa das favelas cariocas, indicando sua localização e os acontecimentos que as marcaram. De forma ainda mais clara, esse recurso aparece na já mencionada “Tiros no trânsito. E adeus Tainá, 5 anos”. Com o infográfico, todo o crime é reconstituído através de desenhos e pode ser acompanhado em uma seqüência, como de histórias em quadrinhos. Esse é um recurso bastante utilizado nas reconstituições policiais feitas por telejornalismo e do qual o jornal impresso se vale para conseguir informar rapidamente, resgatar uma característica de agilidade e movimento própria dos

meios eletrônicos e recontar a história sem utilizar imagens violentas feitas em fotografia.

A outra característica que distingue a reportagem policial é a utilização clara de dois tipos de vozes além do narrador, a vítima e a autoridade. O primeiro tipo aparece geralmente em discurso direto (DD), o que pode ser explicado pela “impressão de autenticidade” que esse tipo de discurso causa (cf. MAINGUENEAU, 2001, p.142). A inserção da voz dos personagens na reportagem é também o único espaço reservado para a utilização do verbo em primeira pessoa na amostra analisada. A opção por orientar parte do texto para o emissor (função emotiva) parece querer deixar a sua fala transparente (cf. CHALHUB, 1999, p.16-18) ou ao menos passar ao receptor tal impressão.

Os seguintes trechos das reportagens policiais ilustram bem essa estratégia.

Quando a casa deles foi invadida, os traficantes queriam saber se o irmão dela, de 19 anos, era da facção rival. Apesar da resposta negativa, estavam decidindo, na rua, se iam ou não matar o rapaz. ‘Enquanto eles resolviam, meu irmão fugiu. Na outra noite, eles voltaram e disseram para todo mundo ouvir que, se a gente voltasse para lá, eles iam nos matar’, conta a jovem” (“Tráfico em SP imita o Rio e sitia favelas” – FSP, 09/06/2002).

Na garupa de uma motocicleta, Douglas Gomes, de 19 anos, desempregado, observa o lugar com ar desolado. ‘Um dos mortos era meu primo. Estava dormindo quando bateram na porta para avisar que o Ivan tinha morrido. Aqui é assim mesmo, acontece tudo de ruim.’” (“Capão Redondo: numa só noite, 5 mortos” – OESP, 08/07/2002).

Segundo Aristóteles, na *Arte Poética*, “a tragédia é a imitação de uma ação importante [...] suscitando a compaixão e o terror, tem por efeito obter a purgação dessas emoções” (ARTE POÉTICA, cap. VI, 2). Wilson Gomes explica que

“o temor (...) é uma emoção que se origina quando vemos nosso semelhante em desdita e a compaixão, quando contemplamos alguém que é infeliz sem o merecer” (GOMES, 1996, p.116). Ao fazer tais opções de utilização das vozes de outros, o autor acaba reforçando a carga dramática do texto e criando no receptor um sentimento de identificação e até de compaixão com as vítimas.

A voz da autoridade, que tanto pode ser da polícia como de outros representantes públicos com autoridade conferida oficialmente, aparece para explicar a versão oficial dos fatos e, principalmente, para recompor a ordem para um leitor que percebe como estranho todo o universo e os personagens retratados. Tal afirmação pode ser comprovada pela própria necessidade da presença policial, demarcada nos textos pela utilização do DD, que deve transmitir tranquilidade, o que não seria necessário para os personagens retratados, que enfatizam a violência como algo já normal em seus cotidianos.

Tal utilização fica clara na reportagem “Medo fecha comércio na região central de SP” (FSP, 08/11/2002) em que, além do chefe do setor de comunicação da Polícia Militar de São Paulo, tenente-coronel Eliseu Leite de Moraes, desmentir a notícia, oferecendo a versão oficial dos fatos, o próprio governador do Estado, Geraldo Alckmin, é convocado para tentar “acalmar” a população. A citação da fala de Moraes é a seguinte:

[...] a corporação não confirmou que um homem tivesse avisado aos proprietários de estabelecimentos comerciais do bairro, durante a madrugada, para não abrir. ‘E se isso tivesse acontecido, a comunidade não deveria obedecer, mas sim acionar a polícia e passar as características do criminoso’, diz o coronel.

Após a negação do fato, o governador entra em cena para tranquilizar o leitor: “Mesmo não conhecendo especificamente o que ocorreu, podem ter certeza

de que a polícia irá para cima dos bandidos. Em São Paulo não existe toque de recolher” e, mais adiante,

Dentro de pouco tempo o número de policiais do Estado de São Paulo será maior que o total de homens do Exército brasileiro. É uma guerra, e precisamos vencer as batalhas a cada dia. Não vamos retroceder um milímetro em nossa política de combate à criminalidade.

Quando comparamos a função da voz da autoridade assumida nessa reportagem, com outra reportagem analisada, “Juiz é condenado por homicídio da mulher” (FSP, 14/12/2002), é possível perceber bem o universo do leitor previsto pelo jornal. No segundo caso, o crime envolve personagens de classe social alta e parece não representar uma ameaça ao leitor, não exigindo, portanto, que uma autoridade seja chamada para tranquilizá-lo. Nem mesmo os mecanismos de dramatização são utilizados, o que pode demonstrar que, ao se modificar o local e os personagens apresentados na narrativa, modificam-se também os artifícios de identificação necessários para atrair o leitor.

Essa constatação também deve ser analisada a partir das noções espaciais de “aqui” e “lá” que demarcam uma distância (mental, social e geográfica) entre o evento e seu receptor (cf. JENSEN, 1998, p.165). Podemos pressupor que o leitor previsto pelo jornal nesse acontecimento é o público paulistano de classe média alta, que percebe com estranhamento e medo as manifestações de violência ocorridas em regiões periféricas de São Paulo, porque embora elas sejam geograficamente próximas, elas apresentam-se mentalmente distantes.

Todas essas constatações a respeito das reportagens da editoria de polícia podem ser explicadas, ainda, através da proposta de Van Dijk sobre a persuasão, apontada como uma das estratégias utilizadas pelos jornais para facilitar

a retenção do conteúdo pelo leitor (cf. VAN DIJK, 1990, p.123-131). O autor cita três principais estratégias para esse processo: 1) “sublinhar a natureza factual dos acontecimentos” (através de descrições, testemunhos, fontes oficiais, informações precisas e citações diretas); 2) “construir uma estrutura relacional sólida para os fatos” (apresentando causas e conseqüências, comparando com fatos semelhantes que sejam conhecidos, utilizando argumentos conhecidos, estruturando o texto em linguagem narrativa); 3) “proporcionar informações que também possuem as dimensões de ação e emoção” (fatos que provoquem emoções fortes e opiniões diferentes a respeito desses fatos) (cf. *ibidem*, p.127).

Essas estratégias, explica Van Dijk, reforçam uma característica que o autor considera presente em grande parte da população ocidental.

A atenção pelo negativo, o sensacionalismo, o sexo e a violência, inclusive em periódicos de qualidade (ainda que aqui mais sutilmente), satisfaz a retórica das emoções, que também conhecemos a partir dos informes de acidentes, catástrofes, desastres e crimes (*ibidem*, p.127).

O autor afirma também que essas estratégias são reforçadas pelo nível de proximidade entre o leitor e o fato, bem como pelas características inesperadas e anormais que ele possa ter.

4.1.1.2 Reportagens esportivas

A escolha da reportagem para relatar fatos com temática esportiva é uma clara estratégia que propõe um novo olhar sobre um acontecimento já apresentado de modo informativo, geralmente na mesma edição. A humanização do relato é a característica posta em destaque nesse caso pela inserção de personagens na estrutura narrativa. A humanização pode ser percebida pela inserção das vozes desses personagens, em discurso direto e indireto. Nesse caso, como nas reportagens policiais, a orientação do texto volta-se para o “eu” do emissor, o que

caracteriza a função emotiva. Nos dois casos, o objetivo é causar identificação e capturar o leitor pela emoção.

Assim, quando se faz tal opção, a notícia do jogo de futebol entre Brasil e China, por exemplo, tema da capa do caderno especial sobre a Copa 2002 de O GLOBO (09/06/2002), além de diversas notícias, é também relatada com duas reportagens. Na primeira, “A Copa do Mundo vista por trás das grades”, a assistência do jogo por presidiários da penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro, é acompanhada por um repórter que descreve tudo mesclando aos fatos do tempo presente (momento do jogo) as lembranças de outras copas vivenciadas pelos detentos, bem como a esperança depositada em copas futuras. Um exemplo é a fala do personagem Paulo Roberto da Silva, apelidado de Vovô:

– Vocês não viram o futebol bailarino de 70, o maior time que já vi. Quanta saudade... – repete. A lembrança do escrete espetacular puxa outras. – Que saudade daqueles tempos, da minha vida. Se pudesse voltava no tempo. Mas o tempo não volta [...].

Ou o comentário de Douglas Benton Serra, após o gol do Brasil: “ – Infelizmente só tem água para oferecer, não tem cerveja. Mas em 2006, se Deus quiser, vou estar vendo a Copa tomando uma cervejinha com a minha família”.

A outra reportagem, “Nas ruas de Pequim, multidão a espera de um gol”, acompanha a mesma partida de futebol, porém ao lado de uma torcedora chinesa, que estava em Pequim, com mais 10 mil pessoas, assistindo ao jogo em telões instalados em praça pública. Da mesma forma que na penitenciária, o repórter acompanha todas as reações da torcedora e inclui na narração também as vozes de outras pessoas, como uma brasileira que estava lá e de um anônimo chinês, cujo nome nem é mencionado. Embora mostrando a torcida adversária, os mecanismos

de identificação são acionados por falas que registram o reconhecimento da superioridade do futebol brasileiro.

– Eu creio que o Brasil ganhará por 6 a 0 e que o primeiro tempo vai terminar 3 a 0. Nós somos assim mesmo. Sabemos como vai terminar, mas amamos nosso país e quem defende nossas cores – explicou a bela Yu Lei, assistente da Diretoria de Comunicação do Comitê Organizador das Olimpíadas de Pequim-2008.

Além da identificação pela narrativa, utilizam-se também outros elementos, como o título e a fotografia para atrair o leitor, mostrando o caráter diferenciado da matéria. No primeiro caso, os títulos não são informativos, assumem um caráter mais poético e exigem que o leitor tenha em seu repertório um conhecimento mínimo sobre a notícia, que não é retomada, mas sim expandida. Muitas vezes eles somente são compreendidos a partir de uma leitura conjunta das fotos que os acompanham. As fotos apresentadas nesse tipo de matéria são, em todas as reportagens esportivas analisadas, não testemunhais, assumem, ao contrário, um caráter geral, aproximando-se muitas vezes da foto categorial proposta por Verón (cf. 2003, p.17).

Um exemplo claro disso é a reportagem “100% várzea” (FSP, 08/07/2002), na qual toma-se por base a homenagem feita ao bairro Jardim Irene (SP) pelo jogador de futebol Cafu, no momento de receber a taça da Copa do Mundo de 2002, como capitão da equipe brasileira. Na homenagem, o jogador escreveu em sua camiseta “100% Jardim Irene” referindo-se ao bairro onde cresceu e começou a jogar futebol, nas quadras de várzea. Três fotos ilustram a matéria, uma foto que toma toda a extensão horizontal da página e mais da metade da sua extensão vertical mostra, em plano de detalhe, um pé sobre uma bola de futebol em um chão de terra batida. No canto superior direito, outra foto mostra em plano aberto um

adolescente em primeiro plano chutando uma bola de futebol e, ao fundo, diversas pessoas que parecem estar jogando, tudo isso num campo de várzea. Para completar, a foto do capitão Cafu segurando a taça, com sua homenagem escrita na camiseta oficial à caneta. Nesse caso, o título só pode ser compreendido pelo conjunto das fotos somado ao conhecimento dos fatos recentes sobre futebol (a vitória da Copa do Mundo e a homenagem do capitão), além da leitura do texto. Essa organização deixa explícito ao leitor que a reportagem, embora tenha o futebol como temática, fará algo mais que apenas noticiar o que já se presume conhecido.

4.1.1.3 Outras temáticas

Entre os outros grupos temáticos analisados, como já dito anteriormente, o número de matérias encontradas não é suficiente para que possamos chegar a conclusões mais detidas, porém podemos fazer algumas inferências. Entre elas, deve-se chamar atenção para as reportagens econômicas, que utilizam como elementos importantes os gráficos, que facilitam e didatizam a leitura (cf. FAUSTO NETO, 1988, p.125), construindo tanto um leitor apressado, sem tempo para deter-se ao texto, mas com a necessidade de informação, quanto um leitor não-especialista, que precisa de recursos adicionais para compreender a notícia de forma simplificada. Eles aparecem tanto na reportagem “Erro em extrato do FGTS lesa trabalhador” (FSP, 09/06/2002), como em “O exterior se abre para as jóias do Brasil” (OESP, 09/06/2002) e funcionam como um resumo da notícia, sem que seja necessária a leitura integral do texto para compreendê-la.

Outra característica comum às reportagens analisadas dentro dessa temática, ainda no que se refere à composição gráfica, é a utilização de foto-pose. Nem tanto seguindo a classificação de Veron, pela qual essa categoria de fotografia

está ligada a um número restrito de personagens que possuem *status* suficiente para ocupar a mente do seu leitorado (2003, p.14), mas por ser uma foto permitida pelo fotografado e pensada/organizada para esse fim. Nas reportagens econômicas analisadas, os personagens apresentados pelo texto são retratados em “poses” ligadas ao tema apresentado.

Em uma matéria sobre perdas dos trabalhadores com o FGTS, um dos entrevistados segura um extrato que cobre grande parte do seu rosto, deixando aparecer apenas seu olho esquerdo. Na outra, sobre exportação de jóias, dois personagens são apresentados: o primeiro, um fabricante, posa sorridente em uma escada, com cartazes sobre exposições de jóias ao fundo, escritos em inglês; o segundo é funcionário da fábrica e aparece em seu local de trabalho, com uniforme, cercado por mais quatro colegas e sorri. Acreditamos que ao utilizar um padrão de fotografia geralmente destinado a personalidades famosas para retratar personagens antes anônimos, a reportagem econômica tenta chamar atenção e criar identificação, como se, no lugar de tal pessoa, pudesse estar também o seu leitor.

Finalmente, a outra característica das reportagens econômicas é o perfil de serviço. Além de informar sobre determinado assunto e de humanizar o relato, apresentando personagens que sejam ilustrativos, a matéria quer oferecer informações úteis. Assim, na reportagem sobre o FGTS, o leitor recebe dicas de como obter o extrato e como calcular o valor a receber, apresentadas em um infográfico. Já na matéria sobre as jóias, as dicas são mais sutis e estão dispersas no decorrer do texto, sobre onde investir e qual área desse setor tem mais chance de crescimento. De tal forma, a reportagem econômica torna-se atraente porque se faz útil para o leitor que tem interesse sobre esse tema.

Outros detalhes ainda podem ser percebidos se lançarmos um olhar relacionando gênero e temática. As reportagens políticas (02) e sobre saúde (02) também utilizam gráficos para facilitar a leitura. Acreditamos que, no primeiro caso, essa opção esteja relacionada também, como as econômicas, ao perfil do leitor, apressado e não especialista. Já no segundo caso, o gráfico cumpre especificamente a função de didatizar (cf. FAUSTO NETO, 1988, p.125), já que as matérias sobre saúde geralmente, além de informar, tendem a prestar serviços e o conteúdo precisa ser apresentado de forma que possa ser apreendido rápida e facilmente.

Também podemos incluir dentro das temáticas os conteúdos históricos que retratam acontecimentos de um passado mais distante. Este é o caso das reportagens “Rádio Nacional’ em busca da época de ouro”, “Esta cena faz 30 anos”, “Lampião, 64 anos depois, ainda sem sepultura” (todas de OESP, 09/06/2002). A estratégia, aqui, parece ser a de recontar a história pela voz daqueles que a viveram, usando DD e orientação para o emissor, ou seja, função emotiva, o que confere a ela mais veracidade e, conseqüentemente, mais credibilidade. Neste caso, os personagens apresentados são importantes, porque é a eles que se confere o *status* de transmissão do relato. Quanto à composição gráfica, é também importante registrar a utilização de fotos em preto e branco e referentes ao período do fato relatado, o que reforça a estratégia da veracidade. Acredita-se ainda que, para que o público leitor não fique muito restrito, nas três matérias analisadas o fato principal foi recontado, ainda que brevemente, o que demonstra o interesse em atrair tanto um leitor que seja contemporâneo do fato, quanto um leitor que possa não ter vivenciado o período, mas que tem interesse por história.

4.1.2 Duas possibilidades de leitura

Apesar de tudo o que foi exposto acima, é também preciso ressaltar que a mesma temática pode solicitar diferentes estratégias, de acordo com a posição ocupada por ela na macro-estrutura do jornal. Assim, por exemplo, o tema “esporte” pode aparecer como uma narração simples de uma regata, em que o foco central é a prova (“Illbruck abre vantagem em Gotemburgo”, OESP, 09/06/2002); pode transformar-se em uma matéria de interesse humano sobre como presidiários assistem à Copa do Mundo (“A Copa do Mundo vista por trás das grades”, GLB, 09/06/2002); ou ainda ser apresentado como um perfil de ídolo juvenil, quando encontra-se nas páginas de um caderno especializado (“O menino dos olhos da seleção”, GLB, 13/08/2002).

Tal observação não permite que a discussão em torno da presença do leitor no texto encerre-se na questão do tema. Ele não é o único fator determinante na captura do receptor. Influenciam bastante as posições ocupadas pelas reportagens dentro de uma estrutura maior, porque deixam implícita uma recepção prevista, um contrato estabelecido ou, na linguagem mercadológica, um público-alvo determinado. Isso permite que entremos em nossa segunda observação sobre as reportagens.

Podemos, então, dividir as reportagens em dois grandes grupos, a partir do tipo de leitura que elas oferecem e permitem ao seu leitor. No primeiro grupo encontram-se aquelas cuja notícia pode ser compreendida apenas com a leitura dos elementos em destaque, as quais chamaremos de “leitura de atenção parcial”. O segundo grupo é composto por aquelas reportagens que exigem uma leitura integral do texto para compreensão do fato noticiado, que propomos chamar de “leitura integral”. Seguimos, para tal definição, a proposta de Van Dijk (1990, p.204), que

considera que a disposição dos itens informativos permite que se criem diversas estratégias de leitura, entre elas a “leitura parcial”, que dispõe as informações mais importantes na primeira parte do texto, permitindo que o leitor fique informado sem que faça uma leitura completa dele.

Observamos assim que a distribuição do tempo e da atenção dos leitores no contexto da leitura do jornal é uma explicação parcial da estrutura do discurso informativo e mostra porque os artigos jornalísticos têm esta forma específica. A maioria dos tipos de textos impressos restantes (novelas, contos, manuais, livros de texto, instruções, etc.) não têm essa estrutura e não possuem estratégias dominantes de leitura parcial. [...] Em outras palavras, tanto a estrutura como as estratégias de leitura da notícia na imprensa podem ser bem mais específicas. As limitações, não obstante, são sociais; o tempo, a situação e os objetivos da leitura controlam em última instância os limites da variação na distribuição da atenção. (ibidem)

No primeiro grupo encontramos o maior número de ocorrências, 75% do total, ou seja, 21 textos. Entre os elementos de destaque que consideramos como itens informativos de leitura parcial temos o título, a linha de apoio, os olhos e as foto-legendas.

Contudo, o elemento de maior destaque utilizado nessa estratégia são os infográficos. O que não é surpresa se levarmos em consideração que o próprio Manual de Redação da Folha de São Paulo determina que todas as informações que puderem ser transmitidas em forma de gráficos, não devem ser apresentadas como texto (cf. NOVO..., 1992, p.122). Essa opção demonstra uma postura do jornal em tentar didatizar as informações e torná-las de fácil e rápida compreensão para o leitor. Além de facilitar a recepção da informação e suavizar a leitura, o gráfico também atua como isca para que o leitor possa, talvez, deter-se um pouco mais e fazer uma posterior leitura integral (cf. MOLES, 1974). Das nove ocorrências de infográficos nas matérias analisadas, sete estão em edições da Folha de São Paulo.

Exemplos bastante claros desse tipo de reportagem podem ser encontrados na amostra. A reportagem “O exterior se abre para as jóias do Brasil” (OESP, 09/06/2002), publicada no caderno de economia, apresenta três blocos de texto, três fotos e um gráfico. A linha de apoio que acompanha a matéria do bloco principal informa: “Exportações de jóias de ouro e de folheado cresceram 50 e 70% no ano passado, e empresas esperam ampliar ainda mais esse mercado”. Com essas informações e a leitura do gráfico, que apresenta os valores das exportações de gemas e metais preciosos, entre os anos de 1999 e 2001, o leitor já consegue entender a notícia. Depois disso, apenas se detém na leitura do texto, que ocupa três quartos de página, aqueles que têm tempo e interesse em uma leitura mais longa.

Embora sejam elementos importantes, os gráficos não são o único recurso utilizado nessa estratégia. Algumas reportagens conseguem oferecer essa compreensão superficial ao leitor apenas com a utilização de fotos e textos em destaque, como legendas e olhos. Um exemplo é a reportagem “Novo Lula divide ex-companheiros do ABC” (GLB, 09/06/2002), cuja linha de apoio é: “Do grupo de metalúrgicos presos com o petista em 80, cinco aprovam e cinco reprovam as mudanças no PT”.

Dois blocos de texto são apresentados, o principal com três intertítulos: “Menezes dividiu a cela com Lula”, “Fundador hoje está no PSDB” e “Bom: o partido se aprimorou”. O segundo bloco tem como título “Maioria foi condenada a três anos” e oferece informações sobre o processo respondido pelos metalúrgicos em 1980, durante a greve geral da categoria. Uma foto principal, em preto e branco, mostra o então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, com ar abatido, esfregando os olhos de cansaço, e seus colegas metalúrgicos em uma reunião, na década de

80 e traz como legenda: “LULA (à esquerda), Gilson Menezes (o segundo à esquerda), Rubens Teodoro Arruda (o quarto) e outros dois sindicalistas na época da condenação”.

Três outras fotos aparecem em tamanho menor, embaixo dessa principal, todas acompanhadas de olhos com frases dos entrevistados. A primeira, à esquerda, de Gilson Menezes, traz como legenda “GILSON MENEZES hoje, com fotos de uma assembléia no ABC” e o olho que a acompanha é:

'Eles já pensavam em investir em imagem. Nunca me colocaram no programa de TV. Chegavam a me chamar para as locações e me deixavam esperando num canto' – GILSON MENEZES – Primeiro prefeito eleito pelo PT, em 82.

A segunda foto mostra José Maria Almeida em primeiro plano, ao celular, e, ao fundo, um cartaz de sua campanha como pré-candidato à presidência pelo PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados). A legenda é: “JOSÉ MARIA Almeida: contra a aproximação com a ala burguesa” e o olho que a acompanha:

'Já naquela época eu defendia uma frente democrática e Lula levou 22 anos para entender o quanto isso é necessário para o processo eleitoral' – OSMAR MENDONÇA – Filiado ao PT apenas um ano.

A última foto é de Lula, discursando em assembléia de 1979, conforme a legenda, ao seu lado o olho: “O partido se aprimorou, deixou de lado a política do macacão e agora exerce política para todos’ – DJALMA BOM – Ex-deputado e hoje advogado”.

A leitura desses elementos em destaque é suficiente para que o leitor compreenda o fato que está sendo noticiado e, até mesmo, avançando um pouco mais, a linha ideológica que o emissor utiliza para construí-la. De posse dessas

informações, o leitor faz sua opção por ler ou não a matéria, de acordo com seus interesses.

O segundo grupo de reportagens, com apenas sete das 28 analisadas, ou seja, 25% do total, é formado por aquelas que não oferecem uma compreensão da notícia apenas com a leitura dos elementos em destaque. Nesse caso, a leitura do texto é fundamental para sua compreensão. Exemplo de tais matérias pode ser a reportagem “Notícias de uma guerra particular” (FSP, 11/09/2002), que traz uma composição gráfica diferente das outras páginas do jornal, alinhada com o conjunto que faz a cobertura especial da celebração de um ano dos ataques terroristas aos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. São seis páginas dedicadas ao assunto, com o total de 12 textos, entre eles uma reportagem, um artigo e uma entrevista.

Nas duas fotos superiores que ocupam toda a extensão horizontal da mancha gráfica, imagens de uma criança chorando e do buraco causado pela destruição das duas torres do *World Trade Center* (WTC), abaixo delas as legendas, “Menina que perdeu irmã nos ataques chora diante de estação de metrô do World Trade Center” e “Turistas sob a faixa ‘nunca esqueceremos’ observam o buraco no Ponto Zero em Nova York”. Acima das fotos, uma linha em tom de cinza escuro com o selo da cobertura (“11.09 – Um ano depois”) e, ao lado, a frase “‘Agradecemos o carinho, mas, por favor, chega de presentes’ – Michael Bloomberg, prefeito de Nova York”. Essa frase, que assume a função de um olho, é uma das duas únicas referências que os elementos em destaque fazem ao texto.

Em tamanho maior, bem ao centro da página, a foto de um homem, com uma criança no colo, apontando para uma bandeira americana, sob a legenda: “Pai e filho observam uma bandeira dos Estados Unidos feita de retalhos durante

cerimônia em East Meadow, em Nova York”. Sobre a foto, um olho com o seguinte texto:

O GOLPE [em destaque, letras vermelhas, caixa alta] – O mendigo Charles Israelian, 45, jamais pisou no WTC. Quando as torres caíram, no entanto, ele aproveitou a comoção em uma cidadezinha perto de Nova York para ganhar algum dinheiro. Arrumou um uniforme de bombeiro e passou a bater nas portas das casas. Ele pedia doações para o filho de um bombeiro morto, seu ‘amigo’. A combinação de vaidade e sentimento de culpa foi fatal: ele convenceu entre 150 e 200 pessoas até ser preso [em letras pretas, caixa baixa].

Esse é o segundo elemento em destaque que remete ao texto.

A reportagem apresenta cinco relatos de personagens comuns que tiveram algum tipo de participação ou viveram as conseqüências do ataque ao WTC. Entretanto, somente a observação do conjunto de elementos em destaque, como o título e as fotos, não é suficiente para a compreensão disto. As três fotos são meramente ilustrativas, não dizem respeito a nenhuma das histórias narradas no texto. Somente os dois olhos remetem ao texto, ainda assim, apenas o segundo olho é compreensível por si; enquanto a frase do prefeito só pode ser compreendida após a leitura do texto.

Essa diferenciação em dois tipos de reportagem pode ser um fator importante para pensar sobre o leitor que cada uma prevê. Roger Chartier afirma que “a organização tipográfica traduz, claramente, uma intenção editorial” (1996, p.97). O autor usa como exemplo disso o sucesso da Biblioteca Azul e como ela cria protocolos de leitura diferenciados através da composição gráfica. Como já dito anteriormente, a Biblioteca Azul era uma coleção de livros, impressos na França do século XVI, organizados para facilitar o acesso à leitura de clássicos da literatura não acessíveis ao grande público. Entre as estratégias utilizadas para facilitar essa

leitura estavam a ampliação dos capítulos e dos parágrafos, que deixa o texto aparentemente mais leve de ler, a criação de resumos que retomam a narração do capítulo anterior no início de cada novo capítulo, a supressão de ações não essenciais à trama e de descrições minuciosas, bem como a modernização da linguagem. Chartier explica que essas modificações eram feitas pensando em “uma leitura que não é virtuosa nem contínua, mas que toma e deixa o livro, que apenas decifra facilmente seqüências breves e fechadas, que exige sinalizações implícitas” (ibidem, p.101).

Poderíamos supor, voltando para nosso objeto analisado, que as reportagens que oferecem uma leitura de atenção parcial são destinadas a um leitor apressado e não especialista no assunto. Alguém que precisa estar informado sobre os fatos, porém não possui tempo para ler grandes textos, possivelmente acostumado à linguagem visual da televisão, cujas imagens, aparentemente, são suficientes para informar. Entretanto, essa mesma construção pode servir de armadilha para capturar a atenção de um leitor menos apressado que, a partir da leitura desses elementos, se interesse pelo texto maior.

Já aquelas reportagens que exigem uma leitura integral, estão geralmente ligadas a espaços especiais, como coberturas de grandes eventos e cadernos especializados. Nesses casos, podemos supor que a estratégia é diferente, já que tais espaços são buscados justamente para a obtenção de informações mais aprofundadas, diferentes daquelas obtidas nos noticiários cotidianos. Por tal motivo, o texto que compõe esse tipo de material não precisa de armadilhas para atrair seu leitor, nem tampouco oferecer informações rápidas que substituam uma leitura mais detalhada. A “isca”, poderíamos dizer, será o próprio espaço, a localização da matéria na seção específica dentro da macro-estrutura do jornal.

A relação que se estabelece com o leitor é, portanto, diferente nos dois casos. Nas reportagens de leitura de atenção parcial as informações são oferecidas, mas há sempre a possibilidade de uma leitura integral do texto, afinal, é esse o objetivo de sua existência. De um modo ou outro, o leitor é informado sobre o fato noticiado, entretanto, tem a liberdade de escolher a forma com a qual quer obter essa informação. Já as reportagens de leitura integral restringem as opções do leitor, pois exigem que a leitura seja, no mínimo, iniciada para a descoberta da notícia. É claro que o leitor tem sempre a opção de desistir no meio do texto, de ir direto ao final. Mas aqui estamos preocupados mais com a forma como o texto tenta conduzir o seu leitor e, nesse caso, as diferenças são claras.

4.2 ARTIGOS

O artigo, como texto opinativo, permite ao seu autor utilizar livremente o espaço a ele cedido pelo jornal. Conforme José Marques de Melo, “trata-se da liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido, e também ao modo de expressão verbal” (1994, p.121).

Apesar dessa diversidade de tendências e estilos que o artigo permite, conseguimos detectar alguns fatores de aproximação entre eles, que estão divididos em composição gráfica – apresentada em primeiro lugar por possuir maior relevância – e organização textual, que age num segundo momento de contato entre leitor e texto. A partir dessas características traçamos, de modo bastante sucinto, três posições que os textos propõem ao leitor do artigo: “aprendiz”, “interlocutor” e “confidente”, apresentadas no final dessa análise.

4.2.1 Composição gráfica

A primeira observação que se deve fazer a respeito dos artigos decorre claramente de sua composição gráfica. É através dela que o leitor pode perceber que está diante de um texto de caráter opinativo e não de uma notícia. Alguns elementos participam dessa construção, mas o mais importante deles é, sem dúvida, o nome do articulista que se encontra sobre o texto, em lugar de

destaque. Essa constatação faz-nos acreditar que a decisão da leitura está, portanto, muito mais baseada no autor e na relação que esse estabelece com seus leitores através dos textos, do que na temática, como no caso das reportagens. Recordando o que já foi apresentado anteriormente, “o nome do autor não é um nome próprio como qualquer outro, mas antes um instrumento de classificação de textos e um protocolo de relação entre eles ou de diferenciação face a outros” (MIRANDA e CASCAIS, 1992, p.21).

Os elementos que compõem o padrão básico de diagramação, além do nome do autor em destaque, são o título do texto, letra capitular no início do primeiro parágrafo e o próprio texto. A eles podem ser ainda acrescentados, eventualmente, a depender do padrão gráfico de cada jornal, a foto do articulista, o local de onde escreve, um *e-mail* para contato, uma pequena biografia no final ou a explicação de que aquele espaço é reservado para ele. Dos 31 artigos analisados, 23 seguiam esse mesmo padrão de diagramação, o que demonstra que deve existir um hábito por parte do público leitor que permite identificar rapidamente os textos opinativos e ele perpassa as três diferentes publicações estudadas.

Essa organização gráfica padrão do artigo pode ser constatada independentemente da temática ou da posição ocupada no jornal e mantém-se constante nos três jornais analisados. Dessa forma, temos artigos os mais variados que seguem esse padrão, como por exemplo “A aura arranhada” (Clóvis Rossi / Política / Página de Opinião – FSP, 09/06/2002), “Magia das imagens, impasses eleitorais e o 2º turno” (Roberto Damatta / Política / Caderno 2 – OESP, 10/10/2002) e “Fome de bola” (Arthur Dapieve / Esporte / Segundo Caderno – GLB, 08/11/2002), só para citar alguns.

É possível entender melhor como se cria esse relacionamento entre autor/texto/leitor, observando os artigos de colaboradores esporádicos, que não possuem vínculo com o jornal ou com seus leitores. Nesses casos, o título do texto aparece em destaque de primeiro plano, enquanto o nome do autor é posto logo acima do texto em letra menor que a do título e, no final, repetido com a identificação ou biografia resumida. O que deve atrair a atenção do leitor nesses casos é, muito mais que o autor, a própria temática tratada no texto, geralmente decorrente de um fato bastante atual e complementar às notícias da edição.

Ainda dentro da composição gráfica, é preciso destacar nos artigos analisados a ausência de outros elementos gráficos, além daqueles já citados anteriormente. Apenas seis dos

artigos analisados continham ilustrações, geralmente por foto-montagens ou desenhos. Desses, dois seguiam o esquema de diagramação padrão já mencionado, com o nome do autor em destaque: “Magia das imagens, impasses eleitorais e o segundo turno” (Roberto Damatta – OESP, 10/10/2002) e “Fome de bola” (Arthur Dapieve – GLB, 08/11/2002). Outros quatro fugiam de um esquema padronizado, variando, principalmente, de acordo com sua localização na estrutura do jornal. São eles: “PT Ilusões” (Daniel Piza / Caderno 2 – OESP, 09/06/2002), “Maior pecado de Belo é ser astro popular” (Leila Reis / Caderno Telejornal – OESP, 09/06/2002), “Velhos problemas e novos nomes” (José Geraldo Couto / Esportes – FSP, 08/07/2002) e “Por falar em preto-e-branco” (José Geraldo Couto / Esportes – FSP, 14/12/2002).

Essa ausência de imagens e outros elementos que, nas reportagens, servem como “iscas” para atrair a atenção do leitor, reforça o que foi dito anteriormente sobre o perfil do leitor de artigos. No geral, a opção pela leitura não será resultado de uma atração causada por tais elementos, mas de uma relação já estabelecida com o autor e da importância conferida ao seu “nome”, ou seja, o seu *status* dentro de seu campo de atuação.

Cabe destacar, por fim, que os articulistas do jornal possuem sempre um local fixo ou, no mínimo, aproximado onde seus respectivos leitores os podem encontrar. Essa espécie de contrato estabelecido faz parte da criação e do desenvolvimento de um hábito de leitura, segundo Eliseo Veron (1991, p.168). Dessa forma, os leitores da FSP sabem que os artigos de Clóvis Rossi estão sempre na página A2, espaço dedicado à Opinião; enquanto os leitores de O GLOBO sabem que podem encontrar os artigos de Miriam Leitão na segunda página do Caderno de Economia, independentemente do número da página que isso represente na organização maior do jornal.

4.2.2 Organização textual

O texto do artigo opinativo tem uma característica bastante livre e varia de acordo com o estilo pessoal de cada autor. O leitor consegue identificá-lo a partir da observação dos critérios de “autoria construída” sugeridos por Foucault, tais como valores constantes, coerência conceitual ou teórica, unidade estilística e momento histórico definido (1992, p.52-54). A maioria dos artigos analisados, 23, utiliza artifícios que tornam o texto impessoal e afastam-no do leitor, tais como uso do verbo em terceira pessoa e de uma linguagem mais formal. Entretanto, mesmo aqueles que fogem desse padrão, acabam mantendo uma regularidade, que permite identificar sua autoria construída.

Portanto, pode-se dizer que o padrão gráfico e textual do artigo não varia de acordo com a temática tratada ou o lugar ocupado por ele no espaço do jornal, mas sim conforme o estilo pessoal de cada autor.

Algumas opções textuais ajudam a reforçar o que foi dito alhures sobre a decisão da leitura. É o caso dos títulos, que geralmente não são explicativos ou informativos, ou seja, somente através deles o leitor não pode deduzir sobre o que trata o texto. Essa característica faz com que o leitor dê um voto de confiança ao texto, ou melhor, ao seu autor, já que terá que lê-lo para conseguir entender o texto, não possui alternativa de compreensão prévia, como ocorre em um dos tipos de reportagem, por exemplo.

Em alguns casos essa característica é levada ao extremo, com a utilização de títulos tão abertos que poderiam encaixar-se em diversos assuntos. Um exemplo é o artigo “O risco é nosso”, de Miriam Leitão (GLB, 09/06/2002), no qual ela fala sobre a dívida pública brasileira, explicando o que isso significa e criticando o tratamento dado a ela pelos candidatos à presidência. Outro é o artigo “A negação da antiga lenda”, de Dora Kramer (OESP, 10/10/2002), no qual a autora comenta a nova formação do Congresso Nacional a partir da idéia popular de que “o novo congresso será sempre pior que o anterior”, tentando desmistificá-la. Ou ainda o artigo “É o faxineiro, gente!”, de Clóvis Rossi (FSP, 14/12/2002), no qual o autor comenta sobre o descontentamento do mercado financeiro com as escolhas do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para cargos do Banco Central.

Outra característica do texto desse gênero é a organização temporal voltada para o presente. Isso decorre claramente da atualidade, característica fundamental do artigo, e sua função de complementaridade das notícias. As recorrências ao passado ou os olhares sobre o futuro vêm como complementos, por isso nem sempre são utilizados. Essa característica demanda uma competência fundamental do leitor: que ele já esteja informado sobre o fato, que, poucas vezes, é rerepresentado. Mais de 60% dos artigos analisados (19, no total) assumem uma característica puramente opinativa. Entre os 12 artigos que carregam algum tipo de explicação sobre o fato, raros são aqueles que retomam toda a notícia, em geral, explicam apenas algum item que seja essencial para a compreensão do que o autor deseja transmitir.

É o que acontece, por exemplo, no artigo “Denílson apagado, Ronaldinho tolhido”, de José Geraldo Couto (FSP, 09/06/2002), no qual o autor comenta o jogo de futebol entre Brasil e China pela Copa do Mundo de 2002. Nele, deduz-se que o leitor já saiba da partida e de seu

resultado, que é mencionado apenas com a expressão “no jogo de ontem [...]”, posta no segundo dos cinco parágrafos. Apenas no penúltimo deles o autor mencionará o adversário: “De resto, a goleada sobre a China [...]”. Nesse caso, é preciso levar em consideração o posicionamento do artigo dentro do jornal, visto que ele está localizado na página 13 do caderno especial de cobertura da Copa 2002, que tem 16 páginas.

Outro exemplo pode ser visto no artigo “Quem pactua não reivindica”, de Dora Kramer (OESP, 08/11/2002), que trata da tentativa do recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar um foro de debate com representantes da sociedade civil organizada para o estabelecimento de um pacto social. A mobilização presidencial, que havia começado no dia anterior à publicação do artigo, com uma reunião em São Paulo, está noticiada nas páginas que antecedem o espaço do artigo de Kramer no jornal. Talvez por esse posicionamento ou pela importância e atualidade do fato, a autora não o retoma e apenas comenta-o. No quarto de 17 parágrafos escreve: “A tratativa global dos problemas nacionais pressupõe muito mais disposição para perdas que as contidas nas manifestações vistas até agora”. E, mais adiante, no sexto, menciona uma “outra mesa de conversa”, sem sequer ter apontado no seu texto qual foi a primeira.

Mais uma característica que pode ser percebida no texto do artigo, porém em menor escala, é a utilização do discurso direto como forma de reforço da argumentação do autor. Ele aparece em oito dos 31 artigos analisados, sendo que nos outros, as vozes de outras pessoas são também inseridas, porém através do discurso indireto e do indireto livre, pelo qual o autor apropria-se dessas falas. O DD é usado com o objetivo de reforço da idéia do autor e para conferir a ela mais veracidade, atraindo, portanto, para o texto opinativo algumas características do informativo.

Isso ocorre, por exemplo, no texto “La Villette cabocla”, de Márcio Moreira Alves (GLB, 14/12/2002), que fala sobre sua visita ao museu interativo desenvolvido pelo então governador do Paraná, Jaime Lerner, no município de Pinhais (região metropolitana de Curitiba). Depois de descrever todo o museu e relatar detalhes sobre sua visita ao local, o articulista fala do político que o organizou e abre espaço para que ele conte sobre seus projetos após o término do mandato no governo do estado, quando assume o cargo de presidente da União Internacional dos Arquitetos. Todo o último parágrafo, com 24 linhas, é dedicado à fala de Lerner: “– Vou promover um movimento mundial de acupuntura urbana, proposta que defendi quando me candidatei [...]”.

Tanto a narração/descrição da visita quanto a fala do personagem trazem para o artigo opinativo uma característica bastante informativa, o que soa como uma opção atípica para um espaço destinado à opinião de um autor e deve causar estranhamento ao seu leitor. Neste caso específico, pode-se interpretar tal opção como uma tentativa do autor de aproximar do leitor uma informação que não está contida no corpo do jornal. Não podemos, contudo, utilizar essa como uma opção válida para todas as utilizações de DD em artigos opinativos, pois muitas vezes sua intenção é justamente reforçar ou dar destaque para uma citação que foi apresentada em uma notícia no corpo do jornal ou em outro local ao qual se tenha conferido destaque pela sua atualidade.

Esse é o caso, por exemplo, do artigo “Dois lados”, de Miriam Leitão (GLB, 11/09/2002), no qual a autora analisa uma entrevista coletiva concedida pelo então candidato à Presidência da República, Ciro Gomes e, por diversas vezes, cita falas do próprio candidato para contra-argumentar.

Numa platéia que conquistou, ele é capaz de ser charmoso ao dizer ‘vim aqui para seduzir vocês e através de vocês seduzir os leitores’. No momento seguinte, passa, nas entrelinhas, a ofender a mesma platéia. Afirmando que já foi jornalista e sabe que é um trabalho fácil, ‘basta escrever o que quiser e, no dia seguinte, dizer erramos’.

Nesse caso, a entrevista mencionada ocupa duas páginas inteiras no corpo do jornal da mesma edição.

Outro exemplo é o artigo “É o faxineiro, gente”, de Clóvis Rossi (FSP, 14/12/2002), no qual o autor escreve sobre o descrédito do mercado com relação às nomeações do então recém-eleito presidente Luís Inácio Lula da Silva para cargos de confiança do Banco Central. O autor utiliza uma manchete de O Globo do dia anterior para demonstrar sua idéia de que é inútil a preocupação excessiva com a reação do mercado na tomada de decisões políticas. “Para que não digam que é coisa da **Folha** e seu suposto mau humor, vou a ‘O Globo’ e sua manchete de ontem: ‘Lula põe banqueiro do PSDB no BC e o mercado ainda desconfia.’” [grifo no original]. Nesses dois casos, o artigo retoma um assunto da atualidade, presente entre as notícias do jornal, utilizando-o como argumento para defender sua tese e como instrumento para aumentar a veracidade da informação.

4.2.3 Posicionamento do leitor

Pela sua organização textual, os artigos acabam estabelecendo, para o leitor, três posições distintas, com diferentes graus de ocorrência na amostra analisada. A primeira é a posição

que poderíamos chamar de “aprendiz”, na qual o leitor é aquele que precisa entender o fato noticiado e o autor assume, conseqüentemente, a postura daquele que explica, ensina. A segunda posição é a de “interlocutor”, que ocorre quando o autor propõe um diálogo com seu leitor, lançando perguntas, abrindo explicitamente lacunas que precisam ser por ele preenchidas. A terceira posição que podemos constatar é a de “confidente”, a mais rara das três, na qual o leitor é colocado como uma espécie de *voyeur* da vida do autor, observando sua intimidade pelas janelas que ele abre no seu texto.

Aqui, novamente, trabalhamos com posições preferenciais, mas não únicas, o que quer dizer que um mesmo texto pode trazer dois posicionamentos diferentes. Podemos explicar tal condição multifacetada se aplicarmos aos artigos as considerações feitas por Elizabeth Ellsworth (2001, p.20) sobre os filmes cinematográficos. Para a autora, um mesmo produto pode carregar diversos endereçamentos.

A posição de “aprendiz” é a mais comum e pode ser percebida em 23 dos 31 artigos analisados. Todos eles tentam manter uma distância do leitor e comentam apenas o fato. Como já dito anteriormente, ela trabalha sobre a idéia de que o leitor já possui um conhecimento prévio sobre o assunto, ou seja, de que ele já foi informado. Parte, assim, para uma segunda etapa, na qual ele deve entender o assunto para que possa formar uma opinião a respeito.

Essa postura professoral do autor pode ser percebida no artigo “Confiança zero”, de Clóvis Rossi (FSP, 08/11/2002), sobre uma pesquisa feita pelo Fórum Econômico Mundial que revela a falta de confiança da população nas instituições oficiais. No artigo, o autor explica ao leitor o que é o foro: “Para quem não lembra, o Fórum Econômico Mundial é uma ONG [...]” e descreve rapidamente como foi feita a pesquisa. A partir dessas informações, noticiadas no corpo do jornal em matéria de mais de meia página na editoria “Mundo”, o articulista mostra ao leitor como elas podem ser interpretadas e propõe uma transposição para o cenário político brasileiro.

De alguma forma, dá para dizer que o público está crescentemente tendendo a confiar em si próprio (se assim se pode traduzir o prestígio das ONGs) em vez de delegar confiança a seus representantes eleitos, como seria normal na democracia. Está aí um bom aviso para Luiz Inácio Lula da Silva e para o PT: a confiança se dá pelo voto, mas pode ser tirada facilmente depois se persistir a sensação de que o governo não é exercido em nome de tal povo.

Outro exemplo é o artigo “Dois lados”, de Miriam Leitão (GLB, 11/09/2002), no qual a autora analisa a entrevista coletiva concedida por Ciro Gomes, então candidato à Presidência da República. No texto, a autora explica para o seu leitor o contexto da entrevista e oferece pistas para que ele a interprete de maneira adequada. “Quem nunca viu Ciro Gomes num palco não sabe o que perde. Ele é divertido e revelador. Encanta e ofende. Acerta e se contradiz”. Para o leitor mais desinformado, a articulista retoma informações do livro lançado pelo candidato em 1996 e apresenta suas propostas para o governo brasileiro. Desarma os argumentos de Gomes e oferece ao leitor outra visão sobre suas afirmações.

Ciro diz que quer preparar o país para o parlamentarismo. Lembrei que, por duas vezes, no último século, chamado a opinar, o Brasil escolheu o presidencialismo e, nele, não cabem estes mecanismos que Ciro pretende introduzir para fazer o que chamou de ‘empowerment’ da sociedade.

Essa mesma intenção de oferecer uma espécie de “filtro” que permite ao leitor fazer a “leitura adequada” da notícia é também percebida no artigo “Quem pactua não reivindica”, de Dora Kramer (OESP, 08/11/2002). Nesse caso específico, o artigo encontra-se posicionado, estrategicamente, ao lado da notícia sobre cujo fato ele trata: a reunião do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva com representantes de diversos setores da sociedade civil para propor um “pacto nacional”. A autora faz análises e conjectura sobre as possibilidades de escolha até mesmo dos temas do debate.

É possível que o eleito tenha posto o projeto do combate à fome no centro da discussão do primeiro encontro exatamente para evitar a eclosão de desentendimentos antes da hora. Afinal, quando se fala em debater a fome há risco zero de alguém se manifestar contra.

Para finalizar, em uma nota, explica ao leitor sobre a polêmica possibilidade de alteração na data da posse presidencial que, segundo a autora, é uma opção prevista em lei pelo artigo 78 da Constituição Brasileira.

A segunda posição proposta ao leitor é a de “interlocutor”, que aparece em 10 dos 31 artigos analisados. A principal característica desses textos é a orientação, ao menos de parte deles, para o leitor, ou seja, a utilização da função conativa ou apelativa, que se manifesta, principalmente,

através do vocativo e do modo imperativo (cf. JAKOBSON, 1999, p.125). Pode ser percebida principalmente em forma de perguntas, lacunas que são abertas e devem ser preenchidas pelo leitor. Um elemento também presente nesse posicionamento é o verbo no modo imperativo, que é utilizado quando o articulista assume uma postura de conselheiro e dá recomendações sobre o que seu leitor precisa fazer. Outra estratégia aparece na estrutura de formatação, com a indicação do *e-mail* do autor e as menções que esse faz sobre correspondências recebidas (o que demonstra que ele lê as mensagens enviadas).

Um exemplo dessas lacunas é o artigo de Clóvis Rossi, “Outro 11, outra infâmia” (FSP, 11/09/2002), no qual o autor relaciona a data do ataque terrorista à data de deposição do presidente chileno Salvador Allende Gossens, em 1973. Lembra que os Estados Unidos sempre se sentiram no direito de intervir na política dos outros países que não estavam alinhados com sua proposta política. Com essa reflexão, Rossi deixa no ar, no último parágrafo, a seguinte pergunta: “Será o incômodo do exemplo que explica o silêncio sobre Allende neste 11 de setembro?”, a qual se pode responder que os ataques terroristas aos EUA não são gratuitos, mas uma resposta, um revide à postura assumida por esse país frente aos outros.

Um artigo ilustra bem o uso do verbo no modo imperativo e a postura de conselheiro que o articulista assume perante seu leitor. É o texto “Velhos problemas e novos nomes”, de José Geraldo Couto (FSP, 08/07/2002). Nele, após um texto principal sobre o retorno à “normalidade” do futebol brasileiro pós-copa mundial, o autor abre espaço para uma dica aos seus leitores, que tem como intertítulo, “Picaretagem”. O texto é o seguinte:

Na enxurrada de lançamentos na carona da Copa, há que separar o trigo do joio. Passe longe, por exemplo, do DVD vendido em bancas “O Melhor do Brasil nas Copas”. As imagens são poucas e precárias, o texto da narração é cheio de erros de informação e a edição dos lances é mentirosa.

A divulgação do *e-mail* do articulista parece ser uma prática bastante comum, especialmente no jornal O GLOBO, com nove ocorrências entre os 10 artigos analisados. O Estado de São Paulo apresenta o endereço eletrônico do autor em seis dos nove artigos e a Folha de São Paulo, apenas em três dos 12 textos. Essa estratégia de interlocução é chamada em causa em alguns artigos, que fazem referências a mensagens recebidas, como o de Miriam Leitão, “O risco é

nosso” (GLB, 09/06/2002). No texto, ela explica o que é e como funciona a dívida pública e afirma que a dívida

[...] está com todos. Está com a classe média. Com as empresas. Está com um cidadão de 79 anos e com sua irmã de 76 anos, que me mandaram um e-mail, aflitos, perguntando como proteger as economias das quais dependem para comprar remédios e viver.

Nesse exemplo, além de mostrar que lê os *e-mails* recebidos, a autora posiciona-se como “conselheira” ou “consultora” do seu leitorado, abrindo, assim, a possibilidade para que outros leitores também façam esse tipo de “consulta”.

A última das posições propostas ao leitor é a de “confidente”, na qual se demarca uma clara tentativa do autor de permitir uma aproximação do leitor sobre alguns elementos da sua vida privada. Ela fica bem caracterizada pela utilização do verbo em primeira pessoa e pela centralização da orientação do texto sobre o emissor (função emotiva). Através dessas estratégias o leitor é convidado a observar a vida do autor, conhecendo detalhes, preferências e até merecendo explicações sobre ausências e mudanças de local. A posição do leitor é parecida com a de um *voyeur* e a relação não é de igualdade, já que é o autor que abre as “janelas” e escolhe o que pode, ou não, ser observado pelo leitor. Podemos encontrar esse posicionamento em oito dos 31 artigos analisados.

Três exemplos são bastante representativos desse posicionamento. O primeiro é encontrado no artigo “A aura arranhada”, de Clóvis Rossi (FSP, 09/06/2002), no qual o autor trata das críticas feitas ao então presidente do Banco Central, Arminio Fraga. Uma das características desse espaço destinado ao articulista é a inserção, antes do texto, do local de onde ele está sendo escrito (geralmente São Paulo). Nessa data, porém, antes do texto lia-se “Nova York”. Para não deixar seu leitor sem uma justificativa para tal mudança, o autor acrescenta uma explicação após o texto: “P.S. – A viagem a Nova York se deve a convite do Council on Foreign Relations para participar de seminário sobre o pós-11 de setembro.”

O segundo exemplo está no artigo “A pergunta”, de Janio de Freitas (FSP, 11/09/2002), no qual o autor relata ao seu leitor o momento em que recebeu a notícia sobre os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e relaciona-os a um acidente que havia sofrido. Para tanto, ele opta por utilizar o diálogo entre ele e Emir Sader, que liga para sua casa com a intenção de avisá-lo.

– Está vendo TV? Um avião bateu numa das torres gêmeas e a CNN está mostrando, uma coisa incrível. – Que avião? Pequeno? – Não sabem direito, mas parece que dos grandes. – Se foi dos grandes pode até ser proposital, pela pouca altitude e porque têm radar. Fiquei devendo a Emir Sader o telefonema providencial. Em tempo exato para ligar a TV, sentar e logo ver o segundo avião entrando na tela. E de repente me sentir invadido pelo mesmo relâmpago de pasmo, horror e suspense experimentado nas frações de segundo anteriores a um acidente a que sobrevivi por sorte e teimosia.

Intencional ou não, a postura do autor faz dois convites ao leitor, o primeiro para sentar-se junto com ele, na sala de sua casa, e rever as cenas do atentado que chocaram o mundo todo. O segundo é de também buscar na sua memória, um ano depois, as recordações de como e onde ele, leitor, presenciou tal fato.

Outro exemplo é o artigo de Arthur Dapieve, “Fome de Bola” (GLB, 08/11/2002), no qual o autor conta aos seus leitores sobre suas esperanças no novo presidente eleito e sua desesperança na recuperação de seu time de futebol, o Botafogo, do Rio de Janeiro. Além da primeira pessoa, ele utiliza uma linguagem bastante coloquial, o que também cria uma proximidade com a linguagem do leitor: “Votei no PT quase de cabo a rabo na urna eletrônica. Não sou, porém, um petista” e, mais à frente, “Como eu disse, não sou um homem religioso. Não acredito em milagres. E acho que o meu Botafogo não estará na Primeira Divisão do futebol brasileiro no ano que vem”. Para concluir, o autor afirma:

[...] tiro uma licença médica do Botafogo. Sou hipertenso. Não vou mais deixar de sair com a família para me aporrinhar com Lúcius, Rodrigues, Dudus, Rubens Juniores, esses inapetentes da bola. Ano que vem, depois da faxina na Segundona, volto a torcer.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.3.1 Estratégias construídas

As estratégias de construção da recepção dos gêneros reportagem e artigos opinativos dos jornais FSP, OESP e O Globo funcionam como programas de efeitos, nos quais podemos detectar uma intenção e alguns recursos utilizados para atingi-la. A partir delas, o leitor é convidado a estabelecer uma relação com o texto e a assumir uma determinada posição. Embora elas tenham

sido apresentadas e exemplificadas em todo o presente capítulo, vamos retomá-las de modo mais pontual para esclarecer suas características e analisar a utilização dos operadores propostos para sua detecção.

Entre os textos do gênero reportagem foram três as estratégias enfatizadas: a dramatização da notícia, a humanização do relato e a didatização da informação. A dramatização da notícia procura despertar no leitor a identificação e a compaixão pelos personagens apresentados no relato. Isso é feito através de recursos como títulos e fotos que produzem a comoção, além da inserção de outras vozes através de discurso direto. A humanização do relato é uma estratégia que confere uma visão particularizada sobre o fato, pela ótica de um dos seus personagens. Os recursos utilizados para tanto são as fotografias e títulos não informativos, a inserção de falas em discurso direto e a inclinação à função emotiva. Outra estratégia também utilizada nas reportagens é a didatização da informação, que busca facilitar e dinamizar a leitura e ocorre, principalmente, através de infográficos e de elementos em destaque, como olhos, linha de apoio e fotos-legenda.

Entre os artigos opinativos, duas principais estratégias foram encontradas, a utilização de uma composição gráfica padrão e uma organização textual opinativa. Nos dois casos a intenção é deixar transparecer, claramente, ao leitor a natureza opinativa dos textos, estabelecendo um hábito de leitura. Na composição gráfica, destaca-se a utilização do nome do articulista como elemento chave, o que leva a crer que a relação se estabelece, justamente, pelo hábito de leitura e as informações contextuais em torno da figura do autor. A organização textual é uma estratégia um pouco mais difusa, já que o artigo opinativo não segue uma padronização. Entretanto, alguns recursos podem ser apontados, pela repetição com que

aparecem na amostra analisada, como elementos da autoria construída, títulos não informativos e marco temporal situado no presente.

Avançando um pouco nesses resultados, podemos identificar diferentes posições que o texto estabelece para o seu leitor e que demandam diferentes percursos de leitura. Entre as reportagens, apontamos a leitura de atenção parcial e a leitura integral. A leitura de atenção parcial é aquela que permite ao leitor reconhecer e apreender as informações apenas pelo contato com os elementos em destaque – infográficos, olhos, linhas de apoio, fotos-legenda. Esses textos não exigem a leitura integral da matéria para sua compreensão e, constroem para si um leitor apressado e não especialista, que precisa de artifícios que facilitem sua compreensão. Já a leitura integral, exige que o leitor vá ao texto para compreender qual é o fato noticiado, visto que os elementos em destaque não fornecem tais pistas. Neste caso, o material está, geralmente, vinculado a coberturas ou espaços especiais, o que permite supor que o leitor já possua um conhecimento do fato e esteja à procura de um maior aprofundamento sobre ele.

No artigo opinativo detectamos três diferentes posições que são conferidas ao leitor – aprendiz, interlocutor e confidente – a partir de elementos textuais inseridos pelo autor no texto. Quando posicionado como aprendiz, o leitor é convidado a estabelecer com o texto uma relação de ensinamento. O autor, nesse caso, torna-se o “mestre”, aquele que vai auxiliar na compreensão e na melhor leitura do fato noticiado. A posição de interlocutor estabelece uma relação diferente, porque abre espaço para um certo diálogo entre texto e leitor. Neste caso, o autor faz intervenções diretas – através do uso da função conativa – que precisam ser respondidas pelo leitor. A mais rara das três posições é a de confidente, na qual o autor abre espaços no texto que deixam com que ele, leitor, observe a sua vida

particular, criando uma sensação de intimidade. Essa é apenas uma sensação aparente, pois é o autor quem determina o que observar.

4.3.2 Utilização dos operadores

No capítulo anterior foram apresentados alguns operadores que deveriam nortear nossa análise empírica. Os procedimentos para obtenção de tais categorias, entretanto, foram mais dedutivos que indutivos, o que resultou em ganhos e perdas à nossa pesquisa. Alguns deles foram de extrema importância em nossa análise, enquanto outros não apresentaram resultados tão produtivos. Faremos agora uma pequena retomada desses operadores, sinalizando sua aplicação ou não.

O operador de pessoa forneceu importantes elementos para a definição das estratégias de dramatização da notícia, de humanização do relato e de organização textual opinativa. Os operadores de tempo e espaço também apresentaram-se como fundamentais por fornecerem as noções de percepção com relação ao contexto que cerca o leitor e, a partir daí, permitir que possamos fazer algumas inferências sobre ele. Os operadores de orientação, especialmente as funções referencial, emotiva e conativa, demonstraram ser importantes para a análise das formas como o leitor é interpelado pelo texto. O operador de autoria e estilo, embora não tenha encontrado grande eco na análise das reportagens, serviu como instrumento fundamental na observação dos artigos opinativos, que estabelecem sua relação com o leitor fortemente baseados no nome do autor. O operador de composição gráfica serviu para demarcar um certo hábito de leitura estabelecido pelos jornais através da padronização gráfica dos diferentes gêneros.

Apesar dessa sistematização, consideramos que nossos operadores são suficientes apenas para podermos traçar um quadro das posições de leitura oferecidas ao leitor dos jornais e não nos permitem maiores inferências quanto ao seu perfil. Com isso, não descartamos sua aplicabilidade e utilidade, pois nos permitiram a identificação das estratégias textuais e visuais que são utilizadas no processo de captura da atenção do leitor, nosso principal objetivo.

5. CONCLUSÃO

Iniciamos o presente trabalho afirmando que nossa intenção era analisar o modo como os textos jornalísticos dos gêneros reportagem e artigo opinativo construíam as estratégias para criar uma interação com seu leitor. Após o percurso apresentado, consideramos que tal objetivo foi cumprido, através da identificação das estratégias de construção da recepção, que retomamos agora de modo sucinto.

Entre as estratégias encontradas nos textos do gênero reportagem, chama bastante atenção a “dramatização da notícia”, que faz parte da maioria dos textos analisados, tendo um enfoque especial na editoria de polícia. Seu principal objetivo é causar no leitor uma certa comoção, que o aproxima dos personagens apresentados no relato. Os recursos utilizados para tanto são títulos com forte carga dramática, fotos de caráter ilustrativo, infográficos que retomam as cenas dos crimes e a utilização do discurso direto, principalmente para inserir nos textos os personagens vítima e autoridade.

Outra estratégia também muito encontrada, que pode ser explicada por ser uma das principais características da reportagem, é a “humanização do relato”. Essa estratégia oferece uma novo olhar sobre matérias, geralmente apresentadas em forma de notícia no corpo do jornal, sendo seu objetivo, portanto, um aprofundamento sobre a informação através da ótica de um ou vários personagens que vivenciaram o fato. Entre os recursos utilizados para sua construção estão a inserção de discurso direto e indireto e a orientação emotiva dos textos. Outros recursos também utilizados são os títulos e as fotografias não informativas, que permitem uma visão mais poética ou uma leitura menos objetiva, porém, que exigem um repertório específico sobre o tema para sua compreensão.

A “didatização da informação” é a terceira estratégia utilizada fortemente nos textos do gênero reportagem. Entre seus objetivos principais podemos destacar o fornecimento de uma informação rápida e facilitada ao leitor, bem como a prestação de serviço. Os recursos para a

realização dessa estratégia são os infográficos e a concentração das informações essenciais para a compreensão da notícia nos elementos de destaque.

A recepção construída a partir de tais estratégias pode ser analisada pelas possibilidades de leitura que oferecem. Como demonstrado na análise apresentada no capítulo anterior, a maioria dos textos oferece ao leitor a possibilidade de uma leitura de atenção parcial, que permite a compreensão do fato noticiado somente a partir dos elementos em destaque. Essa leitura permite algumas inferências sobre quem é esse leitor que, embora se interesse pela informação a ponto de parar por alguns minutos para ler o título, as legendas das fotos e os infográficos, não prossegue com uma leitura mais demorada. É possível afirmar que esse é um leitor que precisa manter-se informado, que tem interesse por assuntos como polícia, política, economia e saúde, que está acostumado à linguagem fragmentada dos meios de comunicação eletrônicos, sustentada basicamente pelos elementos visuais, e não se sente atraído por textos que exigem uma leitura contínua, como o de uma reportagem. Entretanto, somente os elementos encontrados não são suficientes para que possamos fazer conjecturas a respeito de características sócio-demográficas desse leitor.

O leitor que realiza uma leitura integral pode também se adequar ao mesmo perfil anterior, num primeiro momento, contudo, fez a passagem para um segundo momento, se considerarmos a leitura como um processo. Não é possível prever que tipo de motivação faz com que o leitor de atenção parcial passe a uma leitura integral, conclusão que somente pode ser avaliada com uma pesquisa empírica de recepção. Podemos, entretanto, supor que ao procurar uma reportagem que oferece apenas a leitura integral, o leitor já está suficientemente informado sobre o fato para identificar, a partir de títulos e imagens nem sempre informativos, qual o tema tratado. Outra característica que podemos inferir é o hábito de leitura contínua, mais detida e aprofundada, em produtos com linguagem menos fragmentada, como obras literárias, documentários e certos filmes cinematográficos, bem como o interesse por temáticas como história e narrativas humanizadas.

Entre os artigos opinativos foram duas as principais estratégias percebidas. A primeira diz respeito à “composição gráfica” e tem como objetivo a manutenção de um padrão visual que permita ao leitor identificar rapidamente qual o tipo e, principalmente, o autor do texto. Para tanto, são utilizados recursos como destaque no nome do autor, através de tipos maiores e em cores diferenciadas do corpo do texto, inclusive mais destacados que o título do artigo. Ainda dentro dessa estratégia, o recurso de estabelecimento de uma localização fixa para o articulista dentro da

organização do jornal como um todo também é bastante utilizado. Tal estratégia funciona especialmente na manutenção de um hábito de leitura e, por isso, estabelece padrões tanto na relação da matéria com o contexto, quanto na relação dos elementos que a compõem.

A segunda estratégia percebida nos artigos analisados diz respeito a uma “organização textual própria dos textos opinativos”. Embora, pela característica mais livre do texto, não possamos reduzi-la a um único objetivo, entende-se que ela pretenda desenvolver um certo estilo padronizado também em linhas gerais para os textos, que acompanhe o padrão gráfico mencionado há pouco e permita uma identificação rápida do seu caráter opinativo. Os recursos utilizados por essa estratégia são, principalmente, relacionados à autoria construída, o que permite ao leitor identificar determinado autor pelos valores constantes, pela coerência conceitual e teórica, pelo estilo e o período histórico em que escreve (cf. FOUCAULT, 1992, p. 52-54). Além deles, pode-se também perceber, em menor escala, recursos como títulos não informativos, organização temporal voltada para o presente e utilização do discurso direto para reforço da veracidade das informações.

Essas estratégias permitem antever uma recepção prevista pelos textos que posicionam o leitor de três modos diferenciados. A primeira das posições é a de aprendiz, na qual o autor se coloca como mestre, que possui um saber a mais ou uma maneira adequada para interpretar corretamente as informações contidas no restante do jornal. A segunda posição mais encontrada nos textos é a de interlocutor, através da qual o texto deixa brechas, lacunas que precisam ser preenchidas pelo leitor. Por fim, a posição de confidente é a que coloca o autor de uma forma mais aproximada, em uma relação mais pessoal com o leitor, porque utiliza instrumentos que permitem olhar para algumas partes da sua vida privada, através de janelas abertas no texto.

É importante ressaltar que o estabelecimento de tais posições é também uma estratégia utilizada na criação do vínculo entre texto e leitor. A relação estabelecida, entretanto, tem um peso diferente daquela estabelecida pelo texto da reportagem. Isso porque a reportagem possui um valor informativo, que o texto opinativo não tem. Presume-se que um leitor lê os textos de determinado articulista fixo mais influenciado pelas informações prévias que possui a respeito do articulista – que podem ser tanto textuais (hábito de leitura do jornal, currículo apresentado) quanto extra-textuais – que pela temática do texto.

Nesse caso, portanto, as posições estabelecidas seguem certas regras e estabelecem um pacto que faz parte das características da autoria construída e que já são previamente conhecidas

e aceitas pelo leitor. O que o leva a aceitar tais posições é uma pergunta que talvez poderá ser respondida apenas posteriormente, com uma pesquisa empírica de recepção. O perfil desse leitor também não pode ser assegurado facilmente, mas ele deve ter um conhecimento prévio das informações referentes ao fato comentado pelo autor e um hábito de leitura de textos do gênero opinativo, geralmente vinculado ao nome de um determinado articulista.

Neste momento, fazem-se necessárias ainda algumas observações quanto ao nosso instrumental. Em primeiro lugar quanto à perspectiva genérica, que fornece pistas interessantes para uma visão de como ocorre a interação texto-leitor, mas também apresenta algumas limitações. Van Dijk (1990) afirma que os gêneros são necessários para facilitar a assimilação do conteúdo, porque trabalham com um reduzido número de modificações na informação, mantendo uma base comum que permite ao leitor saber quando determinado material é uma carta pessoal, um livro literário ou um texto publicitário, por exemplo. Essa base comum é composta de conhecimentos sócio-culturais que fazem parte do repertório de cada receptor, visto que os gêneros são construções ligadas intimamente com a sociedade na qual estão inseridos (cf. CHANDLER, 1997; GOMES, 2002; PARRAT, 2003). Dessa forma, observar os gêneros permite-nos cruzar informações de duas fontes que, muitas vezes, são tratadas de modo isolado – o texto e seu leitor – para, a partir delas, entender sua interação.

Ao observar, por exemplo, uma matéria jornalística de página inteira com o título “Tiros no trânsito. E adeus Tainá, 5 anos”, ilustrada com a foto de uma sorridente menina, o leitor consegue identificar – pelas informações, visuais, textuais e contextuais – que se trata de uma reportagem (ainda que nem sempre consiga nominá-la assim) da editoria de polícia. E, pelo tratamento conferido à notícia no título e na foto, percebe que o texto fará um apelo ao seus sentimentos, tentando

levá-lo à comoção. O conhecimento genérico faz com que o leitor saiba o que esperar do texto.

Essas informações podem ser obtidas pela análise do material impresso e, a partir delas, podemos fazer algumas apostas sobre características desse leitor. Jauss considera que uma das formas mais interessantes para se compreender uma obra literária, quando não se tem informações sobre o autor ou as suas fontes, é buscar o “pano de fundo daquelas obras que ele [o autor], explícita ou implicitamente, pressupunha serem do conhecimento do público seu contemporâneo” (1994, p.36).

No caso do exemplo citado, podemos considerar alguém que tem o hábito de leitura de jornal impresso, já está informado sobre o fato de forma mais objetiva e, provavelmente, tem também o conhecimento de produtos, ficcionais ou não, que tentam capturar sua atenção pelos mesmos apelos. No Brasil, podemos citar como forte exemplo as telenovelas, mas também outros produtos que misturam jornalismo e ficção, pela dramatização de crimes não resolvidos, como o programa telejornalístico *Linha Direta*, transmitido pela Rede Globo de Televisão.

Tais observações, contudo, não nos informam se e por que o leitor decidirá ler a reportagem, mas nos dão apenas uma rápida idéia de seu comportamento, formação como receptor mediático e sensibilidade estética. Temos claro que muitas das questões envolvendo gêneros jornalísticos só poderão ser respondidas com uma análise empírica de recepção, mas acreditamos ter levantado algumas pistas na busca de respostas, ainda que parciais ou temporárias. É preciso deixar claro também que nossa preocupação, neste momento, não está voltada para o leitor empírico, mas para o conjunto de saberes necessários para a compreensão do texto tal como proposto pela instância da produção.

Consideramos que a observação das estratégias de construção da recepção a partir de uma perspectiva genérica é possível e resulta num diálogo interessante para pensarmos sobre como os gêneros estabelecem restrições e liberdades e exercem uma função coercitiva sobre a recepção. Isso ocorre, justamente, porque, ao traçar um receptor imaginário, supõe-se que ele detenha certos conhecimentos ou competências que, entre outras, são também genéricas (cf. CHANDLER, 2003).

Ao analisar um produto mediático como um todo buscando nele os traços de seu receptor ideal, devem ser levados em consideração aqueles elementos visíveis, que encontram certa recorrência e permanecem estáveis em edições sucessivas. Da mesma forma, podemos supor que, ao analisar as características recorrentes de um gênero jornalístico, podemos encontrar, através delas, as marcas da recepção inseridas durante a produção. Tal posição é confirmada pela recorrência das mesmas características em diferentes suportes, no nosso caso, os três jornais analisados. As nossas descobertas, ainda que iniciais, confirmam essa posição e permitem-nos falar em estratégias de construção da recepção por gêneros.

Sobre os operadores utilizados como instrumentos de análise são necessárias algumas observações. O operador de pessoa, que delimita as vozes de outros nos textos, apresentou grande caráter aplicativo, tendo sido utilizado como recurso nas estratégias de dramatização da notícia, de humanização do relato e de organização textual opinativa. Consideramos que a opção por permitir a introdução de outras pessoas no texto é um recurso essencial na captura do leitor por dois motivos: primeiro, produz uma identificação do leitor com o personagem; e segundo, confere uma autenticidade ou veracidade ao texto, não importando se esse for opinativo ou informativo.

Quanto ao operador de tempo, percebemos que ele está presente na maioria dos textos analisados, porém não desenvolve uma função específica enquanto estratégia de captura do receptor. Na reportagem, os marcos temporais e os deslocamentos são constantes, devido à própria

característica narrativa do texto. Já nos artigos opinativos, a marca do tempo presente prevalece também pela própria característica do gênero, de analisar um fato da atualidade. Muitas vezes, entretanto, o texto nem mesmo menciona os marcos temporais porque eles se encontram em informações contextuais, ou seja, em outros textos que fazem parte do jornal como um todo e têm características informativas, que favorecem sua menção.

Apesar de não serem pontuados claramente em nenhuma das estratégias de captura do receptor, os operadores de espaço desempenham um importante papel na identificação de características do leitor previsto pelos três jornais. Não apenas características geográficas, como o pertencimento a determinada cidade ou região, mas ao pertencimento a determinado grupo social, que possui características e valores próprios e vê com estranhamento a fuga de tal ordenação. Isso fica melhor demarcado pelo cruzamento desse operador com o operador de pessoa, pelo qual são inseridas vozes de outros no texto. O tratamento conferido a tais personagens, como demonstrado nas análises, é uma das principais pistas para perceber quem é o leitor que se imagina, a partir do confronto da posição indicada para ele com as posições que se determina para os personagens apresentados, especialmente nos textos de reportagem. Tais observações feitas ao longo da análise de forma mais dispersa, contudo, não são suficientes para podermos traçar um perfil sócio-demográfico do leitor desses jornais e, como já dito, não é esse nosso objetivo.

As diferentes orientações que um texto assume são fundamentais para a compreensão de como esse mesmo texto procura influenciar na sua leitura e criar uma relação com o leitor. Assim, consideramos que os operadores de orientação tiveram grande importância, especialmente na análise dos artigos opinativos, nos quais encontramos muitas ocorrências da função emotiva e algumas da função conativa. Nas reportagens, o predomínio da função referencial, o que já era esperado, pela natureza informativa do texto, e a utilização da função emotiva em alguns momentos também corresponde a características mencionadas quando da descrição do gênero. Nenhuma ocorrência das funções fática, poética e metalingüística foi encontrada na amostra. Apesar disso, não podemos descartar tais possibilidades, que, se encontradas, podem demarcar orientações diferenciadas e oferecer novas pistas na observação de uma amostra mais ampliada.

A importância do operador de autoria e estilo pode ficar claramente visível na análise dos artigos opinativos, que possuem forte ligação com a autoria construída, prevista por Foucault. Não tem o mesmo valor metodológico, porém, na análise das reportagens, o que pode ser decorrência de

dois fatores. O primeiro é a redução da amostra analisada, com poucos textos realizados pelo mesmo autor, o que permitiria uma comparação e verificação das características de autoria construída. O segundo, já mencionado entre as características do gênero e na discussão metodológica sobre esse operador, é a predominância do trabalho em equipe e a passagem pelo copidesque, que uniformiza o texto informativo ao padrão do jornal. Os textos opinativos, como são assinados, não sofrem essa alteração.

Tanto nas reportagens quanto nos artigos opinativos, a composição gráfica como um todo ou algum dos seus elementos em particular influenciou na composição das estratégias de construção da recepção. A observação de tais elementos, todavia, não seguiu a proposta apresentada anteriormente, mas deteve-se mais naqueles elementos significativos, que foram percebidos como importantes na captura da atenção do receptor. As pistas levantadas poderão dar-nos subsídio para uma pesquisa mais detalhada com leitores de jornais impressos, o que nos trará a possibilidade de identificar se nossa proposta metodológica pode ser aplicada na prática.

A produtividade da proposta teórico-metodológica apresentada, a partir de tais observações, pode ser considerada boa. Mesmo que nem todos os operadores propostos tenham resultado efetivamente em uma aplicação prática, percebe-se que a maioria foi importante para a análise, ainda que alguns apenas parcialmente. Há que se levar em consideração também a reduzida amostra, que limita consideravelmente o trabalho. Apesar de tais dificuldades, os resultados alcançados foram significativos, porém não definitivos. Na verdade, obtivemos apenas pistas iniciais que deverão ser testadas empiricamente em uma pesquisa de recepção para que possam ser, posteriormente, validadas ou reavaliadas e, então, confirmadas como “estratégias de construção da recepção”.

No início do trabalho, lançamos a pergunta: “como os jornais procuram atrair o seu leitor para a leitura do texto jornalístico?”. Ao final, podemos considerar que essa questão pode ser respondida pelas nossas descobertas e que as pistas levantadas trouxeram contribuições interessantes para uma área acadêmica pouco explorada, mesmo que muitas questões ainda tenham ficado em aberto e outras novas tenham sido lançadas durante o percurso.

Os resultados obtidos demonstram algumas de nossas hipóteses iniciais, como a de que os gêneros jornalísticos estabelecem com seus leitores uma espécie de “contrato” que pode ser percebido por características textuais e visuais. São, justamente, essas diferentes estratégias que permitem ao leitor identificar um texto opinativo e diferenciá-lo de um informativo. Assim, a relação que se estabelece pela leitura é pautada, mas não limitada, por essas regras, aceitas e assumidas pelas duas partes – o autor e o leitor – e percebidas no texto.

Nesse ponto encontra-se outro mérito do trabalho que, embora não constando dos objetivos iniciais, faz parte dos resultados obtidos – a aproximação entre as perspectivas de Análise Textual e Estudos Culturais. É justamente na intersecção entre texto e leitor que as duas se aproximam. Enquanto a análise textual volta-se quase que exclusivamente para o texto, sem levar em conta aspectos extra-textuais que possam auxiliar na sua compreensão, os Estudos Culturais têm se preocupado com uma investigação empírica da recepção, também sem perceber que essa sofre influência de elementos percebidos no texto e determinados na produção.

Ao observar a presença do leitor no texto, propomos uma percepção diferenciada do processo de recepção dos *media*, que não se restringe ao pólo do receptor. Quando se faz a opção, como muito tem sido feito nos estudos de recepção desenvolvidos no Brasil, por analisar a recepção apenas do ponto de vista do receptor empírico, o pesquisador corre o risco de restringir o seu trabalho ao sujeito pesquisado, ignorando o papel da produção e da mensagem na elaboração do sentido construído.

Da mesma forma, quando o olhar do pesquisador volta-se exclusivamente para o texto não é possível observar circunstâncias contextuais que, muitas vezes,

são essenciais para a compreensão. O conhecimento genérico é uma dessas circunstâncias, pois ele é demarcado por experiências prévias que são sociais e variam com o tempo e o espaço. A partir das ocorrências de determinado gênero em uma dada sociedade – suas características, espaço de utilização, posições de leitura que estabelece, sensibilidade estética exigida – podemos fazer inferências sobre o seu possível leitor.

Sabemos que essa não é, em si, uma pesquisa de recepção, pois não se volta para o receptor empírico. Mas entendemos que uma avaliação do processo de produção e da própria mensagem oferece importantes contribuições para uma posterior análise da recepção, oferecendo ao pesquisador algumas garantias teóricas que permitirão uma verificação empírica melhor direcionada. Isso porque, seguindo a idéia que norteou toda a presente pesquisa, julgamos que a produção e o produto contêm em si elementos que procuram moldar a recepção, lacunas a serem preenchidas, caminhos a serem percorridos e que esses estabelecem uma espécie de relação com o receptor, ainda que essa relação seja de negação ou negociação e não de simples aceitação. Uma pesquisa dessa natureza, portanto, ainda que não possa ser considerada de recepção, está voltada para a audiência, por centrar no receptor o foco de sua preocupação.

Por todas essas observações, consideramos os resultados obtidos satisfatórios, especialmente diante das limitadas referências existentes para a área pesquisada e das restrições de tempo que são próprias de uma pesquisa de mestrado, o que, quase invariavelmente, faz com que o pesquisador da comunicação detenha-se muito na busca de referencial teórico e pouco sobre a análise proposta. Apesar desses percalços, julgamos ter atingido os objetivos propostos pelo trabalho, mas temos consciência de que algumas questões apenas

serão resolvidas com a continuidade do estudo sobre o tema, com uma verificação junto a receptores empíricos. Esperamos que esse seja apenas o primeiro passo de uma caminhada mais ampla na busca de respostas às inquietações que envolvem a complexa questão da leitura do jornal impresso e que ele possa também iluminar a caminhada de outros que também estão à procura de respostas.

6. APÊNDICES

TABELA 01: 09 de junho de 2002

Data: 09 de junho de 2002	FSP*	OESP**	O Globo***	TOTAL POR GÊNEF
JORNALISMO INFORMATIVO				
Nota	85	58	40	183
Notícia	60	112	99	271
Reportagem	08	06	03	17
Entrevista	11	06	06	23
JORNALISMO OPINATIVO				
Editorial	02	04	02	08
Comentário	04	02	03	09
Artigo	14	09	05	28
Resenha	05	07	--	12
Coluna	03	05	18	26
Crônica	04	01	02	07
Caricatura	30	04	05	39
Carta	15	24	41	80
TOTAL POR JORNAL	241	238	224	703

* FSP: Caderno principal + sete cadernos: Folha Dinheiro, Folha Mundo, Folha Cotidiano, Copa 2002, Mais!, TV Folha e Classificados.

** OESP: Caderno principal + nove cadernos: Esportes/Copa, Cidades, Negócios & Economia, Caderno Dois, Telejornal, Classificados - Imóveis, Classificados - Autos, Classificados - Negócios & Oportunidades e Classificados - Empregos.

*** O Globo: Caderno principal + oito cadernos: Esportes, Economia, Jornal da Família, Morar bem, Boa Chance, Segundo Caderno, Revista da TV e Globinho

TABELA 02: 08 de julho de 2002

Data: 08 de julho de 2002	FSP*	OESP**	O Globo***	TOTAL POR GÊNERO
JORNALISMO INFORMATIVO				
Nota	113	78	28	219
Notícia	76	81	68	225
Reportagem	01	02	--	03
Entrevista	01	--	04	05
JORNALISMO OPINATIVO				
Editorial	03	03	02	08
Comentário	02	02	03	07
Artigo	06	04	05	15
Resenha	03	01	01	05
Coluna	04	03	09	16
Crônica	04	02	03	09
Caricatura	18	04	05	27
Carta	17	18	26	61
TOTAL POR JORNAL	248	198	154	599

* FSP: Caderno principal + sete cadernos: Folha Dinheiro, Folha Cotidiano, Folha Esporte, Folha Ilustrada, Folha Turismo, Folha Turismo 2, Folha Teen.

** OESP: Caderno principal + quatro cadernos: Cidades / Esportes, Economia, Caderno Dois e Informática.

*** O Globo: Caderno principal = quatro cadernos: Economia, Esportes, Informática etc. e Segundo Caderno.

TABELA 03: 13 de agosto de 2002

Data: 13 de agosto de 2002	FSP*	OESP**	O Globo***	TOTAL POR GÊNERO
JORNALISMO INFORMATIVO				
Nota	95	77	25	197
Notícia	82	108	86	276
Reportagem	00	02	02	04
Entrevista	01	01	04	06
JORNALISMO OPINATIVO				
Editorial	03	04	05	12
Comentário	02	03	03	08
Artigo	07	02	02	11
Resenha	03	02	03	08
Coluna	02	03	08	13
Crônica	03	02	02	07
Caricatura	14	05	03	22
Carta	06	17	18	41
TOTAL POR JORNAL	218	226	161	605

* FSP: Caderno principal + três cadernos: Folha dinheiro, Folha Cotidiano e Folha Ilustrada.

** OESP: Caderno Principal + cinco cadernos: Cidades, Caderno Dois, Viagem, Economia e Painel de Negócios.

*** O Globo: Caderno Principal + três cadernos: Economia, Segundo Caderno e Megazine.

TABELA 04: 11 de setembro de 2002

Data: 11 de setembro de 2002	FSP*	OESP**	O Globo***	TOTAL POR GÊNERO
JORNALISMO INFORMATIVO				
Nota	121	101	17	239
Notícia	91	148	91	330
Reportagem	01	04	01	06
Entrevista	02	--	01	03
JORNALISMO OPINATIVO				
Editorial	02	04	06	12
Comentário	01	01	--	02
Artigo	15	04	04	23
Resenha	01	01	03	05
Coluna	03	04	11	18
Crônica	02	02	01	05
Caricatura	20	03	02	25
Carta	06	20	28	54
TOTAL POR JORNAL	265	292	165	722

* FSP: Caderno principal + seis cadernos: Folha Cotidiano, Folha Dinheiro, Folha Ilustrada, Folha informática, Folha Eleições 2002 e Folha Classificados.

** OESP: Caderno Principal + cinco cadernos: Cidade, Economia, Caderno Dois, Suplemento Agrícola e Seleção de Artigos do *The New York Times* (sobre 11 de Setembro).

*** O Globo: Caderno Principal + três cadernos: Economia, Segundo Caderno e Carro etc.

TABELA 05: 10 de outubro de 2002

Data: 10 de outubro de 2002	FSP*	OESP**	O Globo***	TOTAL POR GÊNEF
JORNALISMO INFORMATIVO				
Nota	105	58	19	182
Notícia	90	100	92	282
Reportagem	01	--	01	02
Entrevista	05	--	01	06
JORNALISMO OPINATIVO				
Editorial	03	04	04	11
Comentário	05	02	02	09
Artigo	10	05	03	18
Resenha	03	02	01	06
Coluna	02	05	10	17
Crônica	06	01	02	09
Caricatura	11	06	04	21
Carta	14	23	21	58
TOTAL POR JORNAL	255	206	160	621

* FSP: Caderno principal + seis cadernos: Folha Dinheiro, Folha Cotidiano, Folha Ilustrada, Folha Equilíbrio, Folha Eleições 2002 e Fovest.

** OESP: Caderno Principal + seis cadernos: Economia, Esportes, Cidades, Caderno Dois, Eleições 2002 e Classificados.

*** O Globo: Caderno Principal + três cadernos: Economia, Segundo Caderno e Boa Viagem.

TABELA 06: 08 de novembro de 2002

Data: 08 de novembro de 2002	FSP*	OESP**	O Globo***	TOTAL POR GÊNEF
JORNALISMO INFORMATIVO				
Nota	98	55	32	185
Notícia	66	106	89	261
Reportagem	01	--	02	03
Entrevista	02	02	03	07
JORNALISMO OPINATIVO				
Editorial	03	04	05	12
Comentário	02	04	01	07
Artigo	08	01	05	14
Resenha	09	05	06	20
Coluna	06	07	09	22
Crônica	02	01	--	03
Caricatura	04	03	04	11
Carta	11	18	19	48
TOTAL POR JORNAL	212	206	175	593

* FSP: Caderno principal + quatro cadernos: Folha Dinheiro, Folha Cotidiano, Folha Ilustrada e Folha Ilustrada 2.

** OESP: Caderno Principal + três cadernos: Cidades, Economia e Caderno Dois.

*** O Globo: Caderno Principal + três cadernos: Economia, Segundo Caderno e Rio Show.

TABELA 07: 14 de dezembro de 2002

Data: 14 de dezembro de 2002	FSP*	OESP**	O Globo***	TOTAL POR GÊNERO
JORNALISMO INFORMATIVO				
Nota	92	--	36	128
Notícia	71	--	87	158
Reportagem	01	--	--	01
Entrevista	04	--	02	06
JORNALISMO OPINATIVO				
Editorial	03	--	02	05
Comentário	01	--	01	02
Artigo	10	--	04	14
Resenha	06	--	05	11
Coluna	04	--	12	16
Crônica	02	--	04	06
Caricatura	07	--	01	08
Carta	09	--	18	27
TOTAL POR JORNAL	210	--	172	382

* FSP: Caderno principal + cinco cadernos: Folha Dinheiro, Folha Cotidiano, Folha Ilustrada, Folha Esporte e Folhinha.

** OESP: A edição não foi encontrada em Salvador e também foi esgotada no distribuidor do jornal em São Paulo, portanto, não foi disponível para pesquisa.

*** O Globo: Caderno Principal + três cadernos: Ela,, Prosa & Verso e Segundo Caderno.

TABELA 08: Resultados finais

RESULTADOS FINAIS	FSP	OESP	O Globo	TOTAL POR GÊNEF
JORNALISMO INFORMATIVO				
Nota	709	427	197	1.333
Notícia	536	655	612	1.803
Reportagem	13	14	09	36
Entrevista	26	09	21	56
JORNALISMO OPINATIVO				
Editorial	19	23	26	68
Comentário	17	14	13	44
Artigo	70	25	28	123
Resenha	30	18	19	67
Coluna	24	27	77	128
Crônica	23	09	14	46
Caricatura	104	25	24	153
Carta	78	120	171	369
TOTAL POR JORNAL	1.649	1.366	1.211	4.226

TABELA 09: Reportagens

Nº	JORNAL	TÍTULO	DATA	AUTOR	PROCEDÊNC.	PÁGINA	EDITORIA	A
01	FSP	Garotinho vence desconfiança do PSB e confirma candidatura	09/06	Murilo Fiúza de Melo	Sucursal Rio	A 14	Brasil	F
02	FSP	Ciro vê junho como mês chave	09/06	Patrícia Zorzan	Reportagem local	A 16	Brasil	F
03	FSP	Erro em extrato do FGTS lesa trabalhador	09/06	Fátima Fernandes e Cláudia Rolli	Reportagem local	B 10	Dinheiro	E
04	FSP	Assembléia inaugura reconstrução afegã	09/06	Igor Gielow	Agência Folha	A 24	Mundo	I
05	FSP	Tráfico em SP imita o Rio e sitia favela	09/06	Alessandro Silva, Fernanda da Escócia e Fernanda Athias	Reportagem local / Sucursal Rio	C 1/ C3 / C4	Cotidiano	F
06	FSP	Problema na gengiva pode causar doenças	09/06	Fabiane Leite	Reportagem local	C 5	Cotidiano	S
07	FSP	Pedrada na evolução	09/06	Reinaldo José Lopes	Free-lancer	20/21	Caderno Mais!	C
08	FSP	Caso Tim Lopes evidencia desproteção de repórteres	09/06	Carla Meneghini e Rodrigo Dionísio	Reportagem local	03	Caderno TV Folha	F
09	OESP	'Rádio Nacional' em busca da época de ouro	09/06	Beatriz Coelho Silva	NÃO INFORMADO	A 15	Geral	C
10	OESP	Esta cena faz 30 anos	09/06	Mary Persia	NÃO INFORMADO	A 21	Internac.	M
11	OESP	B.B. King chega aos 75 anos com fôlego total	09/06	Julian Piper	The Guardian (tradução)	D 2	Cultura	M
12	OESP	Illbruck abre vantagem em Gotemburgo	09/06	Valéria Zukeran	Enviada Especial	E 15	Esporte	E
13	OESP	Lampião, 64 anos depois, ainda sem sepultura	09/06	Moacir Assunção	NÃO INFORMADO	C 5	Cidades	C
14	OESP	O exterior se abre para as jóias do Brasil	09/06	Carlos Franco	NÃO INFORMADO	B 8	Economia	E

15	GLOBO	Novo Lula divide ex-companheiros do ABC	09/06	Flávio Freire	São Paulo	12	País	F
16	GLOBO	A Copa do Mundo vista por trás das grades	09/06	Lúcio de Castro	NÃO INFORMADO	07	Esportes	E
17	GLOBO	Nas ruas de Pequim, multidão a espera de um gol	09/06	Jorge Luiz Rodrigues	NÃO INFORMADO	10	Esportes	E
18	FSP	100% Várzea	08/07	Fernando Mena	Reportagem local	03	Caderno Folha Teen	E
19	OESP	Capão Redondo numa só noite, 5 mortos	08/07	Marcos de Moura e Souza	NÃO INFORMADO	C 1	Cidades	F
20	OESP	Café ajuda a espalhar a miséria	08/07	Peter Fritsch	The Wall Street Journal	B 8	Economia	E
21	OESP	Antes de as telecom afundarem seus executivos venderam bilhões em ações	13/08	Dennis K. Berman	The Wall Street Journal	B 10	Economia	E
22	OESP	Tiros no trânsito. E adeus Tainá, 5 anos.	13/08	Iuri Pitta e Fábio Diamante	NÃO INFORMADO	C 1	Cidades	F
23	GLOBO	Coisas de uma garota poderosa	13/08	Valquíria Daher	Enviada Especial	10-11	Caderno Megazine	C
24	GLOBO	O menino dos olhos da seleção	13/08	Lúcio de Castro	NÃO INFORMADO	13	Caderno Megazine	E
25	FSP	Notícias de uma guerra particular	11/09	Sérgio Dávila	De Nova York	A 10	Mundo	Ir
26	OESP	Sob a longa sombra da tragédia, uma cidade cheia de esperança	11/09	N.R. Kleinfield	The New York Times	H1-H3	Especial	Ir
27	OESP	Família é separada por um oceano e pela guerra	11/09	Susan Sachs e Blaine Harden	The New York Times	H 5	Especial	Ir
28	OESP	Um rodo foi a solução para seis homens	11/09	Jim Dwryer	The New York Times	H 11	Especial	Ir
29	OESP	Time de presos perde o último jogo da detenção	11/09	Renato Lombardi	NÃO INFORMADO	C 6	Cidades	F
30	GLOBO	Alemão de	11/09	Jason Vogel	NÃO	1-3	Caderno Carro	C

		Jacarepaguá			INFORMADO		etc	
31	FSP	AZT não chega a 66% das grávidas com HIV	10/10	Aureliano Biancarelli	Reportagem local	C 1	Cotidiano	S
32	GLOBO	Buena Vista? É aqui mesmo.	10/10	Maria Cristina Valente	Enviada Especial	6-21	Caderno Boa Viagem	T
33	FSP	Medo fecha comércio na região central de SP	08/11	Gilmar Penteado	Reportagem local	C 1 e C 3	Cotidiano	F
34	GLOBO	Chico City agora é na Gávea	08/11	Marco Aurélio Ribeiro	NÃO INFORMADO	30	Esportes	C
35	GLOBO	Samba fora de época	08/11	Paulo Henrique Ferreira e Renata Magdaleno	NÃO INFORMADO	20-23	Caderno Rio Show	C
36	FSP	Juiz é condenado por homicídio da mulher	14/12	Bruno Lima	Reportagem Local	C1	Cotidiano	F

RESULTADOS:

→ PROCEDÊNCIA:

- *Sede (Reportagem local): 09
- *Sucursais nacionais: 02
- *Correspondentes internacionais: 06
- *Agência de Notícias: 01
- *Outros veículos: 06
- *Especial para Folha: 01
- *Free Lancer: 01
- *Não informado: 13

→ EDITORIAS:

- *Brasil/País: 03
- *Dinheiro/Economia: 04
- *Mundo/Internacional: 04
- *Cotidiano/Cidades: 09
- *Variedades (Caderno Mais! / Folha TV/ Folha Teen/ Megazine / Carro etc): 06
- *Turismo: 01
- *Geral: 01
- *Cultura / Ilustrada / Rio Show: 04
- *Esporte: 04
- *Especial: 03

→ ASSUNTOS:

- *Política: 03
- *Economia: 04
- *Internacional: 06
- *Polícia: 07
- *Saúde: 02
- *Ciência: 01
- *Cultura: 04
- *Memória: 01
- *Música: 02
- *Esportes: 05
- *Turismo: 01

*Geral: 03

TABELA 10: Artigos Opinitivos

Nº	JORNAL	TÍTULO	DATA	ART. FIXO	COLABORA	PÁGINA	EDITORIA	A
01	FSP	A aura arranhada	09/06	Clóvis Rossi	--	A2	Opinião	F
02	FSP	O segundo	09/06	Eliane Cantahêde	--	A2	Opinião	F
03	FSP	A renda e a banana	09/06	Carlos Heitor Cony	--	A2	Opinião	F
04	FSP	A Coréia do Sul, além do futebol	09/06	Antônio Ermírio de Moraes	--	A2	Opinião	E
05	FSP	A realidade da USP	09/06	--	Adolpho Melfi	A3	Opinião	E
06	FSP	O buraco da fechadura	09/06	--	Rubem Alves	A3	Opinião	F
07	FSP	Ação Subterrânea	09/06	Jânio de Freitas	--	A5	Brasil	F
08	FSP	Ainda não vi o Brasil jogar bem nessa Copa	09/06	Soninha	--	D13	Esportes	F
09	FSP	Denílson apagado, Ronaldinho tolhido	09/06	José Geraldo Couto	--	D13	Esportes	F
10	FSP	Mudou o jogo	09/06	--	Rubens Ricupero	B2	Dinheiro	E
11	FSP	Que tipo de guerra é essa?	09/06	--	Maria Conceição Tavares	B2	Dinheiro	E
12	FSP	Os que ficaram em Minas	09/06	Luís Nassif	--	B3	Dinheiro	C
13	FSP	A sociedade dos exilados	09/06	--	Norman Manea	03	Caderno Mais!	F
14	FSP	Cloaca do penta	09/06	Eugênio Bucci	--	02	Caderno TV Folha	C
15	OESP	País sem nação	09/06	--	Tomaz Eloy Martinez	A2	Espaço Aberto	E i
16	OESP	Copenhague flerta com o fascismo	09/06	--	Stephen Smith	A2	Espaço Aberto	F i
17	OESP	Estado rendido ao terror	09/06	Dora Kramer	--	A6	Nacional	F
18	OESP	PT Ilusões	09/06	Daniel Piza	--	D3	Cultura	F
19	OESP	Na Coréia, uma globalização feliz, 09/06	09/06	--	Guy Sorman	E10	Esportes	F
20	OESP	John Nash e o terrorismo eleitoral	09/06	Gustavo Franco	--	B4	Economia	E
21	OESP	PT: Qual é o discurso que vale?	09/06	--	Fábio Giambiagi	B6	Economia	E
22	OESP	Fianças públicas: O	09/06	Maílson da Nóbrega	--	B9	Economia	E

		longo aprendizado						
23	OESP	Maior pecado de Belo é ser astro popular	09/06	Leila Reis	--	T2	Cultura	C
24	GLOBO	Procura-se	09/06	Helena Chagas	--	04	País	F
25	GLOBO	Longe da bola	09/06	--	Elena Landau	07	Opinião	E
26	GLOBO	Passos contra a violência	09/06	--	Maurício F. Fabião	07	Opinião	F
27	GLOBO	No biorritmo	09/06	Arthur Dapieve	--	68	Esportes	F
28	GLOBO	O risco é nosso	09/06	Miriam Leitão	--	34	Economia	E
29	FSP	Notícias bandeirantes	08/07	Fernando de Barros e Silva	--	A2	Opinião	F
30	FSP	Decisão antes do segundo turno	08/07	Fernando Rodrigues	--	A2	Opinião	F
31	FSP	Pregação contra o presente	08/07	--	Vinicius Mota	A2	Opinião	E
32	FSP	Os superfinalistas de outubro	08/07	--	Candido Mendes	A3	Opinião	F
33	FSP	Festa em Brasília refresca até pensamento	08/07	Fernando Gabeira	--	F16	Turismo	E
34	FSP	Velhos problemas e novos nomes	08/07	José Geraldo Couto	--	D5	Esportes	F
35	OESP	Menos fofoca e mais discussão pragmática	08/07	--	Carlos Alberto Di Franco	A2	Espaço Aberto	F
36	OESP	A universalização das telecomunicações	08/07	--	Juarez Quadros do Nascimento	A2	Espaço Aberto	E
37	OESP	O tributo de São Paulo a Ibrahim Nobre	08/07	--	Emeric Lévy	A8	Geral	F
38	OESP	Oposições vitoriosas	08/07	--	Marcelo de Paiva Abreu	B2	Economia	
39	GLOBO	Revolução nas telecomunicações	08/07	--	Juarez Quadros do Nascimento	07	Opinião	E
40	GLOBO	Idosos, eleição e futuro	08/07	--	Maurício de Pinho Gama	07	Opinião	F
41	GLOBO	Desta vez aconteceu comigo	08/07	--	Jane Wagner	07	Opinião	F
42	GLOBO	Subindo na vida	08/07	--	Paul Krugman	21	Economia	E i
43	GLOBO	Um dia de Mr.	08/07	Celso Itiberê	--	Especial-07	Esportes	F

		Bean						
44	FSP	Bem vindo, Paul, mas é tarde	13/08	Clóvis Rossi	--	A2	Opinião	E
45	FSP	O trem e o maquinista	13/08	Eliane Cantanhêde	--	A2	Opinião	F
46	FSP	O preço do pavão	13/08	Carlos Heitor Cony	--	A2	Opinião	F
47	FSP	Vem aí a taxa de alienação	13/08	--	Marta Salomon	A2	Opinião	F
48	FSP	Entender, querer, fazer	13/08	--	José Serra	A3	Opinião	F
49	FSP	Não dá para esperar	13/08	--	Aloizio Mercadante	A3	Opinião	E
50	FSP	Complexo de inferioridade	13/08	--	Benjamin Sternbruch	B2	Economia	E
51	OESP	O líder do governo	13/08	--	Jarbas Passarinho	A2	Espaço Aberto	F
52	OESP	SP revelará todo seu potencial na Abav	13/08	--	Ruy Martins Altenfelder	V2	Turismo	T
53	GLOBO	Não ser candidato	13/08	Márcio Moreira Alves	--	04	País	F
54	GLOBO	Três vivas para o Brasil	13/08	--	Joseph Stiglitz	07	Opinião	E
55	FSP	Outro 11, outra infâmia	11/09	Clóvis Rossi	--	A2	Opinião	I
56	FSP	Agora é Lula	11/09	Fernando Rodrigues	--	A2	Opinião	F
57	FSP	Nesta data não querida	11/09	Carlos Heitor Cony	--	A2	Opinião	I
58	FSP	Critério de desempenho	11/09	Delfim Neto	--	A2	Opinião	E
59	FSP	Recordando	11/09	--	Donna Hrinak	A3	Opinião	I
60	FSP	A pergunta	11/09	Jânio de Freitas	--	A5	Brasil	I
61	FSP	O almoço grátis existe, na Pensão Brasília	11/09	Elio Gaspari	--	A6	Brasil	F
62	FSP	Não podemos ceder	11/09	--	Rudolph Giuliani	A11	Mundo	I
63	FSP	Mundo árabe está em guerra com EUA	11/09	Nelson Archer	--	A12	Mundo	I
64	FSP	Retorno dos dinossauros?	11/09	Antônio Barros de Castro	--	B2	Dinheiro	E
65	FSP	Por que Ciro caiu	11/09	Luís Nassif	--	B3	Dinheiro	F
66	FSP	Quando os partidos são iguais	11/09	Luís Francisco Carvalho Filho	--	Eleições -08	Especial Eleições	F
67	FSP	Os oito primeiros	11/09	Tostão	--	D4	Esporte	F
68	FSP	O 11 de setembro e	11/09	Marcelo Coelho	--	E6	Ilustrada	I

		suas projeções						
69	FSP	O Ibirapuera inacabado de Niemeyer	11/09	Gilberto Dimenstein	--	C2	Cotidiano	C
70	OESP	Lorota e nostalgia	11/09	--	José Nêumane	A2	Espaço Aberto	E
71	OESP	Os EUA como Hamlet	11/09	--	Marcos Prado Troyjo	A2	Espaço Aberto	I
72	OESP	PSDB suspende 'férias' petistas	11/09	Dora Kramer	--	A6	Nacional	F
73	OESP	Conviver com o terrorismo	11/09	--	Paul Krugman	B2	Economia	I
74	GLOBO	Lula não é Ciro	11/09	Helena Chagas	--	04	Brasil	F
75	GLOBO	O almoço grátis existe, na Pensão Brasília	11/09	Elio Gaspari	--	07	Opinião	F
76	GLOBO	Dois lados	11/09	Miriam Leitão	--	24	Economia	F
77	GLOBO	Terrorismo e violência	11/09	--	Nilson Naves	07	Opinião	I
78	FSP	O futuro julga o passado	10/10	Clóvis Rossi	--	A2	Opinião	F
79	FSP	Acabou a brincadeira	10/10	Eliane Cantanhêde	--	A2	Opinião	F
80	FSP	O nome dele	10/10	Carlos Heitor Cony	--	A2	Opinião	F
81	FSP	Desconstrução	10/10	Otávio Frias Filho	--	A2	Opinião	F
82	FSP	A dependência que vem das idéias	10/10	--	Domério Nassar de Oliveira	A3	Opinião	E
83	FSP	O Brasil não merece o Congresso que tem	10/10	--	Jean-Jacques Sévilla	Eleições- 12	Especial Eleições	F
84	FSP	Mensagem das urnas	10/10	--	Paulo Nogueira Batista Jr.	B2	Dinheiro	F
85	FSP	Os acertos de FHC	10/10	Luís Nassif	--	B3	Dinheiro	F
86	FSP	Escola deve ajudar aluno a se libertar dos pais	10/10	--	Rosely Sayão	04	Folha Equilíbrio	E
87	FSP	Pensar a vida, saltar o abismo	10/10	--	Dulce Critelli	12	Folha Equilíbrio	F
88	OESP	Os mais mal votados	10/10	--	Roberto Macedo	A2	Espaço Aberto	F
89	OESP	A doutrina Bush	10/10	--	Antonio Amaral de Sampaio	A2	Espaço Aberto	I
90	OESP	A negação da antiga lenda	10/10	Dona Kramer	--	H4	Especial Eleições	F
91	OESP	Quem disse que a inflação	10/10	--	Rolf Kuntz	B2	Economia	E

		estava morta						
92	OESP	Magia das imagens, impasses eleitorais e o segundo turno	10/10	Roberto Damatta	--	D12	Caderno 2	F
93	GLOBO	A nova Câmara	10/10	Márcio Moreira Alves	--	04	País	F
94	GLOBO	Não tinha teto, não tinha nada...	10/10	--	Luiz Garcia	07	Opinião	U
95	GLOBO	Se Deus não é brasileiro...	10/10	--	Eucimar Oliveira	07	Opinião	F
96	FSP	Confiança zero	08/11	Clóvis Rossi	--	A2	Opinião	F
97	FSP	Coitado do Lula!	08/11	Eliane Cantanhêde	--	A2	Opinião	F
98	FSP	Compañero Lula	08/11	Marcelo Beraba	--	A2	Opinião	F
99	FSP	Um beco com muitas sem saídas	08/11	José Sarney	--	A2	Opinião	E
100	FSP	O presidente Lula e o canto das sereias	08/11	--	Ricardo Seitenfus	A3	Opinião	F
101	FSP	De erros e acertos	08/11	Jânio de Freitas	--	A5	Brasil	F
102	FSP	Olha só quem quer aumentar o salário dos deputados	08/11	Bárbara Gancia	--	C2	Cotidiano	F
103	FSP	Sem qualquer relação	08/11	--	Nélson de Sá	A9	Brasil	F
104	OESP	Quem pactua não reivindica	08/11	Dora Kramer	--	A6	Nacional	F
105	GLOBO	'Dura lex, sed lex'	08/11	Márcio Moreira Alves	--	04	País	F
106	GLOBO	Poder paralelo	08/11	--	Roberto Saturnino Braga	07	Opinião	F
107	GLOBO	A máquina emperrada	08/11	--	Álvaro Pessoa	07	Opinião	U
108	GLOBO	Pacto dos incluídos	08/11	Miriam Leitão	--	22	Economia	E
109	GLOBO	Fome de bola	08/11	Arthur Dapieve	--	06	Segundo Caderno	C
110	FSP	É o faxineiro, gente!	14/12	Clóvis Rossi	--	A2	Opinião	F
111	FSP	Mercadante sobe	14/12	Fernando Rodrigues	--	A2	Opinião	F
112	FSP	Os novos fidalgos	14/12	--	Luiz Antônio Guimarães Marrey	A3	Opinião	U
113	FSP	O foro não é privilégio	14/12	--	Romero Jucá	A3	Opinião	U
114	FSP	O silêncio diante da explosão demográfica	14/12	Dráuzio Varella	--	E12	Ilustrada	S

115	FSP	A aventura de 2003	14/12	--	Gesner Oliveira	B2	Dinheiro	E
116	FSP	Nike luta pela liberdade de expressão	14/12	--	Petti Waldmeier (Financial Times)	B2	Dinheiro	I
117	FSP	O feito diplomático de Lula	14/12	Luís Nassif	--	B3	Dinheiro	F
118	FSP	O problema do menor é cada vez maior	14/12	--	Walter Ceneviva	C2	Cotidiano	U
119	FSP	Por falar em preto-e-branco	14/12	José Geraldo Couto	--	D5	Esporte	F
120	GLOBO	La Villete Cabocla	14/12	Márcio Moreira Alves	--	04	País	C
121	GLOBO	Terra de Ninguém	14/12	--	Alfredo Sirkis	06	Opinião	C
122	GLOBO	A missão do pastor	14/12	--	Dom Eugênio Sales	07	Opinião	F
123	GLOBO	Novos ministros	14/12	Miriam Leitão	--	30	Economia	E

RESULTADOS:

→ ARTICULISTA FIXO: 68

→ COLABORADORES EVENTUAIS: 55

→ EDITORIAS:

- *Opinião / Espaço aberto: 58
- *Brasil / Nacional / País: 14
- *Esportes: 08
- *Dinheiro / Economia: 22
- *Variedades (Caderno Mais!, Folha Equilíbrio): 03
- *Cultura / Ilustrada / Caderno 2 / Segundo Caderno: 07
- *Turismo: 02
- *Geral: 01
- *Mundo: 02
- *Especial Eleições: 03
- *Cotidiano / Cidades: 03

→ ASSUNTOS:

- *Política: 52
- *Economia: 25
- *Educação: 02
- *Esportes: 10
- *Geral: 07
- *Filosofia: 02
- *Polícia: 04
- *História: 01
- *Turismo: 01
- *Internacional: 12
- *Justiça: 05
- *Saúde: 01
- *Religião: 01

→ ILUSTRAÇÕES: 56

7. ANEXOS

7.1 REPORTAGENS

- “Tiros no trânsito. E adeus Tainá, 5 anos” (OESP, 13/08/2002)
- “Capão Redondo, numa só noite, cinco mortos” (OESP, 08/07/2002),
- “Juiz é condenado por homicídio da mulher” (FSP, 14/12/2002)
- “Time de presos perde o último jogo da detenção” (OESP, 11/09/2002)
- “Medo fecha comércio na região central de SP” (FSP, 08/11/2002)
- “Tráfico em SP imita o Rio e sitia favela” (FSP, 09/06/2002)
- “A Copa do Mundo vista por trás das grades” (GLOBO 09/06/2002)
- “Nas ruas de Pequim, multidão a espera de um gol” (GLOBO 09/06/2002)
- “100% várzea” (FSP, 08/07/2002)
- “Erro em extrato do FGTS lesa trabalhador” (FSP, 09/06/2002)
- “O exterior se abre para as jóias do Brasil” (OESP, 09/06/2002)
- “‘Rádio Nacional’ em busca da época de ouro” (OESP, 09/06/2002)
- “Esta cena faz 30 anos” (OESP, 09/06/2002)
- “Lampião, 64 anos depois, ainda sem sepultura” (OESP, 09/06/2002)
- “Illbruck abre vantagem em Gotemburgo” (OESP, 09/06/2002)
- “O menino dos olhos da seleção” (GLOBO, 13/08/2002)
- “Novo Lula divide ex-companheiros do ABC” (GLOBO, 09/06/2002)
- “Notícias de uma guerra particular” (FSP, 11/09/2002)

7.2 ARTIGOS OPINATIVOS

“A aura arranhada” (Clóvis Rossi – FSP, 09/06/2002)

“Magia das imagens, impasses eleitorais e o 2º turno” (Roberto Damatta – OESP, 10/10/2002)

“Fome de bola” (Arthur Dapieve – GLOBO, 08/11/2002)

“PT Ilusões” (Daniel Piza – OESP, 09/06/2002)

“Maior pecado de Belo é ser astro popular” (Leila Reis – OESP, 09/06/2002)

“Velhos problemas e novos nomes” (José Geraldo Couto – FSP, 08/07/2002)

“Por falar em preto-e-branco” (José Geraldo Couto – FSP, 14/12/2002)

“O risco é nosso” (Miriam Leitão – GLOBO, 09/06/2002)

“A negação da antiga lenda” (Dora Kramer – OESP, 10/10/2002)

“É o faxineiro, gente!” (Clóvis Rossi – FSP, 14/12/2002)

“Denílson apagado, Ronaldinho tolhido” (José Geraldo Couto – FSP, 09/06/2002)

“Quem pactua não reivindica” (Dora Kramer – OESP, 08/11/2002)

“La Villete cabocla” (Márcio Moreira Alves – GLOBO, 14/12/2002)

“Dois lados” (Miriam Leitão – GLOBO, 11/09/2002)

“Confiança zero” (Clóvis Rossi – FSP, 08/11/2002)

“Outro 11, outra infâmia” (Clóvis Rossi – FSP, 11/09/2002)

“A pergunta” (Janio de Freitas – FSP, 11/09/2002)

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, P. e TERROU, F. **História da Imprensa**. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. 14.ed. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ASSOCIAÇÃO Nacional de Jornais. Disponível em: <<http://www.anj.org.br>>. Acessado em: 09 mar 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes; revisão Marina Appenzeller. São Paulo : Martins Fontes, 1992. Coleção Ensino Superior.

____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo : Hucitec, 1988.

____. **Problemas da Poética de Dostoievski**. 3.ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2002.

BARBERO, Jesús Martín. “América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social”. In: SOUSA, Mauro Wilton de (organização). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo : Brasiliense, 1995.

____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2.ed. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2001.

BARROS, D. L. *Contribuições de Bakhtin às teorias do texto*. In: FARACCO, S.A. et al. **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba : Editora da UFPR, 1996.

BARTHES, Roland. *Estrutura da notícia*. In: **Crítica e Verdade**. São Paulo : Perspectiva, 1970. Coleção Debates.

____. *A mensagem fotográfica*. In: **O óbvio e o obtuso : ensaios críticos III**. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990.

____. *A retórica da imagem*. In: **O óbvio e o obtuso : ensaios críticos III**. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa** – Técnica da Notícia e da Reportagem no Jornal Diário. São Paulo : Folco Masucci, 1969. Coleção Mass-Media, vol.1.

____. **Jornalismo interpretativo** – Filosofia e Técnica. Porto Alegre : Sulina, 1976.

____. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre : Sulina, ARI, 1980.

BRAIT, Beth. *O texto irônico: fundamentos teóricos para leitura e interpretação*. In: **Letras. Propostas de Estudos Avançados em Lingüística e Literatura**. Santa Maria : Editora da UFSM, 1998.

BUITONI, Dulcília H. Schroeder. *Jornalismo, o tecido e o acontecido*. In: **Revista USP**, São Paulo, jun, jul ago/1990, p. 175-182.

CHALHUB, Samira. **Funções da linguagem**. 10.ed. São Paulo : Ática, 1999. Série Princípios.

CHANDLER, Daniel (1997). *An introduction to genre theory*. Disponível em: <www.aber.ac.uk/media/Documents/intgenre/intgenre.html> Acessado em: 31 ago 2003.

_____. *Modes of Address*. In: **Semiotics for beginners**. Disponível em: <www.aber.ac.uk/media/Documents/S4B/semiotc.html> Acessado em: 31 ago 2003.

CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo : Estação Liberdade, 1996.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **Introdução à Teoria da Informação Estética**. Petrópolis : Vozes, 1973. Coleção Textos Introdutórios.

CONHEÇA a Folha. In: **Folha On Line**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/>> Acessado em: 12 dez 2002..

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor**. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

CUNHA, Magda Rodrigues da. *O estudo dos efeitos em comunicação na perspectiva da estética da recepção*. In: Paper apresentado no Grupo de Trabalho Mídia e Recepção do **XII Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife (PE), 2003.

DANTAS, Fernando. *Globo cria nova holding para abrir o capital*. In: **O Estado de São Paulo**. Publicado em: 20 jun 2002. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/06/20/eco035.html>> Acessado em: 09 mar 2003.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: Uma releitura**. 4.ed. São Paulo : Summus, 1986. Coleção Novas Buscas em Comunicação.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo : Martins Fontes, 1991.

ECO, Umberto. **Lector in fabula: A cooperação interpretativa nos textos narrativos**. Trad. Atílio Cancian. São Paulo : Perspectiva, 1986. Coleção Estudos.

_____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tratado Geral de Semiótica**. Trad. Antônio de Paula Dainesi e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo : Perspectiva, 1997. Coleção Estudos.

____. **Os limites da interpretação.** Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo : Perspectiva, 2000. Coleção Estudos.

ELLSWORTH, Elizabeth. *Modos de Endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também.* In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito.** (org. e trad.) Belo Horizonte : Autêntica, 2001.

ERBOLATO, Mário L. **Jornalismo Gráfico: Técnicas de Produção.** São Paulo, Loyola, 1981. Coleção Comunicação.

ESPINOSA, Pastora Moreno (2002). *Géneros para la persuasión en prensa: los artículos de opinión del diario El País.* In: **Revista Latina de comunicación Social**, número 46, jan 2002, La Laguna (Tenerife). Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/2002/latina46genero/4607moreno.htm>> Acessado em: 08 set 2002.

FAUSTO NETO, Antonio. **O corpo falado – A doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras.** 2.ed. Belo Horizonte, FUMARC/PUC-MG, 1988.

____. **Desmontagens de sentidos – Leituras de discursos midiáticos.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2001.

FERREIRA, Giovandro Marcus. *O Contrato de Comunicação dos Jornais de Vitória – ES (1988 a 1993).* In: Revista Brasileira das Ciências da Comunicação, nº 1, vol. XXII, São Paulo, janeiro/junho, 1999a.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação – As categorias de Pessoa, Espaço e Tempo.** 2.ed. São Paulo : Ática, 1999.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia – Pistas para percibir el mundo.** Barcelona : Piadós, 1993.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor.** 2.ed. Trad. Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa : Vega, 1992.

____. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo : Loyola, 1996.

GARCIA, Luiz. **O Globo – Manual de Redação e Estilo.** 28.ed. São Paulo : Globo, 2001.

GÉNEROS Periodísticos. In: **MEDIA Prensa.** Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Disponível em <<http://iris.cnice.mecd.es/media/prensa/bloque4/>> Acessado em: 08 set 2003

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação dos media.** Salvador : Facom/UFBA, 2000. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas).

____. *A noção de gênero televisivo como estratégia de interação: o diálogo entre os cultural studies e os estudos da linguagem.* In: **Revista Fronteiras.** São Leopoldo : Unisinos, volume IV, número 02, p.11-28, 2002.

GOMES, Pedro Gilberto. *Artigo.* In: MELO, José Marques de (org). **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo.** São Paulo : FTD, 1992.

GOMES, Wilson Silva. Estratégias de produção do encanto. In: **Textos de Comunicação e Cultura**. Salvador, número 35, 1996.

GOULEMOT, Jean Marie. *Da leitura como produção de sentidos*. In: CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo : Estação Liberdade, 1996.

HALL, Stuart. *Encoding/decoding*. In: HALL, Stuart et al. **Culture, media, language**. London : Hutchinson/CCCS-Birmingham, 1980. (Work Papers in Cultural Studies, 1972-79).

HARTLEY, John. **Understanding news**. Londres : Routledge, 1982.

HURLBURT, Allen. **Layout: o design da página impressa**. 2.ed. Trad. Edmilson O. Conceição e Flávio M. Martins. São Paulo : Nobel, 1989.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura** – Uma teoria do efeito estético, vol.1. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo : Ed. 34, 1996.

_____. **O ato da leitura** – Uma teoria do efeito estético, vol.2. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo : Ed. 34, 1999.

_____. *O jogo do texto*. In: JAUSS, Hans Robert et al. **A literatura e o leitor** – Textos de estética da recepção. 2.ed. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 21.ed. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo : Cultrix, 1999.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo : Ática, 1994. Série Temas, vol. 36, Estudos literários.

_____. *A estética da recepção: colocações gerais*. In: JAUSS, Hans Robert et al. **A literatura e o leitor** – Textos de estética da recepção. 2.ed. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

_____. *O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis*. In: JAUSS, Hans Robert et al. **A literatura e o leitor** – Textos de estética da recepção. 2.ed. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

JENSEN, Klaus Bruhn. **News of the world: World cultures look at television news**. Londres : Routledge, 1998.

_____. **A Handbook of Media and Communication Research** – Qualitative and quantitative methodologies. Londres : Routledge, 2002.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor** – Aspectos Cognitivos da Leitura. Campinas : Pontes, 1989. Coleção Linguagem/ Ensino.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo** : Norte e Sul : Manual de Redação. Trad. Rafael Varela Jr. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 2 ed. São Paulo : Ática, 1986.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 2.ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1995.

LIMA, Luiz Costa. *Prefácio à segunda edição*. In: JAUSS, Hans Robert et al. **A literature e o leitor – Textos de estética da recepção**. 2.ed. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de Comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo : Cortez, 2001.

MAIORES Jornais Brasileiros – Circulação. In: **Associação Nacional de Jornais**. Disponível em: <http://www.patamar.inf.br/webc/webs/anj/isto_e/mj_plan_cirjor.cfm> Acessado em 23 nov 2003.

MANUAL de Redação Folha de São Paulo. São Paulo : Publifolha, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo Fin-de-siècle**. São Paulo : Página Aberta, 1993.

MARINHO, Roberto. *Quem Somos*. In: **Editora Globo**. Disponível em: <<http://editoraglobo.globo.com/>>. Acessado em: 09 mar 2003.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3.ed. São Paulo : O Estado de S. Paulo, 1997.

MEDINA, Cremilda. **Notícia – Um Produto à Venda**: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2.ed. Petrópolis : Vozes, 1994.

MESQUITA NETO, Júlio. *Um dos 20 melhores jornais do mundo*. In: **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/inst/inst.html>> Acessado em: 12 dez 2002.

MIRANDA, José A. Bragança de; e CASCAIS, Antônio Fernando. *A lição de Foucault*. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. 2.ed. Trad. Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa : Vega, 1992. Prefácio.

MOLES, Abraham Antoine. **O cartaz**. Trad. Miriam Garcia Mendes. São Paulo : Perspectiva / Editora da Universidade de São Paulo, 1974. Coleção Debates.

MORAES, Anamaria; BALSTER, Marcos; HERZOG, Pedro. *Legibilidade das famílias tipográficas*. In: **Anais P&D Design 96 Estudos em Design**. Rio de Janeiro : Associação de Ensino do Design do Brasil, out/1996.

MORLEY, David. *The Nationwide Audience: structure and decoding*. In: MORLEY, David & BRUNSDON, Charlott. **The Nationwide Television Studies**. London : Routledge, 1999.

MOUILLAUD, Maurice. *O Sistema das Citações*. In: MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. Trad. Sérgio Grossi Porto. Org. Sérgio Dayrel Porto, Adriano Duarte Rodrigues *et alii*. Brasília : Paralelo 15, 1997.

NOVO Manual de Redação Folha de São Paulo. São Paulo : Folha de São Paulo, 1992.

OS MAIORES jornais brasileiros em circulação – 2001. In: **Associação Nacional de Jornais**. Disponível em: <http://www.patamar.inf.br/webc/webs/anj/isto_e/mj_plan_cirjor.cfm> Acessado em: 12 dez 2002.

O'SULLIVAN, Tim; HARTLEY, John et al. **Conceptos clave en comunicación y estudios culturales**. Buenos Aires : Amorrutu Editores, 1997.

PARRATT, Sonia Fernández. *El debate em torno a los géneros periodísticos em la prensa: nuevas propuestas de clasificación*. Disponível em: **Revista Zer**. <<http://www.ehu.es/zer/zer11web/sferparrat.htm>> Acessado em: 08 set 2003.

PINTO, Júlio. **1, 2, 3 da semiótica**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 1995.

SALOMÃO, Sonia. **Tradição e invenção** – A semiótica literária italiana. São Paulo : Ática, 1993.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Intervalo amoroso e outros poemas escolhidos**. Porto Alegre : L&PM, 2001, p.73. (Coleção L&PM Pocket)

SCHOLES, Robert. **Protocolos de leitura**. Lisboa : Edições 70, 1989. Coleção Signos 52.

SILVA, Rafael Sousa. **Diagramação**: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo : Summus, 1985. Coleção Novas Buscas em Comunicação.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro : Mauad, 1999.

SODRÉ, Muniz; e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. 3.ed. São Paulo : Summus, 1986. Coleção Novas Buscas em Comunicação.

SPANNENBERG, Ana Cristina M. **Quatro décadas de reportagem nos jornais diários de Passo Fundo**. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação. Passo Fundo : Universidade de Passo Fundo, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. Trad. Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo : Martins Fontes, 1980.

VAN DIJK, Teun. A. **La noticia como discurso** – Comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona : Paidós, 1990.

VERON, Eliséo. *Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política*. In: VV.AA. **Lenguaje y comunicación**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971. Disponível em: <<http://www.nombrefalso.com.ar/materias/apuntes/pdf/veron.pdf>> Acessado em: 11 dez 2002.

____. *Dictionnaire des idées non reçues*, in **Connexions**, n° 27, Paris, ARIP, 1979, pp. 125-142.

____. **A produção de sentido**. Trad. Alceu Dias Lima ...[et al.] São Paulo : Cultrix : Edusp, 1980.

____. "L'analyse du 'contrat de lecture': une nouvelle methode pour les etudes de positionnement des support presse". In: VERON, Eliseo. **Les médias, expériences, recherches actuelles, applications**, Paris, IREP, 1985, p. 203-229 .

____. "*Les médias en réception: les enjeux de la complexité*" in **Médiaspouvoirs**, n° 21, Paris, Bayard Presse janvier-février-mars 1991, pp. 166-172.

____. "*Il est là, je le vois, il me parle*", in BEAUD, Paul et alli., **Sociologie de la communication**, Paris, CNET / Réseaux, 1997, pp. 521-539.

____. *Espacios publicos en imágenes*. Trad. Julián Gorodischer. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.org.ar/autort.asp?texto=e&tipo=5>>. Acessado em: 08 mar 2003.

VILCHES, Lorenzo. **Teoría de la imagen periodística**. Barcelona : Paidós, 1997.

____. **La lectura de la imagen** – Prensa, cine, televisión. 6.ed. Barcelona : Paidós, 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Trad. Waltensint Dutra. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.